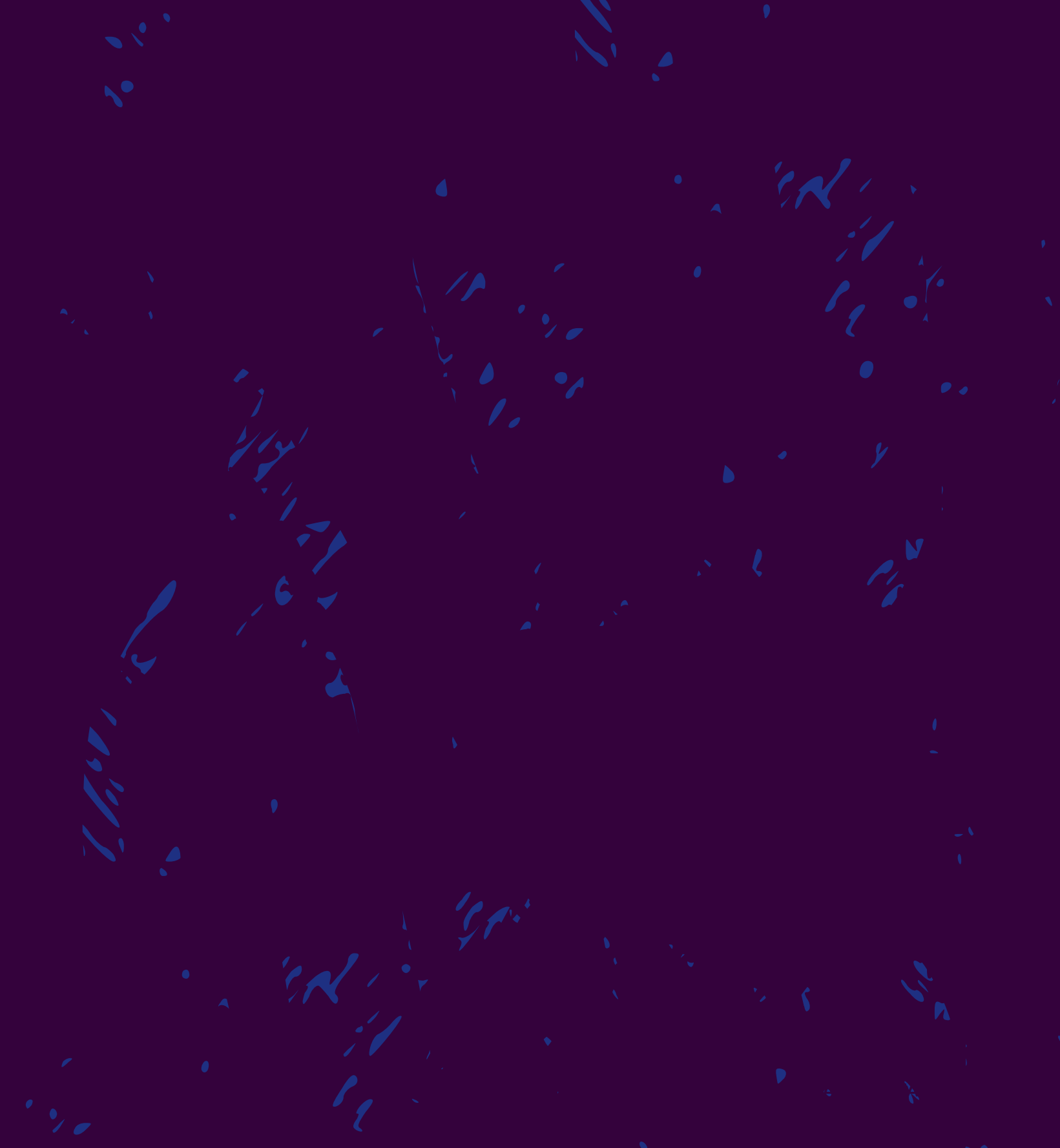
Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará
Comitê de Prevenção e
Combate à Violência

Meninas no Ceará:

A TRAJETÓRIA DE VIDA E DE VULNERABILIDADES DE ADOLESCENTES VÍTIMAS DE HOMICÍDIO

EDIÇÕES
INESP





Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará
Comitê de Prevenção e
Combate à Violência

Meninas no Ceará:

A TRAJETÓRIA DE VIDA E DE VULNERABILIDADES DE ADOLESCENTES VÍTIMAS DE HOMICÍDIO

INESP
Fortaleza - Ceará
2021

Copyright © 2021 by Inesp

Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o
Desenvolvimento do Estado do Ceará – Inesp

João Milton Cunha de Miranda
Coordenador Editorial

Rachel Garcia Bastos de Araújo
Valquiria Moreira Carlos
Assistentes Editoriais

Luzia Leda Batista Rolim
Assessora de Comunicação

José Gotardo de Paula Freire Filho
Adaptador do Projeto Gráfico Original

Luiz Ernandes dos Santos do Carmo
Coordenador de Impressão

Gráfica do Inesp
Impressão e Acabamento

Edição Institucional da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
VENDA E PROMOÇÃO PESSOAL PROIBIDAS

Catalogado por Daniele Sousa do Nascimento CRB-3/1023

C387m Ceará. Assembleia Legislativa. Comitê de Prevenção e Combate à Violência.
Meninas no Ceará [livro eletrônico]: a trajetória de vida e de vulnerabilidades de adolescentes vítimas de homicídio. – Fortaleza: INESP, 2021.
22.220Kb ; PDF

ISBN: 978-65-88252-56-7

1. Violência contra a mulher. 2. Defesa da Criança e do Adolescente. I. Ceará. Assembleia Legislativa. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado. II. Título.

CDD 362.83

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro, desde que citados autores e fontes.

Inesp
Av. Desembargador Moreira, 2807 | Ed. Senador César Cals, 1º andar, Dionísio Torres,
CEP: 60.170900, Fortaleza - CE - Brasil |Telefone: (85)3277-3701
Site: http://al.ce.gov.br/index.php/institucional/instituto-de-estudos-e-pesquisas-sobre-o-desenvolvimento-do-ceara | E-mail: presidenciainesp@al.ce.gov.br

EXPEDIENTE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ

Mesa Diretora Presidente
José Sarto
1º Vice-presidente
Fernando Santana
2º Vice-presidente
Danniel Oliveira
1º Secretário
Evandro Leitão
2º Secretário
Aderlânia Noronha
3º Secretário
Patrícia Aguiar
4º Secretário
Leonardo Pinheiro

COMITÊ DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA

Presidente
Renato Roseno - Deputado Estadual
Grupo Gestor
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDCA): Lucia Albuquerque
Fórum Permanente de ONGs de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes
do Ceará (Fórum DCA Ceará): Francimara Carneiro
Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF): Rui Rodrigues Aguiar
Pacto por um Ceará Pacífico: Carla da Escóssia
Coordenação da equipe técnica
Thiago de Holanda
Equipe técnica
Aurislane Abreu, Daniele Negreiros, Jamieson Simões, Joaquim Araújo, Monique Linhares, Raimundo Madeira, Roger Sousa e Thiago de Holanda
Apoio Técnico:
Helena Oliveira Silva
Matheus Oliveira
José Gilberto Boari
Rui Rodrigues Aguiar
(Fundo das Nações Unidas para Infância - UNICEF)

ELABORAÇÃO E PRODUÇÃO DA PESQUISA

Concepção e desenho metodológico
Daniele Negreiros
Renato Roseno
Rui Rodrigues Aguiar
Thiago de Holanda
Coordenação-geral da pesquisa
Daniele Negreiros
Coordenação de campo
Daniele Negreiros e Roger Sousa
Consultoria
Ângela Pinheiro, Camila Holanda, Rejane Vasconcelos e Veriana Colaço
Análise de dados
Roger Sousa
Pesquisa de campo
Gabriela Colares, Ingrid Lorena Leite, Josileine Araujo, Lara Denise Silva, Roberta de Castro e Ticiana Santiago
Articulação comunitária
Joaquim Araújo e Jamieson Simões
Articulação interinstitucional
Renato Roseno
Rui Rodrigues Aguiar
Produção de textos
Daniele Negreiros, Monique Linhares e Roger Sousa
Edição
Monique Linhares
Recomendações
Ângela Pinheiro, Aurislane Abreu, Camila Holanda, Carla da Escóssia, Daniele Negreiros, Francimara Carneiro Jamieson Simões, Joaquim Araújo, Monique Linhares, Raimundo Madeira, Renato Roseno, Roger Sousa, Rui Rodrigues Aguiar e Thiago de Holanda.
Revisão de textos
Ângela Pinheiro, Aurislane Abreu, Daniele Negreiros, Gilberto Boari, JamiesonSimões, Monique Linhares, Roger Sousa, Rui Rodrigues Aguiar, Thiago de Holanda e Veriana Colaço
Colaboração
Fórum Cearense de Mulheres / Articulação de Mulheres Brasileiras; Gina Kerly Moura (Defensora Pública); Jurema Wernek (Anistia Internacional)
Assessoria de Comunicação
Monique Linhares e Raimundo Madeira
Fotos
Galba Nogueira

PLANEJAMENTO VISUAL

Mandalla Comunicação & Design
Projeto gráfico e Direção de arte
Sâmila Braga
Diagramação, editoração e ilustrações
Gustavo Rodrigues

PALAVRA DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ – ALECE

A pesquisa intitulada *Meninas do Ceará* aborda o homicídio de meninas, em sua maioria: pobres e negras, residentes em áreas periféricas dominadas por grupos de criminosos armados, que comercializam drogas e aterrorizam as famílias.

O estudo, ora publicado em forma de livro, recebeu o apoio da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará – Alece, à medida que fez contratação de pesquisadores; e, por meio de seu *Comitê de Prevenção e Combate à Violência* reúne um expressivo acervo de dados sobre homicídios de adolescentes.

As informações colhidas sobre o contexto de vida e a trajetória dessas adolescentes, bem como o entendimento da influência direta de indicadores de raça, classe, gênero e território para as condições de vulnerabilidade, colaboram, sobremaneira, para a elaboração de políticas públicas para o enfrentamento dessa trágica situação que envolve pobreza, racismo, machismo, desesperança e enluta tantas famílias cearenses.

As histórias de vida dessas 114 meninas assassinadas em 2018, compõem, apenas, uma amostra dentro de um universo estatístico bem mais amplo no Ceará. Os tristes e revoltantes relatos martirizam quem os têm conhecido. A perda desses entes queridos acomete pais, mães, avós e irmãos de problemas mentais e de angústia, exigindo cuidado e atenção especiais às famílias das vítimas.

Consciente da extrema gravidade desse problema e visando ao avanço da sociedade para a construção de um Ceará cada vez mais justo, a Alece, por meio de seu Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – Inesp, oferece aos cearenses mais uma publicação que visa colaborar para a criação de soluções urgentes aos problemas humanitários que afligem à nossa população.

Deputado Estadual Evandro Leitão
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará – Alece

PALAVRA DO DIRETOR EXECUTIVO DO INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ – INESP

Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – Inesp –, criado em 1988, é um órgão técnico e científico de pesquisa, educação e memória. Ao idealizar e gerenciar projetos atuais que se alinhem às demandas legislativas e culturais do Estado, objetiva ser referência no cenário nacional.

Durante seus mais de 30 anos de atuação, o Inesp prestou efetiva contribuição ao desenvolvimento do Estado, assessorando, por meio de ações inovadoras, à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Dentre seus mais recentes projetos, destacam-se o Edições Inesp e o Edições Inesp Digital, que têm como objetivos: editar livros, coletâneas de legislação e periódicos especializados. O Edições Inesp Digital obedece um formato que facilita e amplia o acesso às publicações, de forma sustentável e inclusiva. Além da produção, revisão e editoração de textos, ambos os projetos contam com um núcleo de Design Gráfico.

As Edições Inesp Digital já se consolidaram. A crescente demanda por suas publicações segue uma média de quarenta mil downloads por mês e alcançou um milhão de acessos. As estatísticas demonstram um crescente interesse nas publicações, com destaque para as de Literatura, Ensino, Legislação e História, estando a Constituição Estadual e o Regimento Interno entre os primeiros colocados.

O livro Meninas do Ceará – a trajetória de vida e de vulnerabilidades de adolescentes vítimas de homicídio é mais uma obra que compõe o diversificado catálogo de publicações das Edições Inesp Digital e que, direta ou indiretamente, colaboram para apresentar respostas para as questões que afetam a vida do cidadão.

Prof. Dr. João Milton Cunha de Miranda
Diretor Executivo do Instituto de Estudos e Pesquisas
sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – Inesp

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente às famílias e pessoas do círculo afetivo das meninas vítimas de homicídio e às meninas que concederam entrevista. E seguimos agradecendo às pessoas, instituições e sociedade civil organizada que colaboraram com ações, discussões e articulações em campo, imprescindíveis para a realização deste trabalho.

CAUCAIA
Conselho Tutelar da Jurema
CRAS Guadalajara
Posto de Saúde Indígena Tapeba
Secretaria de Desenvolvimento Social

FORTALEZA
Associação de Moradores da Rosalina
Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ)
CRAS Barra do Ceará
CRAS Bela Vista
Cuca Barra
Cuca Jangurussu
Cuca Mondubim
EMEIF Barbara de Alencar
Escola Municipal José Bonifácio De Sousa
Escola Professor Jociê Caminha
Escola Presidente Humberto Castelo Branco
Escola Santo Amaro
Prefeitura de Fortaleza
Projeto Meninos de Deus
Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social de Fortaleza (SDHDS)
Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza (SMS)

ITAPIPOCA
EEMT Maria Nazaré de Sousa escola do assentamento do MST

ITAREMA
CRAS Maria Galdino
EEMTI Valdo de Vasconcelos Rios Liceu de Itarema
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

HORIZONTE
Conselho Tutelar
CRAS Catolé
CREAS Horizonte
Prefeitura de Horizonte

MARACANAÚ
CRAS Piratininga
EEMTI Carneiro de Mendonça
EEMTI Professor Edmilson Pinheiro

MARANGUAPE
CRAS Maranguape
EEFM Caic Senador Carlos Jereissati
EEMTI Anchieta

PACAJUS
CRAS Coaçu
CRAS Josidith Pereira de Azevedo (CRAS Bangubraz)
EEF Vereador Joaquim Nogueira Lopes
Escola Padre Coreolano

SOBRAL
Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de Violência (UGPPV) da Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social (Sedhas)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ
À Comissão de Direitos Humanos e Cidadania
À Diretoria Geral
À Diretoria Administrativa e Financeira
À Presidência
À Procuradoria de Mulheres
Ao Setor de Transportes e motoristas

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF)

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Ao Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)
Ao NAPAZ Bom Jardim
Ao Pacto por um Ceará Pacífico
À Perícia Forense do Ceará (PEFOCE)
À Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do Ceará (SPS)
À Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS)
À Vice-Governadoria do Ceará

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
À Biblioteca da Filó
À Casa Camboa
Ao Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA Ceará)
Ao Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS) / Jovens Agentes da Paz (JAP)
Ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA)
Ao Fórum Cearense de Mulheres (FCM)
Ao Fórum de Cultura do Grande Bom Jardim
Ao Fórum de Organizações Não Governamentais em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA)
Ao Grupo de Mães do Sistema Socioeducativo /Prisional de Fortaleza
Ao Grupo Mães do Curió
Ao Grupo Somos Todas Marias
Ao Instituto Negra do Ceará (INEGRA)
Ao Movimento Cada Vida Importa
Ao Projeto Princesinha de Favela (PPDF)

UNIVERSIDADES
Ao Departamento de Estatística da Universidade Federal do Ceará (UFC)
Ao Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violências, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES - UFC)
Ao Laboratório de Estudos da Violência (LEV – UFC)
Ao Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (Nucepec – UFC)
À Rede de Observatórios de Segurança

SISTEMA DE JUSTIÇA
Ao Ministério Público do Estado do Ceará / Procuradoria Geral de Justiça
Ao Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (Nudem) – Defensoria Pública do Estado do Ceará
À Rede Acolhe – Defensoria Pública do Estado do Ceará





VOCABULÁRIO CONCEITUAL

Adolescência – Etapa da vida em que o indivíduo se encontra entre os 10 e 19 anos, de acordo com os parâmetros da Organização Mundial de Saúde (Organización Mundial de la Salud, 2016) a serem utilizados neste Relatório. A adolescência deve ser vista a partir de uma construção social e histórico-cultural, portanto, multifacetada, plural e dinâmica, não podendo ser considerada universal.

Crimes Violentos Letais Intencionais – Designação criada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senas) para categorizar crimes de homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo que resulta em morte, também conhecido como latrocínio.

Epidemia de homicídios – Conceito da epidemiologia, adaptado a este estudo, faz referência a um determinado evento que ataca simultaneamente grande número de indivíduos em uma determinada localidade. Caracteriza-se, portanto, por uma elevação inesperada e descontrolada dos coeficientes de incidência de homicídios, ultrapassando valores do limiar epidêmico preestabelecido que, para esta circunstância, são de 10 mortes por 100.000 pessoas.

Facção criminosa – "Um coletivo constituído por associações, relacionamentos, aproximações, conflitos e distâncias necessárias entre pessoas comprometidas em fazer o crime, desenvolvendo relações afetivas profundas, laços sociais elaborados como os de família, e um sentimento de pertença desenvolvido pela crença em determinadas orientações políticas e éticas que a sustentam" (PAIVA, p.170, 2019).

Feminicídio – Homicídio praticado contra a mulher em decorrência do fato de ela ser mulher (misoginia e menosprezo pela condição feminina ou discriminação de gênero, fatores que também podem envolver violência sexual) ou em decorrência de violência doméstica. A lei 13.104/15, mais conhecida como Lei do Feminicídio, alterou o Código Penal brasileiro, incluindo o feminicídio como qualificador do crime de homicídio.

Gênero – Conceito proposto para a desconstrução e desnaturalização dos papéis feminino e masculino, possibilitando a introdução de compreensões das dinâmicas relacionais, tendo em vista que a divisão dicotômica entre homens e mulheres tem produzido historicamente diversos tipos de exploração e violência. O conceito de gênero de forma isolada não abarca as problemáticas e vivências em sociedade, devendo em sua análise conter outras dimensões como raça, classe, faixa etária, território.

Misoginia – O ódio, desprezo ou preconceito contra mulheres ou meninas. Pode se manifestar por meio da exclusão social, discriminação e objetificação sexual, hostilidade, violência, ideias de privilégio masculino e depreciação das mulheres.

Orientação sexual – Atração, desejo ou ligação afetiva sentida por outra pessoa. São chamadas heterossexuais pessoas que têm interesse pelo sexo oposto. Pessoas que se interessam pelo mesmo sexo são denominadas homossexuais (ou homoafetivas). Pessoas que sentem atração por homens e mulheres são denominados bissexuais (ou biafetivos).

Raça - Utilizada ao longo da história como um construto social, histórico e político para diferenciar e estratificar grupos sociais, com base em características físicas que determinam níveis de cidadania e humanização. Ainda assim, o termo raça não tem qualquer base científica na biologia molecular contemporânea, pois, entre humanos, só existe uma raça.

Racismo - Conjunto de estereótipos, preconceitos e discriminações que se baseia na crença da superioridade/inferioridade de um grupo racial ou étnico com relação a outro, em uma conjuntura de dominância social.

Sexismo - Atitude discriminatória que define quais usos e costumes devem ser respeitados por cada sexo, desde o modo de vestir até o comportamento social adequado.

Territorialidade – É onde a vida das adolescentes acontece, lugar de interação, sociabilidade, trabalho, residência, lugar de trocas materiais, espirituais e do exercício da vida. Sua extensão varia historicamente e a ocupação é definida pelas formas de poder entre as classes sociais.

Violência armada - Trata-se do uso intencional da força, com armas de fogo ou explosivos, por grupos organizados ou semi-organizados, contra indivíduos, grupos ou Estado, inibindo o avanço do desenvolvimento sustentável (OCDE-DAC, 2008).

Violência urbana – A violência que ocorre no meio urbano pode ter como motivação a fraca presença do Estado e a falta de seguridade social de seus indivíduos. Pode ser tratado como um fenômeno social ocasionado pelo intenso processo de êxodo rural para as grandes cidades, saturando a infraestrutura urbana já precarizada e

desordenada em uma série de fatores, como emprego, moradia, transporte, saúde, educação, entre outros. A partir desse cenário, desencadeia-se uma gama de problemas sociais graves, como a morte de milhares de jovens anualmente, reflexo da intensa desigualdade social no Brasil.

Violência doméstica - De acordo com o Artigo 5º da Lei Maria da Penha, violência doméstica e familiar contra a mulher é "qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial".

Vulnerabilidade social - Sintetiza uma maior exposição e suscetibilidade de indivíduos ou grupos aos problemas enfrentados na sociedade, seja pela violação de seus direitos, seja pelas dificuldades de acesso a serviços sociais básicos como saúde, alimentação, educação, lazer, moradia, segurança e justiça.



SUMÁRIO

PREFÁCIO 14

APRESENTAÇÃO 18

1. O COMITÊ: CADA VIDA IMPORTA 19

1.1. Monitoramento de dados: não são números, são vidas 20

1.2. Epidemia de homicídios de meninas e meninos no Ceará 20

1.3. Anos cruéis e letais para meninas e mulheres: um panorama 26

1.4. Mapas dos homicídios 28

1.5. Por que esta pesquisa? 30

2. SER MENINA NO CEARÁ 35

2. Quem eram essas adolescentes? Trajetórias de exclusão e negação de direitos 35

2.1.1. Marcadores sociais da exclusão: gênero, raça, classe e território 35

2.1.2. A cor da pele no discurso das famílias 40

ARTIGO I – VIOLÊNCIA ESTRUTURAL DE GÊNERO E O ASSASSINATO DE MENINAS **45**

2.1.3. Território e vivências periféricas 48

2.1.4. Mulheres provedoras: renda, gênero e raça 51

2.2. DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: SAÚDE, SEXUALIDADE E RELACIONAMENTOS **57**

2.2.1. Orientação sexual e vivências afetivas das adolescentes 58

2.2.2. Filhos órfãos de mães adolescentes: o impacto do homicídio na vida das crianças 62

ARTIGO II - "EXISTIRMOS: A QUE SERÁ QUE SE DESTINA?" **67**

2.3. EDUCAÇÃO E TRABALHO: EIXOS INVERSAMENTE PROPORCIONAIS NA VIDA DAS MENINAS **76**

2.3.1. Direito à educação como fundamental na prevenção aos homicídios 76

2.3.2. O trabalho precoce na vida das adolescentes: cuidadoras, vendedoras e domésticas 81

2.3.3. Participações coletivas e atividades de lazer: retaguarda necessária, porém falha 87

2.3.4. Lazer e as atividades diárias 90

ARTIGO III - CONTEXTOS, INSTITUIÇÕES, FAMILIARES E AMIGOS DE MENINAS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO NO CEARÁ: AFETOS E EMOÇÕES ATRAVESSAM SOCIABILIDADES, SUBJETIVIDADES E RECONHECIMENTOS **97**

2.3.5. Violência e atitudes consequentes: produção e reprodução nos ciclos de vida das mulheres 104

RELATO DE EXPERIÊNCIA - PESQUISADORAS **112**

3. CASA E FAMÍLIA **115**

3.1. A FAMÍLIA DAS ADOLESCENTES **118**

3.1.1. Escolaridade e renda: a conta que não fecha 123

3.1.2. Criação: suporte financeiro e afetivo é da mulher 131

3.2. SER MÃE EM CONTEXTOS VULNERÁVEIS **132**

3.2.1. Violência doméstica: o ciclo da vulnerabilidade 134

3.3. A FAMÍLIA COMO VÍTIMA INDIRETA DO HOMICÍDIO 138

RELATO DE EXPERIÊNCIA - PESQUISADORAS 144

4. TERRITÓRIO 147

4.1. Contexto de risco: relações partidas 147

4.1.1. Ciclo da insegurança 147

4.1.2. Comunidades atravessadas pelo medo 152

4.2. Aspectos institucionais: em quem confiar? 154

RELATO DE EXPERIÊNCIA - PESQUISADORA 162

5. MENINAS SÃO MORTAS POR SEREM MULHERES 165

5.1. Fatores de risco gerais para homicídio 166

ARTIGO IV - DA LEI MARIA DA PENHA AO CONCEITO DE FEMINICÍDIO 177

5.2. Por que as meninas morrem? 182

5.2.1. Facção e negação 183

5.2.2. "Sensação de posse" 190

5.2.3. Feminilidade faccionada 193

5.2.4. Raça e gênero não são identificados pelas respondente 196

5.2.5. Formas como a morte ocorreu 197

5.3. Vida após a morte 203

5.3.1. Estratégias de enfrentamento por parte dos familiares 203

5.3.2. Abordagem da mídia 205

RECOMENDAÇÕES 207

EIXOS 208

EIXO 1 - PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA 208

Virtual 208

Comunitário 208

Familiar 209

Individual 210

EIXO 2 - COMUNICAÇÃO E CULTURA 211

EIXO 3 - PROTEÇÃO À VIDA 202

EIXO 4 - ATENÇÃO À SAÚDE E AOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS 213

Direitos sexuais e reprodutivos 213

Gênero e Feminicídio 214

EIXO 5: ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO ÀS FAMÍLIAS DAS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO 215

EIXO 6 - PERMANÊNCIA NA ESCOLA E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA 216

Escola 216
Poder Público e Comunidade 217
EIXO 7 - FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE E INSERÇÃO LABORAL **218**
EIXO 8 - CIDADE, ESPORTE, LAZER E CULTURA **220**
EIXO 9 - MONITORAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E FEMINICÍDIO **221**

NOTA METODOLÓGICA E O CAMPO DE PESQUISA **223**
Método 223

FICHAS SÍNTESE – MUNICIPIOS VISITADOS **231**
1. Fortaleza 234
2. Caucaia 237
3. Maracanaú 238
4. Maranguape 239
5. Pacajus 240
6. Horizonte 242
7. Itarema 244
8. Sobral 246

CONSIDERAÇÕES FINAIS **248**

REFERÊNCIAS **252**

ANEXOS **256**





PREFÁCIO

POR JUREMA WERNECK

SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL

PARA A MENINA

DESMANCHO AS TRANÇAS DA MENINA
E OS MEUS DEDOS TREMEM
MEDOS NOS CAMINHOS
REPARTIDOS DE SEUS CABELOS

LAVO O CORPO DA MENINA
E AS MINHAS MÃOS TROPEÇAM
DORES NAS MARCAS-LEMBRANÇAS
DE UM CHICOTE TRAIÇOEIRO

VISTO A MENINA
E AOS MEUS OLHOS
A COR DE SUA VESTE
INSISTE E SE CONFUNDE
COM O SANGUE QUE ESCORRE
DO CORPO-SOLO DE UM POVO

SONHO OS DIAS DA MENINA
E A VIDA SURGE GRATA
DESCRUZANDO AS TRANÇAS
E A VESTE SURGE FARTA
JUSTA E DEFINIDA
E O SANGUE SE ESTANCA
PASSEANDO TRANQUILO
NA VEIA DE NOVOS CAMINHOS,
ESPERANÇA.

CONCEIÇÃO EVARISTO
POEMAS DE RECORDAÇÃO E OUTROS MOVIMENTOS



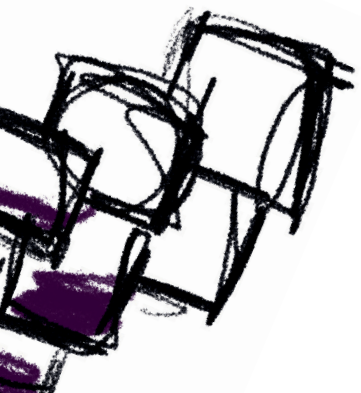
Conhecer as histórias de vida das 133 meninas narradas neste livro é como adentrar nas casas das famílias pobres das periferias do Ceará e do Brasil, chefiadas, em sua maioria, por mulheres. Mães, avós, amigas e meninas contam, pouco-a-pouco, sobre suas vivências e traumas decorrentes da violência urbana e de gênero, em regiões marcadas pela violência de Estado e a disputa de grupos armados pelo varejo das drogas. **Esses fragmentos de memórias revelam quem eram essas meninas, o que gostavam de fazer, com quem moravam, reconstruindo seus rostos e subjetividades, e desconstruindo processos acusatoriais e estigmas reproduzidos a partir do machismo, do racismo e do preconceito.**

O trabalho minucioso de pesquisa qualitativa e quantitativa realizado neste estudo do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência expõe os processos sociais racistas e excludentes que produziram a morte física e social de centenas de meninas pobres e negras nos últimos anos. A partir da escuta afetiva e cuidadosa dos relatos de 63 familiares de vítimas de homicídios e 71 meninas, com idade entre 10 e 19

anos, as pesquisadoras contribuem para o aprofundamento do debate acerca dos fatores de vulnerabilidade social que pesam sobre as adolescentes negras e periféricas e o contexto social em que foram assassinadas.

O Ceará foi o segundo Estado com o maior crescimento nos homicídios femininos (167%), segundo o Atlas da Violência de 2019. Em 2018, 114 meninas de 10 a 19 anos foram assassinadas, atingindo-se a mais alta taxa de homicídios de meninas no Estado: 15,4/ 100 mil. Uma epidemia violenta produzida pelo racismo e pelo sexismo, cujas vítimas têm, em média, 16 anos, moram com os pais, são majoritariamente negras e evangélicas. A metade delas parou de frequentar a escola, em muitos casos, para trabalhar e ajudar na renda da família, em sua maioria sustentada por mulheres.

As violências decorrentes do racismo e sua interseccionalidade em relação ao gênero perpetuam-se por gerações de mulheres negras e pobres no Ceará, que raramente denunciam as agressões sofridas. **O silenciamento dessas mulheres é mais uma violação que perpetua a hierarquização de sujeitos e direitos, diante da ausência de políticas públicas voltadas para essa parcela da população. Essas mulheres, mãe e avós, passam, então, a lidar de maneira solitária com o luto pela perda de suas meninas, sendo mais uma vez vilipendiadas em seu direito à reparação e a uma investigação imparcial e independente das mortes.** A maioria delas



adoece por conta do assassinato das meninas, sofrendo de diferentes formas os impactos psicossociais da perda de suas filhas, netas, primas, sobrinhas e amigas, sem apoio nem acompanhamento do Estado.

Na mídia e na opinião pública, é comum que as meninas assassinadas sejam culpabilizadas por suas mortes, a partir de julgamentos morais e de acusações sociais que ora lhes imputam condutas supostamente ilegais, ora desaprovam comportamentos não subservientes às práticas machistas predominantes. Chama a atenção o fato de que mais da metade das adolescentes havia sido ameaçada antes de morrer, o que revela que as mortes poderiam ser evitadas, se houvesse políticas de prevenção adequadas, bem como acesso ao Sistema de Justiça e a programas de proteção eficazes. A pesquisa revela, ainda, que em 64% dos casos, a vítima conhecia o autor do crime, e, em 59% houve um mandante, mas raramente os casos foram investigados. Muitos dos crimes têm indícios de feminicídio, apesar de estarem inseridos em contextos relacionados à violência de grupos armados no Ceará.

A tortura das vítimas e a crueldade dos crimes revelam a objetificação dos corpos negros e desumanização das meninas periféricas do Ceará. Ao falhar na promoção políticas de prevenção aos homicídios de meninas, ao direito à investigação e ao acolhimento às famílias das jovens, o Estado se retira do cumprimento de seu dever de enfrentar.

Com esse relevante trabalho, o Comitê colabora não somente para a aprofundar a compreensão dos processos sociais que atravessam esses assassinatos, como também colabora para a implementação de políticas de segurança pública, educação, cultura, acesso à saúde e promoção da cidadania, com o objetivo de reduzir os homicídios das meninas cearenses. Um importante passo foi dado para visibilizar o impacto da violência racial e de gênero e da violência urbana sobre as adolescentes e o contexto de vulnerabilidade dessas famílias. Cabe a cada um de nós lutar para que a justiça seja feita, para a responsabilização dos envolvidos, para que o Estado cumpra seu papel de garantir direitos e proteger as meninas do racismo patriarcal heteronormativo e as violências que produz.





APRESENTAÇÃO

1. O Comitê: Cada Vida Importa

O Comitê de Prevenção e Combate à Violência da Assembleia Legislativa do Ceará nasce a partir do trabalho do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência que, desde 2016, atua como instância de estudo, debate e mobilização. Ao longo de quatro anos, tem congregado diversos atores e instituições, em um esforço interinstitucional pela vida de meninas e meninos de 10 a 19 anos, a 2ª década de vida, conceito de adolescente adotado pelo Comitê com base em diretrizes da Organização Mundial da Saúde – OMS e do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), entidade esta que é parte do núcleo gestor do Comitê.

Mesmo com a delimitação da idade, basilar para pesquisa e monitoramento de dados, o trabalho do Comitê reverbera em crianças, jovens e familiares de adolescentes. Desde a primeira pesquisa, intitulada Cada Vida Importa, realizada em 2016, sobre adolescentes vítimas de Crimes Violentos Intencionais Letais (CVLI) em 2015, o objetivo tem sido superar respostas simples sobre as causas desses homicídios. Procurou-se observar a fundo a trajetória de vida dos adolescentes atravessados pela violência letal e precoce, diagnosticando os problemas para indicar as soluções de curto, médio e longo prazo, a partir da análise de quatro importantes aspectos da vida: individual, familiar, comunitário e institucional.

Ao longo de 2016, com a realização da pesquisa e de audiências públicas, seminários e grupos focais temáticos, o resultado foi a produção de 12 campos de recomendações, baseados em

evidências constatadas por meio da pesquisa e em diálogo com diretrizes presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei Nº 8.069/1990, na Constituição Brasileira de 1988 e em outros documentos e legislaturas nacionais e internacionais. Além de experiências bem sucedidas, cujas ações se voltaram para políticas públicas de prevenção de homicídios e promoção da vida na adolescência, em que pese esforço coletivo, vontade política, execução orçamentária e integração de redes de proteção.

1.1. MONITORAMENTO DE DADOS: NÃO SÃO NÚMEROS, SÃO VIDAS

O intenso trabalho de monitoramento de dados feito pelo Comitê se debruça sobre números absolutos, estatísticas e taxas de homicídios. Por si só, são informações suficientes para alavancar ações que evitassem o agravamento da situação. Mas não são só números, são histórias de vida perdidas, brutalmente interrompidas, vítimas de uma situação que não deveria existir.

O acompanhamento mensal, semestral e anual, feito ao longo dos quatro anos de atuação, consideram causas e recomendações já elaboradas pelo Comitê, para produção de notas técnicas, relatórios semestrais, novas pesquisas e outros materiais que buscam compreender a dinâmica que agrava ou reduz os índices de morte e mobilizar a alteração dessa realidade a partir da incidência política.

Nessa perspectiva, para se chegar ao ano de 2018 e tentar delinear o contexto da morte de 114 meninas de 10 a 19 anos no Ceará, vítimas de CVLI, foi feito levantamento dos últimos 20 anos sobre homicídios de adolescentes no Estado. Os dados são do Sistema de Informações Sobre Mortalidade (SIM) da Secretaria Estadual de Saúde do Ceará (SESA) e as taxas de homicídio foram estimadas para 100 mil pessoas, empregando as estimativas populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir do banco de tabelas estatísticas (SIDRA), e a base de dados do SIM, considerando especificamente as mortes por causas externas.

1.2. EPIDEMIA DE HOMICÍDIOS DE MENINAS E MENINOS NO CEARÁ

Entre 2000 e 2019, foram registrados 54.458 casos de homicídio no Ceará, dos quais 10.560 (19,39%) as vítimas eram adolescentes de 10 a 19 anos de idade. No gráfico a seguir **Figura 1**, é possível observar a taxa de homicídio, tanto para a população geral quanto para adolescentes. O uso de taxas permite uma comparação mais precisa entre grupos distintos, visto que o cálculo leva em consideração o número da população de cada faixa etária.

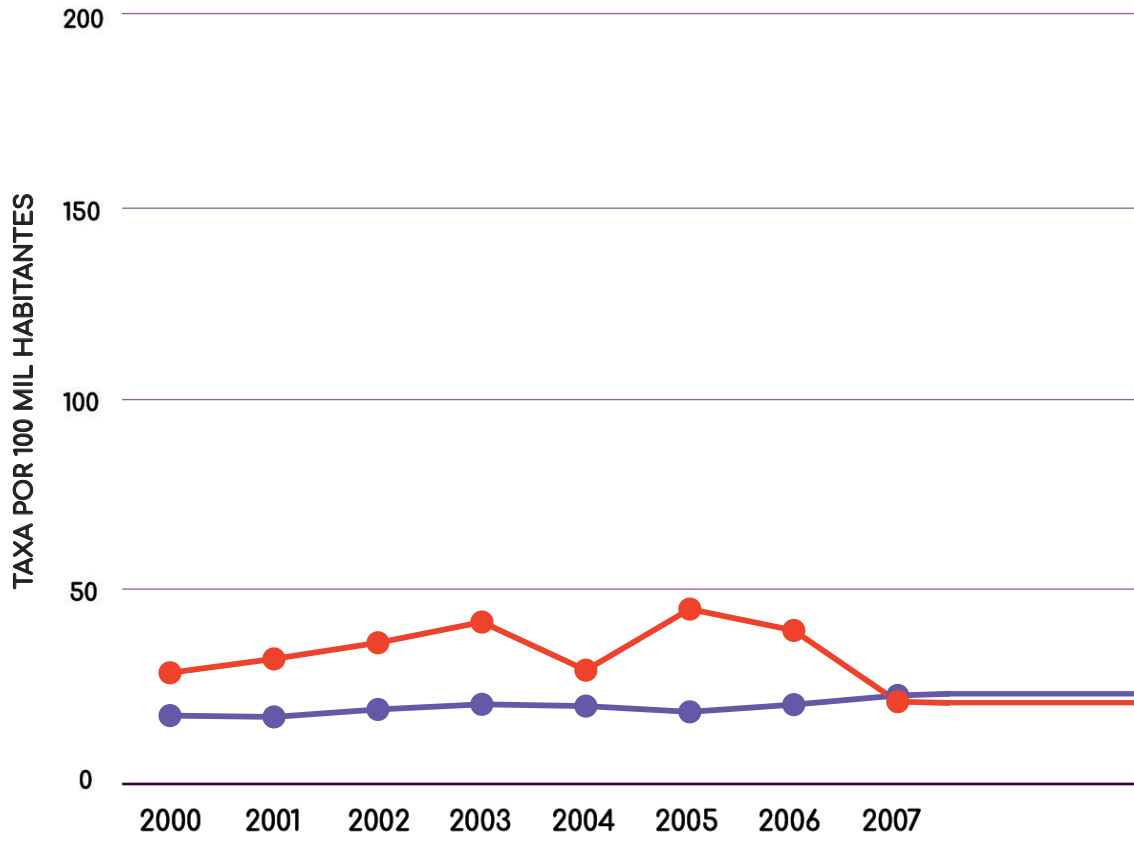
Observa-se que a taxa de homicídios de adolescentes só foi menor que a da população geral nos anos 2007 e 2008, e o período seguinte, entre os anos de 2009 e 2015, pode ser considerado o mais perigoso para os adolescentes do Estado, visto que a taxa cresce até atingir seu pico em



A TRAJETÓRIA DE VIDA E

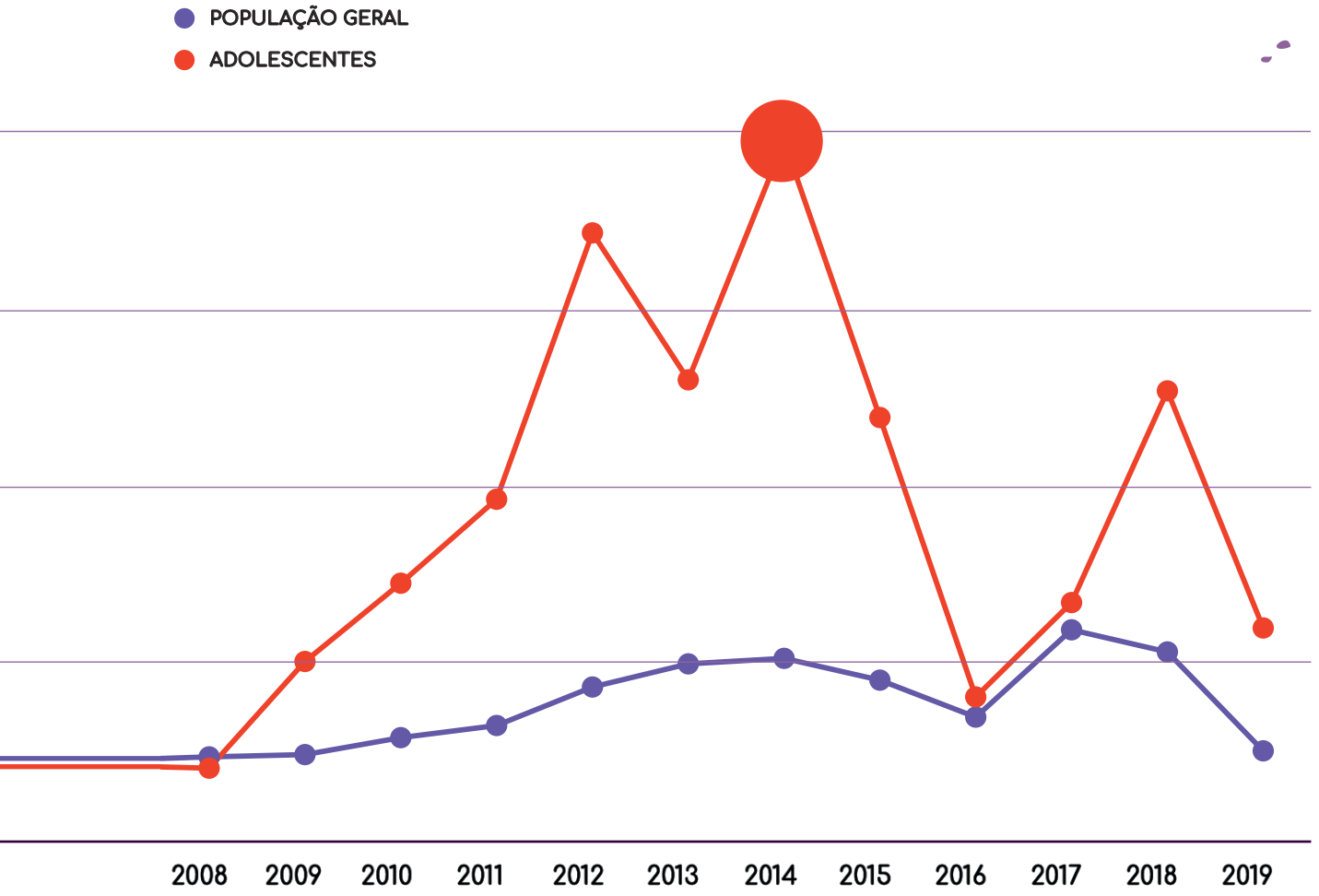
FIGURA 01

DISTRIBUIÇÃO DA TAXA DE HOMICÍDIOS ENTRE 2000 E 2019, POPULAÇÃO GERAL E ADOLESCENTES



2014, quando morreram 197,23 adolescentes a cada 100 mil.

Levando em consideração a grave situação dos adolescentes, é valido analisar a taxa de homicídios de adolescentes em função do gênero. Novamente, vale destacar que a taxa permite uma comparação mais acertada, visto que considera a quantidade de pessoas por ano de um determinado gênero e de uma determinada faixa etária. No próximo gráfico **Figura 2**, é possível observar a distribuição das taxas de homicídio de



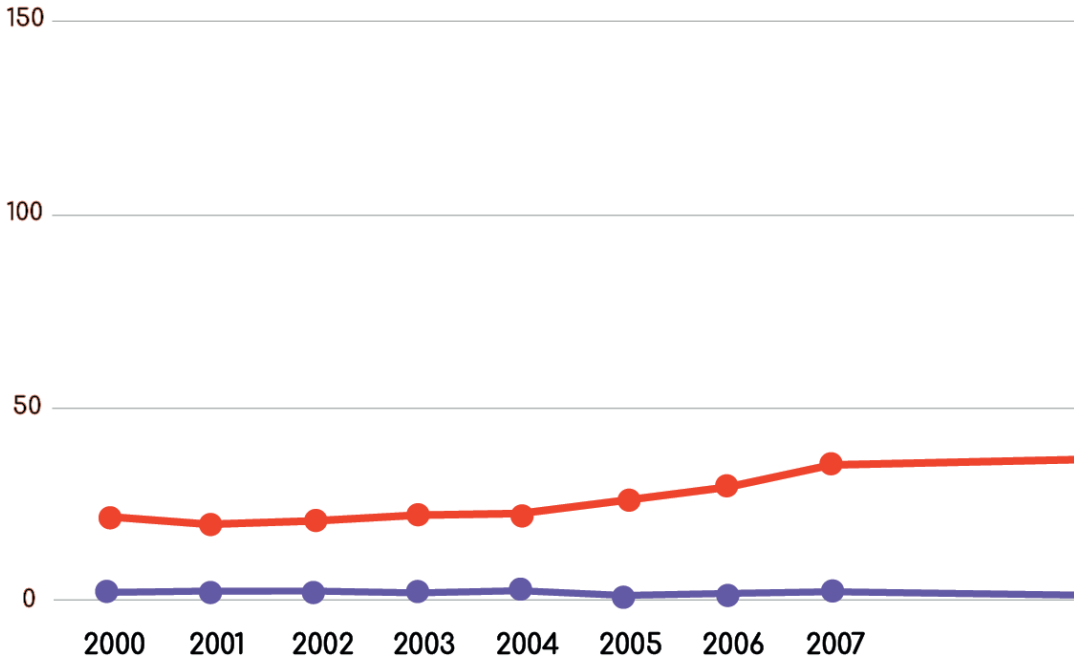
adolescentes meninos e meninas. De início, chama atenção a distância entre as linhas, o que aponta para uma vitimização maior de meninos que meninas. A taxa de homicídio de meninos começa a crescer em 2009 (39,33), e acompanhando o movimento da taxa geral de adolescentes e da população geral, atinge também um primeiro pico em 2014 (120,92) e em 2017 (127,65).

Em uma segunda olhada, o gráfico **Figura 2** revela uma taxa relativamente baixa de homicídio de meninas, que

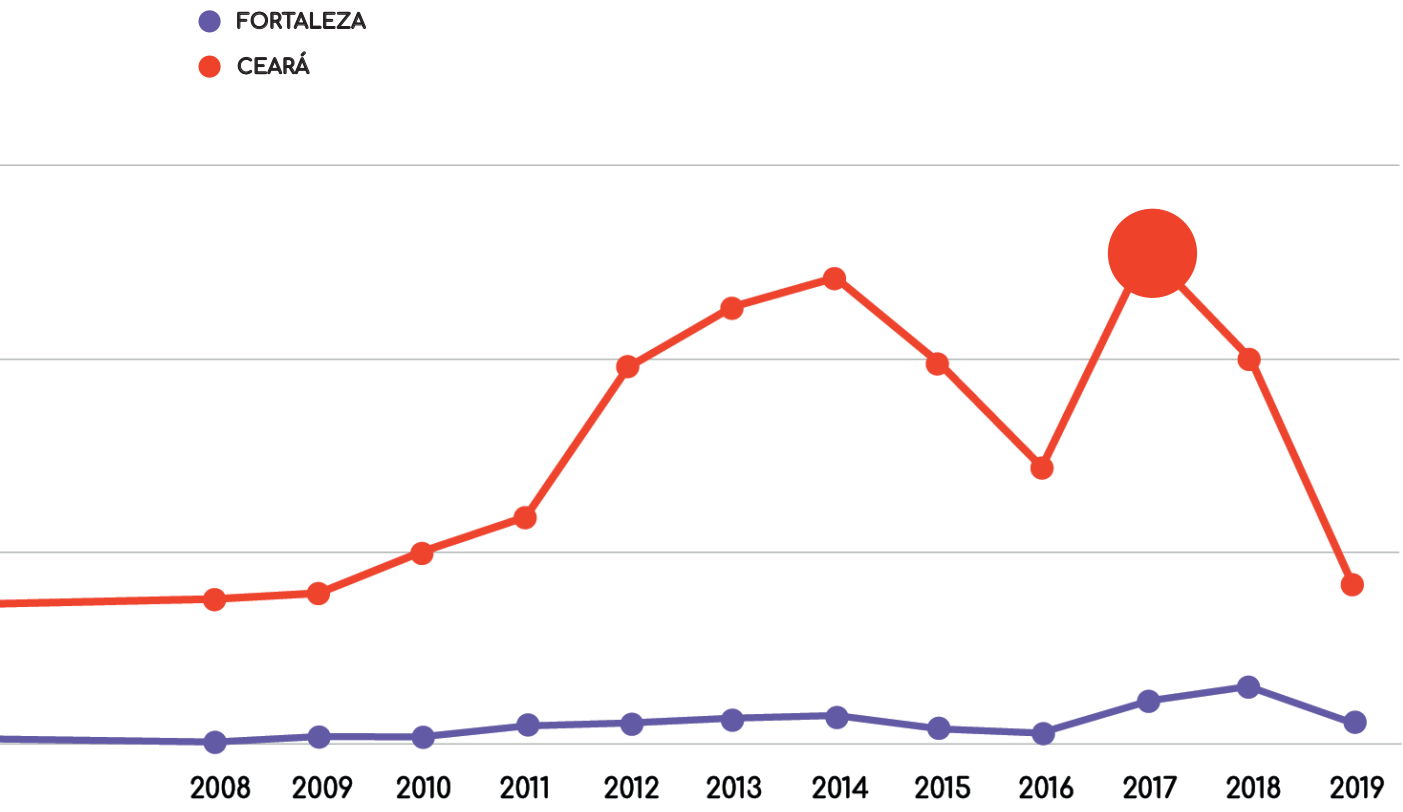
em 2014 atinge o primeiro pico (7,74), ao passo que o segundo é atingindo em 2017 (11,42), e aumenta em 2018 (15,04), um ano após o segundo pico dos meninos. Esses valores podem passar a errônea impressão de que as adolescentes cearenses estão relativamente seguras, tendo em vista as elevadas taxas de homicídio descritas para o Estado e para meninos na mesma faixa etária. Entretanto, após uma observação atenta, é possível ob-

FIGURA 02

DISTRIBUIÇÃO DA TAXA DE HOMICÍDIOS ENTRE 2000 E 2019, ADOLESCENTES MENINOS E MENINAS



servar que as taxas, mesmo oscilando, aumentam ano a ano, até atingir a marca de 11,42 no ano de 2017, ampliando-se para 15,04 em 2018. Esse período coloca o homicídio de meninas no Ceará em um outro patamar. Esse deixa de ser um problema grave para se tornar uma epidemia, considerando o critério estabelecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de 10 homicídios por 100 mil habitantes.



1.3. ANOS CRUÉIS E LETAIS PARA MENINAS E MULHERES: UM PANORAMA

A redução nos homicídios vista no ano de 2018 não alcançou o público feminino. Os dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará (SSPDS) nesse ano mostram a redução de 11,98% no número de homicídios no Ceará na população geral e de 20,42% nos homicídios de pessoas do sexo masculino (na faixa etária de 10 a 19 anos), o que sem dúvida deve ser comemorado. No entanto, se olharmos com a lente de gênero, o ano foi brutal para meninas e mulheres.

Comparando os anos de 2017 e 2018, houve aumento de 42,50% na morte de pessoas do sexo feminino entre 10 e 19 anos no Ceará, passando de 80 para 114. Se o ano de comparação for 2016, quando houve 27 assassinatos, a variação é bem maior: 322%.

Em Fortaleza, a situação é ainda mais alarmante nessa faixa etária. Enquanto no grupo do sexo masculino houve redução de 34,99% em relação a 2017, no grupo do sexo feminino houve incremento de 90,32%, passando de 31 homicídios em 2017 para 59 em 2018. Em comparação com 2016, quando foram assassinadas 6 meninas, o número de homicídios cresceu quase 10 vezes em um intervalo de dois anos.

O caso já vinha sendo observado com preocupação pelo Comitê desde o fim do ano de 2017, quando o Ceará registrou aumento de 196% nas mortes violentas em que as vítimas eram meninas adolescentes de 10 a 19 anos, em relação ao ano de 2016. Em Fortaleza, essa variação supera a marca dos 400% no mesmo período. Em 2017, fo-



HOMICÍDIOS DE ADOLESCENTES DE 10 A 19 ANOS

CEARÁ

MENINOS
2017 - 2018
↓20,42%

MENINAS
2017 - 2018
↑45,5%

2016 - 2018
↑322%

FORTALEZA

MENINAS ASSASSINADAS
2016 - 2018
↑417%

2017 - 2018
↑90,32%

O NÚMERO DE **MENINAS ASSASSINADAS É 10 VEZES MAIOR** ENTRE 2016 E 2018 EM FORTALEZA

FONTE: SSPDS

ram assassinadas 80 adolescentes do sexo feminino no Estado, 31 delas só na Capital.

Esse fenômeno também é apontado pelo Atlas da Violência de 2019, que revela um crescimento dos homicídios femininos no Brasil no ano de 2017, ocorrendo 13 assassinatos por dia no País (CERQUEIRA et. al., 2019). Entre 2007 e 2017, houve crescimento da taxa de homicídios entre mulheres em 17 Unidades da Federação. O estudo, ao considerar o período decenal entre 2007 e 2017, aponta que o Ceará apresentou o segundo maior crescimento entre os Estados (176,9%), ficando atrás somente do Rio Grande do Norte que apresentou o maior crescimento, com variação de 214,4%. Em 2017, o Ceará ocupava a 4º posição entre as unidades federativas onde houve mais violência letal contra as mulheres com taxa de 8,1, sendo 4,7 a taxa média do nacional

ASSASSINATO DE MULHERES

BRASIL

13
assassinatos por dia em 2017

4,7
taxa média nacional

CEARÁ

176%
de aumento entre 2007 e 2017

2º MAIOR CRESCIMENTO DO PAÍS

8,1
taxa média no Estado em 2017

4ª MAIOR DO PAÍS

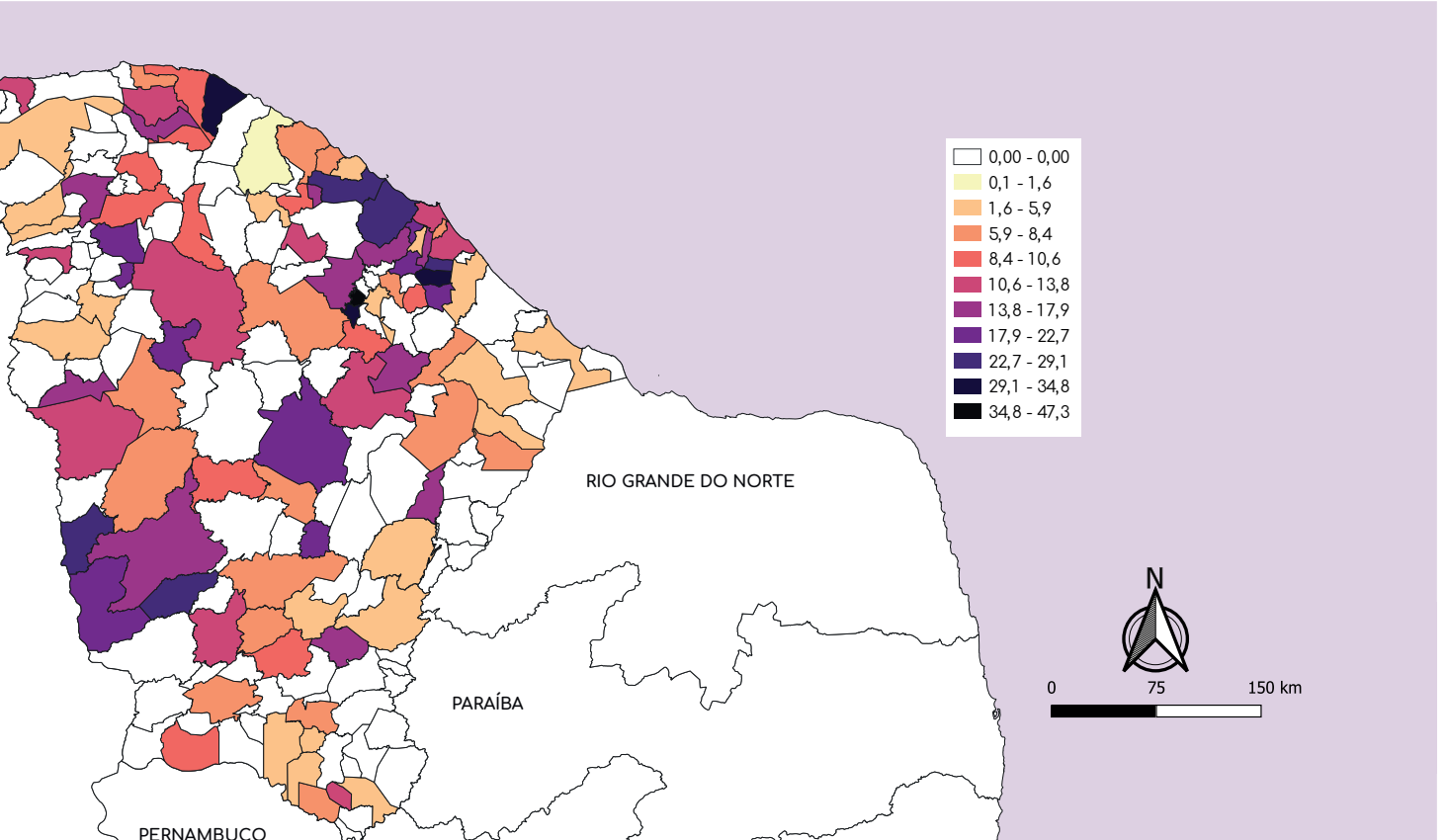
FONTE: ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019

1.4. MAPAS DOS HOMICÍDIOS

No mapa **Figura 3** abaixo, é possível observar a distribuição das taxas de homicídio de mulheres para o ano de 2018. Dos 184 municípios cearenses, 97 (52,71%) apresentam taxa zero e são representados na cor branca. Entre os municípios com casos de homicídio de mulheres, 43 (23,36% do total) apresentam taxas abaixo de 10, ou seja, não vivenciam uma epidemia. Por fim, em 44 municípios (23,91% do total) o homicídio de mulheres era epidêmico, com taxas variando entre 10,05 (Itapiúna) e 47,29 (Mulungu). Esses dados permitem compreender que em quase metade do Estado houve homicídio de mulheres em 2018, e em quase um quarto do Ceará o homicídio de mulheres é epidêmico.

FIGURA 03

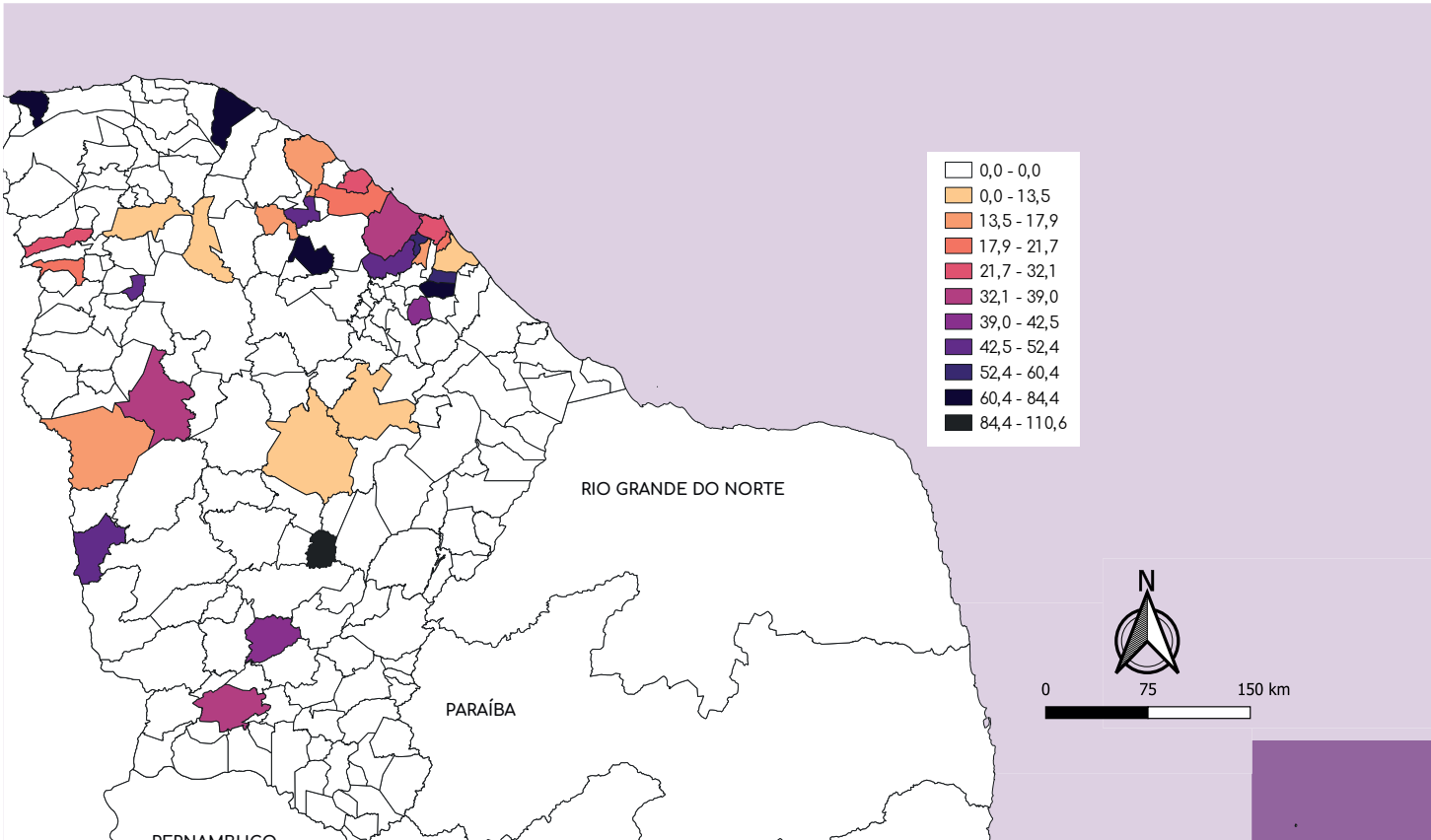
DISTRIBUIÇÃO DA TAXA DE HOMICÍDIO DE MULHERES EM 2018



Neste outro mapa **Figura 4**, é possível observar a espacialização das taxas de homicídio de meninas adolescentes para o ano de 2018. O número de municípios com taxa zero de homicídios de meninas é maior, em comparação ao de homicídio de mulheres, um total de 154 cidades (83,69%). Porém, para todos os outros 30 Municípios, o homicídio de meninas é epidêmico, visto que a menor taxa é de 10,25 (Sobral) ao passo que a maior é 110,64 (Deputado Irapuan Pinheiro). Como dito anteriormente, o assassinato de meninas é um problema grave, e o fato de que em 2018 todos os municípios com casos estavam em estado de epidemia descreve a extensão da questão.

FIGURA 04

DISTRIBUIÇÃO DA TAXA DE HOMICÍDIO DE MENINAS EM 2018

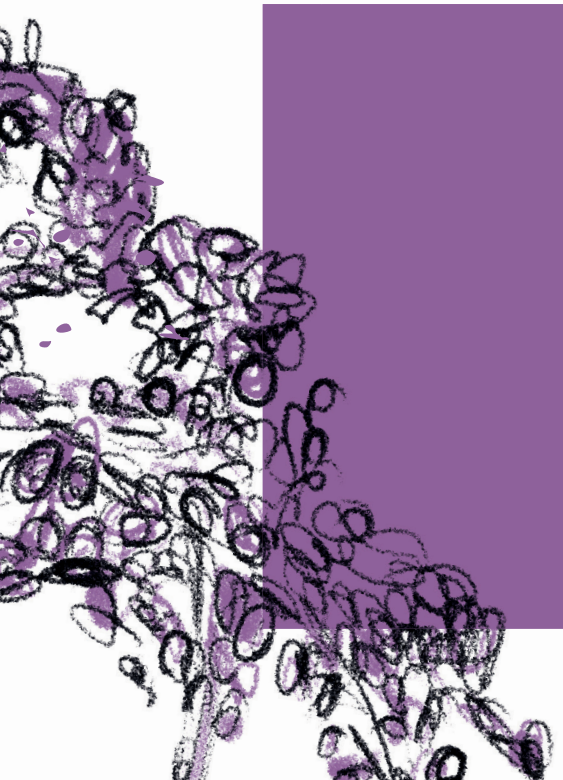


DENTRE AS VÁRIAS QUESTÕES QUE SUSCITARAM, O COMITÊ SE COMPROMETEU A DESENVOLVER NOVA PESQUISA, A PARTIR DA SEGUINTE INDAGAÇÃO: DE QUE FORMA A VULNERABILIDADE SOCIAL A QUE ESTÃO SUBMETIDAS MENINAS ADOLESCENTES CONTRIBUIU PARA O AUMENTO EXPONENCIAL DE ASSASSINATOS DE MENINAS NO ESTADO DO CEARÁ?

1.5. POR QUE ESTA PESQUISA?

Diante dos dados apurados e de uma intensa mobilização social e política, principalmente de grupos feministas como o Fórum Cearense de Mulheres (FCM) – que acompanhava o aumento de homicídios de meninas e mulheres desde o final de 2017, cruzando notícias da imprensa e dados da SSPDS –, a necessidade de investigar as causas e traçar políticas públicas focalizadas mostrou-se alarmante e urgente. Dentre as várias questões que suscitaram, o Comitê se comprometeu a desenvolver nova pesquisa, a partir da seguinte indagação: de que forma a vulnerabilidade social a que estão submetidas meninas adolescentes contribuiu para o aumento exponencial de assassinatos de meninas no Estado do Ceará?

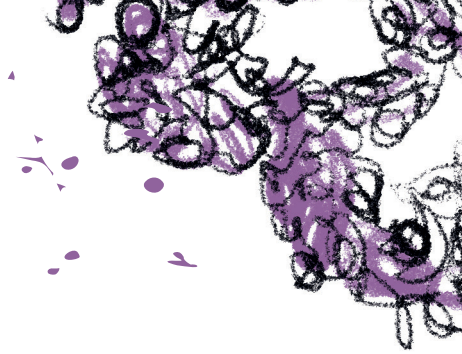
Em busca de respostas, a pesquisa procurou levantar evidências dos processos de vulnerabilização, na perspectiva de recomendar ações de políticas públicas específicas.



TRAJETÓRIA DE VIDA DAS MENINAS

Nesse caminho, como objetivo geral, buscou-se compreender a trajetória de vida de meninas, entre 10 e 19 anos, assassinadas no ano de 2018, e como objetivos específicos buscamos:

1. Analisar como os marcadores de raça, classe, gênero e território operam e se interrelacionam na trajetória de vida das meninas assassinadas;
2. Descrever meios e formas empregadas no assassinato de meninas;
3. Conhecer as características dos suspeitos de assassinatos de meninas;
4. Identificar as políticas públicas acessadas



1.5.1. PESQUISA LIDERADA PELA ALCE, COM RECURSOS PRÓPRIOS E EXCLUSIVOS

A pesquisa sobre vulnerabilidade de mulheres ao homicídio na adolescência foi realizada pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará com recurso próprio. Para tanto, foram contratadas seis (6) pesquisadoras mulheres, durante seis (6) meses, com nível de mestrado e doutorado, para realização do trabalho de campo e produção de dados. A maior parte da equipe contratada já havia trabalhado anteriormente na pesquisa realizada pelo Comitê em 2016, que resultou no relatório Cada Vida Importa.

1.5.2. ESCUTA CUIDADOSA DE MULHERES E MENINAS

O ponto de partida da pesquisa, de natureza quantitativa, foi conhecer a história de vida das meninas vítimas de homicídios, e isso só se torna possível fazendo uma escuta atenta e cuidadosa a quem as conhecia. Para isso, dos 114 casos em 30 cidades, foram considerados 98 como base amostral da pesquisa, pois provinham de cidades com mais de duas ocorrências, o que garantia maior viabilidade para encontrar as famílias.

Dos casos considerados, foram localizadas e entrevistadas 62 famílias, com aplicação de questionário com perguntas objetivas e subjetivas sobre aspectos psicossociais das adolescentes. Além das entrevistas com familiares, que definem o caráter de heterorrelato da pesquisa, a investigação também se debruçou sobre outra fonte de informação, que permitisse a comparação dos dados: o autorrelato de meninas em condições

DESSA FORMA, ESTA PESQUISA CONTA COM DOIS GRUPOS, O PRIMEIRO É FORMADO POR FAMILIARES DE VÍTIMAS DE HOMICÍDIO, AO QUAL NOS REFERIREMOS COMO GRUPO DE MENINAS VÍTIMAS (EXPERIMENTAL). POR SUA VEZ, O SEGUNDO GRUPO É CONSTITUÍDO POR 71 MENINAS ENTREVISTADAS, TAMBÉM ENTRE 10 E 19 ANOS, A QUEM NOS REFERIREMOS COMO GRUPO DE MENINAS VIVAS (CONTROLE).

similares às que foram vitimadas, mas que podem contar sua própria história e proporcionam elementos adicionais à investigação da vulnerabilidade a homicídios.

Dessa forma, esta pesquisa conta com dois grupos, o primeiro é formado por familiares de vítimas de homicídio, ao qual nos referiremos como grupo de meninas vítimas (experimental). Por sua vez, o segundo grupo é constituído por 71 meninas entrevistadas, também entre 10 e 19 anos, a quem nos referiremos como grupo de meninas vivas (controle).

O grupo de meninas vivas teve como objetivo avaliar, de forma mais precisa, variáveis com maior poder preditivo da menina estar viva. Para fim de comparação de dados, as entrevistas com o grupo de meninas vivas tiveram as seguintes variáveis controladas, também encontradas no questionário com familiares: Local de residência; Idade; Filhos; Abandono escolar e Participação em projetos sociais.

Todas as entrevistas ocorreram em duplas para facilitar o preenchimento do questionário e o registro das informações por meio de diários de campo, como também para contribuir com a segurança das pesquisadoras em campo, que percorreram os locais mais precarizados das cidades de Fortaleza, Maracanaú, Maranguape, Caucaia, Horizonte, Pacajus, Itarema e Sobral.

Visando garantir o cuidado e a ética em todas as etapas da pesquisa, contou-se com a participação de um grupo composto por quatro pesquisadoras, doutoras e professoras de instituições públicas e privadas, ao qual nos referimos como consultoras. Elas acompanharam o processo de desenho e execução da pesquisa, no intuito de assegurar a qualidade dos aspectos éticos e técnicos da investigação

É importante frisar que o método utilizado, contando com duas principais fontes, familiares e adolescentes, implica em informações com aspectos diversos, tendo em vista a particularidade de informações hetero e autorrelatadas. Do ponto de vista metodológico, essa dessemelhança na maneira de obtenção da informação pode ser considerada um fator limitante para levantamento de dados. Essa escolha se deu por razões técnicas, as quais visavam a agregar maior exequibilidade à pesquisa e que podem ser observadas com mais detalhes, bem como outros percursos da pesquisa, no capítulo Nota Metodológica, ao final do relatório.

Por fim, é valido salientar que a utilização de informações com características relativamente distintas implica na compreensão dos dados de forma contextualizada, levando em consideração as fontes de informação e o nível de precisão de cada uma. Contudo, essa escolha não agrega falhas à pesquisa, tendo em vista que os resultados permitem identificar diferenças expressivas, além de possibilitar a inferência de alguns elementos vulnerabilizantes que ocasionam homicídios de meninas.



A TRAJETÓRIA DE VIDA



2. Ser menina no Ceará

2.1. QUEM ERAM ESSAS ADOLESCENTES? TRAJETÓRIAS DE EXCLUSÃO E NEGAÇÃO DE DIREITOS

> Mas ela era forte, valente, atrevida, linda e amorosa, minha melhor neta."
> **AFIRMA AVÓ, COM VOZ EMBARGADA DE SOFRIMENTO.**

Esta seção tem por objetivo levantar informações acerca dos dados relativos à gênero, raça, território e classe. É importante frisar que gênero é uma categoria central neste estudo, não utilizado como recorte, mas presente em uma dimensão transversal em todo o debate a que se pretende realizar acerca dos homicídios de adolescentes meninas.

2.1.1. MARCADORES SOCIAIS DA EXCLUSÃO: GÊNERO, RAÇA, CLASSE E TERRITÓRIO

> Era uma família só de mulheres e isso havia influenciado na morte da adolescente. Segundo as irmãs, ele não mexia com a ex-namorada por que ela tinha irmão, mas viu que aqui só era mulher, frágil
> **DIÁRIO DE CAMPO, GABRIELA COLARES**

Abordar gênero nos homicídios de adolescentes implica entendermos quais papéis as meninas vêm assumindo na dinâmica das relações nas periferias, uma vez que esta problemática se concentra nos territórios mais vulnerabilizados e com menores investimentos públicos da cidade. Desta forma, nos cabe per-

Quem são elas?

Cada uma das 62 meninas vítimas, cuja trajetória de vida foi contada pelas famílias, e das 71 meninas vivas, que puderam falar de sua própria história, tiveram aqui suas características consideradas, registradas e analisadas uma a uma. Entretanto, as proporções em cada um dos grupos são similares à proporção geral, indicando, assim, que as 133 trajetórias de vida partilham características em comum.



16 anos
Média de idade

59,10%
Pardas

39,10%
Evangélicas

29,03%
Católicas

84,40%
Solteiras

67,90%
Morando com os pais

50,40%
Não frequentaram Escola

guntar: como essas adolescentes têm se desenvolvido? Quais suas perspectivas de futuro, desejos, vontades, angustias, sonhos e medos? Por isso, é importante nos estudos sobre gênero, em contextos de violência, incluir outros marcadores sociais como raça, classe, orientação sexual e outros que complexifiquem a compreensão sobre o problema.

Resgatando os debates que reproduzem discursos sobre a mulher ao longo da História, vemos que as posturas naturalistas, assentadas em discursos médicos, foram responsáveis pela legitimação da desigualdade entre os sexos, para sustentar a inferioridade feminina. Por sua vez, a concepção de gênero, como construção social, organizada a partir de um conjunto de significados de masculino e feminino, não tem sido suficiente para superar os papeis atribuídos às diferenças sexuais estereotipadas (NOGUEIRA, 2011; HENNING, 2015).

Tal concepção, ainda presente na sociedade, marca de forma mais contundente a vida das meninas periferizadas, ou seja, visões acerca da mulher, vinculadas à sua capacidade de reprodução e de desvalorização com relação ao homem, permanecem como uma tentativa de manter as desigualdades baseadas no sexo, aprofundando dinâmicas de opressão e subordinação.

Dessa forma, muitas adolescentes, mesmo estando conscientes e reconhecendo seus direitos, são impossibilitadas de se emanciparem. Isso resulta em uma restrição de liberdade e movimentação nos territórios, deixando o exercício da sua cidadania reduzido a esferas privadas. No relato a seguir, uma mãe comenta a violência de gênero construída por meio de armadi-

lhas dos grupos armados, para vitimizarem as adolescentes:

■ A JOVEM TINHA VINCULAÇÃO COM UM GRUPO ARMADO. FOI BATIZADA E SE RELACIONAVA COM UM RAPAZ TAMBÉM VINCULADO. A MÃE COMENTA QUE ESSA É UMA ESTRATÉGIA DAS FACÇÕES: ELAS RECRUTAM JOVENS DO SEXO FEMININO, BATIZAM E AS QUE "DESOBEDECEM" SÃO COLOCADAS COMO OLHEIRAS NOS TERRITÓRIOS INIMIGOS, POIS FICAM MAIS EXPOSTAS E PODEM SER MAIS FACILMENTE ASSASSINADAS. ■ DIÁRIO DE CAMPO, LARA SILVA

Assim, diante do relato, é notório o quanto ainda precisamos avançar nas discussões de gênero, pois em alguns contextos não é possível observar mudanças profundas na oposição entre os sexos, onde as prescrições de papéis são pautadas nas relações de poder e dominação. Mulheres oprimidas têm vivido em silêncio a condição de vítima. E o impacto do sexismo e da subordinação ganha novos contornos diante de fatores como pobreza econômica, discriminação étnico-racial e orientação sexual.

Para o construcionismo social, gênero é entendido como uma construção de significados, organizada nas interações e relações sociais, no acesso aos recursos e ao poder, ajudando a construir formas de organização social e institucional. (NOGUEIRA, 2001). Para Butler (2003, p. 20), "é impossível separar a noção de 'gênero' das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida".

Diante disso, a luta das mulheres contra as várias formas de injustiças e desigualdades políticas e socioeconômicas parece não ter atingido ainda uma parcela signi-

DESSA FORMA, MUITAS ADOLESCENTES, MESMO ESTANDO CONSCIENTES E RECONHECENDO SEUS DIREITOS, SÃO IMPOSSIBILITADAS DE SE EMANCIPAREM. ISSO RESULTA EM UMA RESTRIÇÃO DE LIBERDADE E MOVIMENTAÇÃO NOS TERRITÓRIOS, DEIXANDO O EXERCÍCIO DA SUA CIDADANIA REDUZIDO A ESFERAS PRIVADAS.

ASSIM, OS TRAÇOS DA CULTURA E OS PAPÉIS NORMATIVOS VÃO SENDO INTERNALIZADOS, APROFUNDANDO VISÕES DUALISTAS E BIOLOGIZANTES, QUE COLOCAM O HOMEM EM UMA POSIÇÃO DE SUPERIORIDADE E PODER, REPRODUZINDO DESIGUALDADES E OPRESSÕES QUE RECAEM DE FORMA CONTUNDENTE SOBRE A VIDA DE ADOLESCENTES DESTE ESTUDO.

ficativa de jovens negras e residentes nas periferias dos centros urbanos. Com isso, o sexismo impõe restrições e impactos maiores às jovens deste estudo, como é possível ver no relato a seguir sobre a morte de uma adolescente:

> A TIA RECONHECE E INDICA QUE O FATO DA ADOLESCENTE SER MULHER, CORROBOROU PARA O DESFECHO DO CASO, ASSOCIADO À LIMITAÇÃO NA FORÇA FÍSICA QUE NÃO A IMPEDIU DE SER ASFIXIADA. NESSE CASO, A QUESTÃO DA COMPOSIÇÃO E DO GÊNERO FEMININO É VISTA COMO ALGO FRÁGIL E NEGATIVA, UM FATOR DE RISCO NO CONTEXTO SOCIAL DE VIOLÊNCIA DA COMUNIDADE. ■ DIÁRIO DE CAMPO, TICIANA SÁ

E, mesmo após o homicídio, as mães relatam o menosprezo pela vida das suas filhas mulheres, o desvalor e a subordinação, não havendo resposta do Estado pela via judicial às mortes das adolescentes, como expresso no relato a seguir:

> A MÃE AFIRMA QUE SUA PALAVRA NÃO FOI CONSIDERADA COMO DENÚNCIA DO MANDANTE, POR SER A DE UM HOMEM CONTRA A DE UMA MULHER. O CASO AINDA NÃO FOI APURADO. ■ DIÁRIO DE CAMPO, TICIANA SÁ

Assim, os traços da cultura e os papéis normativos vão sendo internalizados, aprofundando visões dualistas e biologizantes, que colocam o homem em uma posição de superioridade e poder, reproduzindo desigualdades e opressões que recaem de forma contundente sobre a vida de adolescentes deste estudo.



2.1.2. A COR DA PELE NO DISCURSO DAS FAMÍLIAS

Ao aprofundarmos nosso olhar sobre as características das adolescentes aqui descritas, é importante salvaguardar um fator determinante: a raça. Ela é parte estruturante e estrutural da dinâmica dos homicídios no Brasil. Uma análise prévia mostra como crescem as taxas, índices e números de homicídios de pessoas negras, enquanto as mesmas taxas, índices e números decrescem quando se trata de pessoas brancas. A desigualdade na mortalidade de jovens negros e brancos é a evidência de como a raça é um marcador social que vulnerabiliza corpos negros no Brasil.

Na investigação aqui feita, é possível observar que a maioria das respondentes, de ambos os grupos (vítimas e vivas), consideram a cor parda em suas respostas (59,10%). Por esse viés, portanto, aqui se exprime uma distorção que ainda é validada em produções oficiais de dados e estatísticas que invisibilizam a população negra, o que altera inclusive a autopercepção das meninas vivas ou das respondentes do heterorrelato. No entanto, é importante frisar os demais percentuais de respostas em cada grupo.

ACHADOS DA PESQUISA

Heterorrelato é uma ferramenta metodológica que traz sentido ao "relato feito por um outro". Implica dizer que é uma outra pessoa falando, descrevendo, e no caso de meninas assassinadas, essa descrição conta com uma forte carga emocional e afetiva de seus familiares. Com **ciência disto**[1], observamos que no grupo de adolescentes

1 ■ Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014 / Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – Brasília: Presidência da República, 2015.

vítimas, 31,15% das respondentes – estas essencialmente mães, 51,61% – afirmaram que as meninas eram brancas; somente 6,45% reconheceram as meninas como negras.

Já o reconhecimento enquanto negras aumentou no grupo de adolescentes vivas, ao passo que somente (11,30%) das adolescentes se consideraram brancas e (16,90%) se reconheceram como negras. Mais detalhes das respostas sobre cor são encontradas na **Tabela 1.**

Durante as entrevistas com as famílias das adolescentes vítimas de homicídio, relatadas em diários de campo, foi comum perceber certa dificuldade das mães em lidar com eventuais preconceitos direcionados às suas filhas, a cor da adolescente pôde ser considerada um deles.

As mães apresentavam fotografias e documentos das adolescentes com traços étnico-raciais negros, mas na tentativa de desassociar suas filhas de um processo histórico de exclusão, afirmavam que as meninas eram brancas e, portanto, lindas, como relatado no excerto a seguir:

> ■ Mais uma vez a questão da cor me chamou atenção, a mãe me respondeu que a menina era "bem branquinha assim que nem tu", mas quando nos mostrou uma foto, pudemos ver que a adolescente era negra. ■ Diário de Campo, Gabriela Colares.

Dentre as manifestações racistas aos traços fenotípicos das meninas negras, a "cor" da pele representa uma discriminação e uma violência mais profunda, que se apresenta na tentativa de destruição da identidade, como é possível ser visto no excerto:

> ■ É comum o discurso de familiares de que a menina "era branquinha", quando ao mostrar as fotos da adolescente, seus traços fenotípicos são visivelmente características da população negra. ■ Diário de Campo, Lara Silva

O "não-dito" das mães e respondentes da pesquisa sobre a raça das meninas vítimas – ou ainda, a negação de que eram negras – mais do que dizer algo, grita sobre como o racismo opera: invisibiliza em vida e esconde na morte. O racismo é um marcador que acompanha esses corpos na vida e na morte. A violência simbólica gerada pelo mito da democracia racial provoca o não reconhecimento, a negação e o silenciamento de corpos jovens subjetivados a partir da negação de direitos e da subordinação. As meninas periferizadas sofrem de forma mais trágica os efeitos do racismo disfarçado, como se o estatuto do sujeito humano fosse pormenorizado (GONZALEZ, 1983).

A suposta democracia racial no Brasil salienta apenas o lado positivo da miscigenação, desconsiderando as estratégias de branqueamento e exploração que contribuíram para o enfraquecimento do reconhecimento dos movimentos negros. O racismo é disfarçado, sem cara, escondido por trás da universalidade das leis, que não é sustentada na prática cotidiana, em que prevalece um cenário de discriminação. Isso fez com que o Estado Brasileiro fosse negligente com o enfrentamento das desigualdades raciais, disfarçando a raça sob a classe (SILVEIRA; NARDI, 2015)

AS MENINAS NEGRAS ENTÃO FAZEM PARTE DE UM GRUPO HUMANO CUJOS CORPOS PODEM SER VILIPENDIADOS, ASSASSINADOS E CRIMINALIZADOS. PARA MBEMBE (2014) O NEGRO É AQUELE QUE VEMOS QUANDO NADA SE VÊ, QUANDO NADA COMPREENDEMOS E NADA QUEREMOS COMPREENDER.

Para Achille Mbembe (2014) em sua obra "A crítica da razão negra", a raça aparece como – a zona do não ser – e o racismo como um sistema de opressão, que gera uma política de enclausuramento e asfixia. Assim, a raça tem sido a causa de devastações físicas, catástrofes e o alimento do delírio do inimigo. Nesse sentido, alguns marcadores sociais vão construindo estruturas relacionais de inferioridade. A raça, sobretudo, aparece como o principal deles, produzida e capitalizada dentro do sistema de exploração econômico e dominação política, carregando uma íntima relação com a morte, pelo desejo de eliminação do Outro – que não sou eu, que eu não me identifico, não empatizo, que portanto é coisa.

As meninas negras então fazem parte de um grupo humano cujos corpos podem ser vilipendiados, assassinados e criminalizados. Para Mbembe (2014) o negro é aquele que vemos quando nada se vê, quando nada compreendemos e nada queremos compreender.

TABELA 1

FREQUÊNCIA DE CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS EM FUNÇÃO DOS GRUPOS

Variável	Níveis	Meninas vítimas			Meninas vivas			χ^2
		f	%	% válida	*f*	%	% válida	
Qual a cor da adolescente?	Branca	19	30,65	31,15	8	11,30	11,30	18,88**
	Parda	38	61,29	62,30	40	56,30	56,30	
	Negra	4	6,45	6,56	12	16,90	16,90	
	Amarela	0	0,00	0,00	6	8,50	8,50	
	Indígena	0	0,00	0,00	5	7,00	7,00	
	Ignorada	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	
	Não sabe	0	0,00	-	0	0,00	-	
	Missing	1	1,61	-	0	0,00	-	

Nota: ** $p < 0,0001$





ARTIGO I

ASSASSINATO DE MENINAS NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA ESTRUTURAL CONTRA MULHERES



Isabel Carneiro

FÓRUM CEARENSE DE MULHERES / ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS

Movimento feminista antirracista, antipatriarcal e anticapitalista organizado de forma autônoma no Ceará e integra a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB Feminista).

No mundo todo, a vida das mulheres é marcada por desigualdades, exploração e opressão. As diferenças biológicas entre homens e mulheres serviram de justificativa para a estruturação de uma hierarquia entre os sexos, onde as mulheres ficaram em posição desvantajosa. A essa estrutura, damos o nome de "patriarcado".

Ser mulher em uma sociedade patriarcal é estar em condição de vulnerabilidade permanente. Em função de outras estruturas também geradoras de vulnerabilidade, como o racismo e a pobreza, algumas mulheres estão mais vulneráveis do que outras. Essa vulnerabilidade nos expõe a diversas formas de violência cotidianamente.

No Brasil, após a sanção da Lei Maria da Penha, em 2006, o tema da violência contra as mulheres tem alcançado mais visibilidade, sobretudo por meio das matérias jornalísticas, desnudando um fenômeno antigo e cotidiano, antes restrito à esfera doméstica. Porém, a cada ano que se passa após a sanção da lei, os indicadores crescem. E, entre esses indicadores, o que tem saltado aos olhos, gerando enorme preocupação, é o número de mulheres assassinadas.

Como, após a aprovação de leis que visam coibir a violência contra as mulheres, assistimos a um boom de assassinatos e feminicídios cometidos contra elas? Esta questão tem nos mobilizado cotidianamente em busca de respostas e soluções para preservação da vida das mulheres e, nesse sentido, apresentamos duas considerações.

A primeira consideração é sobre a extensão do problema. A violência contra a mulher não é questão individual ou de âmbito privado, não tendo como origem o indivíduo agressor. Este fenômeno se ancora em uma série de desigualdades sociais que produzem e legitimam a violência cometida pelos homens contra nós.

Sequer completou um século de quando fomos legalmente reconhecidas como cidadãs e autorizadas por lei a participar das decisões políticas deste país. Somos minoria nos espaços de poder e maioria nos piores postos de trabalho. Possuímos mais tempo de estudo, mas recebemos menor remuneração.

Somos reduzidas à condição biológica de parir e, com isso, exigidas a carregar o mundo nas costas, mas responsabilizadas de maneira solitária pela educação das crianças, pelos cuidados da casa, do marido e dos enfermos, o que gera uma jornada de trabalho mais extensa e não remunerada. Essas desigualdades nos colocam em condição de subalternidade, de cidadãs de segunda categoria, mercadoria e propriedade dos homens.

Portanto, a cultura machista e da violência contra as mulheres não poderá ser solucionada de forma simples e isolada, e sim, com uma transformação estrutural da sociedade. Porém, ainda que seja necessária uma transformação que não terá solução em curto prazo, a defesa da vida é urgente, o que nos leva à segunda consideração.

Os assassinatos de mulheres, em sua maioria, são anunciados com antecedência, podendo, assim, ser evitados. É responsabilidade do Estado agir para proteger essas vidas. Os movimentos feministas, em suas elaborações teórico-políticas, cunharam o termo "feminicídio" para designar o assassinato de mulheres cometido em razão de serem mulheres.

Na legislação brasileira, o feminicídio entrou em 2015 como uma categoria qualificadora do crime de homicídio cometido contra mulheres, em consequência da violência doméstica ou pela condição do sexo feminino. O feminicídio é considerado crime de Estado, quando este, por ação ou omissão, não toma as devidas providências para evitá-lo.

Grande parte das mulheres assassinadas tem como agressor o companheiro, o ex-companheiro, um familiar ou conhecido. A morte é a última etapa de um ciclo de violência que a precede e a anuncia. A outra parte desses assassinatos é anunciada em outros contextos, que não o da violência doméstica e familiar, ou esta se combina a outros componentes da vida social dessas mulheres, como é o caso dos assassinatos cometidos contra mulheres e meninas por grupos armados, embora também carreguem uma série de marcadores que apontam para crimes cometidos em função do sexo feminino.

Os assassinatos contra mulheres e meninas por membros de



organizações criminosas têm suas peculiaridades, mas também são anunciados com antecedência por questões como trajetória de violência doméstica, vulnerabilidade social, exploração sexual na dinâmica das facções e até mesmo ameaças e decretos de morte publicizados nas redes sociais ou compartilhados em aplicativos de mensagem. Portanto, são mortes evitáveis.

É dever do Estado romper com os diferentes ciclos de violência e garantir a proteção dessas mulheres, porém ainda há resistência de alguns setores para aplicação da Lei do Feminicídio. A falta de tipificação correta desses crimes impacta em subnotificação de casos e justificativa para uma interpretação errônea da realidade, contribuindo para o enfraquecimento das políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres e à prevenção do feminicídio.

A produção de dados sobre violência contra as mulheres no Brasil é precária e segue sendo uma reivindicação dos movimentos feministas, que chegam a produzir tais indicadores a partir do próprio esforço de pesquisa e sistematização de informações divulgadas por órgãos do governo. É inaceitável que, após décadas de luta, os movimentos de mulheres ainda tenham de seguir contando casos de violência doméstica, estupro, abuso sexual e demais crimes, porque faltam dados oficiais.

Se o Estado não se compromete sequer em evidenciar o problema da violência contra a mulher, tampouco gastará energia e recurso no enfrentamento de uma questão que ele não reconhece a dimensão. Política pública eficiente não se faz sem dados, planejamento e orçamento.

Por isso, identificando a negligência do Estado em relação à produção de indicadores e ao enfraquecimento da rede de atendimento e proteção às mulheres vítimas de violência, é elogiável a iniciativa do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, da Assembleia Legislativa, de realizar uma pesquisa para investigar as mortes de meninas assassinadas no Ceará em 2018. O trabalho contou com a contribuição de diversas mulheres que produzem estudos sobre gênero e de militantes dos movimentos feministas, que participaram desde a etapa de discussão para definição do objeto de estudo e da metodologia que seria empregada até o momento de apresentação dos resultados obtidos pela pesquisa.

O relatório final desse trabalho é uma importante contribuição para o planejamento das políticas públicas de proteção às mulheres e meninas no Ceará. A produção de dados robustos, sem dúvidas, servirá de subsídio fundamental para o delineamento de tais políticas, assim como para a mobilização dos movimentos sociais em torno delas.

A luta pelo fim da violência contra as mulheres e do feminicídio se dá, portanto, em duas esferas e de forma concomitante: na esfera da luta institucional por políticas que possam coibir a violência e proteger a vida das mulheres e na esfera da luta social antissistêmica que busca desmantelar as estruturas geradoras de desigualdades sociais, exploração e dominação, para a construção de um mundo sem violência.



2.1.3. TERRITÓRIO E VIVÊNCIAS PERIFÉRICAS

Os dados referentes à residência e ao território habitado pelas jovens, apontam que 67,90% moravam com os pais e 69,80% das famílias entrevistadas moravam em casa própria, de acordo com o total de meninas (n=133), como apresentado no começo deste capítulo. No entanto, é preciso considerar que a casa própria não significa regularização fundiária nas periferias de Fortaleza, Região Metropolitana e interior do Estado do Ceará.

Também não é possível afirmar que as famílias entrevistadas viviam em residências com boa estrutura e com condições de moradia e urbanização adequadas. Muitas vezes, ao responderem que suas casas eram próprias, referiam-se ao não pagamento do aluguel a um terceiro, podendo esta casa ser ocupada ou cedida. As moradias das famílias, em muitos casos, eram precárias, como expresso no relato a seguir:

> O imóvel não tinha portão, a frente da casa tinha um aspecto de local abandonado, devido aos matos que crescem na lateral da casa. Conversamos com a avó na sala, um espaço pequeno, com poucos móveis, que em alguns momentos nos leva a imaginar que ali é pouco habitado. Diário de campo, Josileine Araújo

Assim, os territórios marcados pela urbanização da pobreza manifestam um conjunto de relações que repercutem no modo de vida e no cotidiano das adolescentes. Além das residências precárias, a estrutura urbana não oferece condições dignas de habitabilidade nos territórios, como pode ser visto no relato a seguir:

■ As ruas eram esburacadas, muita poeira, casas e casebres compõem o cenário dessa periferia, um aspecto diferente que notei foi a quantidade de ocupações, casas construídas de forma improvisada, com materiais precários e cercas delimitando o território ocupado por cada família. ■ Diário de campo, Josileine Araújo

Moradias precárias em territórios precários, sem acesso a direitos, torna-se alvo do domínio de grupos armados que impedem a circulação das jovens, inclusive no acesso aos serviços de saúde, educação, como também à residência dos seus familiares e amigos.

Os dados podem ser visto na **Tabela 2** a seguir:

ASSIM, OS TERRITÓRIOS MARCADOS PELA URBANIZAÇÃO DA POBREZA MANIFESTAM UM CONJUNTO DE RELAÇÕES QUE REPERCUTEM NO MODO DE VIDA E NO COTIDIANO DAS ADOLESCENTES. ALÉM DAS RESIDÊNCIAS PRECÁRIAS, A ESTRUTURA URBANA NÃO OFERECE CONDIÇÕES DIGNAS DE HABITABILIDADE NOS TERRITÓRIOS



TABELA 2

FREQUÊNCIA DE CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS EM FUNÇÃO DOS GRUPOS

Variável	Níveis	Meninas vítimas			Meninas vivas			χ^2
		f	%	% válida	*f*	%	% válida	
Onde a adolescente morava/mora?	Na rua	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	6,86
	Em acolhimento institucional	0	0,00	0,00	2	2,80	2,86	
	Na casa dos pais	43	69,35	70,49	46	64,80	65,71	
	Na residência de outros familiares	11	17,74	18,03	10	14,10	14,29	
	Na própria residência	3	4,84	4,92	5	7,00	7,14	
	Na residência de amigos	3	4,84	4,92	1	1,40	1,43	
	Na residência de um(a) namorado(a) (com sogro/sogra)	1	1,61	1,64	4	5,60	5,71	
	Outro	0	0,00	0,00	2	2,80	2,86	
	Não sabe	1	1,61	-	0	0,00	-	
	Missing	0	0,00	-	1	1,40	-	
Como é a residência em que a adolescente morava/mora?	Alugada	12	19,35	19,35	21	29,60	30,00	2,71
	Própria	43	69,35	69,35	47	66,20	67,14	
	Cedida	3	4,84	4,84	1	1,40	1,43	
	Ocupada	1	1,61	1,61	1	1,40	1,43	
	Não soube responder	3	4,84	4,84	0	0,00	-	
	Missing	0	0,00	-	1	1,40	-	



2.1.4. MULHERES PROVEDORAS: RENDA, GÊNERO E RAÇA

Finalizando esta seção, cabe a discussão sobre a renda familiar das adolescentes. Na **Tabela 3** é possível observar que, no grupo de meninas vítimas, a maior parte das famílias, 57,63% das respondentes, tinham renda mensal de um a dois salários mínimos, e 28,81% responderam que o total da renda familiar era menos de um salário mínimo. Do grupo de meninas vivas, os números se aproximam, 54,39% das respondentes tinham como renda mensal familiar de um a dois salários mínimos, 36,84% viviam com menos de um salário mínimo

Soma-se a isso, o não recebimento de pensão alimentícia por parte dos pais das adolescentes. Do grupo de adolescentes vítimas, 81,13% responderam que não recebiam pensão alimentícia por parte de algum dos pais, ao passo que no grupo de meninas vivas 61,76% também afirmaram não receber pensão alimentícia.

Em relação a pessoa responsável pela renda da residência da adolescente, a **Tabela 4** apresenta a distribuição dessas pessoas, bem como os benefícios que eram recebidos. No grupo de meninas vítimas, a principal provedora da casa é a mãe da adolescente (54,84%) seguida pelo pai (25,81%) e pela avó (17,74%). A maior parte das mães das adolescentes recebiam o benefício **Bolsa Família**[2] (66,13%) ou não recebiam benefício algum (19,35%).

2 ■ Bolsa Família é um programa de transferência de renda, criado pela Lei nº 10.836/04, que atende às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o Brasil. Fazem parte do programa todas as famílias com renda por pessoa de até R$ 89,00 mensais; e famílias com renda por pessoa entre R$ 89,01 e R$ 178,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos.

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO DAS INFORMAÇÕES RELACIONADAS AO RECEBIMENTO DE PENSÃO E RENDA DA FAMÍLIA

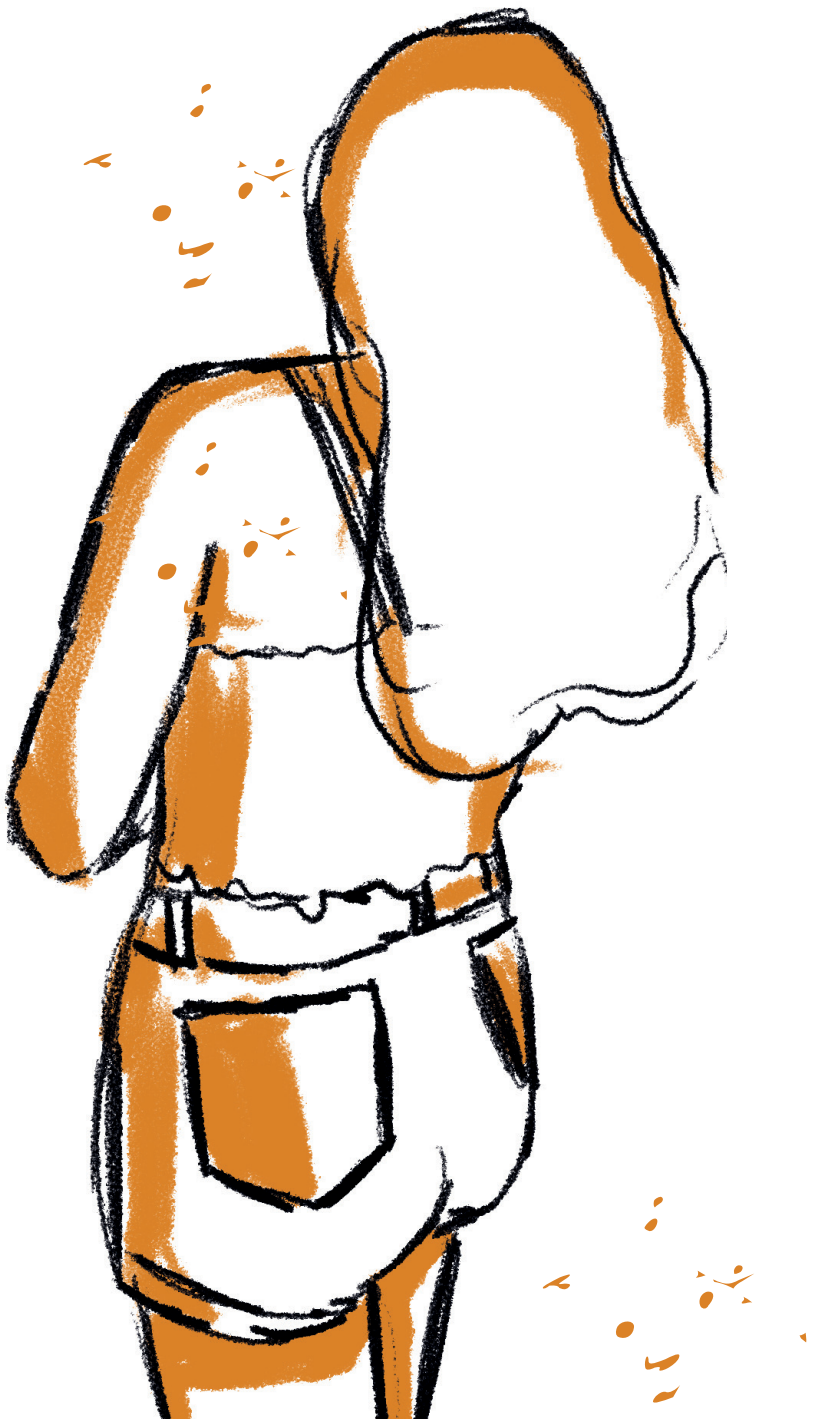
Variável	Níveis	Meninas vítimas			Meninas vivas			χ^2
		f	%	% válida	*f*	%	% válida	
A adolescente recebia pensão alimentícia de algum dos pais?	Sim	10	16,13	18,87	16	22,54	23,53	4,58
	Não	43	69,35	81,13	42	59,15	61,76	
	Não se aplica	5	8,06	-	10	14,08	14,71	
	Não sabe	2	3,23	-	0	0,00	-	
	Missing	2	3,23	-	3	4,23	-	
Qual o total da renda mensal familiar do domicílio da adolescente?	Não possui renda	5	8,06	8,47	1	1,41	1,75	0,15
	Menos de um salário mínimo	17	27,42	28,81	21	29,58	36,84	
	Um a dois salários mínimos (R$ 998,00 a R$ 1.996,00)	34	54,84	57,63	31	43,66	54,39	
	Dois a três salários mínimos (R$1.996,00 a R$ 2.994,00)	2	3,23	3,39	4	5,63	7,02	
	Três a quatro salários mínimos (R$ 2.994,00 a R$ 3.992,00)	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	
	Quatro a cinco salários mínimos (R$ 3.992,00 a R$ 4.990,00)	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	
	Mais de cinco salários mínimos (Mais de R$ 4.990,00)	1	1,61	1,69	0	0,00	0,00	
	Não sabe	3	4,84	-	13	18,31	-	
	Missing	0	0,00	-	1	1,41	-	

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO DOS PROVEDORES DA CASA E DOS BENEFÍCIOS RECEBIDOS, EM FUNÇÃO DOS GRUPOS

Variável	Nível	Meninas vítimas			Meninas vivas			χ^2
		f	%	Missing	*f*	%	Missing	
Quem era(m) o(a)(s) responsável(is) pela fonte de renda da residência da adolescente?	Mãe	34	54,84	28	38	53,52	33	0,02
	Pai	16	25,81	46	21	29,58	50	0,23
	Avó	11	17,74	51	6	8,45	65	2,56
	Padrasto	6	9,68	56	14	19,72	57	2,61
	Avô	5	8,06	57	5	7,04	66	0,05
	Própria adolescente	3	4,84	59	5	7,04	66	0,28
	Irmã	2	3,23	60	2	2,82	69	0,01
	Namorado(a)	1	1,61	61	7	9,86	64	3,98*
	Madrasta	0	0	62	0	0	71	-
	Irmão	0	0	62	5	7,04	66	4,53*
	Outros	4	6,45	58	9	12,68	62	1,45
A adolescente e/ou sua família recebia algum tipo de benefício?	Bolsa família	41	66,13	21	36	50,7	35	5,94*
	Não recebia benefício	12	19,35	50	23	32,39	48	1,88
	Aposentadoria	5	8,06	57	5	7,04	66	0,15
	Benefício de Prestação Continuada - BPC	2	3,23	60	0	0	71	2,62
	Bolsa Projovem	1	1,61	61	1	1,41	70	0,03
	Pensão por morte	1	1,61	61	3	4,23	68	0,58
	Bolsa Jovem Aprendiz	0	0	62	0	0	71	-
	Outra	0	0	62	1	1,41	70	0,78
	Não sabe	0	0	62	2	2,82	69	1,57

Nota: * $p < 0,05$.



Em relação ao grupo de meninas vivas, novamente a principal provedora da casa é a mãe da adolescente (53,52%) seguida pelo pai (29,58%) e pelo padrasto (19,72%). A maior parte das mães das adolescentes recebiam bolsa família (50,70%) ou não recebiam benefício algum (32,39%).

Diante dos números apresentados, vê-se a pouca responsabilidade paterna no cumprimento das obrigações financeiras, sobrecarregando as mulheres, mães e avós, que acumulam afazeres e trabalhos no sustento de suas famílias, enfrentando duplas ou triplas jornadas de trabalho. Ao se dividirem entre muitos papeis, como mães, trabalhadoras, provedoras, essas mulheres se deparam com uma série de dificuldades e sofrimentos relativos ao acompanhamento da educação e cuidado com os filhos.

Além disso, apesar das mulheres contribuírem mais com as despesas domésticas, ainda recebem salários menores do que os homens (IBGE, 2018). A maior representatividade das mulheres no sustento da casa não implica um maior padrão de vida; ao contrário, muitas vezes está ligada ao empobrecimento e à maior presença de mulheres em condição de pobreza.

Portanto, é notório que a desigualdade social deixa marcas mais profundas nas mulheres periféricas, em sua maioria, negras, uma vez que as diferenças de gênero e raça contribuem e reforçam o aprofundamento da exclusão, como sintetizado no excerto a seguir:

> É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. (DAVIS, 2016, p.18)

Diante do contexto de pouco investimento social em políticas públicas que reparem tais desigualdades, vemos o agravamento da feminização e racialização da pobreza e o aprofundamento das desigualdades sociais. Somado a isso, nas famílias de baixa renda, são criadas estratégias de sobrevivência diante das condições de vida,e as adolescentes pesquisadas, quando trabalhavam, contribuíam com o sustento da casa em 60% dos casos. No grupo de meninas vivas, em 50% dos casos a renda das adolescentes contribuía com o sustento da família.

DIANTE DOS NÚMEROS APRESENTADOS, VÊ-SE A POUCA RESPONSABILIDADE PATERNA NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS, SOBRECARREGANDO AS MULHERES, MÃES E AVÓS, QUE ACUMULAM AFAZERES E TRABALHOS NO SUSTENTO DE SUAS FAMÍLIAS, ENFRENTANDO DUPLAS OU TRIPLAS JORNADAS DE TRABALHO. AO SE DIVIDIREM ENTRE MUITOS PAPEIS, COMO MÃES, TRABALHADORAS, PROVEDORAS, ESSAS MULHERES SE DEPARAM COM UMA SÉRIE DE DIFICULDADES E SOFRIMENTOS RELATIVOS AO ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO E CUIDADO COM OS FILHOS.



2.2. DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: SAÚDE, SEXUALIDADE E RELACIONAMENTOS

A sexualidade faz parte da identidade humana, como construção social e histórica, se desenvolve no decorrer da vida como um fator intrínseco. Dessa forma, não é possível pensar a proteção integral à adolescência sem considerar os componentes da sexualidade, que ganham contornos diferenciados ao longo do espaço e do tempo.

Entende-se, portanto, direitos sexuais e reprodutivos como parte integrante dos direitos humanos, abrangendo a garantia de liberdade e autonomia ao exercício da sexualidade de mulheres. Da livre escolha de parceiros e práticas sexuais, sem constrangimento ou discriminação. Assim, a instrumentalização política deste debate visa a deslocar questões como aborto, contracepção e homossexualidade, vinculados à saúde da mulher, para o campo dos direitos.

Ao focalizar a discussão no público adolescente, é preciso atentar aos riscos presentes na iniciação precoce da atividade sexual sem orientação médica ou familiar, como gravidez não planejada, infecções, DSTS, abortos, violência sexual, dentre outros agravos que podem atravessar as vivências das adolescentes. Sobre esse tema, temos o relato a seguir:

> Aos dozes anos, no entanto, a adolescente saiu efetivamente da casa da mãe passando a conviver, como casada, com um homem envolvido com drogas, em pouco tempo ela passou a intensificar e diversificar o uso dessas substâncias, realizando crimes para manter o vício. ■ Diário de campo, Ticiana Sá

Soma-se a isso a exposição de adolescentes a situações de vulnerabilidade social de ordem pessoal ou coletiva, que impedem o acesso a meios de prevenção e proteção, como expresso em entrevista com o tio de uma adolescente:

> O tio garante que a adolescente tinha bastante autonomia, mesmo com a pouca idade, que ia a festas com amigas, tinha uma vida sexual ativa e não restringia sua liberdade diante de possíveis riscos ou perigos. ■ Diário de Campo, Daniele Negreiros

A vivência da sexualidade para as adolescentes em muitos casos ocorre de forma precoce e sem as devidas proteções, que atrelado a outras situações de vulnerabilidade, pode acarretar na interrupção de alguns planos.

> O perfil da adolescente descrito pela avó consistia na apresentação de uma mulher trabalhadora, tímida e reservada que evitava sair de casa sem seu marido, com quem era casada há dois anos, período em que abandonou a escola, engravidou e perdeu o bebê. ■ Diário de campo, Ticiana Sá.

Apesar das definições de gênero apontarem para construções político-sociais e relacionais específicas, a existência de concepções rígidas sobre o papel da mulher, em especial mulheres periféricas, tem sido responsável por justificar ações que reforçam comportamentos estereotipados, reproduzindo que tarefas domésticas e de cuidado são atribuições femininas.

2.2.1. ORIENTAÇÃO SEXUAL E VIVÊNCIAS AFETIVAS DAS ADOLESCENTES

ACHADOS DA PESQUISA

Os dados apontam para uma diversidade afetivo-sexual vivenciada pelas meninas no estudo. A tentativa de proteção da família se expressa no medo de que as meninas sejam inferiorizadas ou marginalizadas por sua orientação sexual. Do total de participantes, 81,90% das adolescentes eram heterossexuais (n=133). Os percentuais dos grupos apontam que 12,28% das meninas vítimas eram homossexuais e 10,53% eram bissexuais, segundo seus familiares; e das adolescentes do grupo de meninas vivas 14,29% se denominaram bissexuais e nenhuma se declarou homossexual. Essas informações podem ser vistas na **Tabela 5.**

Partindo dos dados apresentados, as crenças, os valores e as representações de gênero aparecem nas falas de familiares das adolescentes vítimas, a partir de um viés normalizador e moralizador. Elas tentam livrar seus entes queridos de qualquer acusação moral, que possa ser vista como desqualificadora da sua história, como pode ser observado no relato a seguir:

Ela era chamada de "sapatão", mas ela não era não. Só gostava de se vestir como menino", afirmou a avó, negando a orientação sexual da neta (Diário de Campo, Roberta de Castro).

Em outro caso, diante da constatação do preconceito e da discriminação, são evidenciadas características positivas da jovem:

> O único preconceito que ela sofria era pelas roupas que ela usava, sendo chamada de "sapatão" na vizinhança. O que não aceitavam era o fato dela ser forte, viva, alegre e não baixar a cabeça para ninguém. Diário de Campo, Ticiana Sá

É preciso contribuir com a superação de visões estigmatizadas, estereotipadas e preconceituosas existentes na sociedade sobre as concepções de diversidade sexual e de gênero, pois, assim, podem-se construir princípios de convivência coletiva, como respeito e tolerância. Algumas mães, no entanto, reconheceram e afirmaram a diversidade da experiência afetiva-sexual de suas filhas sem constrangimentos:

> Na escola falavam que ela era muito pra frente. Ela tinha uma vida sexual ativa e gostava de tudo, afirmando que a filha ficava com meninos e meninas. Diário de Campo, Daniele Negreiros

Quando as meninas eram heterossexuais, há uma associação entre a beleza da jovem e a vinculação com pessoas ligadas a criminalidade:

> "Eu não sei porque menina bonita gosta de traficante", afirma o primo da adolescente. Em seguida a tia continua narrando que a sobrinha tinha 14 anos, mas parecia 16, tinha corpão, vida sexual ativa, não queria ficar dentro de casa Diário de campo, Daniele Negreiros

Veem-se adolescentes em processo de desenvolvimento, algumas na busca de novos status perante o grupo, demarcando etapas simbólicas que condensam uma série de valores, crenças culturais e comunitárias, que podem representar espaços de prestígio e poder. De acordo com os relatos, é possível perceber que as adolescentes, sujeitos do presente, buscam a construção de suas histórias e experiências com suas características e especificidades. Por isso, a abertura de canais de diálogo, comunicação e entendimento são fundamentais para aproximação das vivências juvenis na esfera dos relacionamentos.

VEEM-SE ADOLESCENTES EM PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO, ALGUMAS NA BUSCA DE NOVOS STATUS PERANTE O GRUPO, DEMARCANDO ETAPAS SIMBÓLICAS QUE CONDENSAM UMA SÉRIE DE VALORES, CRENÇAS CULTURAIS E COMUNITÁRIAS, QUE PODEM REPRESENTAR ESPAÇOS DE PRESTÍGIO E PODER.



TABELA 5
DISTRIBUIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS RELACIONADAS À ORIENTAÇÃO SEXUAL E ESTADO CIVIL DAS ADOLESCENTES

Variável	Níveis	Meninas vítimas			Meninas vivas			χ^2
		f	%	% válida	*f*	%	% válida	
Qual a orientação sexual da adolescente?	Heterossexual	44	70,97	77,19	60	84,50	85,71	9,22**
	Homossexual	7	11,29	12,28	0	0,00	0,00	
	Bissexual	6	9,68	10,53	10	14,10	14,29	
	Outra	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	
	Não sabe	5	8,06	-	1	1,40	-	
	Missing	0	0,00	-	0	0,00	-	
Qual estado civil da adolescente?	Solteira	57	91,94	93,44	55	77,50	77,50	9,45**
	Noiva	0	0,00	0,00	2	2,80	2,80	
	Casada/convivendo	3	4,84	4,92	14	19,70	19,70	
	Separada/ Divorciada	1	1,61	1,64	0	0,00	0,00	
	Viúva (Cohabitação 6 meses)	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	
	Não sabe	1	1,61	-	0	0,00	-	
	Missing	0	0,00	-	0	0,00	-	

Nota: ** $p < 0,001$.

ACHADOS DA PESQUISA:

No que se refere ao status civil do total de adolescentes em ambos os grupos, 84,40% das meninas eram solteiras, mas esse dado não implica a ausência de relacionamentos na vida das meninas, como demonstrado nos trechos dos diários de campo.

Como é possível observar na **Tabela 6**, em relação ao grupo de meninas vítimas, 36,07% estavam namorando, ao passo que em apenas 22,00% dos casos a família da adolescente convivia com o (a) namorado (a), e 33,89% das meninas moraram, em algum momento da vida, com algum (a) namorado (a). Em relação ao grupo de meninas vivas, 43,70% estavam namorando, a família da adolescente convivia com o (a) namorado (a) em 58,33% dos casos e, em algum momento da vida, 32,40% das meninas moraram com algum (a) namorado (a). Em vários relatos, os relacionamentos das adolescentes tiveram algum tipo de interferência na motivação da sua morte.

■ Foi queima de arquivo, relatou o irmão que M. havia constituído relacionamento com P. e morava com ele no período de sua morte. P. tinha envolvimento com facções criminosas e tentava se afastar do tráfico de drogas. ■ Diário de Campo, Daniele Negreiros.

TABELA 6

DISTRIBUIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS ACERCA DOS RELACIONAMENTOS EM FUNÇÃO DOS GRUPOS

Variável	Níveis	Meninas vítimas			Meninas vivas			χ^2
		f	%	% válida	*f*	%	% válida	
A adolescente tinha namorado(a) na época da morte?	Sim	22	35,50	36,07	31	43,70	43,70	0,78
	Não	39	62,90	63,93	40	56,30	56,30	
	Não sabe	1	1,60	-	0	0,00	-	
	Missing	0	0,00	-	0	0,00	-	
A família convivia com o(a) namorado(a) da adolescente?	Sim	11	17,70	22,00	28	39,40	58,33	13,49**
	Não	39	62,90	78,00	20	28,20	41,67	
	Não sabe	0	0,00	-	0	0,00	-	
	Missing	12	19,40	-	23	32,40	-	
A adolescente, em algum momento da vida, já morou com algum(a) namorado(a)?	Sim, na residência da família da adolescente	4	6,50	6,78	3	4,20	4,20	0,57
	Sim, na residência da família do(a) namorado(a)	9	14,50	15,25	10	14,10	14,10	
	Sim, na residência do próprio casal	7	11,30	11,86	10	14,10	14,10	
	Não	38	61,30	64,41	47	66,20	66,20	
	Nunca teve namorado(a)	1	1,60	1,69	1	1,40	1,40	
	Não sabe	2	3,20	-	0	0,00	-	
	Missing	1	1,60	-	0	0,00	-	
A adolescente, em algum momento da vida, já namorou alguém que estava privado de liberdade?	Sim	11	17,74	21,15	5	7,00	7,00	5,28*
	Não	41	66,13	78,85	66	93,00	93,00	
	Não sabe	0	0,00	-	0	0,00	-	
	Missing	10	16,13	-	0	0,00	-	

Nota: * p < 0,05; ** p < 0,05.

2.2.2. FILHOS ÓRFÃOS DE MÃES ADOLESCENTES: O IMPACTO DO HOMICÍDIO NA VIDA DAS CRIANÇAS

A situação da gravidez na adolescência, para além de concepções morais sobre o fenômeno, pode acarretar uma série de consequências para a vida das adolescentes, como abandono escolar e maior dependência econômica, pois muitas adolescentes continuam morando com seus pais ou com os pais dos seus companheiros, após o nascimento dos filhos. É comum também a ausência de responsabilidade paterna e abandono, como é possível observar nos dois relatos a seguir:

■ A avó reside com seu companheiro e o neto, filho da adolescente. A avó recebe o Bolsa Família por causa do neto que tem quatro anos. Ela nos relatou que o pai da criança não ajuda financeiramente. A contribuição do pai ocorre de forma pontual e precária. ■ Diário de Campo, Ingrid Leite

■ Dona R. nos adiantou que a adolescente morava com a sogra, mas foi assassinada e deixou uma filha, que hoje é criada pela avó paterna, o pai da criança encontra-se preso. ■ Diário de Campo, Josileine Araújo

POR VEZES, A MATERNIDADE APARECE COMO PROJETO DE VIDA PARA JOVENS DE CLASSES POPULARES, ONDE SER MÃE É UM DOS PAPÉIS SOCIAIS IMPORTANTES A SER DESEMPENHADO POR ELAS, DEMARCANDO A ENTRADA NA VIDA ADULTA, EQUIVALENDO A ASSUMIR UM NOVO STATUS SOCIAL, O DE SER MULHER.

É importante compreender quais representações são transmitidas às adolescentes, influenciando suas escolhas. Por vezes, a maternidade aparece como projeto de vida para jovens de classes populares, onde ser mãe é um dos papéis so-

ciais importantes a ser desempenhado por elas, demarcando a entrada na vida adulta, equivalendo a assumir um novo status social, o de ser mulher. Tal fato demonstra certa internalização da ideologia patriarcal na construção dos modelos de família, que reforçam a identidade feminina representada por meio dos papeis de filha, esposa e mãe (DADOORIAN, 2003).

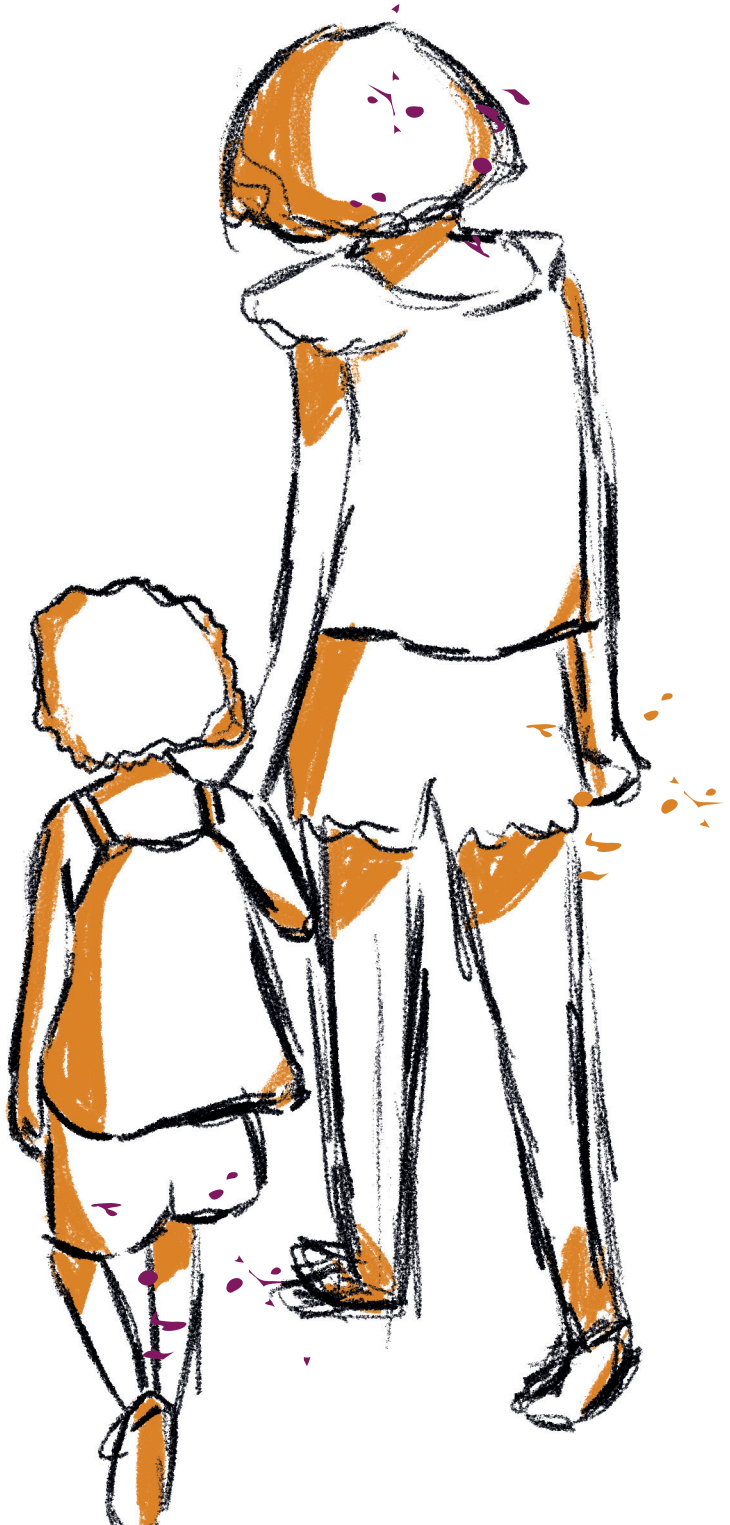
Atrelado a isso, as jovens, devido a uma série de carências vividas ao longo de suas curtas trajetórias, transferem para o(a) filho(a) a demanda de afeto e cuidado. Materializando na criança várias expectativas de reparo ao que elas não tiveram, como proteção, estudo, lazer e carinho (DADOORIAN,2003). No relato a seguir é possível ver as expectativas da adolescente para prover a criança:

■ Nas últimas conversas na casa da mãe antes do assassinato da adolescente, ela tinha apontado o desejo de conseguir um emprego com segurança e remuneração suficiente para sustentar seu filho. No entanto, tal desejo constituía um desafio para a jovem, tendo em vista seu perfil de escolaridade, a passagem pelo sistema socioeducativo e prisional, bem como as marcas do uso de drogas. ■ Diário de Campo, Ticiana Sá

Por último, a necessidade de atenção e reparação aos órfãos da violência, filhos das adolescentes, dos quais foi arrancada a oportunidade de crescerem e se desenvolverem junto a suas mães.

■ A avó acredita que a morte da jovem ocorreu pelo seu envolvimento com um rapaz que conheceu nas redes sociais. Ele estava preso e a adolescente chegou a visitá-lo três vezes, mas preferiu romper o relacionamento. Após o rompimento, o rapaz passou a ameaçá-la. A adolescente foi assassinada na presença do filho, ao descer do ônibus, com mais duas amigas. A criança estava com uma das suas amigas que sobreviveu. A avó acredita que o neto precisa de acompanhamento após ter vivenciado a morte da mãe aos três anos de idade. ■ Diário de Campo, Ingrid Leite

O impacto na vida de crianças que passam por sucessivas perdas é incalculável, a impossibilidade de convívio com suas mães, vitimadas por mortes trágicas e cruéis, afetará o desenvolvimento emocional e a saúde mental das crianças em vários aspectos e dimensões. É necessário a reivindicação de cuidados adequados aos órfãos de mães vítimas da violência, junto a criação de estratégias dirigidas às suas necessidades de acolhida, apoio e proteção.



ACHADOS DA PESQUISA:

Quanto a questões relacionadas à maternidade, no grupo de meninas vítimas 17,70% das adolescentes tinham filho, a média de filhos foi de 1,18 (Mín. = 1; Máx. = 2; DP = 0,40), ficando grávida, em média, aos 15 anos de idade (Mín. = 13; Máx. = 18; DP = 1,71). A maior parte, 80%, recebia assistência financeira por parte do pai da criança, ao passo que 72,73% dos pais das crianças não moravam no mesmo bairro que a adolescente.

Por sua vez, em relação ao grupo de meninas vivas, 18,57% das adolescentes tinham filho, com média de 1,31 filhos (Mín. = 1; Máx. = 3; DP = 0,63), estando grávida aos 15 anos de idade, em média (Mín. = 11; Máx. = 18; DP = 2,20). Dessas, 69,29% recebiam assistência financeira da parte do pai da criança, apesar de não sabermos de que forma essa assistência era concedida, como relatado nos diários de campo. Não foi observada a responsabilidade e a presença paterna na vida dos filhos das adolescentes nos relatos, e essa ajuda financeira era prestada de forma aleatória e pontual, ainda que 81,82% dos pais das crianças morassem no mesmo bairro que a adolescente. Mais informações podem ser vistas na **Tabela 7.**

TABELA 7

ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS LIGADAS A MATERNIDADE EM FUNÇÃO DOS GRUPOS

Variável	Níveis	Meninas vítimas			Meninas vivas			χ^2
		f	%	% válida	*f*	%	% válida	
A adolescente tinha filhos?	Sim	11	17,70	17,70	13	18,30	18,57	0,01
	Não	51	82,30	82,30	57	80,30	81,43	
	Não sabe	0	0,00	-	0	0,00	-	
	Missing	0	0,00	-	1	1,40	-	
As crianças recebem assistência financeira por parte do pai?	Sim, todos	4	6,45	40,00	7	9,90	53,85	1,79
	Sim, uma parte	4	6,45	40,00	2	2,80	15,38	
	Não	2	3,23	20,00	4	5,60	30,77	
	Não sabe	0	0,00	-	0	0,00	-	
	Missing	52	83,87	-	58	81,70	-	
Onde mora o pai das crianças?	No mesmo bairro da adolescente	3	4,84	27,27	9	12,70	81,82	6,60*
	Em outro bairro	8	12,90	72,73	2	2,80	18,18	
	Está morto	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	
	Está privado de liberdade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	
	Não sabe	0	0,00	-	1	1,40	-	
	Missing	51	82,26	-	59	83,10	-	
A adolescente já sofreu/ realizou algum aborto?	Sim	5	8,10	8,33	3	4,20	4,35	0,87
	Não	55	88,70	91,67	66	93,00	95,65	
	Não sabe	1	1,60	-	0	0,00	-	
	Missing	1	1,60	-	2	2,80	-	

Nota: * $p < 0,05$; ** $p < 0,05$.



ARTIGO 11

"EXISTIRMOS: A QUE SERÁ QUE SE DESTINA?"

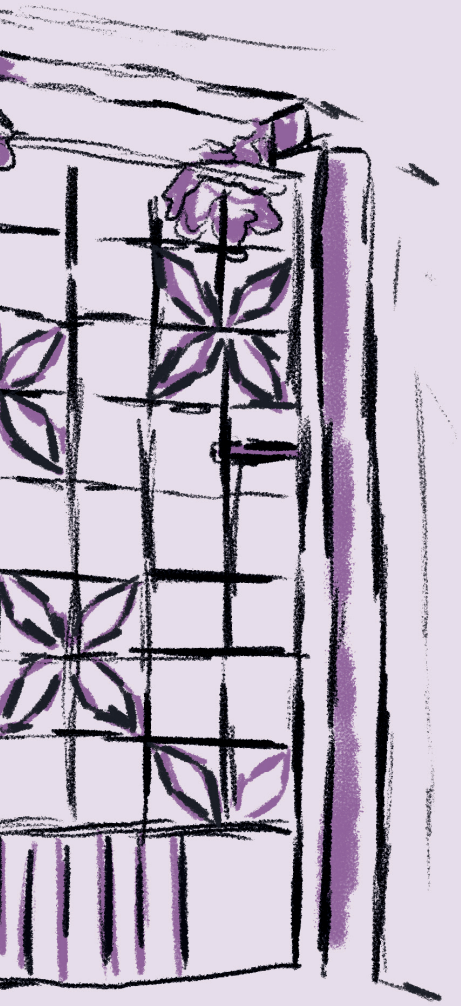
Trecho da canção Oriente de Caetano Veloso

Rejane Batista Vasconcelos

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Assistente Social. Professora Colaboradora do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da UFC.

Veriana de Fátima Rodrigues Colaço

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com pós-doutorado em Psicologia pela Universidade de Barcelona. Professora Titular do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC.



PLANTA-SE UMA ÁRVORE. A SEMENTE POUCO A POUCO VAI SE TORNANDO FECUNDA NO SILÊNCIO ÚMIDO DA TERRA E DE SUA MORTE SURGE PRIMEIRAMENTE UM ANÚNCIO DE VIDA E DEPOIS A ÁRVORE, NO ESPLENDOR DE SUA BELEZA, REALIZA SEU DESTINO DE ÁRVORE. E ESTE DESTINO NÃO PODE SER MODIFICADO. ELE JÁ SE ENCONTRA PREDETERMINADO NO MISTÉRIO DA SEMENTE.

O MESMO NÃO ACONTECE COM O HOMEM.

NASCE UMA CRIANÇA. [...] MAS O QUE SERÁ ESTE BEBÊ AMANHÃ? SERÁ UM HOMEM SADIO OU UM HOMEM DOENTE? UMA PESSOA DE BEM OU UMA PESSOA DESONESTA? UM HOMEM VIRTUOSO OU UM CRIMINOSO? NINGUÉM PODERÁ RESPONDER ANTECIPADAMENTE A ESTAS PERGUNTAS. O DESTINO DO HOMEM NÃO É PREDETERMINADO COMO O DA ÁRVORE. A VIDA HUMANA NÃO É DADA FEITA. ELA É UMA TAREFA A SER REALIZADA. DE SUA VIDA – E É NISTO QUE SE ESCONDE O SEGREDO DE SUA GRANDEZA OU DE SUA MISÉRIA – CADA HOMEM DEVERÁ ESCREVER UMA HISTÓRIA NAS COORDENADAS DO TEMPO E DO ESPAÇO, NAS QUAIS SE ENCONTRA SITUADO"
(ZEFERINO ROCHA).

NASCER MENINA NA TERRA DA LUZ:

OS SEGREDOS DE "SUA GRANDEZA OU DE SUA MISÉRIA"

Sina, **"o que há de vir, de acontecer; [o] futuro; [...] acontecimento bom ou mau; fortuna, sorte, fado"**[3], em síntese, o que se costuma nominar destino, que, no caso do ser humano, como assevera o filósofo e psicanalista Zeferino Rocha, não nasce com ele, não vem com sua bagagem genética: é uma construção. Assim dito, abre-se uma gama de possibilidades, um elenco menos ou mais diverso de escolhas possíveis de serem processadas ao longo da estrada que o ser humano decida trilhar, com o propósito de chegar a um **"resultado final [...], meta, rumo"**[4], a seu destino, enfim.

Evidente que não há – em princípio, pelo menos – discordância com o anunciando por Zeferino Rocha: a videira, irrefutavelmente, só produz uvas e, dela, nada mais se pode exigir ou desejar, a não ser que tais frutos sejam – como uvas – agradáveis ao paladar.

Exitosos os processos de fecundação do óvulo humano e de gestação, o parto vai fazer eclodir o fruto único possível: um ser humano. Disso não se arreda. Tais processos, por seu turno, fazem irromper um elenco diverso de sentimentos, emoções, expectativas, projetos: desde os reveláveis com orgulho aos que buscam esconderijo nos recônditos da alma.

Cada videira produz seus frutos em iguais formas e sabores. Já o ser humano, diferentemente, transfere a cada um de seus frutos uma bagagem que os assemelha e os diferencia, conferindo-lhes, desse modo, o estatuto de ser único.

Os rumos que cada pessoa segue, ao longo de sua vida, não podem ser antecipadamente traçados nem mesmo por ela própria, pois eles são contraditoriamente previsíveis e indeterminados. Previsíveis pela nossa bagagem genética e pela inserção social e cultural que nos constitui. Indeterminados porque nossas experiências interacionais são singulares e diversas, criando uma história própria e única. O que nos qualifica como sujeito humano é a possibilidade de transformação permanente pela incompletude e plasticidade com que nascemos. Assim, vamos humanizando-nos na cultura e pela linguagem.

3 ■ Definições de destino Houaiss (2001, p. 1018).

4 ■ Definições de destino Houaiss (2001, p. 1018).

Desde o nascimento entramos em contato com um meio repleto de significações, que nos vão constituindo subjetivamente. Tanto o mundo físico como social é conhecido pela criança através do outro, que dá significado aos objetos e pessoas que apresentam para ela. Há uma história anterior da qual a criança passa a fazer parte e sua chegada transforma também essa história. Assim, o lugar, o tempo, os objetos e ferramentas culturais, as relações sociais e sentidos desse nascimento vão marcar os modos como cada criança vai se construindo na vida. Como já explicitamos, essa construção é regida dialeticamente pela sua inserção cultural, portanto, é constitutivamente social, e pelas suas vivências particulares, o que lhe confere a singularidade e a sua existência única e diversa de qualquer outra.

Em sua natureza, os frutos humanos seriam iguais e únicos. Infelizmente, quando lançados ao que tem por vir, ao mundo, ao futuro, enfim, ao destino em terrenos insuficientemente adubados, desigualmente fertilizados, pouco regados, neles é menos provável que se possa apreciar o viço presente nos frutos de lavouras bem cultivadas.

O destino do ser humano não lhe é outorgado como herança, acaso, bênção ou maldição; ele, na realidade, é construído socialmente. Por outro lado, e, assim entendendo, é que se torna possível assinalar que a confluência de fatores econômicos, sociais, étnicos, raciais, culturais, particularmente, os relacionados à condição de gênero, termina por oferecer os rascunhos em que serão passadas a limpo as sentenças de vida – e de morte – de meninas adolescentes e jovens mulheres que ficaram no meio – quiçá, no começo mesmo – da estrada da vida.

É dessas mulheres – meninas e jovens – que este estudo trata com zelo e respeito inegociável o que encontrou no álbum de suas histórias, de suas memórias, de sua identidade e imagem. Neste estudo, acolhem-se também a dor e a saudade que, pelo vazio produzido, corroem infindamente o corpo e a alma de mães, pais, avós, companheiras, companheiros, filhas e filhos – órfãos –, parentes e amigos dessas que tiveram a viagem interrompida, brusca, violenta e precocemente, em algum ponto localizado nesta Terra da Luz.

Não apenas do vazio, causado pela dor e pela saudade, sofrem os que perderam essas adolescentes e jovens; seus corpos e almas padecem e reclamam de uma fome – a de justiça – que tão bem descreveu Bertolt Brecht (Poemas 1947-1956, trad. Paulo César de Souza), em O pão do povo:

> A JUSTIÇA É O PÃO DO POVO.
> ÀS VEZES BASTANTE, ÀS VEZES POUCA.
> ÀS VEZES DE GOSTO BOM, ÀS VEZES DE GOSTO RUIM.
> QUANDO O PÃO É POUCO, HÁ FOME.
> QUANDO O PÃO É RUIM, HÁ DESCONTENTAMENTO.
>
> FORA COM A JUSTIÇA RUIM!
> COZIDA SEM AMOR, AMASSADA SEM SABER!
> A JUSTIÇA DE ONTEM, QUE CHEGA TARDE DEMAIS!
> [...].
>
> COMO É NECESSÁRIO O PÃO DIÁRIO
> É NECESSÁRIA A JUSTIÇA DIÁRIA.
> SIM, MESMO VÁRIAS VEZES AO DIA.
>
> [...]
> O povo necessita do pão diário
> Da justiça, bastante e saudável [...].

Mas é necessário salientar que não é na morte dessa menina ou jovem que se inaugura, para os seus, essa fome: ela é crônica, isenta de quaisquer traços de atavismo. Na realidade, ela é mesmo o – às vezes, único – patrimônio, o legado que tem sido repassado, ao longo de séculos, de pai para filho.

Para essas meninas e jovens, que partiram antes da hora, assim como para os seus, a justiça tem um sabor ruim, quando não inexistente, insuficiente, e, se chega, vem muito tarde.

NASCER MENINA E MORRER ANTES DA HORA

ELA DIZ NÃO
MAS DEPOIS VEM O BOM DO AMOR, O TALVEZ
DEPOIS DIZ QUE SIM
COMO TODA MULHER
(BILLY BLANCO)

No álbum da vida dessas adolescentes meninas e jovens mulheres, aberto à visitação das pesquisadoras, por seus guardiães – mães, pais, irmãos, irmãs, avós, parentes, amigos ou amigas –, em todas as histórias, sem exceção, faltava o ponto final. Em contrapartida, exclamações, reticências e, sobretudo, interrogações saltaram aos olhos e ouvidos das visitantes (pesquisadoras) que, com a reverência que o lugar da dor alheia reclama, ouviram o narrar emocionado das histórias que foram interrompidas abrupta e cruelmente.

"Nessas histórias, muitas marcas se salientam e direcionam o olhar de quem está na escuta atenta das narrativas das pesquisadoras. Neste texto, uma dimensão nos chama a atenção nos casos dos assassinatos das meninas e jovens, trata-se da questão de gênero, que se apresenta com realce. Primeiro, é singular a referência à sua vinculação com pessoas de facções criminosas. Na maioria dos casos analisados, de alguma forma, direta ou indiretamente, é mencionado nas razões atribuídas a sua morte esse contato ou vínculo mais forte. Contudo, há uma particularidade que marca a diferença de gênero nessa vinculação. Ao contrário do envolvimento dos adolescentes meninos, no caso das meninas, trata-se de um envolvimento não com os atos criminosos cometidos pelas facções, mas sim de um vínculo afetivo que elas mantêm com as pessoas que delas fazem parte.

Por que consideramos esta particularidade uma questão de gênero? Em primeiro lugar, o envolvimento de meninas ou mulheres com o crime, tende a ser duplamente censurado: pelo crime e por ser mulher. Uma vez que a mulher é culturalmente concebida como frágil, sensível e emotiva, sua conduta não com-

portaria atos criminosos, pois estaria negando a própria feminilidade. Neste caso, há uma tendência à masculinização das meninas com esse tipo de envolvimento e a percepção que ela tem de si está marcada por esta dupla censura: ter cometido um crime e não se adequar ao que se espera do gênero feminino.

O segundo ponto que nos leva a compreensão da implicação de gênero refere-se ao modo de envolvimento, tendo em vista que os casos analisados revelam que as adolescentes e jovens assassinadas, que são mencionadas como faccionadas, o são por estarem envolvidas afetivamente com homens faccionados. Ou seja, não são as suas condutas infracionais que as inserem neste contexto de facções, e sim os seus vínculos afetivos e em razão desses vínculos há motivações de ordem emocionais implicadas nesses assassinatos. Os homicídios estão carregados dessas motivações, sejam as disputas pela conquista das meninas mais bonitas, sejam por ciúmes, sejam por medo de que elas repassem informações para outras facções, sejam por não aceitação do rompimento do vínculo. Assim, elas se encontram enredadas nessa dinâmica relacional que as deixa sem alternativas para sair desse contexto e acabam sendo assassinadas.

Outra particularidade de gênero, que se apresenta nos casos dos assassinatos das meninas, é a referência a uma personalidade desafiadora, decidida, corajosa e combativa, o que também contrasta com o modelo feminino. Em geral, são tidas como "briguentas", "destemidas", que "não levam desaforo pra casa". E também são meninas que frequentam ambientes de diversão, como festas, "rolés", bailes funks etc, e que não se acomodam a uma vida pacata e reclusa.

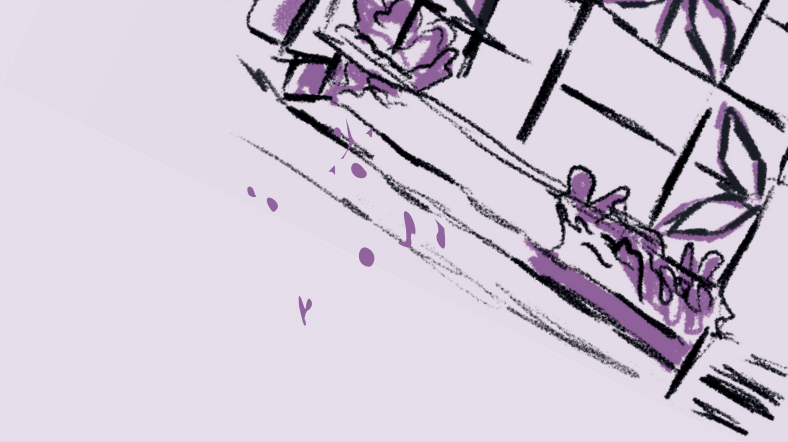
A forma como são cometidos os homicídios também se mostra com especificidades significativas, pela crueldade e necessidade de exposição dos corpos das meninas. Em geral, elas são violentadas, brutalmente espancadas e mutiladas no seu corpo, inclusive decapitadas. Ademais, o homicídio em geral é alvo de filmagem para ser exposto nas redes sociais, dando a entender ser um ato de vingança e de punição severa, pela atitude insurgente e não subalterna da menina. Estas características também conferem a esses assassinatos um caráter de feminicídio e da forte perversidade que o machismo e a misoginia podem levar.

Não há, evidentemente, como se pensar em invocar, nas circunstâncias em que se deram tais mortes, o mínimo de respeito. Mas não há como deixar de registrar a indignação de sabê-lo completamente ausente nos casos em que a adolescente ou jovem encontrava-se na presença do filho, bebê ainda, ou mesmo com ele ao colo. Não é à empatia que se apela, nesses casos – por esse território ela não passa –, é à condição de humanidade.

O fato é que, das mãos dessas mulheres – adolescentes ou jovens –, o destino escapou.

Suas histórias inconclusas parecem deixar insepultos seus corpos.

A vida encerrada por reticência...



"NAS COORDENADAS DO TEMPO E DO ESPAÇO": QUE HISTÓRIA É POSSÍVEL

VAMOS NOS UNIR QUE EU SEI QUE HÁ JEITO
E MOSTRAR QUE NÓS TEMOS DIREITO
PELO MENOS, À COMPREENSÃO
SENÃO, UM DIA
POR QUALQUER PRETEXTO
NOS BOTAM CABRESTO E NOS DÃO RAÇÃO
PRA LUTAR PELOS NOSSOS DIREITOS
TEMOS QUE ORGANIZAR UM MUTIRÃO
E ABRIR O NOSSO PEITO
CONTRA A LEI DO CIRCO E PÃO
(MARTINHO DA VILA E ZÉ KATIMBA)

Cada história de vida dessas adolescentes e jovens tem um ponto comum, que diz da seletividade desses assassinatos. Embora o feminicídio não seja exclusividade de um determinado grupo social, geracional ou racial, não se apresenta da mesma forma e com a mesma frequência e abrangência como vem acontecendo entre as adolescentes e jovens pobres e dos territórios periféricos das cidades. São aquelas, cujos direitos fundamentais não lhes são garantidos desde sempre, para as quais o Estado não se apresenta como protetor nem mesmo comprometido em assegurar a sua existência. "Meninas marcadas para morrer", que são condenadas pela sua insubordinação e pelo domínio de uma sociedade machista, misógina e racista.

Pensar caminhos para superação desse "destino" cruel, que é traçado para essas adolescentes e jovens, requer investimentos para uma educação que combata qualquer tipo de dominação, de raça, de gênero, de geração, de classe social. Que haja comprometimento e vontade política dos governantes e da sociedade civil para pôr em execução políticas e ações voltadas para a promoção da justiça so-

cial e da eliminação das desigualdades de qualquer natureza.

Torna-se urgente interromper esse desfecho fatídico que tem marcado a trajetória de vida dessas meninas e mulheres pobres, habitantes das periferias que, quando não integralmente destituídas de equipamentos sociais, experimentam a insuficiência crônica dos programas e serviços que garantiriam o suprimento de assistência adequada às necessidades específicas desse segmento populacional.

É preciso surpreender-se com a vida, com o resultado da construção do destino: ele não pode ser o que se tem, até agora, apresentado para essas meninas, essas mulheres, suas famílias e seu grupo de amigos. Para tal, torna-se indispensável que o Poder Público assuma o papel de protagonista, no tocante à garantia das políticas públicas que assegurem acesso universal à educação, à saúde, à proteção da vida.

É preciso permitir à protagonista a narração de sua história até o final.

É preciso cuidar para que o amanhã não se esvaia ainda no ontem.

É necessário manter a esperança de conseguirmos transformar essa história e de vislumbrarmos um mundo como **bell hooks**[5] (2019, p. 15) nos instiga a sonhar.

5 Respeitada a grafia adotada pela autora em suas obras.

> IMAGINE VIVER EM UM MUNDO ONDE TODOS NÓS PODEMOS SER QUEM SOMOS, UM MUNDO DE PAZ E POSSIBILIDADES. UMA REVOLUÇÃO FEMINISTA SOZINHA NÃO CRIARÁ ESSE MUNDO; PRECISAMOS ACABAR COM O RACISMO, O ELITISMO, O IMPERIALISMO. MAS ELA TORNARÁ POSSÍVEL QUE SEJAMOS PESSOAS – MULHERES E HOMENS – AUTORREALIZADAS, CAPAZES DE CRIAR UMA COMUNIDADE AMOROSA, DE VIVER JUNTAS, REALIZANDO NOSSOS SONHOS DE LIBERDADE E JUSTIÇA, VIVENDO A VERDADE DE QUE SOMOS TODAS E TODOS "IGUAIS NA CRIAÇÃO". APROXIME-SE.




Périphérie

2.3. EDUCAÇÃO E TRABALHO: EIXOS INVERSAMENTE PROPORCIONAIS NA VIDA DAS MENINAS

2.3.1. DIREITO À EDUCAÇÃO COMO FUNDAMENTAL NA PREVENÇÃO AOS HOMICÍDIOS

Alguns estudos elucidam, ao longo de décadas, a relação entre níveis de instrução formal e a probabilidade de ser vítima de homicídio. **O Pacto Nacional pela Redução de Homicídios**[6] ▪ (PNRH) teve como um dos pilares o aumento das oportunidades educacionais, como oposição as estratégias de encarceramento e repressão.

Assim, uma adolescente fora da escola deveria ser um importante sinal de alerta para a atuação da rede de assistência, tendo como objetivo prevenir homicídios, pois, sabe-se que o número de homicídios cairia quase pela metade, se todos os adolescentes com mais de 15 anos tivessem concluído o Ensino Médio (CERQUEIRA et al. 2016). Ou seja, há uma associação entre a melhora dos indicadores educacionais e a diminuição das taxas de crimes violentos e, em particular, homicídios. Então, a educação ocupa um papel central na tarefa de mitigar a criminalidade violenta (CERQUEIRA et al. 2016; CEARÁ, 2016).

Dessa forma, havendo uma melhora na qualidade do serviço educacional, mais jovens seriam atraídas, evitando também que aquelas matriculadas abandonassem a escola. Essa situação aumentaria as

> OU SEJA, HÁ UMA ASSOCIAÇÃO ENTRE A MELHORA DOS INDICADORES EDUCACIONAIS E A DIMINUIÇÃO DAS TAXAS DE CRIMES VIOLENTOS E, EM PARTICULAR, HOMICÍDIOS

oportunidades de trabalho, diminuindo possíveis vinculações a grupos criminosos. Essa alternativa poderia ser eficaz com jovens que ainda não romperam com as institucionalidades. Para aquelas que romperam, seria preciso criar estratégias alternativas à escola convencional, com investimento em ações criativas combinadas com ofertas culturais, desportivas e laborais. (CERQUEIRA et al. 2016).

Somado a isso, a interação social construída no ambiente escolar, o sentimento de grupo e pertencimento aparecem como fortes aliados, ou seja, se os colegas da escola forem mais atrativos e acolhedores que aqueles fora dela, este será um elemento importante para manter as jovens afastadas de atividades incompatíveis com a escola. O contrário também poderá acontecer, como visto no relato a seguir:

> A ADOLESCENTE ESTUDOU ATÉ A 5º SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL, ESTAVA AFASTADA DA ESCOLA HÁ UM ANO, E SEGUNDO A MÃE, ESSE DISTANCIAMENTO SE DEU POR CONTA DAS AMIZADES E DOS ENVOLVIMENTOS COM COISAS "ERRADAS", CONTRIBUINDO ATÉ MESMO PARA QUE A JOVEM ABANDONASSE A PRÓPRIA FAMÍLIA
> DIÁRIO DE CAMPO, JOSILEINE ARAÚJO

A presença da violência, seja dentro ou fora da escola pode fragilizar a relação das adolescentes com o espaço escolar, limitando a construção de relações de proteção. Acrescenta-se a isso, a necessidade de investimentos no espaço educacional para lidar de forma mais eficiente com os sonhos, desejos e adversidades externas pelas quais passam as adolescentes. No relato a seguir,

6 O Pacto Nacional pela Redução dos Homicídios, lançado em 2015, propunha a articulação entre Governo Federal (a partir de seus ministérios e secretarias), estados e municípios, para promover uma redução de 5% ao ano nas taxas de homicídio. O pacto previa também a contribuição de universidades e centros de pesquisa, e a participação das populações dos territórios na produção de diagnósticos, além de desenvolvimento de ações sociais e de segurança pública nos 81 municípios brasileiros com as maiores taxas de homicídio (concentram 50% das estatísticas). O processo era para ter sido liderado pelo Ministério da Justiça e Secretaria Nacional de Segurança Pública, mas em agosto de 2016, o Ministério da Justiça do Governo Federal interino negou sua participação no Pacto e o projeto não foi desenvolvido. (Anistia Internacional, 11 de agosto de 2016. https://anistia.org.br/noticias/nota-de-repudio-rejeicao-ministerio-da-justica-ao-pacto-nacional-de-reducao-de-homicidios/ acessado em 04 de agosto de 2020)

NESSE CASO, A AUSÊNCIA DE VÍNCULOS PROTETIVOS DA ADOLESCENTE CONTRIBUIU PARA A FORMAÇÃO DE UMA REDE DE APOIO FRÁGIL, ACIONADA SOMENTE EM SITUAÇÕES ADVERSAS E GRAVES. NA MAIORIA DO TEMPO, A JOVEM NÃO CONTAVA COM ELEMENTOS DE SUPORTE EMOCIONAL, MATERIAL E ESPIRITUAL, COMO POSSIBILIDADE DE CONSTRUIR SUSTENTAÇÃO PARA A SUPERAÇÃO DOS RISCOS.

é possível ter dimensão do atravessamento da violência na vida escolar das adolescentes:

■ Ela mudou-se da casa da mãe, pois estava sofrendo ameaças depois que começou a namorar um rapaz de uma área dominada por uma facção rival a que comandava o território em que residia. Por esta mesma razão, tinha deixado de ir para a escola, pois passou a ser ameaçada de transitar entre áreas do bairro. ■ Diário de campo, Lara Silva

O ganho da autonomia, o desejo de descoberta, a vivência da sexualidade, o início dos namoros e relacionamentos também são aspectos que influenciam as meninas em suas trajetórias de aproximação ou afastamento do espaço escolar.

■ A partir da droga pesada apresentada pelo seu companheiro, pai do seu filho, a adolescente abandonou a escola e foi restringindo ainda mais seu ciclo de amizade e vinculação com sua família de origem. Regressando para a casa da mãe e da avó sempre que se sentia ameaçada. ■ Diário de campo, Ticiana Sá.

Nesse caso, a ausência de vínculos protetivos da adolescente contribuiu para a formação de uma rede de apoio frágil, acionada somente em situações adversas e graves. Na maioria do tempo, a jovem não contava com elementos de suporte emocional, material e espiritual, como possibilidade de construir sustentação para a superação dos riscos.

Assim, é importante desenvolver estratégias de manutenção das adolescentes





na escola como importante fator protetivo, mesmo quando situações inesperadas atravessam suas vidas, como gravidez, trabalho ou casamento.

Destaca-se, portanto, o precário papel das escolas na formação das adolescentes, tendo em vista as adversidades e a complexidade dos conflitos nos territórios. Com isso, faz-se importante a implementação de estratégias de mediação de conflitos e da promoção de debates sobre relacionamentos nos espaços formativos, objetivando a promoção e a construção de ambientes dialógicos em que as adolescentes sejam protagonistas na resolução de conflitos.

ACHADOS DA PESQUISA:

Em relação aos processos de educação no tocante a todas as praticantes da pesquisa (n = 133), tinham o ensino fundamental (59,20%), metade estava fora da escola (50,40%), a maior parte estudava pela tarde (45,70%) ou manhã (28,30%), sendo a escola no bairro em que a adolescente residia (65,50%).

Na **Tabela 8**, é possível observar a distribuição dessas informações em função dos grupos, onde a proporção é similar. Os resultados dos testes de associação apontam para um desbalanço em relação a escolaridade nos dois grupos, visto que a proporção de meninas com o ensino fundamental é maior no grupo de meninas vítimas, ao passo que no grupo de meninas vivas é maior a proporção no ensino médio.

Na **Tabela 8**, é possível identificar que 78,33% das adolescentes do grupo de vítimas tinham cursado o Ensino Fundamental até o ano do falecimento. Esse percentual no grupo de adolescentes vivas é 42,86%. No que se refere ao Ensino Médio, 18,33% das adolescentes vítimas haviam chegado ao Ensino Médio. No grupo de meninas vivas, 45,71% estavam no Ensino Médio. Além disso, 26,32% do grupo de meninas vítimas estudavam no turno da noite com maior frequência que meninas vivas, cuja ocorrência é de 8,57% apenas. Escolas de tempo integral são mais frequentadas por adolescentes vivas, com 15,71% de ocorrência, em comparação com o grupo de meninas vítimas, onde apenas 1,75% estudou.

Outro aspecto importante a ser destacado é a distorção entre idade e série, na qual as adolescentes vítimas apresentam em média 4 séries de distorção em relação a idade (Mín. = 0; Máx. = 10; DP = 2,53). As adolescentes vivas apresentam média de 2 anos de distorção (Mín. = 0; Máx. = 8; DP = 2,10), sendo essa diferença estatisticamente significativa ($t = 4,93$; $p < 0,0001$; $d = 0,90$). É importante frisar que muitos fatores podem ter levado à situação descrita, não sendo nosso objetivo aprofundar a análise das causas, mas termos atenção em não responsabilizar as estudantes adolescentes.

TABELA 8

DISTRIBUIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS RELACIONADAS À EDUCAÇÃO EM FUNÇÃO DOS GRUPOS

Variável	Níveis	Meninas vítimas			Meninas vivas			χ^2
		f	%	% válida	*f*	%	% válida	
Educação infantil	Sim	48	77,40	80,00	59	83,10	85,51	0,68
	Não	12	19,40	20,00	10	14,10	14,49	
	Não sabe	2	3,20	-	2	2,80	-	
	Missing	0	0,00	-	0	0,00	-	
Escolaridade da adolescente	Não frequentou a escola e não sabia ler	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	17,84**
	Não frequentou a escola e sabia ler	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	
	Ensino Fundamental	47	75,81	78,33	30	42,30	42,86	
	Ensino Médio Profissionalizante	1	1,61	1,67	1	1,40	1,43	
	Ensino Médio	11	17,74	18,33	32	45,10	45,71	
	EJA	1	1,61	1,67	7	9,90	10,00	
	Ensino Superior Incompleto	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	
	Não sabe	2	3,23	-	0	0,00	-	
	Missing	0	0	-	1	1,40	-	
Frequenta a escola	Sim	26	41,94	41,94	40	56,30	56,34	2,74
	Não	36	58,06	58,06	31	43,70	43,66	
	Não sabe	0	0,00	-	0	0,00	-	
	Missing	0	0,00	-	0	0,00	-	
Turno que estuda/ estudava	Manhã	16	25,81	28,07	20	28,20	28,57	12,53**
	Tarde	25	40,32	43,86	33	46,50	47,14	
	Noite	15	24,19	26,32	6	8,50	8,57	
	Integral	1	1,61	1,75	11	15,50	15,71	
	Não sabe	3	4,84	-	0	0,00	-	
	Missing	2	3,23	-	1	1,40	-	
A escola é/era no bairro	Sim	39	62,90	65,00	47	66,20	66,20	0,02
	Não	21	33,87	35,00	24	33,80	33,80	
	Não sabe	1	1,61	-	0	0,00	-	
	Missing	1	1,61	-	0	0,00	-	

Nota: ** $p < 0,0001$

2.3.2. O TRABALHO PRECOCE NA VIDA DAS ADOLESCENTES: CUIDADORAS, VENDEDORAS E DOMÉSTICAS

O Brasil ainda não conseguiu erradicar o trabalho infantil, mesmo signatário da Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU/1989), que estabelece a proteção contra trabalhos que ameacem o pleno desenvolvimento desse público, além de implementar as disposições das Convenções 138 – sobre Idade Mínima para Admissão – e 182 – sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação – da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificadas pelos Decretos nº 4.134, de 15 de fevereiro de 2002, e nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, respectivamente. Premissas encontradas na Constituição Federal de 1988 e reforçadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu Art. 60. "É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade", deixando claro a impossibilidade do trabalho infantil e nos dois primeiros anos da adolescência.

No entanto, contrário aos marcos legais de proteção, as adolescentes deste estudo foram inseridas no mercado de trabalho de forma precoce e precária. Responsabilizavam-se por uma gama de atividades braçais, repetitivas e desinteressantes que as tornaram mão-de-obra desqualificada e barata na economia informal (vendas de lanches, roupas, cosméticos), em atividades domésticas e até em ramos ilegais. Como é possível ver no relato abaixo:

> A ADOLESCENTE TINHA RECEBIDO UM DINHEIRO DE SEU TRABALHO INFORMAL (CUIDAR DE CRIANÇAS) E COMPRADO ROUPAS NOVAS E COMIDAS MELHORES PARA A FAMÍLIA QUANDO A AMIGA A CHAMOU PARA VISITAR UMA COLEGA ALGUMAS RUAS PRÓXIMAS A SUA ■ DIÁRIO DE CAMPO, TICIANA SÁ

O pouco dinheiro arrecadado, em média R$ 454,90, ia para o sustento da família para 60% das meninas vítimas que trabalhavam. Por vezes, este pequeno rendimento, era a única fonte de renda da família. Somente uma das adolescentes vítimas de homicídio (3,33%) trabalhou como celetista, dentro das previsões da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). No grupo de meninas vivas, nenhuma adolescente teve essa experiência. As atividades laborais, nas quais as adolescentes estavam envolvidas, não reconheciam seus direitos trabalhistas e ainda geravam prejuízos ao seu desenvolvimento escolar, além de gerarem agravos à saúde.

Essa situação se mostra mais uma vez, contrária ao que preconiza o ECA em seu Art. 68 "o programa social que tome por base o trabalho educativo, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada". Portanto, a legislação brasileira estabelece que as atividades laborais devem privilegiar a formação educacional dos adolescentes, devendo estar subordinadas à sua formação escolar. No relato abaixo, é possível comprovar a iniciação precoce

ao trabalho em atividades monótonas e desestimulantes, que não condizem com o previsto na legislação:

■ Desde cedo as adolescentes trabalhavam e estudavam para ajudar no sustento da casa, iniciando, ambas aos 13 anos uma venda de pastel e lanches, conciliando o trabalho com as atividades escolares. Cursaram até o oitavo ano do colegial antes de morrem, mesmo, segundo a irmã e a mãe, considerando a escola como algo que poderia mudar a vida delas. ■ Ticiana Sá, Diário de campo

A influência dos aspectos socioeconômicos é causa determinante do trabalho infantil. Ainda que as adolescentes valorizem a escola, são muitos os obstáculos para sua permanência, tendo em vista as dificuldades dos seus pais em garantir o sustento da família. Ainda que haja articulações institucionais e mecanismos para coibir, há uma relação intrínseca entre a pobreza das famílias e a utilização do trabalho infantil como forma de garantir a sobrevivência dos membros.



AINDA QUE AS ADOLESCENTES VALORIZEM A ESCOLA, SÃO MUITOS OS OBSTÁCULOS PARA SUA PERMANÊNCIA, TENDO EM VISTA AS DIFICULDADES DOS SEUS PAIS EM GARANTIR O SUSTENTO DA FAMÍLIA. AINDA QUE HAJA ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS E MECANISMOS PARA COIBIR, HÁ UMA RELAÇÃO INTRÍNSECA ENTRE A POBREZA DAS FAMÍLIAS E A UTILIZAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL COMO FORMA DE GARANTIR A SOBREVIVÊNCIA DOS MEMBROS.

■ Ela estudou até os 17 anos e parou de ir pois chegava muito cansada do trabalho, trabalhava em uma confecção o dia todo e tinha aulas à noite. Passou a faltar por causa do cansaço até que parou de ir. ■ Diário de campo, Gabriela Colares

Além do trabalho precoce realizado por meio de atividades, é comum haver diferença entre os gêneros expressa na divisão do trabalho. De forma que os papéis sociais representados por homens e mulheres afetam crenças e comportamentos sociais na execução de atividades laborais.

Isso faz com que algumas mulheres concluam que possuem forças intrínsecas e virtudes especificamente femininas (como cuidar das crianças, idosos, desempenhar atividades domésticas, ser maternal, dar suporte afetivo, etc.), tais funções têm gerado pouco ou nenhum reconhecimento social. Como expresso no relato a seguir:

▪ Nesse momento a mãe se aproximou dela e passou a levá-la para o trabalho consigo onde ela passou a vender lanches (dindin) e aceitou se inscrever num curso de cabeleireiro para construir um novo projeto de vida. ▪ Diário de campo, Ticiana Sá

A força dos estereótipos de gênero ainda encontra justificativa nas poucas participações das mulheres em cargos de liderança no sistema político e trabalhista. É grande o número de pessoas que acreditam nas diferenças sexuais relacionadas aos comportamentos de homens e mulheres nos vínculos de trabalho ou família. Os traços de personalidade como independência, agressividade são associados a homens, e a sensibilidade, a emoção e o cuidado, às mulheres (NOGUEIRA, 2001). No relato abaixo, uma mãe reforça os estereótipos, ao narrar o trabalho realizado pela filha:

▪ Estava afastada da escola. Nunca frequentou projetos sociais. Gostava de realizar atividades braçais tidas como trabalho de homem, como capinar. Era assim que conseguia um dinheiro para as suas necessidades. ▪ Diário de campo, Josileine Araújo

Por fim, o trabalho precarizado reflete nas vidas vividas de forma precária não somente das adolescentes, mas também das mulheres de sua família. São várias gerações em que não foi possível superar as marcas da exclusão, em um ciclo de repetições de experiências de trabalho infantil, como expresso a seguir:

▪ A mãe passou a trabalhar em uma escola particular e a levá-la consigo, mas logo ela abandonou os estudos para cuidar de crianças, e passou a consumir e vender drogas (avião) chegando a ser presa por conta de tal prática. ▪ Diário de campo, Ticiana Sá

Assim, as mães e as outras mulheres da família dessas adolescentes não veem a autonomia conquistada ao longo dos anos, através dos movimentos de mulheres, atingirem suas vidas de forma equivalente, e a recompensa financeira parece não justificar as duplas e triplas jornadas de trabalho. Sem parceiros que topem a divisão das obrigações afetivas e familiares, as mulheres se sobrecarregaram, veem-se prejudicadas e sem suporte ao longo de vários ciclos geracionais.

Desta feita, compreende-se que a melhor opção para estas jovens seria a inserção em um sistema de ensino de qualidade que as formem por meio de uma perspectiva crítica, que promova transformação social por meio da conscientização e libertação. Perspectiva que visamos construir em um horizonte ético a ser buscado.



SEM PARCEIROS QUE TOPEM A DIVISÃO DAS OBRIGAÇÕES AFETIVAS E FAMILIARES, AS MULHERES SE SOBRECARREGARAM, VEEM-SE PREJUDICADAS E SEM SUPORTE AO LONGO DE VÁRIOS CICLOS GERACIONAIS.

ACHADOS DA PESQUISA:

Em relação ao grupo de meninas vítimas, 48,39% exerceram alguma atividade remunerada. A atividade laboral começou, em média, aos 15 anos (Mín. = 11 anos; Máx. = 19 anos; DP = 1,92).

Do grupo de meninas vivas, 27,14% exerceram alguma atividade remunerada, nenhuma dessas com carteira assinada. A atividade laboral começou, em média, aos 14 anos (Mín. = 11 anos; Máx. = 18 anos; DP = 1,68), e gerava em média R$ 245,90 (Mín. = R$ 30,00; Máx. = R$ 550,00; DP = 156,28), em 52,63% dos casos a adolescente contribuía com o sustento da família com essa renda. Essas informações podem ser observadas na **Tabela 9.**

TABELA 9

DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS ÀS QUESTÕES RELACIONADAS A ATIVIDADE REMUNERADA

Variável	Níveis	Meninas vítimas			Meninas vivas			χ^2
		f	%	% válida	*f*	%	% válida	
A adolescente exercia alguma atividade remunerada?	Sim	30	48,4	48,39	19	26,80	27,14	6,35*
	Não	32	51,6	51,61	51	71,80	72,86	
	Não sabe	0	0	-	0	0,00	-	
	Missing	0	0	-	1	1,41	-	
A adolescente já exerceu alguma atividade remunerada com carteira assinada?	Sim	1	1,6	3,33	0	0,00	0,00	0,71
	Não	29	46,8	96,67	19	26,76	100,00	
	Não sabe	0	0	-	0	0,00	-	
	Missing	32	51,6	-	52	73,24	-	
A renda da adolescente contribuía com o sustento da família?	Sim	18	29	60,00	10	14,08	52,63	0,48
	Não	12	19,4	40,00	9	12,68	47,37	
	Não sabe	0	0	-	0	0,00	-	
	Missing	32	51,6	-	52	73,24	-	
		Média (DP)	Mín.	Máx.	Média (DP)	Mín.	Máx.	t
Idade da adolescente quando começou a atividade		15,72 (1,92)	11	19	14,3 (1,68)	11	18	2,67*
Valor da renda mensal da atividade		R$ 454,90 (466,39)	R$ 20,00	R$ 1.600,00	R$ 245,75 (156,28)	R$ 30,00	R$ 560,00	1,86

Nota: * $p < 0,05$;

As adolescentes do grupo de meninas vítimas exerciam, principalmente, atividades ligadas ao cuidado (43,33%), tanto de crianças quanto de idosos, seguido por venda de lanches (20,00%), atuação em confecção (10,00%), venda de roupas (6,67%) e como cozinheira (6,67%). Por sua vez, as principais atividades do grupo de meninas vivas são ligadas a venda de lanches (31,58%) e de roupas (15,79%), seguidas pelo cuidado de crianças (10,53%). Essas informações podem ser vistas na **Tabela 10**.

TABELA 10

DISTRIBUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES LABORAIS DAS ADOLESCENTES EM FUNÇÃO DOS GRUPOS

Meninas vítimas			Meninas vivas		
Atividade	*f*	%	Atividade	*f*	%
Cuidadora	13	43,33	Vendedora de lanches	6	31,58
Vendedora de lanches	6	20,00	Vendedora de roupas	3	15,79
Confecção	3	10,00	Cuidadora	2	10,53
Venda de roupas	2	6,67	Reforço escolar	2	10,53
Cozinheira	2	6,67	Comércio	1	5,26
Doméstica	1	3,33	Auxiliar de cozinha	1	5,26
Não soube responder	1	3,33	Doméstica	1	5,26
Venda de eletrônicos	1	3,33	Vendedora de produtos de beleza	1	5,26
Auxiliar de escola	1	3,33	Fotógrafa	1	5,26
Garçonete	1	3,33	Maquiagem	1	5,26
Aluguel de patins	1	3,33	Festa infantil	1	5,26
Faxina	1	3,33	Tráfico de drogas	1	5,26

2.3.3. PARTICIPAÇÕES COLETIVAS E ATIVIDADES DE LAZER: RETAGUARDA NECESSÁRIA, PORÉM FALHA

Para garantir a participação genuína das adolescentes, é preciso desenvolver um ambiente democrático que promova a autonomia, autoconfiança e autodeterminação. A adolescência é um período da vida que inclui busca por reconhecimento e experimentações frente a transformação da identidade pessoal e social. Valorizar e estimular a participação de crianças e adolescentes é fortalecer a democracia. (CEDECA CEARÁ, 2017)

No entanto, os mecanismos de participações coletivas, que poderiam ser retaguarda e dar suporte a uma rede de educação falham, não têm feito diferença na vida das meninas que foram vítimas de homicídio. Em linhas gerais, para o grupo de meninas vítimas, a participação das adolescentes nas atividades listadas é baixa, variando de 0% (grupos ou movimentos políticos) a 20,34% (grêmio estudantil).

ACHADOS DA PESQUISA:

Além das participações em grêmio estudantil e grupos religiosos, tiveram expressividade, ainda que baixa, equipes esportivas 16,67% (vítimas) e 21,13% (vivas) e torcida organizada 16,39% (vítimas) e (vivas) 12,68%. Para o grupo de meninas vivas, a participação nas atividades listadas varia de 2,99% (coletivos feministas) a 30,99% (grupos religiosos). Os dados mais expressivos foram: grêmio estudantil 20,34% (vítimas) e 11,27% (vivas).

Com redes de apoios precárias, muitas vezes a igreja era a única atividade buscada por meninas vítimas de homicídios, sendo do total de entrevistadas (N=133) evangélica (39,10%), católica (29,03%). No relato a seguir, vemos a expressão da escassez e da falta de acesso a direitos:

> Conseguimos encontrar o bairro, um retrato singular e atual do abandono e omissão do poder público em vários aspectos: falta de infraestrutura das ruas, ausência de equipamentos de lazer e cultura para jovens, ausência de equipamentos públicos de educação, escassez de transporte público. ■ Diário de campo, Josileine Araújo

Há, portanto, um processo de diferenciação social que negligencia as possibilidades de lazer e acesso a bens culturais para grande parte da população. Na distribuição geográfica de Fortaleza, por exemplo, é possível perceber que teatros, museus, cinemas, bibliotecas, dentre outros equipamentos, se encontram, em sua maioria, nas zonas economicamente mais abastadas, ficando as populações mais pobres, relegadas às áreas mais afastadas, além do processo contínuo de privatização no acesso a espetáculos, filmes e outros bens culturais. Mesmo com iniciativas das camadas populares de organização no âmbito do lazer e da cultura, é difícil manter a regularidade e a continuidade das ações, em função do quadro social em que não há incentivo do poder público. Cada Município tem sua particularidade no que tange a promoção de políticas públicas para juventude. Algumas dessas diferenças podem ser identificadas em fichas-síntese e relatos das pesquisadoras sobre cada cidade visitada para esta pesquisa.

Na **Tabela 11** é possível ver listado o conjunto de atividades em que as adolescentes dos dois grupos (vítimas e vivas) participavam.

TABELA 11

DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES DIÁRIAS REALIZADAS PELAS ADOLESCENTES EM FUNÇÃO DO GRUPO (continua)

Variável	Níveis	Meninas vítimas			Meninas vivas			χ^2
		f	%	% válida	*f*	%	% válida	
Grêmio estudantil	Sim	12	19,35	20,34	8	11,27	11,27	2,03
	Não	47	75,81	79,66	63	88,73	88,73	
	Não sei	1	1,61	-	0	0	-	
	Missing	2	3,23	-	0	0	-	
Grupos religiosos	Sim	12	19,35	20,34	22	30,99	30,99	0,15
	Não	47	75,81	79,66	49	69,01	69,01	
	Não sei	3	4,84	-	0	0	-	
	Missing	0	0	-	0	0	-	
Equipe esportiva	Sim	10	16,13	16,67	15	21,13	21,13	0,41
	Não	50	80,65	83,33	56	78,87	78,87	
	Não sei	2	3,23	-	0	0	-	
	Missing	0	0	-	0	0	-	
Torcida organizada	Sim	10	16,13	16,39	9	12,68	12,68	0,36
	Não	51	82,26	83,61	62	87,32	87,32	
	Não sei	1	1,61	-	0	0	-	
	Missing	0	0	-	0	0	-	
Grupos de dança, teatro ou arte	Sim	9	14,52	15,00	15	21,13	21,13	0,81
	Não	51	82,26	85,00	56	78,87	78,87	
	Não sei	1	1,61	-	0	0	-	
	Missing	1	1,61	-	0	0	-	

TABELA 11

DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES DIÁRIAS REALIZADAS PELAS ADOLESCENTES EM FUNÇÃO DO GRUPO (conclusão)

Variável	Níveis	Meninas vítimas			Meninas vivas			χ^2
		f	%	% válida	*f*	%	% válida	
Grupos musicais (coral, banda, etc.)	Sim	7	11,29	11,48	8	11,27	11,27	0,00
	Não	54	87,1	88,52	63	88,73	88,73	
	Não sei	1	1,61	-	0	0	-	
	Missing	0	0	-	0	0	-	
Grupo de trabalho voluntário	Sim	3	4,84	5,17	6	8,45	8,45	0,52
	Não	55	88,71	94,83	65	91,55	91,55	
	Não sei	4	6,45	-	0	0	-	
	Missing	0	0	-	0	0	-	
Grupos de hip-hop	Sim	3	4,84	4,92	6	8,45	8,45	0,64
	Não	58	93,55	95,08	65	91,55	91,55	
	Não sei	1	1,61	-	0	0	-	
	Missing	0	0	-	0	0	-	
Slam das minas	Sim	2	3,23	3,28	2	2,82	2,82	0,02
	Não	59	95,16	96,72	69	97,18	97,18	
	Não sei	1	1,61	-	0	0	-	
	Missing	0	0	-	0	0	-	
Grupos ou movimentos políticos	Sim	0	0	0	3	4,23	4,29	2,67
	Não	61	98,39	100	67	94,37	95,71	
	Não sei	1	1,61	-	0	0	-	
	Missing	0	0	-	0	0	-	
Coletivos feministas	Sim	0	0	0	2	2,82	2,99	1,75
	Não	58	93,55	100	65	91,55	97,01	
	Não sei	4	6,45	-	1	1,41	-	
	Missing	0	0	-	3	4,23	-	
Outra	Sim	1	1,61	1,64	4	5,63	5,63	1,43
	Não	60	96,77	98,36	67	94,37	94,37	
	Não sei	1	1,61	-	0	0	-	
	Missing	0	0	-	0	0	-	

2.3.4. LAZER E AS ATIVIDADES DIÁRIAS

O direito ao esporte e ao lazer deve ser materializado como uma política pública que não esteja fundada em uma lógica utilitarista, mas vislumbre a construção de relações interpessoais, o usufruto de preferências individuais ou coletivas, levando em consideração que as motivações das adolescentes podem variar e oscilar de acordo com as características individuais e contextuais na qual estão inseridas. Vale ressaltar que nem sempre as motivações pessoais e a disponibilidade das atividades tomam um mesmo sentido.

Ainda assim, a importância de garantir o direito de crianças e adolescentes ao esporte e lazer se localiza na possibilidade de vivenciar, refletir e reconstruir sentidos e significados sobre corpo, práticas corporais, gênero e diversidade na sua relação com o mundo, podendo contribuir com o desenvolvimento do protagonismo e da autonomia.



ACHADOS DA PESQUISA:

O resultado da análise de frequência múltipla das atividades de lazer, de um modo geral, pode ser observado na **Tabela 12**. Ambos os grupos (vítimas e vivas), gostavam de ir à praia, de festas, de sair com as amigas e de utilizar a internet. A partir da frequência com que as adolescentes participavam das atividades que gostavam, foi medido o acesso delas às mesmas, e, se não participavam, perguntávamos por quê.

Os respectivos percentuais no grupo de meninas vítimas com relação às atividades que gostavam foram: "praia" (45,16%) e "festa" (45,16%), seguidas por "internet" (16,13%) e "sair com as amigas" (16,13%), entre outras.

Em relação ao grupo de meninas vivas, a atividade de lazer que as meninas mais se engajam é também a ida à "praia" (22,54%), seguida do uso da "internet" (19,72%), "sair com amigos" (18,31%), ir ao "shopping" (15,49%), "ouvir música" (14,08%), entre outras, que poderão ser vistas na **Tabela 12**. A diferença na quantidade de atividades descritas entre os grupos é mais um efeito do heterorrelato e do autorrelato, no qual é importante ressaltar que não se dá apenas em relação a essa dimensão, mas, como já ressaltado anteriormente, em todas da vida das adolescentes.

No entanto, quando perguntado quais atividades de lazer tinham no bairro, a resposta mais frequente foi "não possui" para ambos os grupos, organizadas da seguinte forma: para o grupo de meninas vítimas "não possui" (25,81%), seguido de "praça" (12,90%), "não sei informar" (8,06%), "sair com amigas" (8,06%) e "festa" (8,06%).

Por sua vez, em relação ao grupo de meninas vivas, uma frequência semelhante pode ser vista, uma vez que o termo mais frequente foi "não possui" (32,39%), seguido por "praça" (19,72%), "igreja" (12,68%), entre outras atividades listadas na **Tabela 12**. Dessa forma, o que as adolescentes mais gostavam de fazer para se divertir não eram possíveis de serem realizadas no bairro. É importante frisar que na sessão de participações coletivas (item 2.4), a igreja já havia aparecido como uma das únicas opções disponíveis nos territórios, tendo em vista a precariedade das redes; aqui novamente, a igreja é apontada como opção de lazer.

No relato abaixo observa-se a transversalidade de violações de direitos refletida na

vida da adolescente, tanto na inserção ao trabalho precoce e precarizado como na ausência de acesso a direitos como esporte e lazer.

■ A adolescente assassinada tinha o costume de, com o dinheiro que ganhava com o cuidado de crianças da família e da vizinhança, ir lanchar na rua a noite próxima de casa com as amigas do bairro, uma das poucas atividades de lazer que realizava nas adjacências de casa. ■ Diário de Campo, Ticiana Sá

A partir dessa situação, pode-se constatar que, dada a ausência de opções de entretenimento, resta às meninas considerarem lanchar como atividade de lazer. Elas se distanciam da possibilidade de obterem no lazer mecanismos privilegiados de educação, onde é possível potencializar o desenvolvimento pessoal e social.

Embora ausente na vida das meninas, alguns familiares relataram a proximidade delas com atividades de esporte:

■ A avó da adolescente apoiava o interesse da mesma por esporte, natação e principalmente futebol feminino, chegando a jogar do time no bairro e pensar em seguir essa rotina de atividades como projeto de vida. Uma vez que não tinha tanto interesse pela escola formal. Através do esporte, segundo a tia, a adolescente ainda encontrava uma melhor forma de participar da rede comunitária ■ Diário de Campo, Ticiana Sá

Ainda que haja a presença de equipes de futebol feminino nos bairros, estas experiências ocupam bem menos tempo e espaço que as equipes masculinas. Nesse sentido, é

AINDA ASSIM, A IMPORTÂNCIA DE GARANTIR O DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES AO ESPORTE E LAZER SE LOCALIZA NA POSSIBILIDADE DE VIVENCIAR, REFLETIR E RECONSTRUIR SENTIDOS E SIGNIFICADOS SOBRE CORPO, PRÁTICAS CORPORAIS, GÊNERO E DIVERSIDADE NA SUA RELAÇÃO COM O MUNDO, PODENDO CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMENTO DO PROTAGONISMO E DA AUTONOMIA.

ELAS SE DISTANCIAM DA POSSIBILIDADE DE OBTEREM NO LAZER MECANISMOS PRIVILEGIADOS DE EDUCAÇÃO, ONDE É POSSÍVEL POTENCIALIZAR O DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL.

O ESPORTE, PORTANTO, CONSTITUI UM ESPAÇO DE INTERAÇÃO SOCIAL NO QUAL PODE SE VIVENCIAR A CONSCIÊNCIA CORPORAL, A LUDICIDADE, A VITALIDADE. PODE AINDA FORTALECER SABERES LOCAIS E PROPICIAR DIVERSAS ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS. PARA ISSO, É FUNDAMENTAL GARANTIR ACESSO, PERIODICIDADE E ENGAJAMENTO DA COMUNIDADE DO TERRITÓRIO NO PLANEJAMENTO E PROMOÇÃO DAS AÇÕES. COM FREQUÊNCIA, ESPAÇOS DE ESPORTE E LAZER DISPONÍVEIS E DE FÁCIL ACESSO NOS BAIRROS FAVORECEM A PARTICIPAÇÃO A ATIVIDADES FÍSICAS NO DIA-A-DIA DOS TERRITÓRIOS.

importante considerar que a maior parte das políticas direcionadas ao lazer nos bairros de Fortaleza são destinadas a um público cuja tendência cultural é predominantemente masculina, como as Areninhas e as quadras de futebol. Ainda vigoram fortemente os padrões sociais preconizados para homens e mulheres, baseados no binarismo de gênero, para definir aspectos comportamentais aceitáveis de cada um deles.

Compreendido como fenômeno social, o esporte é uma possibilidade de estar em contato com o outro e trocar conhecimentos, experiências, desejos e valores em diversas esferas, podendo ser ensejada, a partir daí, uma variada gama de informações. O esporte pode promover relações saudáveis e ser um potente mediador de conflitos e, portanto, não pode privilegiar determinada perspectiva de gênero.

O esporte, portanto, constitui um espaço de interação social no qual pode se vivenciar a consciência corporal, a ludicidade, a vitalidade. Pode ainda fortalecer saberes locais e propiciar diversas articulações institucionais entre políticas públicas e entidades não governamentais. Para isso, é fundamental garantir acesso, periodicidade e engajamento da comunidade do território no planejamento e promoção das ações. Com frequência, espaços de esporte e lazer disponíveis e de fácil acesso nos bairros favorecem a participação a atividades físicas no dia-a-dia dos territórios.

No entanto, as adolescentes pesquisadas não contaram com esses serviços, segundo relato dos familiares, até mesmo as atividades de educação, saúde e assistência eram atendidas de forma precária e limitada por receio dos grupos armados.

Na **Tabela 12**, é possível ver de forma detalhada as atividades de lazer que as adolescentes de ambos os grupos mais gostavam.

No entanto, as adolescentes pesquisadas não contaram com esses serviços, segundo relato dos familiares, até mesmo as atividades de educação, saúde e assistência eram atendidas de forma precária e limitada por receio dos grupos armados.

Na **Tabela 12**, é possível ver de forma detalhada as atividades de lazer que as adolescentes de ambos os grupos mais gostavam.

Na **Tabela 13**, a seguir, temos as atividades de lazer que as adolescentes frequentavam no bairro em moravam.

TABELA 12

DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES DE LAZER GERAL EM FUNÇÃO DOS GRUPOS (continua)

Meninas vítimas			Meninas vivas		
Atividade	*f*	%	Atividade	*f*	%
Praia	28	45,16	Praia	16	22,54
Festa	28	45,16	Internet	14	19,72
Internet	10	16,13	Sair com amigos	13	18,31
Sair com amigas	10	16,13	Shopping	11	15,49
Dançar	7	11,29	Música	10	14,08
Piscina	6	9,68	Celular	9	12,68
Praça	6	9,68	Festa	8	11,27
Paredão	5	8,06	Futebol	7	9,86
Jogar bola	5	8,06	Casa das amigas	6	8,45
Beber	4	6,45	Comer	6	8,45
Ficar em casa	4	6,45	Dançar	6	8,45
Música	4	6,45	Ler	5	7,04
Celular	4	6,45	Piscina	4	5,63
Não sei informar	2	3,23	Sair com família	4	5,63
Cuidado estético	2	3,23	TV	4	5,63
TV	2	3,23	Brincar	3	4,23
Parque	2	3,23	Cinema	3	4,23

TABELA 12

DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES DE LAZER GERAL EM FUNÇÃO DOS GRUPOS (conclusão)

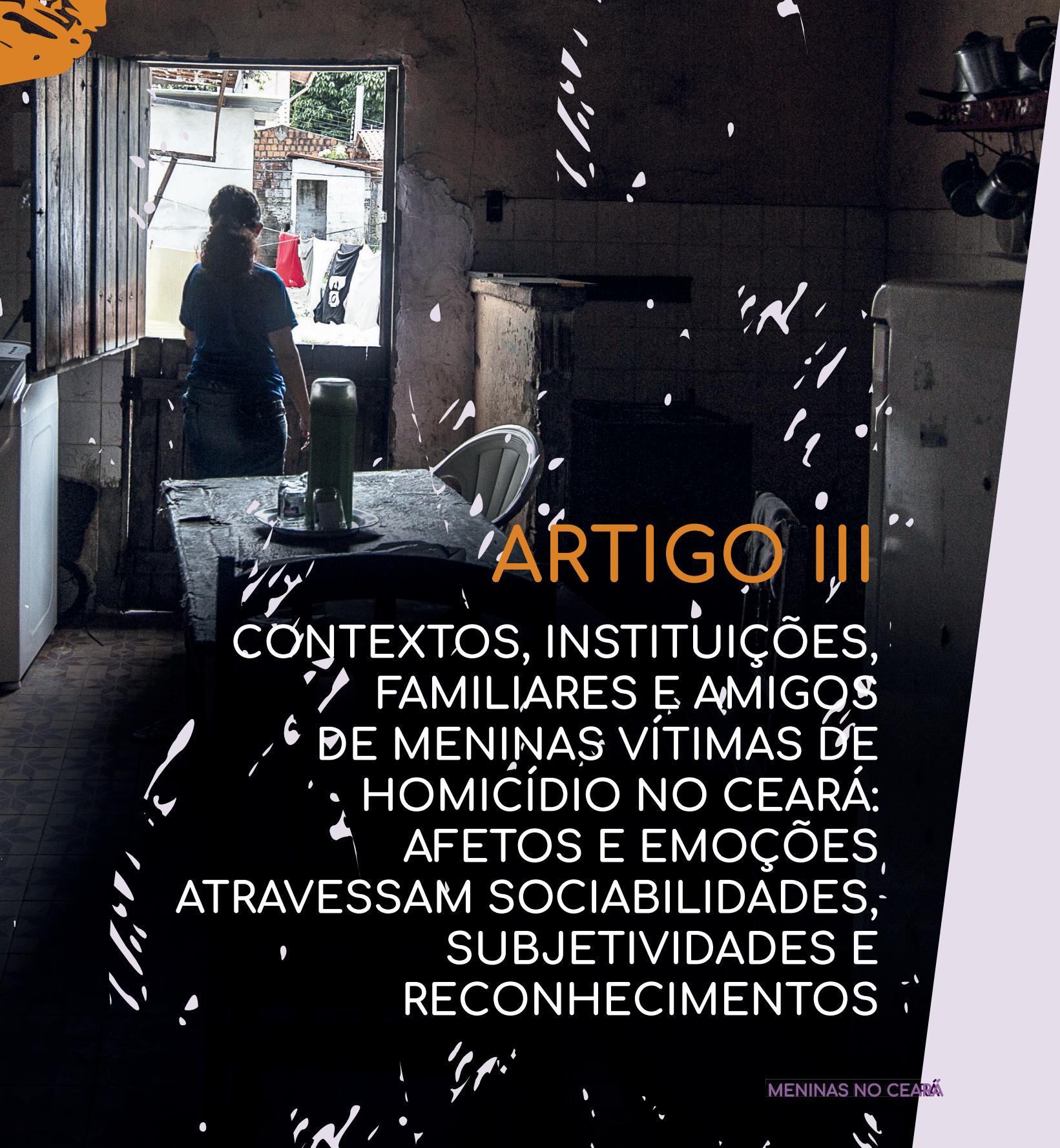
Meninas vítimas			Meninas vivas		
Atividade	*f*	%	Atividade	*f*	%
Carnaval	2	3,23	Igreja	3	4,23
Shopping	2	3,23	Praça	3	4,23
Brincar	2	3,23	Séries	3	4,23
Cinema	2	3,23	Bicicleta	2	2,82
Passear	1	1,61	Conversar	2	2,82
Bares	1	1,61	CUCA	2	2,82
Piquenique	1	1,61	Esportes	2	2,82
Pizzaria	1	1,61	Filhos	2	2,82
Raia	1	1,61	Fotografar	2	2,82
Igreja	1	1,61	Nada	2	2,82
Judô	1	1,61	Paredão	2	2,82
Cantar	1	1,61	Passear	2	2,82
Calçada	1	1,61	Viajar	2	2,82
-	-	-	Andar de moto	1	1,41
-	-	-	Artesanato	1	1,41
-	-	-	Beber	1	1,41
-	-	-	Biblioteca	1	1,41
-	-	-	Cantar	1	1,41
-	-	-	Capoeira	1	1,41
-	-	-	Casa	1	1,41
-	-	-	Comprar	1	1,41
-	-	-	Cozinhar	1	1,41
-	-	-	Desenhar	1	1,41
-	-	-	Filme	1	1,41
-	-	-	Irmãs	1	1,41
-	-	-	Piquenique	1	1,41
-	-	-	Sair com namorado	1	1,41
-	-	-	Teatro	1	1,41
-	-	-	Vôlei	1	1,41

TABELA 13

DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES DE LAZER NO BAIRRO EM FUNÇÃO DOS GRUPOS*

Meninas vítimas			Meninas vivas		
Atividade	*f*	%	Atividade	*f*	%
Não possui	16	25,81	Não possui	23	32,39
Praça	8	12,90	Praça	14	19,72
Não sei informar	5	8,06	Igreja	9	12,68
Sair com amigas	5	8,06	Casa das amigas	7	9,86
Festa	5	8,06	CUCA	6	8,45
Praia	4	6,45	Futebol	4	5,63
Ficar em casa	3	4,84	Praia	4	5,63
Não gostava	3	4,84	Centro cultural	3	4,23
Lanchar	3	4,84	Comer	3	4,23
Internet	2	3,23	Brincar	2	2,82
Brincar	2	3,23	Piscina	2	2,82
Celular	2	3,23	Shopping	2	2,82
Calçada	2	3,23	Bares	1	1,41
Piscina	1	1,61	Biblioteca	1	1,41
Medo	1	1,61	Bicicleta	1	1,41
Shopping	1	1,61	Casa	1	1,41
Açude	1	1,61	Cinema	1	1,41
Beber	1	1,61	Cursos	1	1,41
Paredão	1	1,61	Dança	1	1,41
Carnaval	1	1,61	Esportes	1	1,41
Jogar bola	1	1,61	Festa	1	1,41
Judô	1	1,61	Fotografia	1	1,41
Quadrilha junina	1	1,61	Internet	1	1,41
Areninha	1	1,61	Lagoa	1	1,41
-	-	-	Paredão	1	1,41
-	-	-	Piquenique	1	1,41
-	-		Riacho	1	1,41
-	-	-	Sair com amigas	1	1,41
-	-	-	Teatro	1	1,41
-	-	-	UGP	1	1,41





ARTIGO III

CONTEXTOS, INSTITUIÇÕES, FAMILIARES E AMIGOS DE MENINAS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO NO CEARÁ: AFETOS E EMOÇÕES ATRAVESSAM SOCIABILIDADES, SUBJETIVIDADES E RECONHECIMENTOS

Camila Holanda Marinho

Professora Efetiva da UECE. Doutora em Sociologia pela UFC e integrante do Movimento Cada Vida Importa (MCVI).

Ângela de Alencar Araripe Pinheiro

Professora Associada da UFC, integrante do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (NUCEPEC/UFC) e do Movimento Cada Vida Importa (MCVI). Psicóloga, Doutora em Sociologia. a3pinheiro@gmail.com.

Os Contextos: Reverso de Vida Digna e do Bem Viver

Há que se tomar como ponto de partida os atravessamentos da pobreza, da miséria e das desigualdades sociais, presentes enfaticamente nos contextos em que mais ocorrem homicídios de meninas em Fortaleza e no Ceará – assentamentos precários nas cidades de maior porte e rincões distantes em municípios, às vezes de dimensão populacional ínfima. É assustador tomar conhecimento de que, mesmo lá, meninas vêm sendo assassinadas brutalmente no Estado. Contexto revelador da ausência ou grande defasagem de políticas públicas, que pudessem oferecer cuidados, serviços e bens, condizentes com as necessidades das populações; equidade em seu acesso; abrangência correspondente à possibilidade de construção de projetos de vida para meninas e meninos, adolescentes e jovens, bem como atribuição de sentido ao seu modo de viver no presente e às perspectivas futuras de suas existências. Contexto a refletir consequências inadmissíveis, no Estado Democrático de Direito, da remota e entranhada violência estrutural e política no País, observável, e mesmo palpável, nos ditames das desigualdades, em decisões políticas seguidas de gestões estaduais e municipais concernentes a: concentração de renda, de terra urbana e rural, de acesso a bens e serviços e na alocação de recursos públicos. Contexto sociopolítico a consolidar privilégios e a restringir, ou mesmo eliminar, benefícios correspondentes ao enfrentamento de vulnerabilidades e riscos das populações pauperizadas. De-

cisões políticas, no Estado e na Capital, que vêm aprofundando ações de punição, repressão e encarceramento, em detrimento de ações preventivas, promotoras e garantidoras de direitos.

Tudo isso, a nosso ver, vem contribuindo sobremaneira para os índices alarmantes, inaceitáveis e a exigir providências para ontem, para anteontem, no enfrentamento e na prevenção de homicídios de meninos e de meninas no Ceará e em Fortaleza.

Tudo isso se evidencia, chocantemente, no profundo atravessamento de Afetos, Emoções e Sentimentos, revelados pela pesquisa, realizada pelo CCPHA, sobre o aumento vertiginoso de assassinatos de **Meninas, no Estado do Ceará**[7].

EMOÇÕES, SENTIMENTOS E AFETOS: MAPEAMENTO INICIAL

Contundência da Dor, do Medo, da Desconfiança e da Insegurança, e de inúmeros sentimentos e afetos a eles articulados. Suas presenças irrefutáveis, entre os participantes da pesquisa – familiares e amigos de meninas assassinadas e meninas participantes do grupo controle, fizeram-nos reconhecer essa como a pesquisa com mais atravessamentos extremamente custosos de digerir, e de aceitar, ao levarmos em conta nossas trajetórias de estudos no âmbito da vida sociopolítica, da questão social brasileira e suas capilaridades.

Esses atravessamentos impactaram fortemente em nós, tanto pela crueza das condições de vida nos territórios visitados pelas pesquisadoras; pelos esgarçamentos no tecido social – sua fragmentação e a ruptura ou fragilização de vínculos; e, igualmente, pela crueldade, perversidade e pela incidência vergonhosa dos assassinatos: corpos cravados por muitos tiros ou facadas, corpos desaparecidos, esquartejados, carbonizados, mutilados. É lamentavelmente emblemática a declaração de uma mãe, ao comentar o ocorrido com sua filha: “Ainda bem que ela morreu no primeiro tiro, porque, se não, eles tinham judiado dela”.

Como consultoras dessa iniciativa do CCPHA, implicadas com o tema, temos acúmulo de práticas e reflexões, e de vivências de intersubjetividade, na prevenção e no enfrentamento das violências em nosso Estado. Durante a execução deste estudo, deparamos-nos com profundas consequências da dor, do medo, da

7 As observações aqui apresentadas têm como base os dados qualitativos advindos de: Análise de Diários de Campo das Pesquisadoras; Reflexões coletivamente construídas durante encontros sistemáticos da Equipe Técnica com Consultoras, Pesquisadoras; integrantes de movimentos sociais, fóruns e instâncias universitárias; operadores da Justiça.



desconfiança e da insegurança, não só entre nós, mas também com demais consultoras, pesquisadoras e integrantes do Comitê e com o universo da população em risco e vulnerabilidade para os homicídios de meninas.

São sentimentos, afetos e emoções articulados umbilicalmente com violências, com ameaças e violações de direitos. Estão diretamente presentes na construção de subjetividades e de sociabilidades, e em restrições, e mesmo em impedimentos no viver cotidiano, em termos individuais, familiares, institucionais e comunitários. Processos de subjetivação e intersubjetivações envolvem a (des)construção de vínculos, de relação de confiança mútua e o atravessamento de emoções e afetos. Esses últimos – emoções e afetos – implicam na construção de sentidos e projetos de existência, em sociabilidades e nos modos de conceber e estar no mundo.

Violências associadas aos medos, ao terror, a representar perigos de muitas ordens, para as sociabilidades, em territórios com grande incidência de assassinatos das meninas. A começar pelas restrições e impedimentos de circulação dos moradores em seu próprio bairro. Violências e medo, a constituírem cotidianos regidos por seus ditames, como o são a desconfiança de quem circunda e habita territórios e a própria insegurança.

Tudo isso pode significar até mesmo reclusão em casa ou o imperativo de uma família mudar-se: medo de vingança, de represálias, de concretização de ameaças nesse sentido; violências a determinar o "esquartejamento" dos territórios por facções e milícias; cotidianos nos territórios em que as violências, em associação com o medo, têm dificultado ou impedido o desempenho de funções profissionais de integrantes de equipamentos públicos, a exemplo de Agentes Comunitários de Saúde e demais Servidores da Atenção Primária e da Estratégia de Saúde Família. Com prejuízos alarmantes para as populações que vivem na pobreza e na miséria, ao considerarmos a capilaridade dos serviços que tais profissionais executam.

Extremamente associados também às violências, estão a dor, a tristeza e o luto, frente à perda por assassinato de entes queridos – filha, irmã, mãe, neta, prima, sobrinha amiga, colega de escola, aluna. A dor, a tristeza e o luto, como companhias constantes e por tempo a perder de vista, juntos, outrossim, com o medo, concretizam-se em sofrimentos físicos, psíquicos por parte de familiares e amigos das meninas assassinadas. Mães e pais, avós e irmãos, integrantes da família extensa (como tios e primos), namorados(as), amigos(as) e colegas de escola vêm tendo, assim, sentimentos, emoções e afetos mobilizados a partir da violência letal.

São recorrentes declarações, entre entrevistados e participantes de grupos focais, do acometimento de depressão; tentativas de suicídio (inclusive uma por enforcamento, efetivada por uma criança de seis anos, filho de menina vítima de homicídio); perda do emprego por absenteísmo; aprofundamento da situação de pobreza ou miséria, tendo em vista que a menina assassinada contribuía com a renda familiar; problemas de saúde individual e coletiva, como o alcoolismo, hipertensão, diabetes – são alguns dos

exemplos dos impactos profundamente danosos a decorrer dessa letal associação das violências com o medo, a dor, a tristeza e o luto.

Pudemos auscultar, ainda, que tudo isso se intensifica pela exposição dos assassinatos pela mídia – tanto a convencional como as redes sociais, em frontal desrespeito à intimidade das famílias.

A frequência da necessidade de mudança de endereço pelas famílias tem contribuído também para desencadear tais sofrimentos, agravados, ainda, pelo desenraizamento do território e do bairro e suas redes de afetos e de solidariedade, a abalar sentimentos de pertencimento e de identidade dos que se mudam, e tristeza também dos que ficam a sentir a falta daqueles com os quais mantinham, muitas vezes, vínculos de cooperação e de amizade.

A perplexidade se manifestou, entre familiares e amigos, diante da crueldade como foi assassinada a menina, algumas das quais tiveram o seu corpo desaparecido, por vezes por tempo que chegava a três meses. Não atinar para razões pelas quais as meninas foram mortas, levou muitos daqueles a permanecerem sob intenso e doloroso assombro. Tal processo psicossocial, envolvido em homicídios de adolescentes mulheres, tem sido tamanho, que uma mãe nunca conseguiu aceitar que a filha tenha sido assassinada, mesmo com evidências de sua morte. Para ela (a mãe), sua filha está desaparecida, e poderá voltar para casa.

Com menor recorrência, mas não menos importância, a pesquisa evidenciou, ademais, a presença de vínculos fincados em carinho e cuidado entre familiares e amigos, entre mãe e menina vítima de homicídio, entre irmãos. Destaques, neste sentido, são expressões de cuidado e carinho que meninas assassinadas dispensavam às avós. Também a elas, as meninas recorriam em situações de impasses e ameaças, em busca de suporte, material ou afetivo. Eram várias as meninas que moravam com suas progenitoras, principalmente as maternas, e por elas foram cuidadas.

Raiva, revolta e ódio e sentimentos a eles correlatos levaram a sentidos e afetos tais, como o que revela a afirmativa: “Quem Devia Ter Morrido Era Esta”, feita por uma mãe, apontava para a filha que não foi morta, dizendo que ela era “envolvida”, como se isso pudesse ser justificativa para a morte...

Há que nos atentarmos que a amálgama composta por dor, medo, desconfiança, ódio e insegurança é devastadora para o desencadeamento de sofrimento psíquico, sofrimento físico, problemas familiares e financeiros. Também para sociabilidades destituídas ou deficitárias de vínculos de solidariedade e cooperação, e para a constituição de subjetividades calcadas em matizes, mais ou menos intensas, de violências.

A pesquisa abordou uma catástrofe social de grande porte: crescimento do assassinato de meninas de 10 a 19 anos neste Estado, particularmente no município de Fortaleza. Catástrofe que traz a tonalidade da desassistência e do descuido, por parte do Poder Público **(Governo Estadual e Gestões Municipais – como é exemplo lamentável**

a Prefeitura de Fortaleza)[14], com as populações periféricas em geral, e mais singularmente com familiares e amigos de meninas assassinadas[9]. Estamos falando da (quase total) ausência de assistência jurídica e psicossocial, diante dos impactos desastrosos das violências cotidianas; dos sentimentos, emoções e afetos envoltos, entranhados, pela perda por homicídio das meninas. São sofrimentos físicos e psíquicos incomensuráveis, a requerer cuidado diferenciado, solidariedade e humanidade.

O LUTO, A DOR E A SAUDADE: RECONHECIMENTOS E NÃO RECONHECIMENTOS NUM CENÁRIO DE VIOLÊNCIAS.

Nesse cenário de violências cotidianas, díspares e difusas, o reconhecimento de ações e práticas de violação contra as meninas teve uma percepção pequena por parte de seus familiares. Quando foram perguntadas se as meninas já sofreram algum tipo de preconceito ou discriminação em razão de sua condição feminina, da cor de sua pele, do lugar de sua moradia, do seu jeito de se comportar e de estar no mundo, poucos familiares responderam que sim. Essa informação representa como a violência estrutural, traduzida pelo machismo e pela misoginia, é pouco reconhecida como uma prática de violência contra as meninas. Uma forma perversa de naturalizar a condição feminina e as violações e preconceitos, das quais nós mulheres estamos sujeitas cotidianamente e nos mais diversos lugares e situações sociais.

A violência percebida como uma construção social, que muda de tempos em tempos e de pessoa para pessoa, portanto, como uma representação que produz diversos modos de compreensão, atinge de forma contundente a trajetória das mulheres. Seja em sua versão psicológica, simbólica, estrutural ou física, a violência contra as mulheres é um fenômeno múltiplo e naturalizado. Sua presença tão marcante na sociedade brasileira também é reflexo da ausência de políticas públicas eficazes no enfrentamento e prevenção da violência. Por repercutir em diversos espaços sociais, até mesmo no seu próprio lar, onde deveria ser um lugar de proteção e cuidado, os agressores de mulheres geralmente são seus maridos ou

8 ■ A propósito dessa tonalidade de desassistência e descuido, recomendamos a consulta aos Portais da Transparência (Governo Estadual e Prefeitura Municipal) sobre os sucessivos cortes orçamentários e restrição de serviços, para as áreas de saúde e assistência social, funcionamento de Conselhos Tutelares educação infantil e saúde mental, bem como sobre o incremento de recursos para ações de repressão e punição. Ver também as redes sociais do Fórum DCA-Ceará e o CEDECA Ceará, nos quais estão disponibilizados estudos sobre orçamentos do Poder Executivo (níveis Estadual e Municipal), elaborando Notas Técnicas. São exemplo: CEDECA CEARÁ (2019). Análise da Educação Infantil em Fortaleza: orçamento e direito à creche. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora. Ver ainda: Nota Técnica Especial do CEDECA Ceará, que aponta o vertiginoso aumento, a partir de 2006, do montante de recursos para a Política de Segurança Pública no Ceará, particularmente para ações de repressão e de policiamento ostensivo, em comparação aos pífios recursos destinados, por exemplo, a formação dos profissionais dessa área, à polícia civil e perícia forense. Além disso, a Nota revela que, no período de 2001-2018, se deu a não elevação (e mesmo pequeno decréscimo) na alocação de recursos para ações da Assistência Social, enquanto que, parra a Segurança Pública, houve elevação de cerca de 230,8% (CEDECA CEARÁ, 2019. Monitoramento da política de segurança pública do Ceará – de qual Segurança Pública precisamos? Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora).

companheiros. Pessoas por quem o amor foi trocado pelo ódio. São essas mulheres vítimas de violência que possuem dificuldade em reconhecer a violência contra suas filhas.

Soma-se a isso, a cegueira apresentada pela opinião pública, quando se mostra simpática a justificar o injustificável, atribuindo a responsabilidade da agressão ao tipo de comportamento das mulheres. Como se elas fossem as motivadoras dos atos de violência

Soma-se a isso, a cegueira apresentada pela opinião pública, quando se mostra simpática a justificar o injustificável, atribuindo a responsabilidade da agressão ao tipo de comportamento das mulheres. Como se elas fossem as motivadoras dos atos de violência contra si próprias. Mulheres que vivem em ambiente inseguro, criando seus filhos sem a responsabilidade afetiva e financeira dos pais de seus filhos, sendo chefes de família, muitas vezes são discriminadas por não manterem um tipo ideal de família e nem um comportamento passivo e submisso numa sociedade machista, lesbofóbica, racista e patriarcal, que justifica a violência colocando a culpa nas mulheres.

Nesse sentido, em nenhum momento os dados desta pesquisa revelam que as meninas foram assassinadas por seus "envolvimentos" com grupos criminosos (comumente chamados de facções) ou por comportamentos de risco. Risco quem produz é a sociedade na qual vivemos. Viver nesse modelo excludente de sociedade é um grande risco, especialmente para uma jovem, pobre, preta e nordestina. Jovens organizados em facções criminosas representam uma consequência e não causa de uma sociedade, onde a injustiça social é uma marca, pois, se as facções são para o senso comum a tradução da violência, para o Estado, o inimigo, para os pesquisadores, a desigualdade, para os jovens, elas representam uma oportunidade perversa. E isso deve ser compreendido como uma dos efeitos da precarização das políticas públicas destinadas às juventudes, o que faz com que as ações inexistentes ou insuficientes do Estado, no campo da promoção de ações educativas, de geração de renda e trabalho, de arte, esporte e lazer, prejudiquem as possibilidades de construção de esperanças e projetos de futuros por parte dos jovens. Colocam, dessa maneira, o envolvimento em organizações criminosas como uma forma de integração e visibilidade social. E assim, as juventudes tornam-se mais vítimas do que autores de atos de violência. No caso das meninas pesquisadas neste estudo, elas são vítimas dessa sociedade desigual e perversa com

9 ■ Estudo do Instituto OCA (2019) aborda como é restrita em serviços, e pouco abrangente, em números e territórios, a política pública municipal de Fortaleza na atenção à família vítima de homicídio. O estudo tem como foco a rede de serviços de Saúde e Assistência Social para o enfrentamento da violência letal neste Município. Ver: INSTITUTO OCA (2019) Cuidando em Rede: Saberes e Práticas na Atenção de Vítimas de Homicídios. Fortaleza: Instituto OCA.

a sua condição de existência, pois o fato delas terem experiências sexuais ou com drogas, conhecerem meninos envolvidos com o mundo do crime, usarem roupas curtas, justas e terem tatuagens, por exemplo, experiências que são comuns à condição humana, quando vinculadas a elas, expõem como seus corpos e comportamentos são mais controlados e estigmatizados do que os das outras pessoas. Portanto, o não reconhecimento – por parte de familiares das meninas assassinadas – da discriminação contra elas, está associado à sua condição de gênero – por serem mulheres – e à sua condição de classe – por serem pobres. E com isso, naturaliza-se a violência contra elas.

Nesse mapa afetivo que revela um caleidoscópio de emoções, sentimentos e afetos, como o medo, o receio, a desconfiança, a revolta, a insegurança, o cuidado, o amor, a saudade, o luto, estão inseridas muitas famílias que precocemente enterram suas meninas, e que, muitas vezes, se conformam com uma morte sem tortura de um crime sem solução e responsabilização de seus culpados. Viver o luto, esse sentimento que inaugura uma nova situação familiar, em todas as suas instâncias e em qualquer tempo e lugar, apresenta-se de forma solitária e isoladamente pelos indivíduos que o experimentam. Ele é vivido na casa ou em espaços privados que possibilitem o desaparecimento do enlutado da esfera pública, da visibilidade. A dor provocada pelo sentimento de perda faz com que, muitas e muitas vezes, os indivíduos percam o entusiasmo e ânimo pela vida, rompendo com a vida social e mergulhando por completo em si mesmos. Como se observa através dos relatos das mães, tias, irmãs e primas que contaram suas histórias de dor e luto para as pesquisadoras deste estudo.

Essas tragédias anunciadas por jovens que foram ameaçadas de morte, e que poderiam ter sido salvas, retratam as desigualdades diversas de uma sociedade que elabora mapas de emoções delineados por sentimentos de indiferença, de vingança, de repulsa, de desprezo por essas vidas, que importam para muitas pessoas, cuja saudade é a lembrança que consola. A saudade acompanha a dor da perda, a solidão e todo o sofrimento ocasionado pela morte de uma pessoa querida. Quanto maior a saudade, maior o amor por aquela pessoa que não se pode mais tocar, sentir, olhar, cuidar. Esse é o sentimento que fica e com o tempo aprende-se a viver com ele. Inicialmente se acredita que a dor é tão grande que nunca passará. A vontade de estar com aquela pessoa aumenta ainda mais. Com o tempo a dor diminui, mas nunca deixará de existir, e vez por outra é despertada pela lembrança. Quando se trata de uma saudade irremediável, provocada pela morte de uma pessoa, especialmente quando essa pessoa é a sua filha, só resta como alternativa acreditar que, através de sua própria morte, a saudade será sanada, pois reencontraríamos novamente a pessoa amada. E esse sentimento foi comum nos relatos dos familiares entrevistados. A saudade fala do tempo e, através dela, podemos invocar e dialogar com pedaços de tempo e, assim, trazer os momentos especiais e desejados de volta, como anuncia o antropólogo Roberto DaMatta. Ou como poetisa Manuel Bandeira: “Chores sem compreender que a saudade/ É um bem maior que a felicidade/ Porque é a felicidade que ficou!”

EM 2006, O BRASIL PROMULGOU A LEI MARIA DA PENHA (LEI 11.340/2006), CONSIDERADA UM MARCO IMPORTANTE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. ELA TROUXE INOVAÇÕES JURÍDICAS E PROCESSUAIS, QUE PRETENDEM EMPREENDER MUDANÇAS LEGAIS, POLÍTICAS E CULTURAIS NA AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES. NO ENTANTO, APESAR DOS AVANÇOS JURÍDICO-LEGAIS E DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS, A VIOLÊNCIA DE GÊNERO PERMANECE COMO UM DESAFIO PERSISTENTE.

2.3.5. VIOLÊNCIA E ATITUDES CONSEQUENTES: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO NOS CICLOS DE VIDA DAS MULHERES

A violência, como fenômeno complexo e múltiplo, parece uma constante na vida das adolescentes, uma marca presente em suas histórias em diversos âmbitos, seja em casa, na rua ou nas instituições, expressa das mais diversas formas. A violência está associada à identificação do excesso da ação, ou seja, ela é sentida quando os limites estabelecidos pelas relações sociais, culturais, históricas e subjetivas, são ultrapassados. Temos, então, a impossibilidade do exercício da alteridade, onde o outro é negado como semelhante e como diferente, é objetificado, por uma inadequação ou não aceitação de seu desejo (GUIMARÃES, PEDROZA, 2015).

Em 2006, o Brasil promulgou a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), considerada um marco importante de enfrentamento à violência contra a mulher. Ela trouxe inovações jurídicas e processuais, que pretendem empreender mudanças legais, políticas e culturais na afirmação dos direitos humanos das mulheres. No entanto, apesar dos avanços jurídico-legais e das transformações socioculturais, a violência de gênero permanece como um desafio persistente.

A Lei Maria da Penha tem buscado incidir na não banalização de tais violências, por meio do questionamento à cultura machista e patriarcal como responsável por legitimar ao longo dos séculos a violência de gênero. A Lei não pretende atuar ape-

nas no âmbito jurídico, mas integrá-lo na formulação de políticas públicas de segurança, saúde, assistência social e educação (GUIMARÃES, PEDROZA, 2015).

São apresentados cinco tipos de violência na Lei Maria da Penha (11.340/2006), são elas: física, sexual, psicológica, moral e patrimonial. Ainda que na prática, esses tipos venham combinados, aqui nesta seção daremos maior visibilidade à violência sexual cometida contra as adolescentes estudadas na pesquisa.

Ao adentrar na discussão sobre violência de gênero, faz-se mister diferenciar fatores vulnerabilizantes que impactam sobremaneira em determinados grupos de mulheres. As mulheres negras são mais afetadas em situações de violência de gênero nas relações de intimidade, pois têm menos acesso aos serviços de saúde, assistência e emprego. Residem, em sua imensa maioria, nas regiões da cidade com menores investimentos públicos, maior presença do tráfico de drogas e com os piores indicadores sociais.

Além disso, esse grupo carrega a forte marca do racismo nas opressões que constituem seus processos de subjetivação. As discussões teóricas acerca dos processos discriminatórios étnicos e raciais possibilitam compreender melhor o significado coletivo, cultural e social desse tipo específico de violência de gênero contra as mulheres negras (SILVEIRA; NARDI, 2015).

Há um certo viés nos sentidos atribuídos à violência dependendo do tipo de violência cometida, da pessoa que a comete ou da que a sofre. Nesse sentido, muitas violências são naturalizadas, ainda mais

ESSA DISCUSSÃO TRAZ A IMPORTÂNCIA DO DEBATE SOBRE A FRAGILIDADE NO CONCEITO UNIVERSAL DE MULHER, UMA VEZ QUE A LÓGICA CATEGÓRICA SELECIONOU HISTORICAMENTE APENAS O GRUPO DOMINANTE, AS MULHERES BURGUESAS, BRANCAS, HETEROSSEXUAIS E, ASSIM, ESCONDEU A VIOLÊNCIA, O ABUSO E A DESUMANIZAÇÃO QUE A COLONIALIDADE DE GÊNERO IMPLICA. NO QUE SE REFERE ÀS HISTÓRIAS DE VIDA DAS ADOLESCENTES, FORAM VÁRIOS OS RELATOS DE VIOLÊNCIA AO LONGO DE SUAS CURTAS TRAJETÓRIAS.

A PRIVACIDADE DA ESFERA DOMÉSTICA ESCONDE DO DOMÍNIO PÚBLICO O OLHAR PARA O PROBLEMA, FAZENDO COM QUE OS AGRESSORES PERPETUEM OS COMPORTAMENTOS VIOLADORES.



quando falamos da mulher negra em que o mito da "fragilidade feminina" não as alcança, tidas como fortes e resistentes. Assim, o branco não é racializado. A cor branca é invisibilizada como marcador social que traz benefícios simbólicos e materiais assegurados pela naturalização da desigualdade racial. (BENTO, 2009).

Essa discussão traz a importância do debate sobre a fragilidade no conceito universal de mulher, uma vez que a lógica categórica selecionou historicamente apenas o grupo dominante, as mulheres burguesas, brancas, heterossexuais e, assim, escondeu a violência, o abuso e a desumanização que a colonialidade de gênero implica. No que se refere às histórias de vida das adolescentes, foram vários os relatos de violência ao longo de suas curtas trajetórias.

▪ Sua história de vida é marcada por alterações no convívio familiar. Ainda pequena foi afastada da mãe, após denúncia de abuso sexual praticado pelo padrasto. Desde então, passou a residir com o pai e a madrasta. ▪ Diário de Campo, Roberta Castro

Nas situações de violência sexual doméstica, as vitimizações ocorrem nos vários territórios da estrutura familiar, sejam eles físicos e/ou simbólico, onde o homem, legitimado pela cultura patriarcal, possui domínio e poder. Cada organização familiar com suas peculiaridades, composição, condições de vida, moradia e vizinhança, indica vulnerabilidades potenciais. A privacidade da esfera doméstica esconde do domínio público o olhar para o problema, fazendo com que os agressores perpetuem os comportamen-

tos violadores. A desigualdade etária e de gênero das violências sexuais faz com que as meninas sejam as mais vitimizadas.

▪ A MÃE RELATOU QUE SUA FILHA DURANTE A ADOLESCÊNCIA FOI ABUSADA SEXUALMENTE POR UM VIZINHO. O PROCESSO JUDICIAL FOI INSTAURADO, MAS O RESPONSÁVEL PELO CRIME NÃO FOI RESPONSABILIZADO, E PERMANECE RESIDINDO NO MESMO ENDEREÇO PRÓXIMO À CASA DA MÃE DA ADOLESCENTE. ▪ DIÁRIO DE CAMPO, INGRID LEITE

A ação violenta constitui e desconstitui subjetividades, exclui o reconhecimento das singularidades e rompe o tecido simbólico que permeia as intersubjetividades. Como violação de direitos humanos, o ato de violência se estrutura pela negação da dignidade do outro, ao mesmo tempo que pela anulação da própria dignidade daquele que atua pela violência.

▪ A ADOLESCENTE NÃO REALIZAVA NENHUMA ATIVIDADE REMUNERADA, MAS EM UM DETERMINADO PONTO DA CONVERSA A MÃE REVELOU QUE A ADOLESCENTE RECEBIA UM DINHEIRO DE UM HOMEM MAIS VELHO, COM QUEM SUA FILHA SAÍA DE VEZ EM QUANDO PARA "NAMORAR" E VOLTAVA SEMPRE COM UM DINHEIRINHO QUE AUXILIAVA NA RENDA DA FAMÍLIA ▪ DIÁRIO DE CAMPO, JOSILEINE ARAÚJO

No trecho acima, nota-se que havia uma situação de exploração sexual da adolescente, problemática social que está intimamente relacionada ao fenômeno da pobreza. No Ceará, em 2018, houve 1447 casos registrados de exploração sexual de crianças e adolescentes, dados divulgados pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS, 2018). O contexto familiar da adolescente, com uma série de direitos sociais sendo negados, desde a primeira infância, cria um espaço propício para essa violência.

É importante considerar que a partir das vitimizações sexuais, além das consequências físicas, há diversos outros impactos, como o aumento da vulnerabilidade a outros tipos de violências e riscos, transtornos mentais, uso de drogas, a prostituição, etc. É comum ainda, nas histórias contadas pelos familiares das adolescentes vítimas de homicídio, repetições do ciclo de violência, como expresso no relato a seguir:

▪ TEMEMOS PELA PEQUENA, MESMO QUE ELAS OS RECONHEÇA, A VIMOS NA MESMO SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE DE SUA MÃE E AVÓ QUE FORAM ABUSADAS DESDE A PRIMEIRA INFÂNCIA POR PESSOAS CONHECIDAS, COMO RELATOU A AVÓ DA CRIANÇA COMO FORMA DE JUSTIFICAR, DENTRE OUTROS, SEU DISCURSO CONFUSO: "EU FIQUEI ASSIM DESDE QUE MEXERAM COMIGO QUANDO EU ERA MENINA MOÇA, LÁ PELOS 13 ANOS, EU NÃO FIQUEI MAIS NORMAL NÃO, ABUSARAM MUITAS VEZES NA MINHA VIDA, MEXERAM COMIGO ASSIM, AGORA AINDA SEM MINHA FILHA TUDO TÁ ASSIM, MAIS VIRADO NO MEU JUÍZO". ▪ DIÁRIO DE CAMPO, TICIANA SÁ

A violência sexual abrange o campo da proteção aos direitos humanos e sexuais, já que ela compromete o crescimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes, além de se perpetuar por vários ciclos geracionais. Somada às violências sucessivas ao longo da curta trajetória das adolescentes, sua morte também foi marcada por ultrajes ao seu corpo.

■ A adolescente, além de baleada, foi agredida fisicamente dentro de casa ao tentar fugir de uma ameaça de abuso pelos agressores. A mãe apresentava confusão mental e tinha poucos elementos do ocorrido, não procurou a polícia por medo de represália, uma vez que continua morando no mesmo endereço. Hoje, com alguns cadeados a mais, vive junto às fotografias da filha nas paredes da sala, decorada com simplicidade e esmero. ■ Diário de campo, Ticiana Sá

A violência contra a mulher expressa e reproduz desigualdades históricas vividas entre homens e mulheres e é responsável por manter mulheres vítimas longe dos serviços e recursos oferecidos pela sociedade. Diante da hegemonia histórica e política de sistemas patriarcais, a desigualdade nas relações de poder entre homens e mulheres se expressa no controle pela violência. (SILVEIRA; NARDI, 2015).

Essa constatação traz à tona a necessidade de uma reflexão política e ética que abarque uma compreensão crítica e complexa da sociedade, das violações de direitos que atingem as noções de humanidade e dignidade vivida por essas meninas.

ACHADOS DA PESQUISA:

Em linhas gerais, nos dois grupos, a frequência das respostas sobre violências sofridas fica entre nunca e raramente. Apesar disso, é válido destacar que diversas respondentes apontaram o valor 5 - máximo, indicando que algumas meninas sofriam violência constantemente. Na coluna "quantidade de vítimas", na **Tabela 14**, é possível observar o número de casos em que a frequência foi maior que um, ou seja, casos em que a adolescente foi vítima pelo menos uma vez desse tipo de violência.

Em relação ao grupo de meninas vítimas, em casa, a violência mais comum é a violência física (44,07%), seguida de agressão psicológica (19,30%). Fora de casa, a violência mais frequente também é a física (25,42%), seguida pela violência moral (8,62%) e sexual (7,02%). Para o grupo de meninas vivas, a violência mais comum dentro de casa é a violência física (26,76%), seguida de agressão psicológica (23,94%); fora de casa, a violência mais frequente é a psicológica (25,35%), seguida pela violência física (17,14%) e moral (15,49%).

Na **Tabela 14**, a seguir, é possível ver a frequência para cada tipo de violência em ambos os grupos (vítimas e vivas).

Outro ponto que chama atenção é o fato das (os) respondentes pouco acreditarem que por as adolescentes serem meninas influenciou na perpetração da violência que sofreram, tanto em casa como fora, em ambos os grupos (vítimas e vivas). Com o intuito de comparar a frequência da vitimização em relação aos tipos de violência, bem como a crença da relevância do fato de ser mulher, em casa e na rua, foi realizado um teste t, cujo resultado pode ser observado na **Tabela 15**. Em relação ao grupo de meninas vítimas, é possível observar uma diferença estatisticamente significativa para violência física ($t = 2,86$; $p = 0,01$) e violência psicológica ($t = 2,02$; $p = 0,04$), ambas com frequência maior dentro de casa. Nos casos em que a frequência de al-

TABELA 14

FREQUÊNCIA DE VIOLÊNCIA EM CASA E FORA DE CASA

Local	Violência	Meninas vítimas				Meninas vivas				t
		Média (DP)	Mín. - Máx.	Missing	Qnt. De vítimas	Média (DP)	Mín. - Máx.	Missing	Qnt. De vítimas	
Em casa	Física	1,83 (1,07)	1 - 5	3	26 (44,07%)	1,49 (0,95)	1 - 5	0	19 (26,76%)	1,88
	Psicológica	1,44 (1,02)	1 - 5	5	11 (19,30%)	1,55 (1,14)	1 - 5	0	17 (23,94%)	-0,57
	Moral	1,26 (0,69)	1 - 4	4	8 (13,79%)	1,38 (1,01)	1 - 5	0	11 (15,49%)	-0,77
	Patrimonial	1,12 (0,42)	1 - 3	4	5 (8,62%)	1,24 (0,74)	1 - 5	0	9 (12,68%)	-1,13
	Sexual	1,04 (0,19)	1 - 2	7	2 (3,64%)	1,07 (0,39)	1 - 4	0	3 (4,23%)	-0,59
	O quanto você acredita que ela sofreu essas violências em casa por ser mulher?	1,93 (1,43)	1 - 5	30	-	2,22 (1,58)	1 - 5	39	-	-0,74
Fora de casa	Física	1,36 (0,69)	1 - 4	3	15 (25,42%)	1,27 (0,63)	1 - 3	1	12 (17,14%)	1,88
	Moral	1,17 (0,6)	1 - 4	4	5 (8,62%)	1,32 (0,9)	1 - 5	0	11 (15,49%)	-0,77
	Psicológica	1,13 (0,57)	1 - 4	6	3 (5,36%)	1,55 (1,03)	1 - 5	0	18 (25,35%)	-0,57
	Sexual	1,07 (0,26)	1 - 2	5	4 (7,02%)	1,18 (0,61)	1 - 4	0	7 (9,86%)	-0,59
	Patrimonial	1,03 (0,18)	1 - 2	4	2 (3,45%)	1,06 (0,33)	1 - 3	0	2 (2,82%)	-1,13
	O quanto você acredita que ela sofreu essas violências fora de casa por ser mulher?	2,12 (1,48)	1 - 5	37	-	2,96 (1,63)	1 - 5	45	-	-1,92

guma violência foi maior que um, foi realizada uma série de questões, cujo resultado da análise de frequência pode ser visto na **Tabela 16**. Em relação ao grupo de meninas vítimas, na maior parte dos casos não houve denúncia do agressor (66,67%), mesmo a adolescente conhecendo a Lei Maria da Penha (69,44%). Da mesma forma, a família da adolescente não buscou apoio institucional para essa situação (69,23%), e nos casos em que houve, as instituições mais buscadas foram as de segurança pública (37,50%), de justiça (25,00%) e religiosas (25,00%).

No que concerne ao grupo de meninas vivas, na maior parte dos casos, também não houve denúncia do agressor (83,33), mesmo a adolescente conhecendo a Lei Maria da Penha (100%). Da mesma forma, a família das adolescentes entrevistadas não buscou apoio institucional para essa situação (72,73%), e nos casos em que houve procura, as instituições mais buscadas foram as de segurança pública (28,57%), religiosas (28,57%) e outras (28,57%).

TABELA 15

COMPARAÇÃO DE MÉDIAS DA FREQUÊNCIA DE VITIMIZAÇÃO DE VIOLÊNCIA DENTRO E FORA DE CASA EM FUNÇÃO DOS GRUPOS

Grupo	Violência	Em casa		Fora de casa		t
		Média	DP	Média	DP	
Meninas vítimas	Física	1,83	1,07	1,36	0,69	2,86*
	Psicológica	1,44	1,02	1,13	0,57	2,02*
	Moral	1,26	0,69	1,17	0,6	0,72
	Patrimonial	1,12	0,42	1,03	0,18	1,42
	Sexual	1,04	0,19	1,07	0,26	-0,79
	O quanto você acredita que ela sofreu essas violências em casa por ser mulher?	1,93	1,43	2,12	1,48	-0,47
Meninas vivas	Física	1,49	0,95	1,27	0,64	1,62
	Psicológica	1,55	1,14	1,55	1,04	0,00
	Moral	1,38	1,02	1,324	0,91	0,34
	Patrimonial	1,24	0,75	1,06	0,33	1,88
	Sexual	1,07	0,39	1,18	0,62	-1,30
	O quanto você acredita que ela sofreu essas violências em casa por ser mulher?	2,22	1,58	2,96	1,63	-1,75

TABELA 16

DISTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES APÓS A VIOLÊNCIA EM FUNÇÃO DOS GRUPOS

Variável	Níveis	Meninas vítimas			Meninas vivas			χ^2
		f	%	% válida	*f*	%	% válida	
Ela denunciou o agressor?	Sim	8	12,9	33,33	4	5,63	16,67	1,77
	Não	16	25,81	66,67	20	28,17	83,33	
	Não sei	2	3,23	-	0	0	-	
	Missing	36	58,06	-	47	66,2	-	
A adolescente conhecia a lei Maria da Penha?	Sim	25	40,32	69,44	33	46,48	100	11,99*
	Não	11	17,74	30,56	0	0	0	
	Não sei	1	1,61	-	0	0	-	
	Missing	25	40,32	-	38	53,52	-	
A família buscou apoio institucional em situações de violência contra a adolescente?	Sim	8	12,9	30,77	6	8,45	27,27	0,07
	Não	18	29,03	69,23	16	22,54	72,73	
	Não sei	0	0	-	0	0	-	
	Missing	36	58,06	-	49	69,01	-	
Qual instituição?	Sim, instituições de justiça	2	3,23	25	0	0	0	3,48
	Sim, instituições de segurança pública	3	4,84	37,50	2	2,82	28,57	
	Sim, instituições comunitárias	0	0	0	0	0	0	
	Sim, instituições religiosas	2	3,23	25	2	2,82	28,57	
	Sim, instituições da rede de Saúde e/ou Assistência Social	0	0	0	1	1,41	14,29	
	Sim, programas policiais de rádio e televisão	0	0	0	0	0	0	
	Outros	1	1,61	12,5	2	2,82	28,57	
	Não sabe	0	0	-	0	0	-	
	Missing	54	87,1	-	64	90,14	-	

Nota: * $p < 0,05$.



RELATO DE EXPERIÊNCIA

PESQUISADORAS

PRIMEIRAS A CHEGAR

Ticiana Sá e Roberta de Castro

Ao chegarmos nas casas de familiares das vítimas, éramos, muitas vezes, as primeiras pessoas que buscavam efetivamente compreender a dinâmica envolvida nesses casos de violência. Várias críticas foram reportadas aos registros e intervenções de policiais, de profissionais da mídia e de equipamentos da assistência social que (e se) chegavam após o homicídio em suas casas, pois eles compunham versões parciais, técnicas e, principalmente, preconceituosas sobre as adolescentes que supostamente eram "envolvidas" com facções ou seus membros.

A escuta atenta aos relatos apontou ainda para algumas recorrências nas falas das mães: o fato de grande parte das meninas assassinadas ser uma figura de referência para o cuidado dos irmãos, da casa, no gerenciamento da renda, dos afetos e da rotina da família. Um segundo aspecto é o fato das mães afirmarem uníssonas "minha filha era linda", para logo em seguida mostrarem alguma fotografia e a pasta de documentos da menina.



Contrapontos

Ao nos aprofundarmos em campo e nos vínculos de confiança construídos com as famílias, observamos outra recorrência que pudemos registrar em diário de campo após a aplicação do questionário: a dificuldade de percepção da reprodução do círculo de violência silenciada entre as mulheres da família (BANDEIRA, 2013, MACHADO, 2015). Quando timidez e vergonha eram vencidas, algumas mães declaravam apanhar do marido/companheiro, chegando a justificar/contextualizar o ato em algumas ocasiões por "força da bebida" ou desgaste do trabalho e da vida. Uma parte significativa dos casos evidenciou que várias famílias não contavam com a presença ou participação masculina na criação e manutenção dos filhos, aprofundando os casos de abandono parental e o papel das mulheres (mães e avós) no cuidado da família.

Outro relato que precisou ser contemplado nos diários de campo, em contraposição e complementação à realidade percebida e apresentada pelas mães no questionário, era a forma como estas, talvez inconscientemente, reproduziam ou tinham dificuldade de lidar com os preconceitos e tabus sociais quando associados a suas filhas. Fatos evidenciados quando as mães apresentavam fotografias das adolescentes com muitos traços étnico-raciais negros e as declararam como belas e, logo em seguida, como brancas, em alguns casos como pardas (FANON, 2008). A mesma dificuldade foi sentida pelos familiares ao abordarem a diversidade de orientação de gênero das adolescentes, demonstrando certa timidez e vergonha ao falar do assunto (SCOTT, 1990).



3. Casa e família

O relacionamento com a família tem uma forma singular entre pessoas latino-americanas, brasileiras, sobretudo nordestinas (OSORIO, 2004). Estudos internacionais apontam que após a maioridade, o efeito da família sobre o processo de tomada de decisão tende a diminuir, visto que o filho, quando se torna adulto, passa a tomar as próprias decisões (MINUCHIN, 2018). Além disso, é relativamente comum relatos de famílias cujas filhas e filhos saem de casa, e aqueles que ficam vivenciam o que se costuma chamar de "ninho vazio". Apesar desses dois elementos serem tidos como relativamente comuns e universais, os mesmos não são observados, com a mesma frequência, no modelo de família mais comum no Brasil.

As famílias brasileiras, e de modo mais amplo as latino-americanas, são marcadas por outras características, e tendem a influenciar muito mais os pensamentos e os comportamentos, mesmo na idade adulta (GUERRA et al., 2019). Além disso, apesar de adultos, a tendência é sair pouco de casa, ou até quando se começa uma nova família, é comum morar próximo, ou mesmo junto, da família de origem (BOTELHO; ARAÚJO; CODES, 2016; VIEIRA; RAVA, 2012).

Esses dois pontos tocam na estruturação das famílias e em como se dá a dinâmica familiar. Eles podem parecer relativamente comuns a quem lê, visto que são usados diversas vezes em conversas ou explicações oficiais para fenômenos sociais. Frases como "isso aconteceu porque a família é desestruturada" ou "isso é porque não tinha um pai presente" são pensamentos relativamente simples e frequentemente usados para explicar fenômenos nada simples, apesar de corriqueiros.

Diante disso, é importante frisar que este relatório entende estrutura familiar como o conjunto de papéis desenvolvidos dentro da família, independente das pessoas que os desempenham, se há ou não consanguinidade, coabitação, registros oficiais, entre outros. Por papéis, dentro de estrutura familiar, são referentes ao papel de cuidadora, de filha ou filho, de responsável, de mediador, entre milhares de possibilidades de ser e agir dentro do contexto familiar (MINUCHIN, 2018). É chamada de dinâmica a forma

como as pessoas desempenham esses papéis, por meio da comunicação, comportamentos, pensamento e, principalmente, da interação com as outras pessoas, que por sua vez desempenham outros papéis (MINUCHIN, 2018).

Assim, a estrutura e a dinâmica são conceitos fundamentais para discussão de aspectos familiares, visto que é por meio dessas duas chaves que se pode compreender de forma mais específica a posição ocupada pela família sob determinados fenômenos. Transversalmente a esses dois conceitos, outros marcadores são observados no contexto deste relatório e especificamente para abordar as questões familiares, um dos mais importantes é a classe socioeconômica, visto que é por meio dela que se pode compreender a dinâmica social em que essa família está inserida.

Dessa forma, para uma análise minimamente justa com a complexidade e a diversidade do conceito e das formas de ser, é fundamental demarcar de que família se fala. Nesta pesquisa, nos referimos a famílias pobres, que residem nas periferias de cidades, as quais são marcadas pela violência e a guerra entre grupos armados, bem como entre esses grupos e as forças do Estado (MARINHO, 2019). São famílias marcadas por um baixo nível de escolaridade, onde a renda vem principalmente do trabalho informal e precário (ESTANISLAU et al., 2018). Moram em casas com uma média de cinco pessoas, e ainda moram próximas à família extensa (tias, avós, primas e outros parentes), que atua como rede de apoio.

> FRASES COMO "ISSO ACONTECEU PORQUE A FAMÍLIA É DESESTRUTURADA" OU "ISSO É PORQUE NÃO TINHA UM PAI PRESENTE" SÃO PENSAMENTOS RELATIVAMENTE SIMPLES E FREQUENTEMENTE USADOS PARA EXPLICAR FENÔMENOS NADA SIMPLES, APESAR DE CORRIQUEIROS.



Nesta pesquisa, foram ouvidas famílias tanto da Capital quanto do Interior. Porém, é válido ainda ressaltar que as diferenças que marcam esses dois espaços, na perspectiva familiar, estão cada dia menos distantes, diante das rápidas mudanças que as cidades têm sofrido. Ademais, a maior parte das cidades visitadas são da região metropolitana de Fortaleza, as quais se assemelham, em diversos âmbitos, com as periferias da Capital.

Em suma, deve-se levar em conta, ao observar os resultados aqui apresentados, os contextos sociais visitados, os quais reverberam na forma que o território se organiza, que por sua vez está intimamente ligado ao modo de ser família. Dito isso, as famílias aqui retratadas não diferem substancialmente daquelas de outras cidades ou estados, porém há particularidades que podem ser vistas aqui no Ceará, principalmente quando os dados são comparados a dados nacionais.

ASSIM, A ESTRUTURA E A DINÂMICA SÃO CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA DISCUSSÃO DE ASPECTOS FAMILIARES, VISTO QUE É POR MEIO DESSAS DUAS CHAVES QUE SE PODE COMPREENDER DE FORMA MAIS ESPECÍFICA A POSIÇÃO OCUPADA PELA FAMÍLIA SOB DETERMINADOS FENÔMENOS.

3.1. A FAMÍLIA DAS ADOLESCENTES

As famílias aqui retratadas são compostas, em média, por cinco pessoas, incluindo a menina vítima de homicídio. As formas mais frequentes de composição do núcleo familiar são aquelas onde se vê a mãe, irmão e irmã, sendo o membro restante da família por vezes o pai ou a avó. Na **Tabela 16**, é possível observar a frequência em que cada um dos membros aparece nos dois grupos, além de observar que não há diferença provocada por uma maior ou menor presença de um dos membros, com exceção do namorado como morador da casa, sendo esse mais comum no grupo de meninas vivas.

ACHADOS DA PESQUISA

Em relação ao grupo de meninas vítimas, as adolescentes moravam com a mãe (79,03%), com o irmão (46,77%) e a irmã (45,16%), com o pai (24,19%) e a avó (20,97%). Em média, as famílias desse grupo eram compostas por quatro pessoas (M = 3,59; Mín. = 0; Máx. = 9; DP = 2,07). Em relação ao grupo de meninas vivas, as adolescentes moravam com a mãe (69,01%), com a irmã (45,07%) e o irmão (42,25%), com o pai (28,17%). Em média, as famílias eram compostas por quatro pessoas (M = 3,87; Mín. = 0; Máx. = 12; DP = 1,94). Não são identificadas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos em relação à quantidade de pessoas que residia com a adolescente (t = -0,79; p = 0,42; d = 0,13). A forma como as famílias se configuram permite entender alguns aspectos da vida das meninas, tanto vítimas quanto vivas, especialmente aqueles relacionados à renda e escolaridade, além de dar pistas para compreender as possibilidades de enfrentamento da condição de vulnerabilidade.

Neste contexto, é possível perceber meninas que, na maior parte dos casos, são filhas biológicas de seus cuidadores, conhecem mãe e pai, tendo inclusive seus nomes na certidão de nascimento, como apontam os dados descritos na **Tabela 17**. Em relação ao grupo de meninas vítimas, a maior parte das adolescentes tinha a filiação materna e paterna da certidão de nascimento (80,65%), não eram filhas adotivas (86,89%), conhecia ambos pais biológicos (90,32%), convivia principalmente com a mãe (50,00%) ou com ambos os pais (40,32%), não recebia pensão alimentícia (81,13%), e a família tinha renda entre um e dois salários mínimos (57,63%). Por sua vez, a maior parte das adolescentes do grupo de meninas vivas tinha a filiação materna e paterna da certidão de nascimento (81,16%), não eram filhas adotivas (96,77%), conhecia ambos pais biológicos (90,00%), convivia principalmente com ambos os pais (49,30%) ou apenas com a mãe (43,66%), não recebia pensão alimentícia (61,76%), e a família tinha renda entre um e dois salários mínimos (54,39%).

TABELA 17

DISTRIBUIÇÃO DOS FAMILIARES QUE MORAVAM COM A ADOLESCENTE EM FUNÇÃO DOS GRUPOS

Familiar	Meninas vítimas			Meninas vivas			χ^2
	f	%	Missing	*f*	%	Missing	
Mãe	49	79,03	13	49	69,01	22	1,71
Irmão	29	46,77	33	30	42,25	41	3,52
Irmã	28	45,16	34	32	45,07	39	2,71
Pai	15	24,19	47	20	28,17	51	0,27
Avó	13	20,97	49	9	12,68	62	1,64
Padrasto	10	16,13	52	16	22,54	55	0,86
Tio	6	9,68	56	3	4,23	68	2,06
Filho	5	8,06	57	8	11,27	63	0,38
Avô	4	6,45	58	7	9,86	64	0,50
Primo	4	6,45	58	2	2,82	69	1,51
Tia	4	6,45	58	6	8,45	65	0,19
Sobrinha	4	6,45	58	7	9,86	64	2,69
Sobrinho	4	6,45	58	7	9,86	64	4,48
Outros:	4	6,45	58	7	9,86	64	1,09
Cunhado	3	4,84	59	3	4,23	68	1,23
Madrasta	1	1,61	61	2	2,82	69	0,21
Filha	1	1,61	61	4	5,63	67	2,68
Namorado(a)	1	1,61	61	11	15,49	60	7,76*
Prima	0	-	62	2	2,82	69	1,77
Cunhada	0	-	62	5	7,04	66	4,53

Nota: * $p < 0,05$.



APESAR DE ESSES SEREM OS ELEMENTOS MAIS FREQUENTES, HÁ UMA EXPRESSIVA PARCELA DAS MENINAS QUE CONHECEM APENAS A MÃE, SENDO MAIOR AINDA A QUANTIDADE DE MENINAS QUE CONVIVEM APENAS COM A MÃE. ESSE DADO REVELA ASSIM A FORTE PRESENÇA DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS MATRIFOCAIS, OU SEJA, FAMÍLIAS ONDE A PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELA CASA É A MÃE, SEJA POR DECORRÊNCIA DE SEPARAÇÕES E DIVÓRCIOS, OU MESMO POR CONTA DO ABANDONO PATERNO.

Apesar de esses serem os elementos mais frequentes, há uma expressiva parcela das meninas que conhecem apenas a mãe, sendo maior ainda a quantidade de meninas que convivem apenas com a mãe. Esse dado revela assim a forte presença de famílias monoparentais matrifocais, ou seja, famílias onde a principal responsável pela casa é a mãe, seja por decorrência de separações e divórcios, ou mesmo por conta do abandono paterno. Este é um fenômeno relativamente comum no Brasil, que parece ser mais presente nas periferias das grandes cidades (MORAES, 2014), e acarreta diversas consequências, a principal delas é a sobrecarga vivenciada pela chefa do lar, que acaba assumindo outros papéis dentro da família.

Romper com os padrões de vulnerabilidade social, que são ligados a diversos outros ciclos que os mantêm, como o da violência, é fundamental para o desenvolvimento de um contexto social positivo. Porém, como dito diversas vezes, um problema complexo demanda uma resposta à altura. Dessa forma, é preciso intervir imediatamente para a redução da vulnerabilidade social a que essas famílias estão submetidas, fortalecendo ações de transferência de renda, educação profissionalizante e mecanismos de ação do sistema de garantia de direitos, quando necessário. Ademais, é fundamental estabelecer os alicerces para as gerações futuras, garantindo que o ciclo de vulnerabilidade interrompido não ressurja, além de estimular um padrão de desenvolvimento social saudável, por meio de condições de trabalho e educação que permitam uma saída efetiva desse ciclo.

TABELA 18

DISTRIBUIÇÃO DAS INFORMAÇÕES RELACIONADAS A FAMÍLIA E RENDA EM FUNÇÃO DOS GRUPOS (continua)

Variável	Níveis	Meninas vítimas			Meninas vivas			χ^2
		f	%	% válida	*f*	%	% válida	
Consta na Certidão de Nascimento da adolescente:	Filiação materna e paterna	50	80,65	80,65	56	78,87	81,16	2,36
	Filiação somente materna	10	16,13	16,13	13	18,31	18,84	
	Filiação somente paterna	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	
	Filiado(a) aos avós maternos	1	1,61	1,61	0	0,00	0,00	
	Filiado(a) aos avós paternos	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	
	Filiado(a) aos pais adotivos	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	
	Não tinha sobrenomes	1	1,61	1,61	0	0,00	0,00	
	Não tinha certidão de nascimento	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	
	Não sabe	0	0,00	-	0	0,00	-	
	Missing	0	0,00	-	2	2,82	-	
A adolescente era filha adotiva?	Sim	8	12,90	13,11	2	2,82	3,23	4,02*
	Não	53	85,48	86,89	60	84,51	96,77	
	Não sei	0	0,00	-	0	0,00	-	
	Missing	1	1,61	-	9	12,68	-	
A adolescente conhecia seus pais biológicos?	Sim, conhecia os dois	56	90,32	90,32	63	88,73	90,00	1,26
	Não, conhecia apenas a mãe	5	8,06	8,06	7	9,86	10,00	
	Não, conhecia apenas o pai	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	
	Não conhecia nenhum dos dois	1	1,61	1,61	0	0,00	0,00	
	Não sabe	0	0,00	-	0	0,00	-	
	Missing	0	0,00	-	1	1,41	-	

TABELA 18

DISTRIBUIÇÃO DAS INFORMAÇÕES RELACIONADAS À FAMÍLIA E RENDA EM FUNÇÃO DOS GRUPOS (conclusão)

Variável	Níveis	Meninas vítimas			Meninas vivas			χ^2
		f	%	% válida	*f*	%	% válida	
A adolescente convivia com seus pais?	Sim, convivia com os dois	25	40,32	40,32	35	49,30	49,30	2,11
	Não, convivia apenas com a mãe	31	50,00	50,00	31	43,66	43,66	
	Não, convivia apenas com o pai	3	4,84	4,84	1	1,41	1,41	
	Não convivia com nenhum dos dois	3	4,84	4,84	4	5,63	5,63	
	Não sabe	0	0,00	-	0	0,00	-	
	Missing	0	0,00	-	0	0,00	-	
A adolescente recebia pensão alimentícia de algum dos pais?	Sim	10	16,13	18,87	16	22,54	23,53	4,58
	Não	43	69,35	81,13	42	59,15	61,76	
	Não se aplica	5	8,06	-	10	14,08	14,71	
	Não sabe	2	3,23	-	0	0,00	-	
	Missing	2	3,23	-	3	4,23	-	
Qual o total da renda mensal familiar do domicílio da adolescente?	Não possui renda	5	8,06	8,47	1	1,41	1,75	0,15
	Menos de um salário mínimo	17	27,42	28,81	21	29,58	36,84	
	Um a dois salários mínimos (R$ 998,00 a R$ 1.996,00)	34	54,84	57,63	31	43,66	54,39	
	Dois a três salários mínimos (R$1.996,00 a R$ 2.994,00)	2	3,23	3,39	4	5,63	7,02	
	Três a quatro salários mínimos (R$ 2.994,00 a R$ 3.992,00)	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	
	Quatro a cinco salários mínimos (R$ 3.992,00 a R$ 4.990,00)	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	
	Mais de cinco salários mínimos (Mais de R$ 4.990,00)	1	1,61	1,69	0	0,00	0,00	
	Não sabe	3	4,84	-	13	18,31	-	
	Missing	0	0,00	-	1	1,41	-	

Nota: * $p < 0,05$.

3.1.1. ESCOLARIDADE E RENDA: A CONTA QUE NÃO FECHA

Um outro efeito da monoparentalidade pode ser visto na redução da renda familiar, que por sua vez afeta diretamente as condições de vulnerabilidade da família, tendo em vista o cerceamento a bens e serviços. Atrelada à baixa escolaridade dos cuidadores, a condição de vulnerabilidade social dessas famílias é aumentada, podendo acarretar uma inserção cediça e precária da adolescente no mercado de trabalho.

Os resultados dessa pesquisa mostram que, em ambos os grupos, a mãe era a principal responsável pela renda da casa, seguida pelo pai, e, especificamente no grupo de meninas vítimas, observa-se uma presença expressiva das avós. A renda dessas famílias é de um a dois salários mínimos para metade das casas aqui retratadas, ao passo que a outra metade vive com um salário ou menos **Tabela 17**. Além disso, a renda familiar, para um pouco mais da metade dos casos aqui observados, era complementada por meio do Bolsa Família, corroborando com os resultados que denunciam a vulnerabilidade em que essas pessoas estão inseridas.

Quando se destaca a relação entre o fato de mais de uma pessoa contribuir com a renda da casa e o enfrentamento da vulnerabilidade social, não se aponta o pai da adolescente como sendo o responsável direto pela situação, ou mesmo pela mudança dessa. Essa observação pode validar o que alegam os defensores da "desestrutura familiar", porém, na

ATRELADA À BAIXA ESCOLARIDADE DOS CUIDADORES, A CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL DESSAS FAMÍLIAS É AUMENTADA, PODENDO ACARRETAR UMA INSERÇÃO CEDIÇA E PRECÁRIA DA ADOLESCENTE NO MERCADO DE TRABALHO



> QUANDO SE DESTACA A RELAÇÃO ENTRE O FATO DE MAIS DE UMA PESSOA CONTRIBUIR COM A RENDA DA CASA E O ENFRENTAMENTO DA VULNERABILIDADE SOCIAL, NÃO SE APONTA O PAI DA ADOLESCENTE COMO SENDO O RESPONSÁVEL DIRETO PELA SITUAÇÃO, OU MESMO PELA MUDANÇA DESSA. ESSA OBSERVAÇÃO PODE VALIDAR O QUE ALEGAM OS DEFENSORES DA "DESESTRUTURA FAMILIAR", PORÉM, NA ATUALIDADE ESSE ARGUMENTO NÃO SE SUSTENTA.



atualidade esse argumento não se sustenta. O elemento chave destacado por essa interpretação, é a divisão dos papéis acumulados pela chefa da família com uma outra pessoa, que de acordo com os resultados, tende a ser a avó das adolescentes. Além disso, a divisão de papéis é frequentemente feita com as filhas mais velhas, que passam a ser responsáveis pelo cuidado dos mais novos. Dito de outra forma, ter outras pessoas que colaborem com o sustento familiar, bem como dividam as responsabilidades domésticas e de criação das crianças, acaba por reduzir os efeitos da vulnerabilidade social (SEIBEL, 2017, p. 120-136).

ACHADOS DA PESQUISA

No que se refere a escolaridade dos responsáveis pela adolescente, as **Tabelas 18 e 19** apresentam a distribuição desses aspectos em função do nível de estudo para o grupo de meninas vítimas e meninas vivas, respectivamente. Em relação ao primeiro grupo **Tabela 18**, a maior parte das mães, ou apresentou Ensino Fundamental I incompleto (42,11%) ou o Ensino Fundamental II incompleto (19,30%); em relação ao pai a maior parte ou não frequentou a escola e não sabia ler (34,29%) ou apresentou Ensino Fundamental I incompleto (20,00%). No tocante à avó, a maior parte ou não frequentou a escola e sabia ler (35,00%) ou não frequentou a escola e não sabia ler (30,00%); o avô não frequentou a escola e não sabia ler (40,00%). Uma avaliação mais ampla dos resultados descritos na Tabela aponta para a baixa escolaridade dos responsáveis pela ado-



lescente. Do total de familiares citados (f = 143), 20,27% não frequentaram a escola ou não sabiam ler, e 58,04% não concluíram o ensino fundamental.

Em relação ao grupo de meninas vivas **Tabela 19**, a maior parte das mães, ou apresentou Ensino Fundamental II incompleto (23,21%), Ensino Fundamental I incompleto (21,43%), ou o Ensino Médio Completo (21,43%); já em relação ao pai, a maior parte apresentou Ensino Fundamental I incompleto (22,86%), ou o Ensino Fundamental II incompleto (20,00%) ou o Ensino Médio completo (20,00%). No tocante à avó, a maior parte não frequentou a escola e não sabia ler (50,00%); o avô não frequentou a escola e não sabia ler (100%). Uma leitura ampliada dos resultados descritos na Tabela aponta para uma distribuição complexa entre os responsáveis pela adolescente, do total de familiares citados (f = 692), 45,46% não concluíram o Ensino Fundamental.

TABELA 19

DISTRIBUIÇÃO DA ESCOLARIDADE DO RESPONSÁVEL PELA ADOLESCENTE, GRUPO DE MENINAS VÍTIMAS

Níveis	Responsáveis (% válida)	
	Mãe	Pai
Não frequentou a escola e não sabia ler	7 (12,28%)	12 (34,29%)
Não frequentou a escola e sabia ler	0 (0%)	2 (5,71%)
Ensino Fundamental I Incompleto (1º - 5º ano)	24 (42,11%)	7 (20%)
Ensino Fundamental I Completo (1º - 5º ano)	6 (10,53%)	4 (11,43%)
Ensino Fundamental II Incompleto (6º - 9º ano)	11 (19,3%)	3 (8,57%)
Ensino Fundamental II Completo (6º - 9º ano)	2 (3,51%)	1 (2,86%)
Ensino Médio Incompleto (1º - 3º ano)	1 (1,75%)	4 (11,43%)
Ensino Médio Completo (1º - 3º ano)	4 (7,02%)	2 (5,71%)
EJA I Incompleto (1º - 5º ano)	0 (0%)	0 (0%)
EJA I Completo (1º - 5º ano)	0 (0%)	0 (0%)
EJA II Incompleto (6º - 9º ano)	0 (0%)	0 (0%)
EJA II Completo (6º - 9º ano)	0 (0%)	0 (0%)
EJA III Incompleto (Ensino médio)	0 (0%)	0 (0%)
EJA III Completo (Ensino médio)	0 (0%)	0 (0%)
Ensino Superior Incompleto	1 (1,75%)	0 (0%)
Ensino Superior Completo	1 (1,75%)	0 (0%)
Não sabe	2	10
Missing	3	17

Responsáveis (% válida)											Total
Madrasta	Padrasto	Avó	Avô	Irmã	Irmão	Prima	Primo	Tia	Tio	Outros	
0 (0%)	1 (33,33%)	6 (30%)	2 (40%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (25%)	0 (0%)	0 (0%)	29 (20,28%)
0 (0%)	0 (0%)	7 (35%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	9 (6,29%)
0 (0%)	1 (33,33%)	4 (20%)	1 (20%)	1 (8,33%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	38 (26,57%)
0 (0%)	0 (0%)	2 (10%)	0 (0%)	3 (25%)	1 (14,29%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (25%)	0 (0%)	0 (0%)	17 (11,89%)
0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (20%)	1 (8,33%)	2 (28,57%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (25%)	0 (0%)	0 (0%)	19 (13,29%)
0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (16,67%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	5 (3,5%)
0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	3 (25%)	2 (28,57%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	10 (6,99%)
0 (0%)	1 (33,33%)	0 (0%)	1 (20%)	0 (0%)	2 (28,57%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (25%)	0 (0%)	0 (0%)	11 (7,69%)
0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
0 (0%)	0 (0%)	1 (5%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (0,7%)
0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (8,33%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (0,7%)
0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (8,33%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (0,7%)
0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (0,7%)
0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (0,7%)
1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	15
61	52	40	57	50	55	62	62	58	62	62	641

TABELA 20

DISTRIBUIÇÃO DA ESCOLARIDADE DO RESPONSÁVEL PELA ADOLESCENTE, GRUPO DE MENINAS VIVAS (continua)

Níveis	Responsáveis (% válida)					
	Mãe	Pai	Madrasta	Padrasto	Avó	Avô
Não frequentou a escola e não sabia ler	1 (1,79%)	3 (8,57%)	0 (0%)	0 (0%)	7 (50%)	6 (100%)
Não frequentou a escola e sabia ler	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (14,29%)	0 (0%)
Ensino Fundamental I Incompleto (1º - 5º ano)	12 (21,43%)	8 (22,86%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (14,29%)	0 (0%)
Ensino Fundamental I Completo (1º - 5º ano)	3 (5,36%)	5 (14,29%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
Ensino Fundamental II Incompleto (6º - 9º ano)	13 (23,21%)	7 (20%)	0 (0%)	2 (50%)	0 (0%)	0 (0%)
Ensino Fundamental II Completo (6º - 9º ano)	5 (8,93%)	3 (8,57%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
Ensino Médio Incompleto (1º - 3º ano)	6 (10,71%)	1 (2,86%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (7,14%)	0 (0%)
Ensino Médio Completo (1º - 3º ano)	12 (21,43%)	7 (20%)	0 (0%)	1 (25%)	1 (7,14%)	0 (0%)
EJA I Incompleto (1º - 5º ano)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
EJA I Completo (1º - 5º ano)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
EJA II Incompleto (6º - 9º ano)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
EJA II Completo (6º - 9º ano)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
EJA III Incompleto (Ensino médio)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
EJA III Completo (Ensino médio)	2 (3,57%)	1 (2,86%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
Ensino Superior Incompleto	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
Ensino Superior Completo	2 (3,57%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (25%)	1 (7,14%)	0 (0%)
Não sabe	9	12	2	1	9	5
Missing	6	24	69	5	48	60

TABELA 20

DISTRIBUIÇÃO DA ESCOLARIDADE DO RESPONSÁVEL PELA ADOLESCENTE, GRUPO DE MENINAS VIVAS (conclusão)

Responsáveis (% válida)							Total
Irmã	Irmão	Prima	Primo	Tia	Tio	Outros	
0 (0%)	1 (14,29%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	18 (13,64%)
0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (1,52%)
3 (42,86%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	25 (18,94%)
0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (33,33%)	0 (0%)	0 (0%)	9 (6,82%)
0 (0%)	1 (14,29%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (33,33%)	0 (0%)	0 (0%)	24 (18,18%)
1 (14,29%)	1 (14,29%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	10 (7,58%)
0 (0%)	3 (42,86%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	11 (8,33%)
3 (42,86%)	1 (14,29%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	25 (18,94%)
0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (33,33%)	0 (0%)	0 (0%)	4 (3,03%)
0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	4 (3,03%)
0	0	0	0	0	0	0	38
64	64	71	71	68	71	71	692



3.1.2. CRIAÇÃO: SUPORTE FINANCEIRO E AFETIVO É DA MULHER

O suporte oferecido pela família extensa é uma característica de famílias latino-americanas, como dito anteriormente. Através dessa configuração familiar, onde a avó está presente no núcleo da família, pode-se inferir que os papéis que seriam desempenhados exclusivamente pela mãe, são divididos com a avó, sendo a primeira responsável pela renda familiar, ao passo que a segunda é responsável pelo cuidado das crianças. Quanto ao pai dessas adolescentes, sua ausência era realidade para 50% das meninas vítimas e 43,66% das meninas vivas.

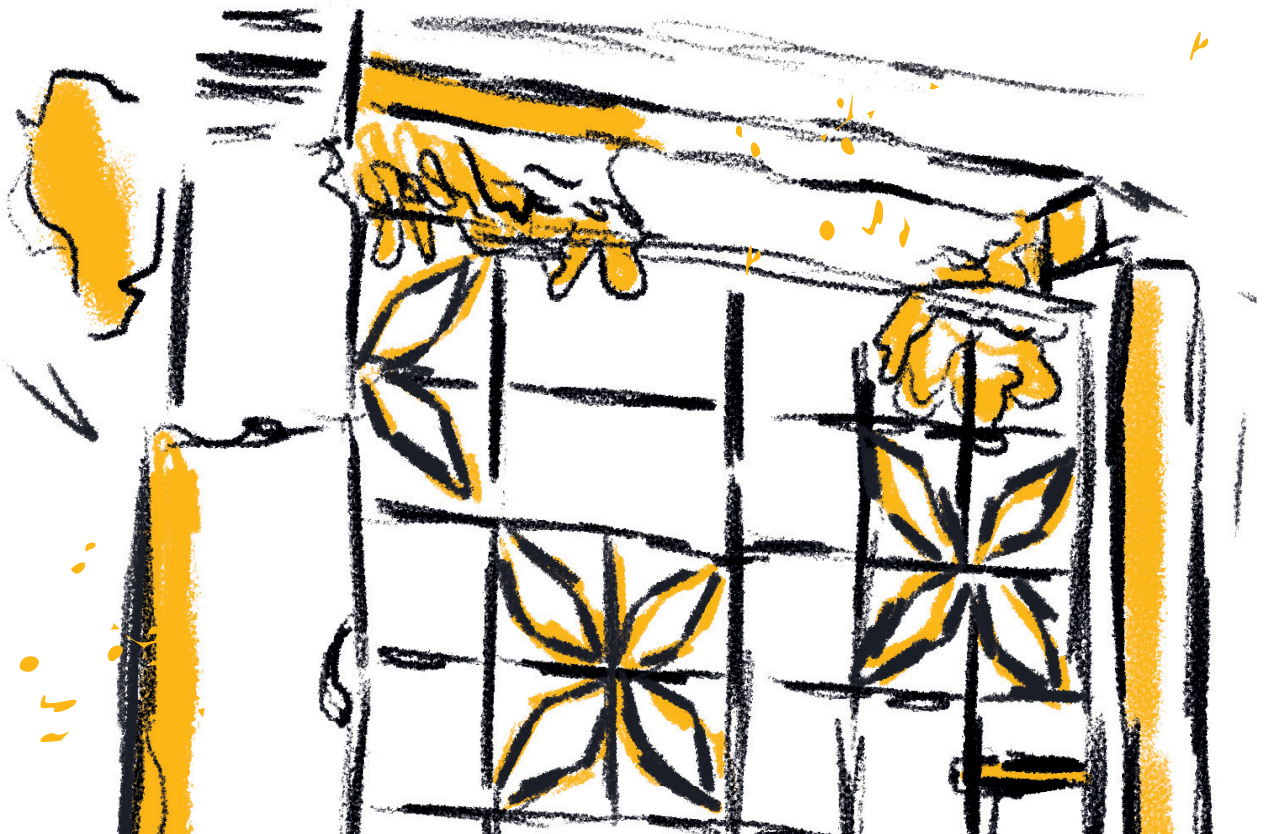
ACHADOS DA PESQUISA

Em relação à criação, a maioria das adolescentes retratadas nessa pesquisa foi criada pelos pais com a ajuda da avó, como é possível observar na **Tabela 20**. No que se refere ao grupo de meninas vítimas, maior parte foi criada principalmente pelos pais (95,16%), em seguida pelos avós (35,48%). No tocante ao grupo de meninas vivas, a maior parte foi criada principalmente pelos pais (84,51%) e pelos avós (32,39%). É valido ressaltar que a soma das frequências é maior que o número de participantes, devido a mudanças dos responsáveis pela adolescente durante a vida. Além disso, em alguns casos a adolescente morava com os pais e avós, os quais as (os) respondentes indicaram participar na criação da menina.

TABELA 21

FREQUÊNCIA DAS PESSOAS QUE CRIARAM A ADOLESCENTE EM FUNÇÃO DO GRUPO

Quem criou a adolescente	Meninas vítimas		Meninas vivas	
	f	%	*f*	%
Pais	59	95,16	60	84,51
Avós	22	35,48	23	32,39
Tios(as)	6	9,68	4	5,63
Irmãos(ãs)	x3	4,84	4	5,63
Não familiares	1	1,61	0	0,00
Abrigo	1	1,61	0	0,00
Outros	1	1,61	1	1,41
Padrinho/Madrinha	0	0,00	0	0,00
Não sabe	2	3,23	0	0,00



SOBRECARREGADA DE TAREFAS E RESPONSABILIDADES, IMBUÍDA DO DEVER DE ENFRENTAR AS DIFICULDADES DO DIA A DIA, VIVENDO E ENSINANDO A VIVER EM UM CONTEXTO SOCIAL DELICADO, A MÃE DAS ADOLESCENTES OCUPA UMA POSIÇÃO ESTRATÉGICA PARA A REDUÇÃO DE VULNERABILIDADES.

3.2. SER MÃE EM CONTEXTOS VULNERÁVEIS

Até o presente momento, os achados apontam para uma figura central na compreensão dos aspectos familiares, a mãe das adolescentes. Sobrecarregada de tarefas e responsabilidades, imbuída do dever de enfrentar as dificuldades do dia a dia, vivendo e ensinando a viver em um contexto social delicado, a mãe das adolescentes ocupa uma posição estratégica para a redução de vulnerabilidades. Muitas vezes sem ter concluído o ensino fundamental **Tabela 19**, e em diversos casos tendo engravidado durante a adolescência **Tabela 21**, as oportunidades na vida dessas mães foram limitadas, restrição que parece acarretar efeitos na forma como as famílias se encontram hoje.

TABELA 22

DISTRIBUIÇÃO DE CASOS DE GRAVIDEZ DURANTE A ADOLESCÊNCIA EM RELAÇÃO ÀS CUIDADORAS

Nível	Meninas vítimas			Meninas vivas			χ^2
	f	%	% válida	*f*	%	% válida	
Sim, a gravidez da própria adolescente	9	14,50	15,79	16	22,50	25,00	3,08
Sim, a gravidez de um irmão(ã)	30	48,40	52,63	24	33,80	37,50	
Sim, a gravidez da adolescente e de outro(s) irmão(ã)	3	4,80	5,26	4	5,60	6,25	
Não	15	24,20	26,32	20	28,20	31,25	
Não sabe	5	8,10	-	7	9,90	-	
Missing	0	0,00	-	0	0,00	-	

Entre as poucas variáveis que os dois grupos de meninas aqui retratadas se diferenciam, figura a escolaridade da mãe. Para as meninas vítimas a mãe apresenta, principalmente, o Ensino Fundamental I incompleto (1º ao 5º ano) ou mesmo não frequentaram a escola e não sabiam ler, ao passo que as mães do grupo de meninas vivas se dividem entre o Ensino Médio (completo e incompleto) e o Ensino Fundamental II incompleto (6º ao 9º ano), como visto no tópico sobre Renda e Escolaridade.

É notória a baixa escolaridade em ambos os grupos, porém, a diferença identificada foi apontada pelas análises aqui feitas como sendo um dos fatores protetivos ao homicídio, haja vista a relação dessa com o enfrentamento da vulnerabilidade. Como dito anteriormente, uma parte expressiva das mães ficaram grávidas durante a adolescência. Porém, apesar do que se costuma pensar, a gravidez pode não ter sido a principal justificativa para o baixo nível de escolaridade.

Algumas pesquisas têm investigado a relação entre a gravidez e a evasão escolar, e apontam que uma parte das adolescentes ficou grávida após sair da escola (NASCIMENTO; XAVIER, 2011; SOUSA et al., 2018). Em diversos casos, a gestação é compreendida como sendo uma possibilidade de projeto de vida, dentro de um contexto social marcado pelas poucas oportunidades (AQUINO et al., 2006). Adolescentes que já cuidavam de seus irmãos mais novos passariam agora a cuidar do próprio filho, com o suporte da mãe e da avó, além de buscar forma de inserção no mercado de trabalho. Diante disso, a relação estabelecida entre pobreza e gravidez na adolescência parece ser cíclica, ao passo que, se está em condições de vulnerabilidade, tem-se mais chances de engravidar, e quando a criança nasce, as condições de vulnerabilidades podem se agravar (SOUZA; TEIXEIRA, 2019).

É inegável que esses dois elementos, baixa escolaridade e gravidez na adolescência, agravam as vulnerabilidades. Porém, a distância entre esses dois fenômenos está cada vez maior, demandando, assim, ações e intervenções distintas. É fundamental repensar os currículos escolares, fomentar métodos de ensino mais criativos, bem como agregar as novas tecnologias no processo de aprendizagem. Por outro lado, é fundamental garantir que a gravidez não seja um agente vulnerabilizador, desenvolvendo mecanismos legais e sociais que ofereçam suporte para as mães. A ampliação do número de vagas nas creches, bem como a garantia de oportunidades laborais, são ações que podem quebrar o ciclo dessas condições, gerando formas de enfrentamento das condições de vulnerabilidade.

Ao mesmo tempo que as mães são, em maioria, responsáveis pela casa e passam por situações e vulnerabilidade social mais graves, surge a violência como um elemento presente na dinâmica familiar **Tabela 22**, agravando as condições psicossociais vivenciadas por essa mãe.

A resposta à questão da violência vivenciada pela mãe, cujo resultado pode ser visto na **Tabela 22**, foi dada por meio de uma escala do tipo Likert de 5 pontos, variando de 1 "nunca" a 5 "sempre". Além disso, a (o) participante poderia informar que não sabia responder ou até mesmo se recusar a informar a reposta. Em relação ao grupo de meninas vítimas, a violência mais comum é a física (M = 2,34; DP = 1,51), seguida pela violência psicológica (M = 2,16; DP = 1,51) e moral (M = 1,59; DP = 1,26). O mesmo padrão de distribuição pode ser visto em relação ao grupo de meninas vivas, sendo que violência mais comum é a física (M = 1,97; DP = 1,45), seguida pela violência psicológica (M = 1,83; DP = 1,51) e moral (M = 1,59; DP = 1,31). Quando a frequência de vitimização é comparada em função dos grupos, não se observa diferença estatisticamente significativa. Porém, quando se testa a associação do número de vítimas (pontuação acima de 1), é possível identificar uma associação significativa do grupo de meninas vítimas com a vitimização da cuidadora por violência psicológica.

3.2.1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: O CICLO DA VULNERABILIDADE

Apesar dos efeitos produzidos pelo hetero/autorrelato, uma parte expressiva das cuidadoras das adolescentes de ambos os grupos passaram por situações de violência doméstica. Entre os tipos mais comuns, figuram a violência física e psicológica, as quais são identificadas por metade das mães que responderam o questionário (grupo de meninas vítimas). Quando se observa quem são os perpetradores dessas violências **Tabela 23**, companheiros e ex-companheiros se destacam.

Esses dados compõem o quadro de vulnerabilidade em que esta mulher se encontra, agravados pela violência doméstica, da qual se abrem feridas difíceis de serem curadas. Sabe-se que fatores monetários exercem efeito sobre a permanência dessa mulher no contexto de violência, aliado a uma situação de manipulação, seja por meio da força física ou por meio da violência psicológica. O rompimento do ciclo de violência também figura como uma das estratégias utilizadas por diversas políticas para o enfrentamento das condições de vulnerabilidade social.

Diante deste cenário, é preciso colocar em evidência uma outra pessoa, destacada aqui algumas vezes: a filha mais velha dessas famílias. Como dito anteriormente, em famílias monoparentais matrifocais, a divisão de papéis familiares pode envolver a avó, porém, é relativamente comum encontrar famílias em que a irmã mais velha é aquela que fica responsável pelos cuidados da casa e dos outros irmãos. Por conta disso, conseguir desempenhar suas atividades cotidianas, como estudo e lazer, se torna uma tarefa difícil, podendo gerar efeitos na forma como essa menina será inserida no mercado de trabalho, bem como a forma com que ela acessa determinadas políticas públicas (MINUNCHIN, 2018; DIÓGINES, 2019).

Ainda em relação à "filha mais velha", ou qualquer outra menina que desem-

penhe esse papel, é válido destacar os efeitos que a violência doméstica sofrida pela mãe apresenta (LOURENÇO et al., 2013). Em alguma medida, mais do que se gostaria de acreditar, tende-se a replicar a forma de ser família. Afinal de contas, é o modelo que se tem de referência. Esse fenômeno é descrito como replicação de sistema, e da mesma forma que atua na repetição de padrões saudáveis (como os de comunicação não violenta, respeito, etc.), opera para interações violentas e/ou não saudáveis (MINUCHIN, 2018). Logo, os efeitos da violência doméstica não ficam restritos à mãe, ou mesmo ao espaço de tempo em que a violência ocorre. Seus efeitos perduram por gerações, e podem ser repetidos pelos membros da família.

TABELA 23

FREQUÊNCIA DE VITIMIZAÇÃO POR VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DA CUIDADORA DA ADOLESCENTE EM FUNÇÃO DOS GRUPOS

Tipo de violência	Meninas vítimas				Meninas vivas				t	χ^2
	Média (DP)	Mín. – Máx.	Missing	Qnt. De vítimas	Média (DP)	Mín. – Máx.	Missing	Qnt. De vítimas		
Física	2,34 (1,51)	1 – 5	0	31 (50,00%)	1,97 (1,45)	1 – 5	6	23 (32,39%)	1,40	2,77
Psicológica	2,16 (1,51)	1 – 5	1	26 (42,60%)	1,83 (1,51)	1 – 5	5	17 (23,94%)	1,23	4,02*
Moral	1,59 (1,26)	1 – 5	1	13 (21,40%)	1,59 (1,31)	1 – 5	5	12 (16,9%)	-0,03	0,19
Patrimonial	1,36 (1,07)	1 – 5	1	7 (11,40%)	1,32 (0,89)	1 – 5	6	9 (12,68%)	0,21	0,16
Sexual	1,13 (0,5)	1 – 4	2	5 (8,40%)	1,13 (0,46)	1 – 3	9	5 (7,04%)	0,04	0,00

Nota: * $p < 0,05$.

TABELA 24

FREQUÊNCIA DE PERPETRADORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM FUNÇÃO DOS GRUPOS

Tipo de violência	Mães de meninas vítimas			Mães de meninas vivas		
	Perpetrador	*f*	%	Perpetrador	*f*	%
Física	Companheiro	13	41,94	Ex-Companheiro	8	34,78
	Ex-companheiro	12	38,71	Companheiro	7	30,43
	Pai	3	9,68	Pai da adolescente	3	13,04
	Mãe	1	3,23	Avó da adolescente	1	4,35
Psicológica	Ex-companheiro	11	42,31	Ex-Companheiro	6	35,29
	Companheiro	6	23,08	Companheiro	5	29,41
	Pai	3	11,54	Pai da adolescente	3	17,65
	Amigos	1	3,85	Vizinhos	1	5,88
	Família	1	3,85	Avó da adolescente	1	5,88
	Filho	1	3,85	-		
	Mãe	1	3,85	-		
Moral	Ex-companheiro	6	46,15	Ex-Companheiro	6	50,00
	Companheiro	4	30,77	Companheiro	3	25,00
	-			Pai da adolescente	1	8,33
	-			Vizinhos	1	8,33
Patrimonial	Ex-companheiro	5	71,43	Companheiro	4	44,44
	Companheiro	2	28,57	Ex-Companheiro	3	33,33
				Pai da adolescente	1	11,11
Sexual	Companheiro	2	40,00	Conhecido	1	20,00
	Ex-marido	2	40,00	Ex-Companheiro	1	20,00
	Desconhecido	1	20,00	Filho de uma amiga	1	20,00
	-			Desconhecido	1	20,00

Romper com os padrões de vulnerabilidade social, que são ligados a diversos outros ciclos que os mantêm, como o da violência, é fundamental para o desenvolvimento de um contexto social positivo. Porém, como dito diversas vezes, um problema complexo demanda uma resposta à altura. Dessa forma, é preciso intervir imediatamente para a redução da vulnerabilidade social a que essas famílias estão submetidas, fortalecendo ações de transferência de renda, educação profissionalizante e mecanismos de ação do sistema de garantia de direitos, quando necessário. Ademais, é fundamental estabelecer os alicerces para as gerações futuras, garantindo que o ciclo de vulnerabilidade interrompido não ressurja, além de estimular um padrão de desenvolvimento social saudável, por meio de condições de trabalho e educação que permitam uma saída efetiva desse ciclo.

LOGO, OS EFEITOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NÃO FICAM RESTRITOS À MÃE, OU MESMO AO ESPAÇO DE TEMPO EM QUE A VIOLÊNCIA OCORRE. SEUS EFEITOS PERDURAM POR GERAÇÕES, E PODEM SER REPETIDOS PELOS MEMBROS DA FAMÍLIA.





3.3. A FAMÍLIA COMO VÍTIMA INDIRETA DO HOMICÍDIO

O principal objetivo do conjunto de questões relacionadas à família foi observar elementos que pudessem auxiliar na compreensão de processos vulnerabilizantes ao homicídio. De forma a não responsabilizar a família pela morte da filha, foi essencial buscar entender esse fenômeno para que sejam feitas recomendações de prevenção. Para tanto, foi necessário estabelecer conexões entre a dimensão familiar e o homicídio de meninas, a partir de análises das famílias como vítimas indiretas do homicídio.

A morte de uma adolescente não é algo natural ou esperado, mas em um contexto onde a vida da juventude negra e periferizada é indesejável e matável, essa morte tende a ser dissolvida, engrossando estatísticas, virando números e discursos inflamados, não impactando a vida das pessoas. Entretanto, para os familiares que enfrentam a perda de um dos seus membros, a morte acaba por ter um peso maior, sendo sentida de forma mais profunda. Nessa perspectiva, é possível compreender a família como sobrevivente do homicídio, e por essa razão se entende que esse grupo demanda cuidados específicos, os quais, em alguma medida, devem ser garantidos pelo Estado.

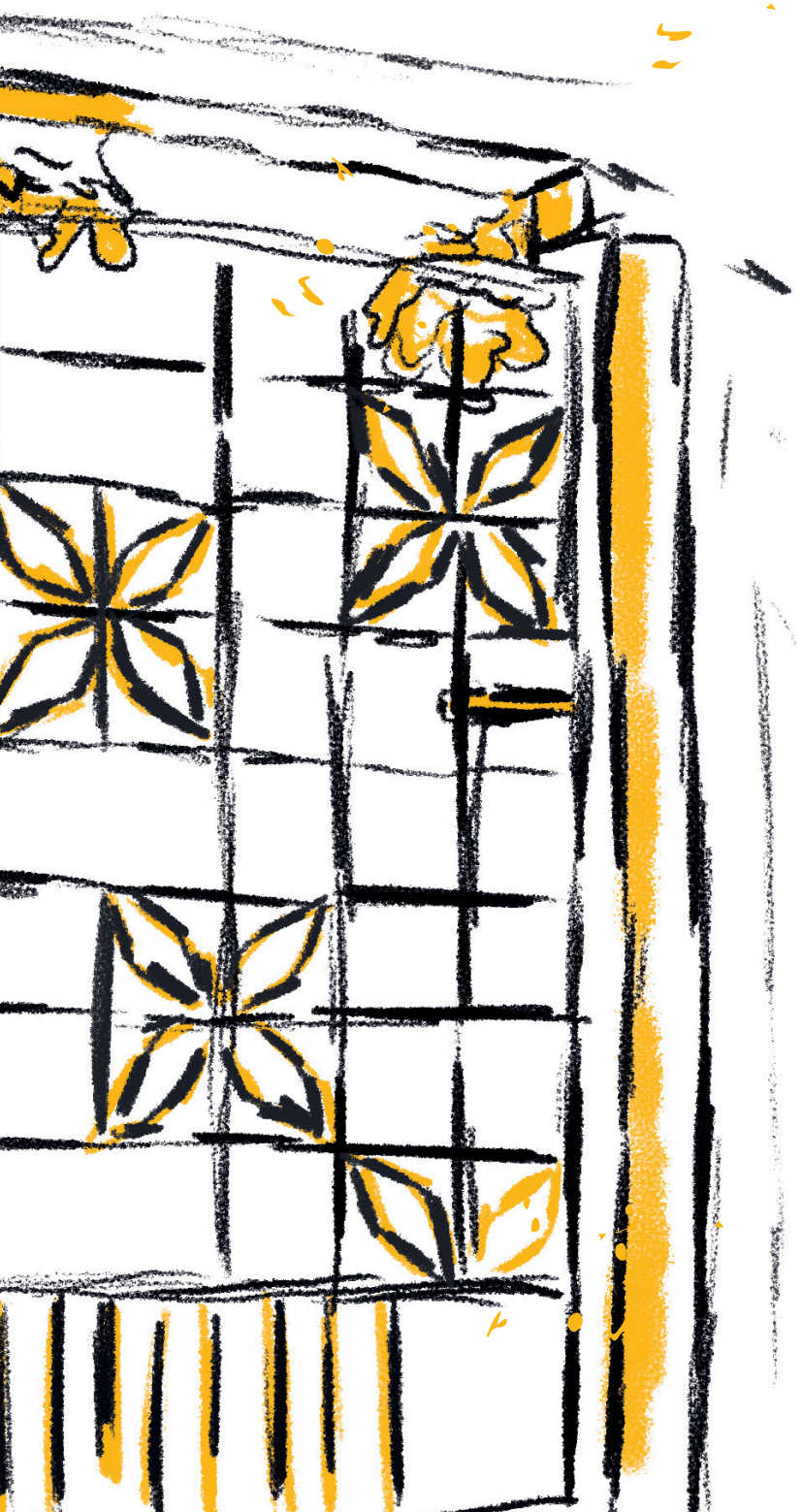
Como dito anteriormente, a mãe da adolescente figura como sendo a pessoa mais próxima e íntima das adolescentes, seguida dos irmãos **Tabela 24**. Em relação ao grupo de meninas vítimas, essas apresentaram maior intimidade com a mãe (M= 4,17; DP = 1,24), seguido dos ir-

mãos (M= 4,07; DP = 1,31) e avó (M= 4,02; DP = 1,24). Em média, as adolescentes tinham cinco amigos (Mín. = 0; Máx. = 20; DP = 5,24), tendo a amizade, em média, sete anos e meio (Mín. = 6 meses; Máx. 19 anos; DP = 57,33), ao passo que os respondentes, em média, gostavam dos amigos dela (M = 3,50; Mín. = 1; Máx. = 5; DP = 0,97).

É valido ressaltar que, em relação ao quanto a (o) respondente gostava das(os) amigas(os) da adolescente, as respostas foram dadas por meio de uma escala do tipo Likert de 5 pontos, variando de 1 "desgostava muito" a 5 "gostava muito". Assim como nas anteriores, era possível informar que não sabia ou até mesmo não responder a questão. Além disso, a maior parte dos amigos das meninas foram classificadas como sendo mais meninas (66,10%), seguidos de igualmente distribuídos entre meninas e meninos (16,60%) e por último mais meninos (14,30%).

Por outro lado, o grupo de meninas vivas apresentou maior intimidade com a mãe (M= 4,10; DP = 1,20), seguido do(a) namorado(a) (M= 4,19; DP = 1,12) e irmãos (M= 4,02; DP = 1,22). Em média, as adolescentes tinham quatro amigos (Mín. = 0; Máx. = 25; DP = 3,70), tendo a amizade duração média de cinco anos (Mín. = 6 meses; Máx. 18 anos; DP = 46,72). Além disso, a maior parte dos amigos das meninas foram classificadas como sendo mais meninas (69,50%), seguidos de igualmente distribuídos entre meninas e meninos (16,90%) e por último mais meninos (13,60%).

A MORTE DE UMA ADOLESCENTE NÃO É ALGO NATURAL OU ESPERADO, MAS EM UM CONTEXTO ONDE A VIDA DA JUVENTUDE NEGRA E PERIFERIZADA É INDESEJÁVEL E MATÁVEL, ESSA MORTE TENDE A SER DISSOLVIDA, ENGROSSANDO ESTATÍSTICAS, VIRANDO NÚMEROS E DISCURSOS INFLAMADOS, NÃO IMPACTANDO A VIDA DAS PESSOAS.



Além disso, a partir das instituições com maior frequência de atendimento após o homicídio, é possível estabelecer uma rede de cuidado institucional para a família. Na **Tabela 25**, é possível observar a média da frequência de atendimento da família da adolescente em decorrência do homicídio, em diversas instituições. As respostas eram dadas por meio de uma escala do tipo Likert de 5 pontos, variando de 1 "nunca" a 5 "sempre". Mais uma vez, as médias são baixas, ficando entre "nunca" e "raramente", sendo a delegacia de polícia (M = 1,97; DP = 0,96) e Unidade Básica de Saúde (UBS (M = 1,53; DP = 0,92) as instituições mais procuradas.

São princípios que regem políticas públicas, como a integralidade, a equidade no atendimento, a universalização dos direitos sociais, entre outros, bem como estratégias de funcionamento, a exemplo do processo de referência e contrarreferência, presentes em um contexto de identificação de casos e encaminhamentos. Assim, ao acessar uma delegacia de polícia para lidar com as questões decorrentes do homicídio, o encaminhamento da família para uma unidade de saúde ou para o CRAS do território pode ser feito, possibilitando o acesso a uma rede de cuidados composta por diversos atores.

Além disso, essas mesmas pessoas (e/ou instituições) podem ser vistas como elementos chaves para o desenvolvimento de mecanismos de proteção a jovens sob risco de morte. A identificação de alguns comportamentos, como o choro e o isola-

TABELA 25

DESCRIÇÃO DE ASPECTOS LIGADOS ÀS RELAÇÕES ESTABELECIDAS PELAS ADOLESCENTES EM FUNÇÃO DOS GRUPOS

Variável	Nível	Meninas vítimas			Meninas vivas			t
		M (DP)	Mín. - Máx.	Missing	M (DP)	Mín. - Máx.	Missing	
Como você classifica o nível de proximidade (vínculo) da adolescente com as seguintes pessoas?	Mãe	4,17 (1,24)	1 - 5	2	4,10 (1,20)	1 - 5	2	0,3
	Irmãos	4,07 (1,31)	1 - 5	6	4,02 (1,22)	1 - 5	6	0,24
	Avó	4,02 (1,24)	1 - 5	20	3,56 (1,42)	1 - 5	19	1,67
	Avô	3,95 (1,43)	1 - 5	25	3,27 (1,55)	1 - 5	27	2,01*
	Namorado(a)	3,95 (1,31)	1 - 5	43	4,19 (1,12)	1 - 5	36	-0,73
	Padrasto	2,61 (1,5)	1 - 5	44	2,86 (1,43)	1 - 5	42	-0,57
	Pai	2,57 (1,61)	1 - 5	8	2,76 (1,54)	1 - 5	13	-0,62
	Profissional da escola	2,49 (1,46)	1 - 5	29	2,74 (1,39)	1 - 5	35	-0,76
	Madrasta	2,15 (1,21)	1 - 5	49	2,31 (1,32)	1 - 5	59	-0,31
	Membro de instituição religiosa	2,14 (1,48)	1 - 5	33	2,91 (1,53)	1 - 5	39	-2,03
	Profissional de programas sociais	1,32 (0,78)	1 - 4	40	2,59 (1,56)	1 - 5	40	-3,53**
Quantos amigos próximos a adolescente tinha?	-	5,36 (5,24)	0 - 20	10	4,2 (3,7)	0 - 25	5	1,36
O quanto você gostava dos amigos dela?	-	3,5 (0,97)	1 - 5	2	-	-	-	-
Há quanto tempo eles(as) eram amigos(as):	-	91,96 meses (57,33)	6 meses - 228 meses	8	62,89 meses (46,72)	6 meses - 216 meses	14	2,37*

TABELA 26

FREQUÊNCIA MÉDIA DE ATENDIMENTO DA FAMÍLIA DA ADOLESCENTE EM DECORRÊNCIA DO HOMICÍDIO

Instituição	Média	DP	Min.	Máx.	Não sabia	Missing
Delegacia de Polícia	1,97	0,96	1	4	0	0
UBS	1,53	0,92	1	4	0	0
CRAS	1,39	0,73	1	4	0	0
Defensoria Pública	1,19	0,51	1	3	0	0
Hospital	1,19	0,62	1	4	0	0
Conselho Tutelar	1,10	0,43	1	4	0	0
Ministério Público	1,08	0,33	1	3	0	0
Juizado da Infância e da Juventude	1,02	0,13	1	2	0	1
CREAS	1,00	0,00	1	1	0	0
Juizado da mulher	1,00	0,00	1	1	0	0

mento **Tabela 26**, podem funcionar como sinal de alerta. Em relação ao grupo de meninas vítimas, diante de um problema, de um modo geral, os comportamentos mais frequentes eram chorar (M= 2,81; DP = 1,43), se isolar (M= 2,73; DP = 1,53) e conversar (M= 2,57; DP = 1,50). Além disso, do total de meninas, 3,28% tentaram suicídio. No que se refere ao grupo de meninas vivas, diante de um problema, de um modo geral, os comportamentos mais frequentes eram chorar (M= 3,58; DP = 1,36), se isolar (M= 2,76; DP = 1,47) e conversar (M= 2,76; DP = 1,47). Dessas, 22,06% apresentam histórico de tentativa de suicídio. Essa identificação de sinais, atrelada ao conhecimento de pontos de apoio e suporte na rede institucional, podem possibilitar o acesso a programas e políticas que permitam que a adolescente permaneça viva.

ESSA IDENTIFICAÇÃO DE SINAIS, ATRELADA AO CONHECIMENTO DE PONTOS DE APOIO E SUPORTE NA REDE INSTITUCIONAL, PODEM POSSIBILITAR O ACESSO A PROGRAMAS E POLÍTICAS QUE PERMITAM QUE A ADOLESCENTE PERMANEÇA VIVA.

TABELA 27

DISTRIBUIÇÃO DE COMPORTAMENTOS DIANTE DE PROBLEMAS E TENTATIVA DE SUICÍDIO EM FUNÇÃO DOS GRUPOS

Variável	Níveis	Meninas vítimas			Meninas vivas			t
		Média (DP)	Mín. - Máx.	Missing	Média (DP)	Mín. - Máx.	Missing	
Comportamentos diante de um problema	Chorava	2,81 (1,43)	1 - 5	4	3,58 (1,36)	1 - 5	0	-3,11*
	Se isolava	2,73 (1,53)	1 - 5	2	2,76 (1,47)	1 - 5	0	-0,1
	Conversava	2,57 (1,50)	1 - 5	1	2,76 (1,47)	1 - 5	0	-0,72
	Xingava	2,27 (1,45)	1 - 5	2	2,28 (1,46)	1 - 5	0	-0,05
	Procurava ajuda	1,95 (1,31)	1 - 5	3	2,72 (1,47)	1 - 5	0	-3,12*
	Falava em morrer	1,86 (1,25)	1 - 5	3	1,8 (1,32)	1 - 5	0	0,27
	Se envolvia em brigas	1,71 (1,11)	1 - 5	3	1,46 (1,04)	1 - 5	0	1,3
	Se mutilava	1,36 (0,92)	1 - 5	3	1,45 (1,04)	1 - 5	0	-0,54
Variável	Níveis	F	%	% válida	F	%	% válida	χ^2
Já houve tentativa de suicídio por parte da adolescente?	Sim	2	3,20	3,28	15	21,1	22,06	9,12*
	Não	59	95,20	96,72	53	74,60	77,94	
	Não sabe	1	1,60	-	0	0,00	-	
	Missing	0	0	-	3	4,20	-	

Nota: * $p < 0,005$



RELATO DE EXPERIÊNCIA

PESQUISADORAS

NAS REDES E LINHAS DAS VIVÊNCIAS EM CAMPO: NO SUSTO E NA CARREIRA!

JOSILEINE ARAÚJO E INGRID LEITE

À experiência de campo demos o título "no susto e na carreira" devido aos desafios que encontramos durante as buscas pelas famílias das adolescentes assassinadas. No exercício da pesquisa de campo, compreendendo que em nosso caso, como dupla de pesquisadoras, precisávamos construir caminhos próprios, com direcionamentos e itinerários utilizando os recursos possíveis.

Aquilo que fugia ao esperado, era recebido por nós primeiramente com susto, com o qual, diante das contingências, elaboramos formas de lidar, e por existir um fator tempo que mediava nosso trabalho de campo, precisávamos ali, na carreira, traçar soluções para encontrar cada endereço procurado. Entre ruas e becos, pedindo informações às pessoas que ficavam nas calçadas, comerciantes e transeuntes, imergimos numa realidade marcada por disputas e pobreza. Os muros com as iniciais de facções criminosas, marcas de tiros, ruas com estrutura precária, sem asfalto e sem saneamento básico. Muitas vezes o sentimento de insegurança e tensão nos assombrava. Afinal, estávamos em um lugar desconhecido, mesmo com informações, planejamento e acompanhadas do motorista.

Apresentar a proposta do Comitê e da pesquisa era o momento chave de nossa entrada nas casas, pois devíamos



ter todo o cuidado na construção desse discurso, na forma que olhávamos para essas mulheres, e sobretudo, ter sensibilidade quando tocávamos pela primeira vez nas palavras "jovens assassinadas", "meninas vítimas de homicídios" "adolescentes assassinadas", porque era nesse instante que acionávamos a memória do luto e da dor.

Contrapontos

Essas mães, tias, avós, irmãs e amigas diziam que, mesmo sendo dolorido reviver algumas lembranças, a necessidade de contar a história das meninas era maior que qualquer tristeza. E com a possibilidade de narrar com os olhos e a voz do afeto, da dor e da resistência, essas mulheres nos deixavam entrar em suas vidas por algumas horas. Nós, pesquisadoras já afetadas e enredadas com essas trajetórias, passávamos algumas horas ouvindo, escrevendo, olhando e sentindo essas vozes pulsantes.

Em outros momentos, ouvíamos um "não", e sabíamos que o respeito à dor da perda se fazia necessária. Algumas mães chegaram a marcar conosco encontros em praças ou locais públicos, ou até em suas residências, mas quando se aproximava o horário do encontro, algumas lamentavam, mas não tinham como rememorar e narrar essa perda.

A nossa volta para casa, podemos dizer assim, era preenchida por um silêncio que permanecia por insistência ou necessidade. Ao sair de uma casa, despedirmo-nos de um familiar e entrarmos no carro, sentíamos um silêncio ora aflito, ora alívio, pois não conseguíamos apreender aquele momento como apenas uma pesquisa de campo, mas sim uma experiência social-afetiva.



MENINAS NO CEARÁ

4. Território

4.1. CONTEXTO DE RISCO: RELAÇÕES PARTIDAS

Da casa para rua, e da rua para a casa. A dinâmica familiar é a mesma dinâmica comunitária, onde tanto as meninas assassinadas quanto as entrevistadas no grupo controle têm uma trajetória de perdas, e assim como seus familiares, amigos e outras relações afetivas. Esse é o princípio do que se configura como contexto de risco das adolescentes assassinadas. A morte é a convivência cotidiana das meninas.

A morte é a concretização de diversas outras ausências dentro desse contexto. Sabe-se o quanto a vulnerabilidade da família afeta diretamente a vida das adolescentes, e mais ainda quando seu círculo afetivo está em risco. Como já visto anteriormente, a maioria não tem o pai presente em casa e considerável parte relata violência doméstica, e nesse contexto, os homens em geral são a maior ausência afetiva no entorno familiar e em outras relações.

São também os meninos a maior perda nas relações socioafetivas das meninas. Sejam namorados, amigos, vizinhos. Na primeira pesquisa do Comitê, foi constatado que 64% dos adolescentes vítimas de homicídio também tiveram amigos assassinados, pelo menos outros cinco amigos próximos também perderiam a vida.

4.1.1. CICLO DA INSEGURANÇA

São seus familiares e outras pessoas próximas presos, vinculados a grupos armados ou mesmo assassinados. E assim vemos o ciclo da violência do micro para o macro espaço, em um ritmo circular em torno das adolescentes. Em um estudo do grupo VIESES, da Universidade Federal do Ceará, cuja referência é a pesquisa do Comitê sobre homicídios na adolescência, esse ciclo pode ser associado ao que o artigo aborda sobre “viver acuado” nas margens urbanas, que Bezerra e Carvalho (2015) problematizam acerca das questões da violência territorial.



A MORTE É A CONCRETIZAÇÃO DE DIVERSAS OUTRAS AUSÊNCIAS DENTRO DESSE CONTEXTO. SABE-SE O QUANTO A VULNERABILIDADE DA FAMÍLIA AFETA DIRETAMENTE A VIDA DAS ADOLESCENTES, E MAIS AINDA QUANDO SEU CÍRCULO AFETIVO ESTÁ EM RISCO. COMO JÁ VISTO ANTERIORMENTE, A MAIORIA NÃO TEM O PAI PRESENTE EM CASA E CONSIDERÁVEL PARTE RELATA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, E NESSE CONTEXTO, OS HOMENS EM GERAL SÃO A MAIOR AUSÊNCIA AFETIVA NO ENTORNO FAMILIAR E EM OUTRAS RELAÇÕES.

> Segundo as autoras, o medo e a insegurança social são potencializados por dinâmicas de hiperindividualização-descoletivização, deterioração do espaço público, perdas significativas de referenciais sociais e fragilização e dissolução dos vínculos sociais. Essas experiências de insegurança e medos sociais relacionam-se também com os próprios modos de habitar a cidade, marcados pela desigualdade, hierarquização e segregação nos espaços urbanos. (BARROS et al., 2020, p.5)

É um contexto nada seguro para a adolescência. Na condição da violência armada nos territórios em que todas as meninas são encontradas, vítimas ou vivas, a polícia deveria ser a referência na proteção às situações de risco, mas o saldo dessa avaliação não é positivo. Ao mesmo tempo que um número significativo de meninas vítimas foi abordada pela polícia, ao passo que meninas vivas não, tanto não houve reconhecimento de violência de ambos os grupos quanto não há confiança na proteção da polícia para as adolescentes entrevistadas.

Aqui, além de um não reconhecimento da violência, como já analisado neste relatório, há o descrédito da juventude quanto à principal função da polícia, proteger e garantir a segurança da população. É preciso dar atenção a esse ponto, e o que o não reconhecimento da violência tem a ver com a falta de confiança na instituição. A primeira publicação do Comitê já investigou e apontou **recomendações**[10] ■ sobre a abordagem e o uso violento das forças de

segurança contra a juventude negra e periférica das cidades.

O medo e a falta de confiança perpassam diversas esferas comunitárias, principalmente daquelas que disputam poder. Para além da presença ostensiva da polícia e da ausência do Estado, estão as facções, que representam a maior ameaça dentro dos bairros, para ambos os grupos entrevistados. Para os familiares entrevistados, ao lado das facções, o tráfico de drogas é outro fator de medo nos territórios. Para meninas vivas, os assaltos são outra constante de perigo no local onde moram.

Em estudo sobre a Rede de proteção social em Fortaleza, do Instituto OCA em parceria com o Comitê, a publicação "Cuidando em Rede: saberes e práticas na atenção às famílias de vítimas de homicídios" (2019) discute o lugar que a violência ocupa nos territórios precarizados da cidade e o lugar que o jovem ocupa nessa condição.

> Atualmente, observa-se que os conflitos que deflagram os homicídios de jovens são ocasionados por disputas pelos mercados de drogas por parte de facções criminosas nacionais e regionais, que arregimentam jovens pobres que estão afastados da escola e do mercado de trabalho, e são animados pela defesa da honra do grupo, dos seus negócios ou pela defesa de sua comunidade dos grupos inimigos. Dessa forma, eliminar o outro é um meio para a conquista do poder, onde muitas vezes, as formas de eliminação são engendradas por práticas cruéis e violentas. (CUIDANDO EM REDE, 2019, p.8)

10 ■ Entre os 12 campos de recomendações que o relatório da pesquisa aponta, um deles é para a Formação de Policiais na abordagem de adolescentes, com 7 propostas de ações e políticas públicas específicas, que reduzam a violência exercida na interação policial com esses jovens, a partir da postura e abordagem da polícia nas operações.

AQUI, ALÉM DE UM NÃO RECONHECIMENTO DA VIOLÊNCIA, COMO JÁ ANALISADO NESTE RELATÓRIO, HÁ O DESCRÉDITO DA JUVENTUDE QUANTO À PRINCIPAL FUNÇÃO DA POLÍCIA, PROTEGER E GARANTIR A SEGURANÇA DA POPULAÇÃO. É PRECISO DAR ATENÇÃO A ESSE PONTO, E O QUE O NÃO RECONHECIMENTO DA VIOLÊNCIA TEM A VER COM A FALTA DE CONFIANÇA NA INSTITUIÇÃO.

ACHADOS DA PESQUISA

Com relação a familiares presos, na Tabela 27 é possível ver que meninas vivas tiveram mais parentes presos (62,86%) que meninas vítimas (56,67%), maior frequência em ambos grupos eram de primos, 21 para meninas vivas e 15 para vítimas, o que indica que possivelmente eram jovens ou de faixa-etária próxima e em maioria do sexo masculino.

TABELA 28

FREQUÊNCIA DE VITIMIZAÇÃO NO ENTORNO SOCIAL DA ADOLESCENTE EM FUNÇÃO DOS GRUPOS

Variável	Níveis	Meninas vítimas			Meninas vivas			χ^2
		f	%	% válida	*f*	%	% válida	
A adolescente teve algum familiar preso?	Sim	34	54,8	56,67	44	61,97	62,86	0,51
	Não	26	41,9	43,33	26	36,62	37,14	
	Não sabe	2	3,2	-	1	1,41	-	
	Missing	0	0	-	0	0	-	
A adolescente tinha algum familiar vinculado a algum grupo armado?	Sim	16	25,8	28,57	22	30,99	32,35	0,20
	Não	40	64,5	71,43	46	64,79	67,65	
	Não sabe	5	8,1	-	1	1,41	-	
	Missing	1	1,6	-	2	2,82	-	
Alguém do círculo socio afetivo da adolescente foi vítima de violência doméstica?	Sim	12	19,4	23,53	27	38,03	40,3	3,68*
	Não	39	62,9	76,47	40	56,34	59,70	
	Não sabe	11	17,7	-	4	5,63	-	
	Missing	0	0	-	0	0	-	
A adolescente teve alguém de sua família assassinado?	Sim	35	56,5	57,38	35	49,3	50,72	0,57
	Não	26	41,9	42,62	34	47,89	49,28	
	Não sabe	1	1,6	-	0	0	-	
	Missing	0	0	-	2	2,82	-	
A adolescente teve alguém do seu círculo afetivo assassinado?	Sim	40	64,5	67,8	38	53,52	55,07	2,16
	Não	19	30,6	32,2	31	43,66	44,93	
	Não sabe	3	4,8	-	0	0	-	
	Missing	0	0	-	2	2,82	-	

Nota: * $p < 0,005$

A respeito de familiares com vínculo a grupos armados, maior parte das meninas, tanto vítimas quanto vivas, não tinham. Meninas vivas têm mais parentes envolvidos em grupos armados (32,35%) que meninas vítimas (28,57%).

A violência doméstica sofrida por alguém do círculo socioafetivo das adolescentes não foi relatada pela maioria, mas existe em parte considerável para ambos os grupos. 40,30% das meninas vivas têm pessoas próximas violentadas, que são em maior frequência amigas (f=21), enquanto que para meninas vítimas representava 23,53% dos relatos. Aqui cabe uma observação sobre o não reconhecimento da violência doméstica, principalmente com relação às cuidadoras das meninas vítimas, dado analisado no tópico 3.8, sobre violência e atitudes consequentes na vida das meninas e mulheres.

Quanto às perdas de familiares, pouco mais da metade de meninas vivas tiveram parentes assassinados (50,72%), enquanto que para meninas vítimas essa perda foi maior, para (57,38%) dos casos. Em ambos os grupos, a maior frequência era de primos. Para famílias vítimas, a maioria eram homens (91,48%), assim como para meninas vivas (85,41%), grupo onde mais mulheres da família foram assassinadas, com casos de avós, irmãs, primas e mãe mortas nesse contexto.

No círculo socioafetivo de meninas vítimas, houve mais mortes, em 67,80% dos casos, onde 60,56% foram meninos. Ainda que também para maioria, mas meninas vivas tiveram menos perdas (55,07%) entre amigos assassinados, que em sua maioria meninos (75,47%). Neste ponto, meninas vítimas foram mais afetadas por mortes em seu círculo de amizades que meninas vivas, o que indica algo que o Comitê já havia apurado com a pesquisa anterior.



4.1.2. COMUNIDADES ATRAVESSADAS PELO MEDO

Com relação à segurança no bairro, pouco mais da metade não acha perigoso. As cuidadoras de meninas vítimas geralmente não acham perigoso (53,33%), enquanto que as meninas entrevistadas acham, em sua maioria (52,10%). Em ambos os grupos, a razão da insegurança é apontada em maior frequência pela presença de facções, (f= 11 para grupo de meninas vítimas e f=23 para meninas vivas).

Sobre a proteção do bairro, as respostas são bem díspares entre os grupos. Ao observar a **Tabela 28**, constata-se que a maioria das cuidadoras de adolescentes apontam que a segurança no bairro é feita pela polícia (69,35%), que não havia segurança no bairro (22,58%), além de vigilância particular (19,35%). Enquanto isso, 69,01% das meninas vivas afirmam não existir segurança alguma, ao passo que 26,76% atrelam a proteção de seu entorno à polícia e 11,27% à segurança particular.

Residentes dos bairros mais pobres, que são mais afetados pelos aspectos da violência contra a vida, encontram-se em um perverso fogo cruzado: de um lado, são os mais vulneráveis à violência produzida pela dinâmica das atuações das facções criminosas e, por outro lado, são os mais expostos à violência institucional. (BARROS, et al., 2020)

TABELA 29

FREQUÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO DE PERIGO NO BAIRRO EM FUNÇÃO DOS GRUPOS

Variável	Níveis	Meninas vítimas			Meninas vivas			χ^2
		f	%	% válida	*f*	%	% válida	
Você acha o bairro onde a adolescente morava perigoso?	Sim	28	45,20	46,67	37	52,10	52,10	0,38
	Não	32	51,60	53,33	34	47,90	47,90	
	Não sabe	0	0,00	-	0	0,00	-	
	Missing	2	3,20	-	0	0,00	-	
Como é feita a segurança no bairro onde a adolescente morava?	Não existe	14	22,58	-	49	69,01	-	-
	Polícia	43	69,35	-	19	26,76	-	
	Vigilância Particular	12	19,35	-	3	4,23	-	
	Empresa de segurança privada	4	6,45	-	8	11,27	-	
	Grupos armados	3	4,84	-	4	5,63	-	
	Vizinhança	0	0,00	-	0	0,00	-	
	Outro	0	0,00	-	0	0,00	-	
	Não sabe	1	1,61	-	37	52,10	-	
Para você, o que representa perigo no bairro?	**Perigo**	**f**	**%**		**Perigo**	**f**	**%**	-
	Facção	11	39,29	-	Facção	23	62,16	
	Tráfico de drogas	11	39,29	-	Assalto	13	35,14	
	Assalto	5	17,86	-	Tráfico de drogas	5	13,51	
	Conflito entre facções	3	10,71	-	Homicídios	5	13,51	
	Invasão	2	7,14	-	Tiroteio	4	10,81	
	Homicídios	2	7,14	-	Conflito de facções	2	5,41	
	Tiroteio	2	7,14	-	Armas	1	2,70	
	Violência	2	7,14	-	Estranhos no bairro	1	2,70	
	Assédio com as mulheres	1	3,57	-	Marginalidade	1	2,70	
	Brigas	1	3,57	-	Queima de arquivo	1	2,70	
	Criminalidade	1	3,57	-	Violência	1	2,70	
	Poucas opções de projetos e oportunidade de vida	1	3,57	-	Violência doméstica	1	2,70	

4.2. ASPECTOS INSTITUCIONAIS: EM QUEM CONFIAR?

A mesma falta de confiança ou de sentido na polícia é encontrada com relação a outras instituições, como constatado no relato das famílias e de meninas vivas. Instituições essas que proveem de políticas públicas de proteção, assistência social e saúde, além do sistema de justiça. Em uma perspectiva multidimensional da pobreza, há um conjunto de privações que prejudicam o exercício da autonomia e da liberdade, como a restrição de acesso a direitos sociais, mas "é necessário ampliar a compreensão da pobreza também para a falta de acesso e do estabelecimento de políticas públicas efetivas" (BARROS, et al., 2020).

A busca por atendimento é feita entre nunca e raramente pelos dois grupos, ainda que o CRAS seja a que mais é frequentada **Tabela 29**, levando em conta que é a entidade que administra a execução do programa Bolsa Família, cujas famílias de ambos os grupos são beneficiadas, como já mostrado anteriormente.

Além disso, as instituições também não estão presentes após a perda das meninas. Elas faltam ao atendimento às famílias vítimas de homicídios. Há uma verdadeira insuficiência desse serviço público à população mais desassistida, de acordo com o estudo Cuidando em Rede, que pesquisou a situação da rede proteção de assistência social e saúde para atendimento dessas famílias em Fortaleza. Na cidade, existem apenas 27 Centros de Referência em Assis-

TABELA 30

FREQUÊNCIA MÉDIA DE ATENDIMENTO DA ADOLESCENTE EM EQUIPAMENTOS PÚBLICOS EM FUNÇÃO DOS GRUPOS

Instituição	Meninas vítimas			Meninas vivas			t
	Média (DP)	Mín. - Máx.	Missing	Média (DP)	Mín. - Máx.	Missing	
Centro de Referência da Assistência Social - CRAS	1,90 (0,99)	1 – 4	0	1,86 (0,99)	1 - 4	0	0,25
Conselho Tutelar	1,69 (0,97)	1 – 5	0	1,43 (0,73)	1 - 4	2	-0,76
Delegacia de Polícia	1,44 (0,82)	1 – 4	0	1,24 (0,52)	1 - 3	0	1,61
Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	1,32 (0,88)	1 – 5	0	1,21 (0,58)	1 - 4	0	0,86
Delegacia da criança e do adolescente - DCA	1,24 (0,50)	1 – 3	0	1,04 (0,36)	1 - 4	0	2,61*
Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS	1,13 (0,59)	1 - 4	1	1,10 (0,45)	1 - 4	0	0,35
Juizado da Infância e da Juventude	1,08 (0,42)	1 – 4	0	1,07 (0,39)	1 - 4	0	0,14
Delegacia de Combate à Exploração da Criança e Adolescente - DECECA	1,07 (0,36)	1 – 3	0	1,00 (0,00)	1 - 1	0	1,42
Delegacia de Defesa da mulher - DDM	1,03 (0,25)	1 – 3	0	1,07 (0,43)	1 - 4	0	-0,61
Acolhimento Institucional	1,02 (0,13)	1 – 2	0	1,04 (0,26)	1 - 3	0	-0,71

Nota: * $p < 0,005$

> ALÉM DISSO, AS INSTITUIÇÕES TAMBÉM NÃO ESTÃO PRESENTES APÓS A PERDA DAS MENINAS. ELAS FALTAM AO ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS VÍTIMAS DE HOMICÍDIOS. HÁ UMA VERDADEIRA INSUFICIÊNCIA DESSE SERVIÇO PÚBLICO À POPULAÇÃO MAIS DESASSISTIDA, DE ACORDO COM O ESTUDO CUIDANDO EM REDE, QUE PESQUISOU A SITUAÇÃO DA REDE PROTEÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE PARA ATENDIMENTO DESSAS FAMÍLIAS EM FORTALEZA

tência Social (CRAS) e seis Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), onde deveriam ter aproximadamente 98 CRAS e 12 CREAS, como recomenda a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) para um município de grande porte ou metrópole, como Fortaleza (CUIDANDO EM REDE, 2019).

Os direitos já não são garantidos antes, pela vida das adolescentes, muito menos após sua morte. A média de frequência de atendimento oscila entre rara e inexistente para famílias das meninas assassinadas (ver **Tabela 30**).

> Falar em vulnerabilidade, seguridade social e cidadania, por exemplo, nas áreas da saúde e da assistência social (políticas vitais e essenciais para a afirmação da justiça social) é relacionar a reflexão com as múltiplas situações que incidem sobre as trajetórias de pessoas que vivenciam, de forma frágil ou nula, o acesso aos direitos sociais e as possibilidades de reconhecimento de sua cidadania – seja ela institucional, através do acesso às políticas públicas, seja afetiva, através do reconhecimento da importância de suas vidas. (CUIDANDO EM REDE, 2019).



TABELA 31

FREQUÊNCIA MÉDIA DE ATENDIMENTO DA FAMÍLIA DA ADOLESCENTE EM DECORRÊNCIA DO HOMICÍDIO

Instituição	Média	DP	Min.	Máx.	Não sabia	Missing
Delegacia de Polícia	1,97	0,96	1	4	0	0
UBS	1,53	0,92	1	4	0	0
CRAS	1,39	0,73	1	4	0	0
Defensoria Pública	1,19	0,51	1	3	0	0
Hospital	1,19	0,62	1	4	0	0
Conselho Tutelar	1,10	0,43	1	4	0	0
Ministério Público	1,08	0,33	1	3	0	0
Juizado da Infância e da Juventude	1,02	0,13	1	2	0	1
CREAS	1,00	0,00	1	1	0	0
Juizado da Mulher	1,00	0,00	1	1	0	0

Ainda que falte confiança, a polícia é a instituição mais procurada pelas famílias de vítimas, uma vez que o procedimento de denúncia do homicídio precisa ser feito. As unidades básicas de saúde são a segunda instituição mais procurada, em decorrência da fragilidade que o homicídio causa nas pessoas mais diretamente afetadas, pois pode-se levar em consideração três dimensões presentes no cotidiano dos serviços em contexto de: a) a violência como agravo, que adoece não só a comunidade, mas também moradores e moradoras; b) a violência como barreira de acesso da comunidade aos serviços básicos e a entrada desses serviços nas comunidades e, ainda, c) a violência tomada como risco para os profissionais de saúde. (CUIDANDO EM REDE, 2019).

E diante desse contexto, a confiança à própria vida, tanto das pessoas cuidadoras de vítimas quanto de meninas vivas, é depositada na própria família, seguida das instituições religiosas **Tabela 31**, como já previsto na análise sobre os aspectos familiares das meninas assassinadas, no tópico anterior. Para familiares, a escola é a terceira instituição mais confiável, enquanto que para meninas vivas, é o Conselho Tutelar que ocupa esse lugar. Os movimentos sociais, como de mulheres, lideranças religiosas e ONGs, são pouco conhecidos, o que configura outro grave problema na confiança em grupos que representam a luta por direitos dessa população.

TABELA 32

DISTRIBUIÇÃO DAS MÉDIAS DE CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES

Instituição/ grupo	Meninas vítimas				Meninas vivas				t
	Média (DP)	Mín. - Máx.	Missing	Não conhece	Média (DP)	Mín. - Máx.	Missing	Não conhece	
Família	3,79 (1,15)	1 - 5	0	0 (0,00%)	3,9 (1,11)	1 - 5	0	0 (0,00%)	-0,56
Instituições religiosas	3,56 (1,30)	1 - 5	0	1 (1,61%)	3,8 (1,02)	1 - 5	1	1 (1,41%)	-1,15
Escola	3,10 (1,26)	1 - 5	0	1 (1,61%)	3,07 (1,25)	1 - 5	0	0 (0,00%)	0,12
Movimento de mulheres	2,94 (1,43)	1 - 4	1	43 (69,35%)	4,09 (1,16)	1 - 5	4	34 (47,89%)	-2,91*
Conselho Tutelar	2,93 (1,46)	1 – 5	0	3 (4,84%)	3,15 (1,28)	1 - 5	3	6 (8,45%)	-0,85
ONGs	2,56 (1,54)	1 – 5	1	25 (40,32%)	3,45 (1,02)	1 - 5	2	22 (30,99%)	-3,00*
Vizinhança	2,44 (1,41)	1 – 5	0	0 (0,00%)	1,97 (1,24)	1 - 5	0	0 (0,00%)	1,99*
Polícia	2,42 (1,35)	1 – 5	0	0 (0,00%)	2,49 (1,19)	1 - 4	0	0 (0,00%)	-0,33
Justiça	2,10 (1,45)	1 – 5	0	0 (0,00%)	2,72 (1,16)	1 - 5	2	1 (1,41%)	-2,70*
Amigos	2,02 (1,32)	1 – 5	1	2 (3,23%)	3 (1,36)	1 - 5	0	0 (0,00%)	-4,15**
Lideranças comunitárias	2,00 (1,39)	1 – 5	1	29 (46,77%)	2,88 (1,45)	1 - 5	4	24 (33,8%)	-2,65*
Grupos armados	1,13 (0,59)	1 – 4	0	0 (0,00%)	1,17 (0,59)	1 - 4	1	0 (0,00%)	-0,43

Nota: * $p < 0,005$

Em diálogo com os dois estudos já aqui explanados, amplia-se a visão sobre os aspectos institucionais sobre dois vieses: a análise da percepção de famílias vítimas de homicídio e a análise da condição dos trabalhadores das áreas da saúde e da assistência social e seus serviços à população, com relação a políticas públicas de proteção social. Por um lado, temos um processo de estigmatização e falta de qualidade das políticas para pessoas em situação de pobreza, (Freitas & Guareschi, 2014), que podem estimular preconceitos entre os profissionais, em razão da crença de que as pessoas inseridas nessa situação são criminosas e culpadas pela sua situação (Moura Jr. & Ximenes, 2016). Nesse contexto, onde as famílias já são expostas a um histórico de desigualdades e de violências que culminaram no homicídio das jovens, são intensificados os sofrimentos dessa população pela ausência da garantia de direitos, como o suporte institucional após a morte do adolescente (BARROS, et al., 2020).

Por outro lado, ainda dentro do mesmo cenário de escassez, ausências, violações e violência, os profissionais da assistência social e da saúde pública também se inserem. A sensação de insegurança na realização de atendimentos, principalmente fora dos equipamentos, é um dos principais relatos para 65% desses trabalhadores, enquanto 26% relataram também se sentirem inseguros atuando no interior do equipamento. Por considerarmos que 50% afirmaram se sentirem “mais ou menos seguro” no equipamento, ou seja, não se consideram totalmente seguros em seu

EM DIÁLOGO COM OS DOIS ESTUDOS JÁ AQUI EXPLANADOS, AMPLIA-SE A VISÃO SOBRE OS ASPECTOS INSTITUCIONAIS SOBRE DOIS VIESES: A ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE FAMÍLIAS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO E A ANÁLISE DA CONDIÇÃO DOS TRABALHADORES DAS ÁREAS DA SAÚDE E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEUS SERVIÇOS À POPULAÇÃO, COM RELAÇÃO A POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL.



local de trabalho, temos uma conjuntura em que profissionais trabalham com medo de sofrerem violência. Como apontam os dois estudos, nessa conjuntura não "pode ser determinado apenas um aspecto problemático que dificulta ou inibe a atenção a famílias vítimas de violência, mas a confluência de situações críticas" (CUIDANDO EM REDE, 2019)

ACHADOS DA PESQUISA

Para entender como os direitos básicos eram acessados ou chegavam às famílias e adolescentes, foi perguntada a frequência com que iam ou utilizavam os serviços. Na **Tabela 29** , é possível observar a média da frequência de atendimento da adolescente em diversas instituições. As respostas eram dadas por meio de uma escala do tipo Likert de 5 pontos, variando de 1 "nunca" a 5 "sempre". Referente ao grupo de meninas vítimas, em linhas gerais, a frequência às instituições listadas é baixa, ficando entre "nunca" e "raramente". As instituições com maior média, em relação à adolescente, são o CRAS (M = 1,90; DP = 0,99) e o Conselho Tutelar (M = 1,69; DP = 0,97).

Já com o grupo de meninas vivas, a frequência de atendimento nas instituições listadas também é baixa, ficando entre "nunca" e "raramente". As instituições com maior média de confiança são também o CRAS (M = 1,89; DP = 0,99) e o Conselho Tutelar (M = 1,43; DP = 0,97).

E no momento mais difícil e doloroso para as famílias, quando precisam de suporte e atendimento especializado em decorrência do assassinato de suas filhas, a frequência de atendimento continua com a média baixa. Na **Tabela 30** , observa-se a resposta de familiares de acordo com a escala do tipo Likert de 5 pontos, variando apenas entre "nunca" e "raramente", sendo a delegacia de polícia (M = 1,97; DP = 0,96) e a Unidade Básica de Saúde (UBS) (M = 1,53; DP = 0,92) as instituições mais procuradas.

Por fim, perguntou-se aos grupos sobre o nível de confiança em uma série de instituições e grupos. As respostas também foram dadas por meio de uma escala do tipo Likert de 5 pontos, variando de 1 "não confio" a 5 "confio muito", e ainda era possível informar que não conhecia a instituição ou mesmo não responder a questão. O resultado da análise descritiva pode ser visto na **Tabela 31**. Em relação ao grupo de meninas vítimas, as instituições com maior nível de confiança para os respondentes foram a família (M= 3,79; DP = 1,15), as instituições religiosas (M= 3,56; DP = 1,30) e a escola (M= 3,10; DP = 1,26). Por sua vez, em relação ao grupo de meninas vivas, as instituições com maior nível de confiança foram a família (M= 3,90; DP = 1,11), as instituições religiosas (M= 3,80; DP = 1,02) e o conselho tutelar (M= 3,15; DP = 1,25).

Para além das instituições públicas ou tradicionais, as famílias e meninas entrevistas também foram questionadas a respeito de entidades de engajamento social, representativas nas esferas sociopolíticas pela garantia e defesa de seus direitos. No entanto, esses espaços não são de relevante participação dos grupos consultados. Entre familiares de vítimas, 69,35% desconhecem o movimento de mulheres, assim como 46,77% não sabem quem são as lideranças comunitárias e as ONGs não são

conhecidas por 40,32%. O mesmo acontece entre as adolescentes entrevistadas, mas em menor nível. Embora seja a entidade em que mais confiam (M= 4,09; DP= 1,16), o movimento de mulheres não é tão conhecido para as meninas vivas (47,89%), assim como as lideranças comunitárias (33,80%) e as ONGs (30,98%).





RELATO DE EXPERIÊNCIA

PESQUISADORAS

O NECESSÁRIO EXERCÍCIO DA ESCUTA E OBSERVAÇÃO EM CAMPO

GABRIELA COLARES E LARA DENISE SILVA

Na nossa primeira ida ao campo, foi importante ficarmos com o rosto conhecido no local através da figura do articulador comunitário, pois nos deparamos com alguns desafios que iriam se repetir em outras situações. Apesar de estarmos acompanhadas do articulador e seu bom conhecimento do bairro, tivemos certa dificuldade para achar os endereços. Nesta primeira incursão ao campo, chamou atenção uma pichação que fazia referência a uma criança vítima de operação policial em abril de 2018. Este caso teve ampla repercussão e chamou atenção, pois ler o nome das vítimas em pichações nos muros próximos às casas das famílias passou a ser uma pista comum quando buscamos os endereços, como quando dobramos numa rua, lateral a uma das casas visitadas, já vimos pichado o nome em um muro. Era o nome da jovem que tínhamos na nossa lista. Já percebemos daí que havíamos chegado ao endereço certo.

Outro aspecto que se repetiu algumas vezes foi o "desenho"



do local de moradia das famílias das vítimas e sua aparente vulnerabilidade. Era comum encontrarmos o endereço em ruas estreitas, sem pavimentação ou saneamento e que muitas vezes estavam próximas de canais, lixões e terrenos baldios. Algumas residências eram notadamente precárias, o que podia sinalizar que as famílias vitimadas estavam em uma condição de vida ainda mais marginalizada em bairros já considerados periféricos, como se a pobreza pudesse ser ainda mais evidente.

Incertezas

O desconhecimento dos familiares sobre o motivo do homicídio também foi aspecto frequente nas nossas conversas e a "cultura do medo" e uma sociabilidade marcada pela violência (BARREIRA, 2011) demonstrou ser uma influência na relação com os espaços públicos da cidade e do próprio território. Muitas vezes as mães diziam "não fazer ideia do porquê fizeram isso com ela". Outras tantas vezes, havia apenas incertezas e suspeitas sobre possíveis motivos.

Sobre a motivação ou mais detalhes sobre quem cometeu o crime, se há suspeitos ou possíveis relatos de testemunhas, tornava difícil também para nós, pesquisadoras, apontarmos nas descrições do diário ou no questionário quando havia sido um caso de feminicídio ou não, por exemplo.



5. Meninas são mortas por serem mulheres

De acordo com o Código Penal (BRASIL, 1940), matar alguém é crime, passível de punição por pena de prisão de seis meses a vinte anos (Art. 121). Em torno dessa definição circulam outros aspectos que podem agravar ou diminuir a pena, entre esses se encontra o feminicídio. Adicionado ao Código Penal pela Lei nº 13.104, de 2015 (BRASIL, 2015), o feminicídio se configura quando a vítima é mulher, e morta por razão da condição do sexo feminino, com pena de 12 a 30 anos. Os casos em que há violência doméstica e familiar, bem como o menosprezo pela condição de ser mulher, são considerados com circunstâncias a serem vistas para auxiliar na definição do feminicídio.

Além da definição Legal de feminicídio, outras formas são observadas na literatura, entre uma das mais citadas figura a proposta por Diana Russel que o define como a morte de mulheres por homens porque elas são mulheres (RUSSEL; HARMES, 2001). Essa definição gira em torno de dois elementos principais, o primeiro é em relação ao componente de misoginia e sexismo presente no feminicídio, ao passo que o segundo se refere ao estabelecimento do gênero da vítima e do perpetrador. Por essa ótica, nem todas as mortes de mulheres seriam classificadas como feminicídio, como no caso de latrocínio.

Por sua vez, diversos movimentos de mulheres empregam o termo feminicídio para se referir à morte de mulheres, adicionando o termo "íntimo" quando esse crime é cometido por pessoas com quem a vítima mantinha alguma relação (ONU MULHERES, 2016). A utilização desse termo se faz presente em um contexto de disputa de narrativas, buscando dar relevância e destaque a essa questão. Haja vista a má classificação dos casos pelos órgãos competentes, que acarreta uma inviabilização das questões relacionadas a violência contra a mulher.

Apesar da polissemia de definições e conceitos, é fato que meninas e mulheres estão morrendo, e em diversos casos a condição de ser mulher é fator determinante. Diversas publicações, tanto oficiais e quanto acadêmicas, e notícias veiculadas pela mídia dão o



tom da situação vivenciada pelas brasileiras e cearenses. Nesse contexto, pesquisas que se debruçam em investigar aspectos relacionados a vítima permitem pensar em estratégias de enfrentamento mais eficazes, bem como, estratégias de cuidado para a manutenção da vida de mulheres e meninas em estado de vulnerabilidade.

Como dito anteriormente, as informações aqui apresentadas não buscam apontar elementos definitivos para explicar a morte das adolescentes. A vítima nunca é a culpada pela sua morte, independentemente de onde ela ande, com quem ela se relacione ou mesmo o que ela faça, a culpa pela morte não é dela. Dito isso, serão apresentados a seguir elementos referentes ao homicídio dessas meninas. Nesta subseção não serão feitas comparações entre os grupos de meninas vítimas e de vivas, porém, sempre que possível serão apresentadas referências base para a contextualização dos dados.

5.1. FATORES DE RISCO GERAIS PARA HOMICÍDIO

Durante anos, a Criminologia tem desenvolvido diversos estudos que investigam aspectos relacionados ao fenômeno dos crimes, e dentro desse campo, uma área se destaca por se dedicar às características relacionadas às vítimas dos crimes, sendo essa denominada de Vitimologia. A ideia central dos estudos dessa área é a compreensão do fenômeno criminal a partir da ótica da vítima, em suas mais diversas formas e etapas, desde os aspectos vulnerabilizantes até o papel da vítima durante o julgamento do perpetrador.

Especificamente em relação ao homicídio, alguns elementos são considerados pela literatura como fatores de risco, são eles: gênero, idade, raça, aspectos socioeconômicos (DAIGLE; MUFTIC, 2019). Não será preciso aqui uma apresentação teórica densa de todos esses elementos, nem o porquê da sua relevância para a compreensão dos homicídios. Esses marcadores se adensam quando se observa o fenômeno do homicídio e permitem estabelecer uma imagem mais clara das vítimas mais frequentes. O homicídio é um crime, na maioria dos casos, cometido por homens em que a vítima são homens.

Nos casos em que mulheres são vítimas, é possível perceber alguns outros elementos que não estão presentes quando a vítima é do gênero masculino, como o desprezo pela condição feminina, refletido na forma que a morte acontece, empregando crueldade e violência, tanto física quanto psicológica. Situações em que a vítima é mulher são mais comuns nos casos em que há intimidade entre a vítima e o ofensor, como no feminicídio. Nos casos em que não há intimidade, mulheres tendem a ser vítimas de homicídio quando há presença de outros crimes, como os de violência sexual ou familiar (DAIGLE; MUFTIC, 2019).

Um outro elemento relevante para a compreensão do homicídio é referente à idade das vítimas, o que situa o homicídio como sendo um crime que vitimiza mais jovens (CERQUEIRA et al., 2019). No Brasil, por volta dos 21 anos, é localizado o pico de chances de vitimização por homicídio, porém é possível observar uma parcela expressiva de pessoas que foram vitimizadas entre 14 e 18 anos (CERQUEIRA; COELHO, 2017). Atrelado

NOS CASOS EM QUE MULHERES SÃO VÍTIMAS, É POSSÍVEL PERCEBER ALGUNS OUTROS ELEMENTOS QUE NÃO ESTÃO PRESENTES QUANDO A VÍTIMA É DO GÊNERO MASCULINO, COMO O DESPREZO PELA CONDIÇÃO FEMININA, REFLETIDO NA FORMA QUE A MORTE ACONTECE, EMPREGANDO CRUELDADE E VIOLÊNCIA, TANTO FÍSICA QUANTO PSICOLÓGICA.

a isso, outro marcador relevante para o estudo do fenômeno homicídio é a raça da vítima. Nacional e internacionalmente pessoas não-brancas têm mais chances de serem assassinadas quando comparadas a brancos (ROWHANI-RAHBAR et al., 2019).

Quando esses marcadores são considerados, é possível observar que, no Brasil, homens pretos e pardos de 21 anos de idade têm 147% a mais de chances de serem vítimas de um homicídio que indivíduos brancos, amarelos ou indígenas com a mesma idade (CERQUEIRA; COELHO, 2017). Além disso, esse jovem também é um morador da periferia de grandes centros urbanos, onde vivem em contexto de vulnerabilidade e pobreza (DAIGLE; MUFTIC, 2019).

Quando esse conjunto de marcadores são intersecionados é possível identificar um segmento específico da população, composto por adolescentes negros que residem nas periferias dos grandes centros urbanos. Como dito no início deste relatório, em todos os momentos o número absoluto de meninos é superior ao de meninas, apresentando comportamento ascendente e descendente de forma semelhante. Porém, em 2018 o número de meninas vítimas de homicídio continuou a aumentar, na contramão do número de casos em que as vítimas eram meninos. Uma vez que a teoria apresenta que os homens são do gênero com maior vitimização, bem como com os maiores perpetradores, o que explicaria o aumento do número de homicídios em meninas? Neste ponto do relatório iremos apresentar o que encontramos no campo, a partir da pesquisa aqui relatada.

PORÉM, EM 2018 O NÚMERO DE MENINAS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO CONTINUOU A AUMENTAR, NA CONTRAMÃO DO NÚMERO DE CASOS EM QUE AS VÍTIMAS ERAM MENINOS. UMA VEZ QUE A TEORIA APRESENTA QUE OS HOMENS SÃO DO GÊNERO COM MAIOR VITIMIZAÇÃO, BEM COMO COM OS MAIORES PERPETRADORES, O QUE EXPLICARIA O AUMENTO DO NÚMERO DE HOMICÍDIOS EM MENINAS?

ACHADOS DA PESQUISA

Tendo em vista a contextualização feita até o presente momento acerca dos aspectos sociais em que as adolescentes vítimas de homicídio viviam, alguns elementos se destacam pela contrariedade ao imaginário social. Do total de meninas vítimas, poucas possuíam conflitos no bairro, e, apesar de uma parte expressiva ser impedidas de frequentar alguns espaços, o medo de se deslocar na cidade não se fazia presente na mesma proporção **Tabela 32**. Segundo relato de seus familiares, a maior parte das adolescentes não tinha conflito no bairro (75,86%), não era impedida de andar em algum território (57,38%), nem tinha medo de ir a algum lugar (64,91%), mas sofreu ameaça antes do homicídio (56,86%).

Quando se pensa em um contexto marcado por briga de facções, nos quais os moradores dos bairros são tratados como objetos pertencentes ao grupo que domina a área, ser impedida de andar em determinados locais é uma realidade, maior ainda é o medo de circular por esses espaços. Apesar disso e assim como os outros moradores, as adolescentes buscam levar as suas vidas, mesmo reconhecendo a sombra que paira em determinadas áreas, principalmente as de conflito.

TABELA 33

DISTRIBUIÇÃO DE SITUAÇÕES ANTERIORES AO HOMICÍDIO

Variável	Níveis	*f*	%	% válida
A adolescente possuía algum conflito no bairro?	Sim	14	22,60	24,14
	Não	44	71,00	75,86
	Não sabe	4	6,50	-
	Missing	0	0,00	-
A adolescente era impedida de frequentar algum espaço/rua/território no bairro?	Sim	26	41,90	42,62
	Não	35	56,50	57,38
	Não sabe	1	1,60	-
	Missing	0	0,00	-
Ela tinha medo de ir a algum lugar?	Sim	20	32,30	35,09
	Não	37	59,70	64,91
	Não sabe	3	4,80	-
	Missing	2	3,23	-
A adolescente foi ameaçada antes de falecer?	Sim	29	46,80	56,86
	Não	22	35,50	43,14
	Não sabe	11	17,70	-
	Missing	0	0,00	-



CIRCULAÇÃO

Quando se observa especificamente aquelas meninas que apresentavam conflito nos bairros, metade era impedida de andar em outros territórios, ao passo que pouco menos da metade tinha medo de ir a outros lugares. Observando mais de perto, apenas quatro meninas, daquelas que tinham algum conflito no bairro, eram impedidas e tinham medo. Dito de outra forma, as meninas viviam, na medida do que se pode viver sendo mulher e morando na periferia. As dinâmicas do território implicam na vida das pessoas, mas não as paralisa, pois não lhes é permito parar. A vida segue seu curso, a adolescência segue seu curso, as meninas andavam pelos espaços, frequentavam as praças, iam a festas, riam com as amigas e buscavam estratégias para continuarem vivas, apesar dos conhecidos riscos.

Não são poucos os casos de crianças e adolescentes que são impedidos de ir à escola por conta da disputa territorial. Maior ainda é o número de pessoas que não podem acessar serviços públicos por conta da sua localização. Quem vive nesses espaços sabe onde pode e onde não, o que pode e o que não usar, quais cores vestir e como deve se comportar. Quem vive nesses locais desenvolve estratégias para continuar vivo, mesmo com o inconcebível cerceamento de direitos básicos, como o de ir e vir, apenas mais um reflexo da forma como esses territórios de exceção vivem (CAVALCANTE, 2011). Este contexto social ainda implica em outros mecanismos, que funcionam de forma mais sutil, estabelecidos por um conjunto de cognições.

AMEAÇAS

Mais da metade das meninas foram ameaçadas antes de sua morte **Tabela 32**, entre os motivos mais frequentes se destacam as relações conflituosas entre as facções e o fato de as adolescentes manterem relações com pessoas de outros territórios. Os motivos das ameaças mostram de forma explícita a dominação exercida por esses grupos sobre os corpos do território, sendo a adolescente impedida de manter qualquer tipo de relação com pessoas de outros territórios. Uma das possíveis explicações para esse nível de controle é pautada nos métodos e mecanismos de proteção interna das facções, a alegação é de que essas meninas podem levar informações que poderiam colocar em risco o grupo, tendo como reação a ameaça de morte.

Entre as pessoas que ameaçaram as adolescentes, é possível identificar três grupos de pessoas, "Companheiro/ex", "outras mulheres" e "facção". As ameaças pelos atuais ou ex-companheiros giram em torno da não aceitação do fim da relação, ao passo que as ameaças feitas por outras mulheres tinham como motivo os ciúmes por um possível envolvimento da adolescente com seu namorado. Quando a facção é quem faz a ameaça são observados mais de um motivo, tanto uma tentativa de controlar com quem essa menina namora quanto por andar em territórios dominados por outra facção, ou mesmo pela adolescente estar ligada diretamente com a facção rival.

Essas ameaças são feitas principalmente por meio de redes sociais, espaço relevante para a forma como o crime se comunica com as outras esferas e estruturas

> OS MOTIVOS DAS AMEAÇAS MOSTRAM DE FORMA EXPLÍCITA A DOMINAÇÃO EXERCIDA POR ESSES GRUPOS SOBRE OS CORPOS DO TERRITÓRIO, SENDO A ADOLESCENTE IMPEDIDA DE MANTER QUALQUER TIPO DE RELAÇÃO COM PESSOAS DE OUTROS TERRITÓRIOS

> AS DINÂMICAS DO TERRITÓRIO IMPLICAM NA VIDA DAS PESSOAS, MAS NÃO AS PARALISA, POIS NÃO LHES É PERMITO PARAR. A VIDA SEGUE SEU CURSO, A ADOLESCÊNCIA SEGUE SEU CURSO, AS MENINAS ANDAVAM PELOS ESPAÇOS, FREQUENTAVAM AS PRAÇAS, IAM A FESTAS, RIAM COM AS AMIGAS E BUSCAVAM ESTRATÉGIAS PARA CONTINUAREM VIVAS, APESAR DOS CONHECIDOS RISCOS.

ESTE ESPAÇO VIRTUAL TEM SE REVELANDO COMO UM PONTO ESTRATÉGICO A SER ANALISADO E MONITORADO PELAS AUTORIDADES, VISTO QUE A POSSIBILIDADE DE INTERAÇÃO SEM REVELAR A IDENTIDADE PERMITE QUE MEMBROS DECRETEM PESSOAS DE MORTE SEM CONSEQUÊNCIAS DIRETAS.

da sociedade **Tabela 33**. Em grupos do Facebook os membros da facção indicam quem são as meninas que devem morrer e o motivo, chegando por vezes a informar como a morte deve acontecer (PAIVA; BARROS; CAVALCANTE, 2019). Este espaço virtual tem se revelado como um ponto estratégico a ser analisado e monitorado pelas autoridades, visto que a possibilidade de interação sem revelar a identidade permite que membros decretem pessoas de morte sem consequências diretas.

Após terem sido ameaçadas, as adolescentes e suas famílias passam a adotar estratégias de proteção, as principais delas giram em torno da mudança da adolescente ou mesmo da família toda **Tabela 33**. O principal veículo de ameaças são as redes sociais (50%), ao passo que após a ameaça a adolescente ou mudava de endereço, indo morar com outros familiares (24%), ou toda família mudava (12%), além disso, uma parte das famílias não souberam o que fazer (16%), mas outros comportamentos foram adotados (48%), como não fazer nada (f = 6), passou a ficar mais em casa (f = 3) e pensou em mudar de escola (f = 1). Em relação as consequências da ameaça, em 63,33% dos casos a adolescente foi assassinada, apenas em 23,33% nada aconteceu, ao passo que 78,95% das adolescentes não haviam sofrido tentativas de homicídio anteriores.

Quando se leva em conta que a maior parte das casas em que as famílias residiam eram próprias **Tabela 2** mudar-se é assumir um risco, considerando a renda da família, além das divisões territoriais entre as facções, que pode agravar a condição de

vulnerabilidade. Dessa forma, são poucos os casos que adotam alguma estratégia. Além disso, uma parte expressiva das famílias não considera a ameaça algo grave, ou mesmo não chega a saber de tal fato, o que em alguma medida é incongruente visto que mães, avós e irmãos são as pessoas que as meninas são mais próximas.

TABELA 34

DISTRIBUIÇÃO DOS ANTECEDENTES E CONSEQUENTES DA AMEAÇA (continua)

VARIÁVEL	NÍVEIS	*f*	%	% VÁLIDA
Por qual meio a adolescente foi ameaçada?	Redes sociais (Facebook, Whatsapp, Instagram)	12	19,35	50,00
	Verbalmente	8	12,90	33,33
	Por telefone	3	4,84	12,50
	Outros	1	1,61	4,17
	Não sabe	5	8,06	-
	Missing	33	53,23	-
Após a ameaça, quais das seguintes situações aconteceram?	Mudança de residência da família	3	4,84	12,00
	Mudança da adolescente para a residência de familiares em outro bairro/ cidade	6	9,68	24,00
	Mudança da adolescente para a residência do(a) namorado(a)	0	0,00	0,00
	Mudança da adolescente para um abrigo/acolhimento institucional	0	0,00	0,00
	A adolescente ficou em situação de rua	0	0,00	0,00
	A família acionou a Secretaria de Justiça	0	0,00	0,00
	A família acionou algum órgão da Segurança Pública	0	0,00	0,00
	A família acionou o Conselho Tutelar	0	0,00	0,00
	A família acionou a Assistência Social	0	0,00	0,00
	Não soube o que fazer	4	6,45	16,00
	Outro	12	19,35	48,00
	Não sabe	2	3,23	-
	Missing	35	56,45	-

TABELA 34

DISTRIBUIÇÃO DOS ANTECEDENTES E CONSEQUENTES DA AMEAÇA (conclusão)

VARIÁVEL	NÍVEIS	*f*	%	% VÁLIDA
Houve alguma consequência decorrente da ameaça?	Não	7	11,29	23,33
	Sim, a morte da adolescente	19	30,65	63,33
	Sim, lesão corporal	0	0,00	0,00
	Sim, deficiência física	0	0,00	0,00
	Sim, sofrimento psicológico	2	3,23	6,67
	Sim, mudança de residência	2	3,23	6,67
	Outros	0	0,00	0,00
	Não sabe	1	1,61	-
	Missing	35	56,45	-
A adolescente sofreu alguma tentativa de homicídio?	Sim	12	19,40	21,05
	Não	45	72,60	78,95
	Não sabe	4	6,50	-
	Missing	1	1,60	-

Assim, é um desafio pensar e traçar estratégias possíveis em um contexto onde as autoridades responsáveis pela segurança podem aumentar a vulnerabilidade da adolescente e de sua família. Por vezes, os equipamentos públicos de base territorial, como o CRAS e UBS, figuram como a referência de política pública presente. Dessa forma, é crucial a sensibilização e o treinamento dos profissionais que atuam nesses dispositivos, para o acolhimento e apoio em situações de ameaça de morte. É possível observar algumas iniciativas como o Cuidado em Rede (ALTAMIRANO; SILVA, 2019), porém é fundamental que essas sejam ampliadas, possibilitando uma maior cobertura e atendimento.

Da mesma forma, é preciso atenção aos casos em que há histórico de tentativa de homicídio **Tabela 33**, visto que a média é de uma tentativa antes da morte (Mín. = 1; Máx. = 1; DP = 0), sendo essa em média aos 17 anos (Mín. = 13; Máx. = 19; DP = 6,0). Levar em conta a ameaça de morte e tomar as devidas providências para evitá-la é crucial para garantir que as meninas permaneçam vivas, considerando que uma parte expressiva das ameaças se concretizou. Além disso, é importante a atenção integral a meninas ameaçadas, tendo em vista suas consequências psicossociais, tanto a ela quanto ao seu círculo de pessoas próximas.



A TRAJETÓRIA DE VIDA



ARTIGO IV

DA LEI MARIA DA PENHA AO CONCEITO DE FEMINICÍDIO

Gina Moura

Doutoranda do programa Human Rights in Contemporary Societies pelo Centro de Estudos Sociais-CES da Universidade de Coimbra, Portugal. Mestre em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal. Pós graduada em Direito Penal e em Processo Penal pela Universidade de Fortaleza, Brasil. Defensora Pública do Estado do Ceará.

Inicialmente, é importante destacar que o caso de Maria da Penha Fernandes Maia v. Brasil submetido à Corte Interamericana de Direitos Humanos e que desencadeou a mobilização social e jurídica, terminando com a aprovação da lei que leva seu nome, trazido aos dias de hoje, seria um caso de tentativa de Feminicídio que, na altura, não existia como conceito jurídico. A Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, de agosto de 2006), por sua vez, representa um marco jurídico com inegável impacto na proteção da vida das mulheres em situação de violência doméstica. A morte é a maior e última instância do uso progressivo da violência contextualizada nas relações familiares ou íntimas. Ao estabelecer a adoção de medidas protetivas de emergência, é possível interromper essa cadeia evolutiva de violência.

No entanto, apesar da Lei Maria da Penha reconhecer que ações ou omissões que levam à morte de mulheres por motivos de gênero constituem violência doméstica ou familiar (art. 5º, Lei n. 11.340), os crimes contra a vida não estão sujeitos aos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM). De acordo com a Constituição Federal Brasileira, os Tribunais do Júri são responsáveis por processar e julgar crimes intencionais contra a vida (art. 5º, XXXVIII, d, da Constituição Federal), cujas regras processuais são regulamentadas pelo **Código de Processo Penal Brasileiro**[11]. Assim, ações ou omissões que intencionalmente causam morte ou ameaça à vida de mulheres, quer ou não por motivos de gênero, estão sujeitas à jurisdição penal tradicional, com estrutura e ritos processuais que não possuem o tratamento qualificado, o dinamismo e a transversalidade previstos no JVDFM e disciplinados na Lei Maria da Penha.

Todavia, a letalidade das mulheres em decorrência da violência doméstica ou familiar era um fenômeno social que precisava ser definido. Foi assim que, na década de 70, como alternativa à neu-

11 ■ O procedimento dentro da jurisdição dos Tribunais do Júri é bifásico. A primeira fase é encabeçada por um juiz de direito e termina com uma decisão que pode ou não encaminhar o caso para a segunda fase. Neste segundo momento, o fato é submetido ao Conselho de Sentença, formado por sete pessoas que não são juízes de carreira, que julgarão o fato como representantes da sociedade.

tralidade do homicídio, Diana Russel utilizou ao termo femicídio (do inglês, femicide) **com o propósito político de dar visibilidade à violência sistêmica e discriminatória contra as mulheres**[12]. Mais adiante, Marcela Lagarte, antropóloga e feminista mexicana, empregou o termo feminicídio para a mesma violência, mas enfatizando as obrigações internacionais do Estado de **prevenir, investigar e punir**[13].

Era necessário romper com a reprodução de estereótipos e papéis sociais discriminatórios atribuídos às mulheres que se refletiam nas decisões judiciais, o que, no Brasil, estavam presentes nas teses de "legítima defesa da honra", "violenta emoção" ou "relevante valor moral". Essas práticas forenses maculavam não só o direito à verdade e a um processo justo, mas também o **direito de respeito à memória das vítimas**[14]. O pouco entendimento da relação de gênero, vinculado a uma "culpa" ou "contribuição" da mulher ao próprio fato que lhe fez vítima, favorecia o uso distorcido da realidade em favor de valores androcêntricos e patriarcais que levavam à impunidade ou ao abrandamento da pena. Embora o desprezo pela mulher como vetor do crime possa, teoricamente, ser aceito como homicídio qualificado pelo "motivo fútil" ou **"motivo torpe"**[15], tais circunstâncias estariam na subjetividade do agressor e associadas a situações ocasionais, de modo que não correspondem ao fenômeno social estruturante da hierarquia masculina.

Desta forma, dando continuidade às medidas de proteção à mulher, em março de 2015, por meio da Lei 13.104, o conceito jurídico de Feminicídio foi incluído no Código Penal Brasileiro como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Assim, no art. 121, §2º, VI, do Código Penal (com as alterações propostas pela Lei 13.104), o Feminicídio foi conceituado como o homicídio contra a mulher "por razões da condição de sexo feminino", **sendo entendido como tal não só a "violência doméstica e familiar" (§2º-A, I), mas também o "desprezo ou discriminação à condição da mulher" (§2º-A, II)**[16]**.** Enquanto o conceito de violência doméstica e familiar é extraído do artigo 5º da Lei Maria da Penha que o define como a ação ou omissão baseada no gênero no âmbito da unidade doméstica, familiar ou em qualquer relação íntima de afeto, independentemente de coabitação, o Feminicídio cometido por desprezo ou discriminação à condição da mulher representa um passo adiante à Lei Maria da Penha ao incluir situações de violência letal

12 Mendes, Soraia (2017). Criminologia feminista: novos paradigmas. São Paulo, Saraiva, p. 215-216.

13 Ibid., p. 217

14 ONU Mulheres (2016). Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasília: SPM/SNSP

15 De acordo com o artigo 121, parágrafo 2º, do Código Penal Brasileiro, a diferença entre homicídio simples e qualificado está na presença de uma determinada condição prevista em lei que leva ao aumento da pena de seis a vinte anos para doze a trinta anos de prisão.

produzida em outros espaços e por pessoas que não partilham de uma relação doméstica, familiar ou íntima com a vítima, mas cuja conduta é motivada por menosprezo, repulsa ou preconceito à condição de mulher.

Apesar disso, a deliberada substituição do termo "gênero", contido no projeto da lei, por "sexo feminino", oferece potencialidade de reduzir o alcance da lei, deixando uma grave lacuna quanto aos assassinatos de pessoas trans, as quais sequer estão no censo populacional, tão menos nos **registros oficiais de óbitos**[17] . À doutrina e à jurisprudência restam o desafio de transpor a visão biológica do conceito de mulher, oferecendo elementos que se alinhem às disposições da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, adotada em 1979 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e da Convenção de Belém quanto à devida diligência que o Estado brasileiro deve oferecer para prevenir, investigar, processar e punir a violência de gênero, entendida como violação a direitos humanos.

A pena para o crime de Feminicídio poderá ainda ser aumentada de um terço à metade (artigo 121, §7º) se o crime for cometido durante a gestação ou três meses após o parto; contra pessoa menor de quatorze anos, maior de sessenta, portador de deficiência ou doença degenerativa limitante ou que cause vulnerabilidade; na presença física ou virtual de descendente ou ascendente da vítima; ou em descumprimento de **medidas protetivas de urgência**[18] .

Mesmo com suas limitações, a lei que incluiu o Feminicídio na legislação penal avança ao dar nome a um padrão de comportamento violento contra as mulheres, medida relevante que demarca o cenário jurídico de fatos sociais invisibilizados. Trata-se, portanto, de mobilizar, através da aplicação da lei, uma nova cultura jurídica que não pode rejeitar a relação de dominação baseada no gênero na ordem dos crimes contra a vida. Além da formação de novos discursos jurídicos e de novas demandas pela não discriminação, a figura do Feminicídio contribui para a produção de estatísticas, direcionando políticas públicas preventivas, pois é preciso muito mais do que o simbolismo das soluções penais para enfrentar a violência de gênero.

Para promover um tratamento adequado à mudança legal, em 2016, a ONU Mulheres, em parceria com o Governo Brasileiro, lançou as Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar Fe-

16 ■ Brasil (2015). Lei n. 13.401, de 9 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm.

17 ■ Cerqueira, D.; Bueno, S.; Lima, R. S.; Neme, C.; Ferreira, H.; Alves, P. P.; Marques, D.; Reis, M.; Cypriano, O.; Sobral, I.; Pacheco, D.; Lins, G. & Armstrong, K. (Eds.) (2019). Atlas da Violência 2019. Available in website of Ipea: http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/

18 ■ Brasil (1940). Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-lei/Del2848compilado.htm. Com as alterações da Lei 13.401 e Lei 13.771.

minicídios, que reproduz o Protocolo Latino-Americano para investigar as mortes violentas de gênero de mulheres. Apesar das mudanças normativas, os números de homicídios de mulheres e os Feminicídios ainda são altos e, em grande medida, cometidos no lar. Se, por um lado, o aumento nos números sugerem a possibilidade de reconhecimento pelos atores do sistema de justiça criminal da figura penal do Feminicídio em um contexto doméstico ou de proximidade, por outro, o mesmo não é o caso dos Feminicídios não domésticos ou não íntimos, muitas vezes invisibilizados no que se convencionou arguir como a guerra entre facções ou o tráfico de drogas.

Portanto, é preciso uma análise criteriosa e uma compreensão das relações de poder e gênero, sem as quais tais fatos escapam da compreensão do público, da polícia e do senso comum, passando como dado indiferente à problemática de **gênero-violência**[19] . Em que pese a visibilidade oferecida pela inclusão do conceito de Feminicídio, a luta pela diminuição da letalidade de mulheres nele não se esgota. Na dura e penosa jornada iniciada por Maria da Penha Fernandes há um longo caminho ainda por ser percorrido.

19 ■ Segato, R. (2018). Contra-pedagogía de la Crueldad. Buenos Aires: Prometeu Livros.





5.2. POR QUE AS MENINAS MORREM?

A principal questão levantada por esta pesquisa, e feita diversas vezes por veículos de comunicação e estudiosos é: “por que estão matando mais meninas?”. Até o presente momento, foram discutidos diversos aspectos sobre a vida das adolescentes, comparando com um grupo de meninas vivas, buscando entender o que pode ter aumentado a vulnerabilidade e o risco ao homicídio. A partir daqui, o intuito é se debruçar especificamente sobre as motivações por trás dos crimes, mas antes, alguns avisos se fazem necessários.



- As informações aqui apresentadas foram fornecidas pelas respondentes da pesquisa, podem ou não se conectar com as informações da polícia;
- De forma alguma serão apontados motivos específicos e generalizáveis, cada caso é um caso. Apesar disso, é possível observar um certo padrão latente, que por sua vez, diz do contexto social vivenciado, não sobre as meninas;
- Mais uma vez, o objetivo do estudo não é culpabilizar a adolescente pela sua própria morte. Se alguém tomou a decisão de matá-las, é dessa pessoa a responsabilidade do crime;
- Por fim, esta pesquisa não se atém a explicações simples. Como dito anteriormente, seria impróprio atribuir uma explicação simplista a um fenômeno tão complexo.

5.2.1. FACÇÃO E NEGAÇÃO

No contexto em que as meninas retratadas por essa pesquisa moram, é evidente a presença das facções, e por isso, é possível observar uma maior vulnerabilidade ao homicídio, uma vez que diversos elementos apontam para esses grupos como sendo os balizadores da vida nos territórios de exceção (CAVALCANTE, 2011). O conflito entre as facções ocupa uma posição de destaque na explicação da morte das meninas, mídia e governo apresentam argumentos como relacionados a "guerra entre as facções" ou "conflito territorial" de forma frequente para explicar os casos de CVLI na capital e no interior do estado. Em alguma medida, figura a crença de que "guerra de facções" é motivo suficiente para explicar a morte de mulheres, porém, essa justificação simplista deixa de lado um jogo de relações e poderes, bem como mascara diversos elementos centrais para a prevenção de homicídios.

Em um cenário de guerra, esta é a principal produtora de morte, e os abjetos corpos gerados não recebem explicações específicas, todos são rotulados como "produtos da guerra". Neste caso, "morta(s) por causa do conflito de facções", sendo descartadas da preocupação social, visto que esses corpos não merecem comoção, não merecem luto, porque mesmo vivos, já eram vistos como vidas indignas (BUTLER, 2015). Perguntar às famílias o que levou a adolescente à morte, permite compreender melhor os motivos das mortes, para além dessa barreira silenciadora.



EM ALGUMA MEDIDA, FIGURA A CRENÇA DE QUE "GUERRA DE FACÇÕES" É MOTIVO SUFICIENTE PARA EXPLICAR A MORTE DE MULHERES, PORÉM, ESSA JUSTIFICAÇÃO SIMPLISTA DEIXA DE LADO UM JOGO DE RELAÇÕES E PODERES, BEM COMO MASCARA DIVERSOS ELEMENTOS CENTRAIS PARA A PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS.



A forma como os coletivos criminais determinam regras e normas dentro de seus territórios, atuando com a segurança da impunidade e respaldo de um poder paralelo, fica mais evidente quando a vítima do homicídio é mulher. Neste contexto, é válido refletir acerca das questões que atravessam o gênero feminino, permitindo identificar as forças e estruturas subjacentes a morte dessas meninas. De início, alguns marcadores devem ser considerados para a discussão, pois é fundamental lembrar que falamos de meninas, em sua maioria, pobres e não-brancas, residentes de periferias, tanto da capital quanto das cidades da região metropolitana e interior do estado, com vidas marcas por uma série de violações de direitos e ausência de privilégios (MAYORGA, 2014).

> Porque ela era amiga de
> um menino de outro bairro.
> Os tios do menino eram do PCC,
> facção rival a do bairro da adolescente

> Pela amizade com a prima
> que era envolvida com facção

> Más amizades, confiava em todo mundo

Essas falas, coletadas como respostas a perguntas subjetivas do questionário aplicado com familiares, permitem compreender como as facções atuam nos territórios, as quais, visando garantir o controle e domínio do espaço, buscam reduzir as ameaças a hegemonia. Dessa forma, as relações dos moradores que, em alguma medida, podem colocar a facção em risco, são encaradas como algo a ser dirimido. Uma possível questão central parece ser o fluxo de informações entre os territórios, visto que, diferente de outros estados, as divisões territoriais no Ceará têm acontecido por meio do domínio de diversos espaços com menores áreas físicas, implicando em maiores áreas de fronteira. Um outro efeito desse fenômeno pode ser visto na quantidade de pessoas expulsas de suas residências por terem ligações com pessoas de outros territórios, inclusive familiares (ALTAMIRANO; SILVA, 2019)

> (...) APÓS A CHEGADA DO CV, MEU MAIOR MEDO É PERDER MINHA CASA (...). MUITA GENTE SEM ENVOLVIMENTO NENHUM COM O CRIME FOI EXPULSA DE CASA E NÃO TIVERAM PARA ONDE IR (CAVALCANTE, 2019).

Nesse contexto, como dito anteriormente, a circulação no espaço da cidade fica cerceada, o medo de ser identificado como alguém que pode estar levando ou trazendo informação, ou mesmo pertencente a outro território é decorrente do risco a vida que se experimenta. Na fala de uma moradora da periferia de Fortaleza é possível observar essa dimensão de forma mais precisa:

UMA POSSÍVEL QUESTÃO CENTRAL PARECE SER O FLUXO DE INFORMAÇÕES ENTRE OS TERRITÓRIOS, VISTO QUE, DIFERENTE DE OUTROS ESTADOS, AS DIVISÕES TERRITORIAIS NO CEARÁ TÊM ACONTECIDO POR MEIO DO DOMÍNIO DE DIVERSOS ESPAÇOS COM MENORES ÁREAS FÍSICAS, IMPLICANDO EM MAIORES ÁREAS DE FRONTEIRA.

(...) TENHO MEDO DE PEGAR ALGUM ÔNIBUS QUE PASSE EM TERRITÓRIO RIVAL, SE ELES SOUBEREM DE ONDE SOU POSSO MORRER, NÃO DEIXO MAIS NEM MEU NETO IR PARA O SHOPPING NOS DOMINGOS PORQUE O ÔNIBUS PASSA PELOS CANTOS QUE É DOMINADO PELOS RIVAIS (CAVALCANTE, 2019).

As amizades desenvolvidas pelas adolescentes, apesar de serem de longa data, parecem colocá-las em risco. Além disso, a proximidade de pessoas que, em alguma medida, estão relacionadas a determinados grupos também as vulnerabilizam. Parece ser a esse grupo que as mães se referem quando empregam a expressão "más companhias". Ademais, em alguns casos, a morte da adolescente está relacionada a um lugar, como no caso conhecido como a chacina do **Forró do Gago**[20], onde diversas pessoas estavam em uma festa quando membros de uma facção chegaram disparando a esmo contra a população.

20 ■ O Forró do Gago – antes local de shows, hoje um templo evangélico localizado no bairro Cajazeiras, de Fortaleza – foi palco da Chacina das Cajazeiras na noite de 27 de janeiro de 2018. Foram assassinadas 14 pessoas, entre elas, 8 mulheres e 3 meninas, e feriu outras 15. É considerada um dos maiores massacres da história moderna do Ceará. Até hoje, os 15 acusados não foram a julgamento.

"ESTAVA NA HORA ERRADA NO LUGAR ERRADO. NA FRENTE DO FORRÓ DO GAGO ONDE ACONTECEU A CHACINA E MATARAM TODOS QUE ESTAVAM PRÓXIMO

As chacinas podem ser compreendidas como uma modificação das formas de matar pelas facções, visto que os disparos são feitos aleatoriamente atingindo quem estiver no local, tendo ou não relação com facções criminosas. A literatura tem revelado que essa outra modalidade de fazer o crime no Ceará tem sido empregada com uma frequência maior, saindo da lógica em que "apenas envolvidos eram alvo" para outra em que "envolvidos" e "cidadãos" são mortos (PAIVA; BARROS; CAVALCANTE, 2019). No tocante a esse tipo de crime, é difícil estabelecer parâmetros de vulnerabilidade, visto que o método empregado não seleciona alvos específicos, o ataque é direcionado à população.

As relações estabelecidas pelas adolescentes também se tornam um aspecto que tende aumentar a vulnerabilidade nas redes sociais, pois diversos signos transmitidos por sua imagem, como poses e configurações de mão, são adotados por determinadas facções. Dessa forma, postar uma foto com amigos com símbolos da facção rival a do território pode ser visto como traição, podendo ocasionar a morte. Da mesma forma, gestos de amigos próximos a adolescentes que aparecem com signos da facção rival podem causar consequências, desde advertência verbal, castigos físicos, violência patrimonial, ou mesmo a morte. A vigilância dos corpos acontece tanto nas ruas quanto nas redes, as quais são monitoradas pelos membros, buscando identificar possíveis brechas que podem colocar a facção em risco.

FACÇÕES NO CEARÁ: UM PANORAMA

De acordo com a literatura, por trás da oscilação nos números de homicídios de adolescentes, percebe-se que as transformações da dinâmica da violência urbana se relacionam com três aspectos: o fortalecimento de facções ; o abandono institucional materializado na precarização das políticas públicas e estratégias de segurança dos governos estadual e municipal pautados na ostensividade, recrudescimento e militarização dos agentes estatais; além da falta de comoção social pelas mortes de adolescentes em sua maioria pobres, pretos e periféricos (BENÍCIO et al., 2018).

Observa-se na série histórica dos homicídios (Gráficos 1 e 2) o aumento das mortes tanto da população geral como adolescentes em 2014 e 2015, logo em seguida a redução drástica em 2016, fenômeno que ficou conhecido como "pacificação" em que sabe-se, por meio de diálogos nos territórios, que houve acordos entre **facções**[21] para interromper um ciclo de vinganças e mortes que vinha sendo perpetuado. Posteriormente, temos novamente um aumento por dois anos consecutivos em 2017 e 2018. O ano de 2019 por sua vez tem apresentado nova redução nos números.

Em 2016, temos a fundação de uma facção genuinamente cearense, levando a alcunha de Guardiões do Estado (GDE). Segundo Paiva (2019), o grupo surge tensionando a relação com as "facções de fora" e reivindicando a condição de Guardiões. O surgimento desse grupo armado parece ser um elemento importante para pensar o aumento dos homicídios nos anos subsequentes (2017 e 2018).

Em suas primeiras ações, a facção cearense procurou não apenas consolidar o domínio dentro do sistema prisional, mas também nas ruas, com medidas de proibição de assaltos, punindo com tiros nas mãos e nas pernas os que ousavam desobedecer a suas diretrizes. Em suas manifestações públicas, integrantes da GDE destacam, como explicou um interlocutor, que o "[...] tempo das gangues em Fortaleza acabou, agora é facção e todos têm que respeitar" (PAIVA, 2019, p.170). A consolidação da GDE é fundamental para compreensão de como as maneiras de fazer o crime em Fortaleza foram objeto de transformações, pois, em torno dela, foram instituídas alianças e resistências em um intrincado jogo de rivalidades.

21 ■ A facção é um coletivo constituído por associações, relacionamentos, aproximações, conflitos e distâncias necessárias entre pessoas comprometidas em fazer o crime, desenvolvendo relações afetivas profundas, laços sociais elaborados como os de família, e um sentimento de pertença desenvolvido pela crença em determinadas orientações políticas e éticas que a sustentam" (PAIVA, p.170, 2019).

Diógenes (2008) relata a dinâmica das disputas entre as gangues que data dos anos 1990. Os conflitos e as rivalidades historicamente construídos nos territórios construíram um terreno fértil para a chegada e o estabelecimento das facções. Sá (2011) afirma que "ondas de homicídios e rituais de vingança aconteciam "por nada" - elemento também confirmado na pesquisa do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA, 2017).

Outro ponto importante na discussão é a intensificação de torturas a partir de 2016, com a circulação de vídeos, via aplicativos de mensagens, que exibiam as mãos de jovens recebendo marteladas e partes do corpo quebradas, tais ações refletiram na forma empregada nas mortes das meninas. A complexidade da violência perpetrada contra corpos jovens se soma aos equívocos das políticas públicas de prevenção e enfretamento como podemos ver no relato a seguir:

> Ao longo dos 13 anos em que pesquiso os efeitos sociais da violência em Fortaleza, pessoas envolvidas com o crime se mataram na periferia sem enfrentar intervenções significativas do Estado. Apesar do comparecimento constante de forças de policiamento ostensivo, as pessoas não têm acesso à justiça, e é comum que as mortes permaneçam sem investigação adequada (PAIVA, 2019, p.172).

Tal constatação dialoga com as pesquisas anteriores realizadas pelo Comitê, em que foi possível observar taxas de investigação dos homicídios de adolescentes inferiores às médias nacionais, aumentando a sensação de injustiça e a dor das famílias das vítimas.



5.2.2. "SENSAÇÃO DE POSSE"

Outro motivo considerável entre as respostas dadas pelas respondentes para as mortes aqui retratadas abordam um outro aspecto da facção criminal, descrito aqui de "sensação de posse". Nesta lógica, as mulheres jovens do território parecem pertencer à facção, como um recurso daquele grupo, situada de forma submissa aos desejos dos homens que compõem as facções. Respostas como "um cara de facção drogado, dono do território das mulheres a estuprou às 6:30 da manhã quando ia ao trabalho" ou "Por causa de facção. A namorada por ciúmes e para "livrar" sua família entregou a adolescente como pagamento" denunciam o desprezo pelas vidas das mulheres. Essas situações permitem inferir as situações de subjugação dessas mulheres, vítimas diretas das facções ou mesmo indiretas, quando são forçadas a fazer algo que um deles pedem.

Em alguns casos, a morte da adolescente ocorreu por conta de o ex-namorado não aceitar o fim da relação, no geral esse homem estava ligado a alguma facção criminosa. Em certa medida esse motivo é frequente nos casos de feminicídio, entretanto, para além dos aspectos da violência, tanto física quanto psicológica, esses homens têm acesso a recursos que a população geral não tem. Ou seja, por não aceitar o fim da relação um homem pode decretar a morte a uma mulher, acusando-a de não ter seguido o regime interno das facções ou mesmo acusando-a de ser um risco ao grupo. Em algumas respostas essa dimensão

“

Atual namorado ficou com ciúmes porque não aceitou o fim do relacionamento

“

Envolvimento com o namorado que era de facção

“

Segundo a irmã, ele a matou estava com raiva porque ela não quis nada com ele, não quis namora-lo

“

A não aceitação do ex-namorado com o fim do relacionamento. A mãe não autorizou a filha a visitá-lo e levar droga, como ele queria

fica mais evidente.

Entre os casos ouvidos nesta pesquisa, figuram ainda situações decorrentes da forma como as facções atuam nos territórios. Como o da menina de 10 anos, vítima de uma bala perdida na calçada de casa, que evidencia como os confrontos que ocorrem nos territórios colocam toda a população em risco. “Foi briga de facção. Estava em casa quando foi atingida por bala perdida. A minha filha não tinha nada a ver”. Mesmo nos casos em que a vítima não tinha relação alguma

EM ALGUNS CASOS, A MORTE DA ADOLESCENTE OCORREU POR CONTA DE O EX-NAMORADO NÃO ACEITAR O FIM DA RELAÇÃO, NO GERAL ESSE HOMEM ESTAVA LIGADO A ALGUMA FACÇÃO CRIMINOSA. EM CERTA MEDIDA ESSE MOTIVO É FREQUENTE NOS CASOS DE FEMINICÍDIO, ENTRETANTO, PARA ALÉM DOS ASPECTOS DA VIOLÊNCIA, TANTO FÍSICA QUANTO PSICOLÓGICA, ESSES HOMENS TÊM ACESSO A RECURSOS QUE A POPULAÇÃO GERAL NÃO TEM.

EM COMUM, ESSAS DESCRIÇÕES SÃO MANIFESTAÇÕES DA PERSONALIDADE DAS MENINAS, QUE PODEM SER VISTAS EM DIVERSAS ADOLESCENTES, INDEPENDENTE DA VULNERABILIDADE A HOMICÍDIOS, E QUE, POR SI SÓ, NÃO APRESENTAM RISCO DIRETO À VIDA. ESSE FENÔMENO, ATRIBUIR A UMA CARACTERÍSTICA DA ADOLESCENTE O MOTIVO PARA SUA MORTE, É DESCRITO COMO CULPABILIZAÇÃO DA VÍTIMA.

com facções, ou mesmo mantinham relações que pudessem ser interpretadas como potencialmente perigosas, há mortes que ainda é possível observar os amplos efeitos dos grupos criminosos nos territórios.

Se de um lado diversas respondentes atrelam, de forma direta ou indireta, o motivo da morte das adolescentes às facções criminosas, outras apontam características da própria adolescente como motivo. Respostas como “morreu por que era teimosa, já tinha avisado” (N 117), “porque era atrevida, ela ameaçava também” (N 214), “nunca teve medo de nada. gostava de sair” (N 15) ou “por conta do jeito da adolescente, destemido, corajoso” (N 274) servem de exemplo. Em comum, essas descrições são manifestações da personalidade das meninas, que podem ser vistas em diversas adolescentes, independente da vulnerabilidade a homicídios, e que, por si só, não apresentam risco direto à vida. Esse fenômeno, atribuir a uma característica da adolescente o motivo para sua morte, é descrito como culpabilização da vítima.

5.2.3. FEMINILIDADE FACCIONADA

O engajamento de adolescentes em grupos criminosos tem sido explorado por diversos pesquisadores em todo o mundo (MACFARLANE, 2019). Pesquisas têm apontado a adolescência como um período relevante para compreender esse engajamento, demandando diversas intervenções psicossociais para a redução desse fenômeno (MOURA, 2020). A presença de meninas nesses grupos parece estar ligada a mudanças sociais e legislativas, e em alguma medida, a partir da lei de drogas (PAIVA, 2019), o número de mulheres presas cresceu exponencialmente no Brasil. Por outro lado, as representações sociais de indivíduos que ocupam posições elevadas na hierarquia das facções agregam signos de poder e status social.

Neste jogo de forças, é possível observar uma certa dicotomia, feita por criminosos, políticos, policiais e população geral, que classifica as pessoas entre "cidadão" e "não cidadão", sendo esse último relacionado àqueles que, de certa maneira, apresentaram/apresentam algum comportamento criminal e mantêm relação com algum grupo criminoso (PAIVA; BARROS; CAVALCANTE, 2019). É evidente que o uso desse binarismo não se aplica a todos os crimes, visto que crimes do colarinho branco, corrupção ou outros cometidos por pessoas que ocupam posições relevantes em empresas e/ou governo, não se enquadram. Em um contexto social marcado pelo domínio de territórios por um poder paralelo, os agentes que desempenham

> TENDO EM VISTA QUE A EXPRESSÃO DO GÊNERO ESTÁ ATRAVESSADA PELO PATRIARCADO, DEVE-SE COMPREENDER QUE OS COMPORTAMENTOS TRADICIONALMENTE ATRELADOS A HOMENS E MULHERES PERMANECEM, AO PASSO QUE A FORMA COMO ESSES DEVEM SER REALIZADOS, OU SEJA SUA PERFORMANCE, É MARCADA POR UM CONJUNTO DE SIGNOS USADOS PELAS FACÇÕES.

esse poder podem ser compreendidos como figuras relevantes, com status social elevado, gerando benefícios diretos e indiretos para aqueles que estão próximos (SOUSA; SOUSA; 2019).

Dessa forma, algumas identidades são desenvolvidas, sendo essas atreladas a um papel social, no qual estão descritos comportamentos, atividades e obrigações. A intercessão entre facção e gênero parece apontar para performances pautadas pela violência e violação de leis, exacerbando caraterísticas violentas, as quais são empregadas para garantir os recursos necessários para o funcionamento no negócio estabelecido pela facção. Tendo em vista que a expressão do gênero está atravessada pelo patriarcado, deve-se compreender que os comportamentos tradicionalmente atrelados a homens e mulheres permanecem, ao passo que a forma como esses devem ser realizados, ou seja sua performance, é marcada por um conjunto de signos usados pelas facções.

Assim, homens facionados podem desempenhar uma performance violenta que mantenha a ordem social, sendo emocionalmente distantes e frios, bem como ocupem uma posição superior àquelas ocupadas por mulheres. Essas, por sua vez, têm atreladas a si a responsabilidade do cuidado e o trabalho não remunerado, o qual não é visto no dia a dia, porém é cobrado caso seja feito de forma não satisfatória. Um exemplo dessa hipótese é visto na forma como a visitas a unidades prisionais acontecem, um grupo de mulheres se aglo-

> ESSAS MENINAS SÃO ENTENDIDAS COMO MEIOS PARA ATINGIR PESSOAS EM DETERMINADOS GRAUS DA FACÇÃO, AS QUAIS SÃO PEGAS POR SEREM "ALVOS FÁCEIS". DESSA FORMA, MESMO AQUELAS QUE ESTÃO, EM ALGUMA MEDIDA, RELACIONADAS A FACÇÕES CRIMINOSAS ESTÃO EM SITUAÇÃO VULNERÁVEL AOS HOMICÍDIOS, SENDO ALVOS DE EMBOSCADAS, TORTURADAS POR INFORMAÇÕES OU ACUSADAS DE TRAIÇÃO POR NÃO CUMPRIREM O QUE LHES É DETERMINADO.

meram nas portas das penitenciárias, levando cuidado, produtos de higiene e informações sobre o mundo exterior. Em média, as visitas a internos começam a decair após dois anos de estadia no estabelecimento prisional, porém há relativamente poucos casos de abandono (LIMA; SANTOS; AQUINO, 2014). Quando se trata de uma mulher presa, o abandono acontece por volta de dois a três meses após a prisão, sendo mantido mesmo quando egressa do sistema.

É inegável a relação entre as facções criminosas e a dinâmica nos presídios nacionais, e nesse contexto, a mulher continua realizando o trabalho não valorizado de cuidar. Entretanto, dentro da lógica do poder paralelo, se a expectativa de cuidado não é cumprida, as consequências sofridas por essas mulheres diferem daquelas que não estão sob essas normas. O não cumprimento da ética postulada pelas facções implica em punições às mulheres, sendo elas acusadas de traição, de abandono a membros da facção em unidades prisionais ou de colocar em risco a organização, sendo decretadas de morte por não se comportarem da forma como o machismo determina. Além disso, a interseção entre machismo e facção pode ser percebida nos casos em que, de acordo com a respondente da pesquisa, a adolescente foi morta por conta dos "ciúmes da facção".

Mesmo nos casos em que as adolescentes vítimas de homicídio estão vinculadas a facções criminosas, é possível perceber elementos que apontam isso como motivo. Há casos em que a adolescente foi morta porque sabia demais, e isso poderia ser um risco à facção. Em outros casos, foram mortas porque se recusaram a realizar algo solicitado, como se relacionar com alguém apontado pela facção. Essas meninas são entendidas como meios para atingir pessoas em determinados graus da facção, as quais são pegas por serem "alvos fáceis". Dessa forma, mesmo aquelas que estão, em alguma medida, relacionadas a facções criminosas estão em situação vulnerável aos homicídios, sendo alvos de emboscadas, torturadas por informações ou acusadas de traição por não cumprirem o que lhes é determinando.

5.2.4. RAÇA E GÊNERO NÃO SÃO IDENTIFICADOS PELAS RESPONDENTES

Em uma tentativa de avaliar como as respondentes compreendiam que o gênero e a raça dessas meninas se relacionavam com o homicídio, perguntou-se o quanto concordavam com o fato da adolescente ser menina influenciaria na morte dela. As respostas foram dadas por meio de uma escala do tipo Likert de 5 pontos, variando de 1 "discordo totalmente" a 5 "concordo totalmente", e como sempre, a (o) respondente poderia informar que não sabia ou mesmo não responder à questão. A resposta média ficou próxima de discordo (M = 2,01; Mín. = 1; Máx. = 5; DP = 1,14). Uma questão semelhante foi feita nos casos em que a (o) respondente indicou que a adolescente era parda ou negra. Dessa vez questionou-se o quanto ela (ele) concordava que o fato da adolescente ser negra teria influenciado na morte dela. As respostas eram dadas também por uma escala do tipo Likert de 5 pontos, como na pergunta anterior. A média das respostas ficou próxima a discordo totalmente (M = 1,30; Mín. = 1; Máx. = 3; DP = 0,52).

Em resumo, pode-se afirmar que as respondentes não entendem que os marcadores de gênero e raça são relevantes para o homicídio. Essas são respostas de mulheres que estão no centro da questão e que, por muitas vezes partilharem esses dois marcadores com as meninas vítimas, pode ter influenciado

EM RESUMO, PODE-SE AFIRMAR QUE AS RESPONDENTES NÃO ENTENDEM QUE OS MARCADORES DE GÊNERO E RAÇA SÃO RELEVANTES PARA O HOMICÍDIO. ESSAS SÃO RESPOSTAS DE MULHERES QUE ESTÃO NO CENTRO DA QUESTÃO E QUE, POR MUITAS VEZES PARTILHAREM ESSES DOIS MARCADORES COM AS MENINAS VÍTIMAS, PODE TER INFLUENCIADO SUAS RESPOSTAS.

suas respostas. Como dito no começo dessa subseção, esses são elementos relevantes para a compreensão dos homicídios, porém a proximidade com diversos casos em que meninos são vítimas, bem como pela ausência de discussões raciais, podem influenciar a percepção. Com a distância e dados necessários, é possível perceber a influência desses elementos no homicídio. Cabe aqui expandir essas condições para que elas também vejam e possam reavaliar a forma como compreendem esse fenômeno.

5.2.5. FORMAS COMO A MORTE OCORREU

Um outro ponto levantado com as respondentes se refere à forma como ocorreu a morte da adolescente. Mais uma vez, não há a intenção de contrariar autos oficiais ou investigações conduzidas pela polícia civil. Foi um cuidado em ouvir como a mãe narra a forma como a filha morreu, para então serem desenvolvidas estratégias de enfretamentos efetivas. De acordo com as informações da **Tabela 34**, em linhas gerais, a morte da adolescente aconteceu no bairro em que ela morava (50%), sendo a ocorrência na rua da adolescente (11,29%), na sua própria residência (6,45%) ou na calçada de casa (6,45%). As famílias não se mudaram após o homicídio (85,50%), residindo em média 16 anos nesse local (M = 16,04; Mín. 1 mês; Máx. = 61 anos; DP =15,79).

A morte da adolescente foi divulgada tanto em redes sociais (75%) quanto em programas policiais na TV (71,93%), mesmo a família não tendo feita nenhuma autorização para a divulgação das imagens (87,50%). Entre as redes sociais, a mais frequente foi o Facebook (f = 28), seguido pelo Whatsapp (f = 12) e Youtube (f = 1). Um(a) respondente não soube informar qual rede social.

A maior parte das adolescentes não passou algum tempo desaparecida (82,76%), e entre as que desapareceram, nenhum órgão foi informado ou feita alguma denúncia (77,78%). Ainda em relação a adolescentes desaparecidas, a média de tempo foi de 10 dias (M = 10,67; Mín. = 1; Máx. = 2 meses; DP = 18,92). Como estratégia de enfrentamento a essa situação, a família buscou por conta própria a adolescente (f = 1), divulgou fotos da adolescente nas redes sociais (f = 1), registrou boletim de ocorrência (f = 1) ou não fez nada por medo de acontecer algo com a família (f = 1).

Em linhas gerais, observa-se que a morte das adolescentes ocorreu próximo à casa em que ela residia, sendo tanto dentro de casa, como na calçada ou na rua. A posição que esse local ocupa nas narrativas é destacada nas respostas das participantes, seja pela saída da adolescente para algum lugar, seja na chegada da adolescente ou mesmo de um grupo de homens na casa.



TABELA 35

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES APÓS O HOMICÍDIO E DE DESAPARECIMENTO

VARIÁVEL	NÍVEIS	*f*	%	% VÁLIDA
Onde ocorreu a morte da adolescente?	Na sua própria residência	4	6,45	6,45
	Na calçada da sua residência	4	6,45	6,45
	Na rua da sua residência	7	11,29	11,29
	No seu bairro	16	25,81	25,81
	Em outro bairro	26	41,94	41,94
	Em outra cidade	5	8,06	8,06
	Em outro estado	0	0,00	0,00
	Não sabe	0	0,00	-
	Missing	0	0,00	-
A família mudou de endereço após a morte da adolescente?	Sim	9	14,50	14,50
	Não	53	85,50	85,50
	Não sabe	0	0,00	-
	Missing	0	0,00	-
A morte da adolescente foi divulgada em redes sociais?	Sim	39	62,90	75,00
	Não	13	21,00	25,00
	Não sabe	10	16,10	-
	Missing	0	0,00	-
O caso da morte da adolescente foi mostrado em programas policiais na TV?	Sim	41	66,10	71,93
	Não	16	25,80	28,07
	Não sabe	4	6,50	-
	Missing	1	1,60	-
A família autorizou a divulgação das imagens?	Sim	5	8,06	12,50
	Não	35	56,45	87,50
	Não sabe	1	1,61	-
	Missing	21	33,87	-
A adolescente passou algum tempo desaparecida?	Sim	10	16,10	17,24
	Não	48	77,40	82,76
	Não sabe	0	0,00	-
	Missing	4	6,50	-
A família informou/denunciou o desaparecimento a algum órgão?	Sim	2	3,23	22,22
	Não	7	11,29	77,78
	Não sabe	1	1,61	-
	Missing	52	83,87	-

Quando se observa os métodos empregados no homicídio, constata-se que há uma frequência maior no uso de armas de fogo, em 87% dos casos, seguido por armas brancas, principalmente facas, em 10% dos casos. Em geral, um grupo, de dois a cinco homens, chega ao local onde a adolescente se encontra, assumindo deste ponto duas posturas principais. A primeira é a imediata execução da adolescente, por meio de diversos disparos de arma de fogo, seguida de rápida fuga. A segunda é a retirada da adolescente desse local para um outro, no qual a morte irá acontecer. Esses dois parecem ser o modus operante dos casos em que as meninas foram mortas próximo à casa.

Quando a morte da adolescente ocorre em outros bairros, é possível observar um novo elemento na forma de matar, o uso de emboscadas. Os grupos parecem esperar a adolescente sair para a casa de algum amigo, parente ou mesmo para alguma festa, interceptam a adolescente durante o translado e executam-na no local. Em casos mais específicos, é possível observar uma emboscada mais complexa, que envolve outras pessoas responsáveis pelo monitoramento e transporte da adolescente até o local em que será morta. Em ambas as situações, é possível observar um nível de crueldade no planejamento, visto que a morte é arquitetada a tal ponto que são estabelecidas rotas de entrada e saída, bem como a condução das adolescentes. Em outros casos, um elemento que se destaca é a condução das meninas para espaços onde serão torturadas.

Se de um lado homens tendem a ser mortos por emboscadas durante o percurso para algum lugar (PAIVA, 2019), as meninas pare-

EM AMBAS AS SITUAÇÕES, É POSSÍVEL OBSERVAR UM NÍVEL DE CRUELDADE NO PLANEJAMENTO, VISTO QUE A MORTE É ARQUITETADA A TAL PONTO QUE SÃO ESTABELECIDAS ROTAS DE ENTRADA E SAÍDA, BEM COMO A CONDUÇÃO DAS ADOLESCENTES. EM OUTROS CASOS, UM ELEMENTO QUE SE DESTACA É A CONDUÇÃO DAS MENINAS PARA ESPAÇOS ONDE SERÃO TORTURADAS.



cem ser conduzidas a determinados espaços para serem torturadas. Com as informações que dispõem hoje, não é possível afirmar se os torturadores buscavam por informações ou cometiam tais atos por desejo. O que se sabe é que a posição-sujeito de mulheres nesta organização parece favorecer esse método de matar, visto que 17,24% das respostas das mães e avós apresentam ou o termo "tortura" ou indícios de que isso aconteceu. Para algumas meninas a morte não foi rápida, muito menos livre de humilhações, pelo contrário, todos as marcas de feminilidade foram dilaceradas, além da tentativa completa de destruição de seus corpos.

Alguns relatos permitem verificar isso de forma mais precisa, como esses:

> "Foram agredidas, cortaram os seus cabelos, rasparam as suas sobrancelhas. Ela levou 32 facas e não resistiu

> "Ela foi agredida, cortaram o cabelo dela e machucaram o rosto. A jovem levou 12 tiros

> "Foi agredida com pauladas no rosto, teve a mão quebrada e levou 6 tiros

A raspagem dos cabelos, das sobrancelhas, a imobilização de membros inferiores e superiores, agressões físicas com diversos objetos, bem como o uso de diversos tiros são elementos usados nas sessões de tortura das adolescentes. Pelo relato das (os) respondentes, constatam-se que os casos em que há tortura estão relacionados com o desaparecimento da adolescente, sendo a duração média de 10 dias (M = 10,67; Mín. = 1; Máx. = 2 meses; DP = 18,92), porém pelos relatos das circunstâncias da morte das adolescentes, é possível perceber que a tortura tende a durar entre um e dois dias.

Dentro desse já horrendo cenário, algumas meninas, após terem sido torturadas e desfiguradas, ainda são queimadas vivas. Novamente, não é possível afirmar o motivo por essa escolha, visto o estado em que as adolescentes já se encontravam, entretanto, algumas hipóteses podem ser levantadas. O uso de micro-ondas é relativamente comum entre as facções, principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Neste método, a vítima é atirada em um buraco no chão, ou presa em pneus, embebida de algum líquido inflamável ao passo que ateiam fogo (MEIRELLES; GOMEZ, 2009). A queima do corpo dificulta a identificação da vítima, o que, em certa medida, retarda as investigações, permitindo ao grupo que cometeu o crime se organizar e não sofrer acusações.

De maneira geral o que se percebe é o desprezo pelas adolescentes, visto os métodos que são empregados em suas mortes. Mesmo em casos em que a adolescente estava grávida, a vida não lhe foi poupada, "Ela foi queimada viva. reconheceram o corpo com exame da arcada dentária. Ela estava grávida" (N 276).

De acordo com as informações da **Tabela 35**, em linhas gerais, a adolescente conhecia o autor do crime (64,71%), sendo a morte dela a mando de alguém (59,38%), podendo este estar privado de liberdade (54,55%). A família não conhecia o mandante do crime (76,47%) nem o autor do crime (67,50%), estando ciente do que aconteceu com o autor após o crime (88,89%), sendo mais comum o autor ter sido preso (56,00%) ou estar em liberdade (24,00%). Ademais, questionou-se o nível de intimidade que a adolescente tinha tanto com o autor do crime quanto com o mandante, as respostas eram dadas por meio de uma escala do tipo Likert de 5 pontos, variando de 1 "nada íntima" a 5 "muito íntima", como em questões anteriores, a respondente poderia informar não saber a resposta ou até mesmo não responder. A média de intimidade com o autor do crime ficou entre "pouco íntima" e "mais ou menos íntima" (M = 2,63; Mín. 1; Máx. = 5; DP = 1,47), a média de intimidade com o mandante também ficou ente "pouco íntima" e "mais ou menos íntima" (M = 2,40; Mín. 1; Máx. = 5; DP = 1,64).

Em geral, na maior parte dos casos, a morte das adolescentes foi a mando de alguém, e em diversos casos o mandante, estava privado de liberdade. Foram mortes marcadas pela crueldade, vistas em diversos disparos de arma de fogo, tortura e queima de seus corpos, com a ordem vinda por pessoas que não executaram o crime.

TABELA 36

DISTRIBUIÇÃO DE CARACTERÍSTICAS RELACIONADAS AO SUPOSTO AUTOR E/OU MANDANTE DO HOMICÍDIO (continua)

VARIÁVEL	NÍVEIS	*f*	%	% VÁLIDA
A seguir serão feitas perguntas relacionadas a pessoa acusada de ter cometido o crime, você se sente confortável em responde-las?	Sim	44	71,00	72,10
	Não	17	27,40	27,90
	Missing	1	1,60	-
A adolescente conhecia a pessoa acusada pelo crime?	Sim	22	35,50	64,71
	Não	12	19,40	35,29
	Não sabe	14	22,60	-
	Missing	14	22,60	-
A morte da adolescente foi a mando de alguém?	Sim	19	30,60	59,38
	Não	13	21,00	40,63
	Não sabe	15	24,20	-
	Missing	15	24,20	-
O mandante estava privado de liberdade?	Sim	6	9,68	54,55
	Não	5	8,06	45,45
	Não sabe	8	12,90	-
	Missing	43	69,35	-

TABELA 36

DISTRIBUIÇÃO DE CARACTERÍSTICAS RELACIONADAS AO SUPOSTO AUTOR E/OU MANDANTE DO HOMICÍDIO (conclusão)

VARIÁVEL	NÍVEIS	*f*	%	%
A família conhecia o(a) mandante do crime?	Sim	4	6,45	23,53
	Não	13	20,97	76,47
	Não sabe	2	3,23	-
	Missing	43	69,35	-
A família conhecia o(a) autor(a) do crime?	Sim	13	21,00	32,50
	Não	27	43,50	67,50
	Não sabe	8	12,90	-
	Missing	14	22,60	-
A família sabe o que aconteceu com o(a) acusado(a) pela morte da adolescente?	Sim	24	38,70	88,89
	Não	3	4,80	11,11
	Não sabe	20	32,30	-
	Missing	15	24,20	-
O que aconteceu? (Em decorrência do homicídio)	Foi preso(a)	14	22,60	56,00
	Foi morto(a)	2	3,20	8,00
	Está em liberdade	6	9,70	24,00
	Outro	3	4,80	12,00
	Não sabe	22	35,50	-
	Missing	15	24,19	-
Você conhece as circunstâncias da morte da adolescente?	Sim	56	90,30	94,90
	Não	3	4,80	5,10
	Não sabe	2	3,20	-
	Missing	1	1,60	-

O fato de mais da metade das mortes ter sido ordenada por outras pessoas, denunciam a organização e a hierarquia da estrutura desse poder paralelo. Se há uma pessoa que manda e outra que realiza o ato, há poder e há hierarquia sustentando essas relações. Quem puxa o gatilho é apenas a ponta de uma coletividade organizada, que possui meios para equipar o autor do crime para tal. Ainda que a maior parte das famílias não conhecessem a pessoa que cometeu o crime, nem o mandante **Tabela 35**, houve casos, em menor quantidade, em que as adolescentes conheciam os autores dos crimes e, como dito anteriormente, o ex-namorado foi esse autor, por não aceitar o fim da relação. E ainda que na maior parte dos casos o ofensor tenha sido preso, uma parcela expressiva segue em liberdade **Tabela 35**.

5.3. VIDA APÓS A MORTE

Aqui se faz importante destacar dois pontos a serem observados após a morte da adolescente. Como já visto ao longo deste relatório, a família e a comunidade buscas se reestabelecer após o homicídio, encontrando formas de elaborar a perda de um membro por uma complexa cadeia de motivos e forças. O primeiro ponto é relacionado às estratégias de enfrentamento adotadas por familiares, a segunda destaca como a mídia aborda esses casos.

5.3.1. ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO POR PARTE DOS FAMILIARES

A baixa capacidade da rede pública de atendimento às famílias vítimas de homicídio pode ser percebida nas instituições acessadas pelos familiares após a morte da adolescente. A baixa procura por equipamentos públicos é uma marca comum nesses casos, entre aqueles mais procurados se destacam a delegacia de polícia e as unidades básicas de saúde **Tabela 30**. A dor sentida por essa família, em especial as mães e avós, não encontram acolhimento nas instituições públicas quando essas são acessadas para dar seguimento à investigação da morte de suas filhas e netas, onde assistem o desrespeito pela memória das filhas, bem como assumem risco à vida, considerando que as facções podem compreender a presença maior de policias como um fator de risco.

Em alguns casos, é possível observar a organização autônoma dessas mães em coletivos, os quais buscam respostas efetivas para os crimes. Esses grupos oferecem



apoio a essas mulheres, bem como um espaço para dar vazão ao que elas sentem, espaço onde as dores são compartilhadas na escuta e no afeto, sem julgamentos ou acusações. Poucas famílias mudam de endereço após a morte das meninas, tendo em vista que residem em casas próprias **Tabela 34**, o que pode colocá-las em risco de morte. Essa é uma luta por justiça que provoca incômodo em diversas áreas e poderes, tanto entre os que seguem a lei quanto aqueles que a subvertem pelo crime.

5.3.2. ABORDAGEM DA MÍDIA

Em certa medida, os homicídios são retratados de modo escancarado e com traço moralizante, ou seja, dependendo da vítima, o fato ocorrido pode ser classificado como "tragédia" ou "acerto de contas". No fim das contas, o que se percebe é a culpabilização da vítima, onde se observa todos os elementos descritos anteriormente, tendo sua vida exposta e analisada detalhadamente, buscando encontrar na pessoa morta a culpa pelo crime. Esse fenômeno parece ser mais forte quando a vítima é um adolescente pobre e não branco, visto que de início é assumido a sua relação com alguma facção criminosa ou com algum crime, que esse deve vir de uma família "desestruturada" e que morreu porque mereceu.

Novamente a presença da negação ao luto por essa morte pode ser vista, não há por que chorar por uma vida indigna (BUTLER, 2015), ao passo que aqueles que se engajam na proteção e cuidado desse segmento da população sofrem críticas. Em alguma medida um conjunto de crenças começa a se formar, e giram em torno de que aquele corpo que está sendo lacerado pela TV não merece estar vivo, e a culpa é dele próprio (WRIGHT; WASHINGTON, 2018). Ademais, o indivíduo que consome esse conteúdo pode encontrar nele reforço para crenças que explicam o mundo e a sociedade, as quais tomam por base o autoritarismo e a dominância social, podendo ainda provocar o aumento da sensação de insegurança e de medo do crime (SOUZA, 2018).

Ao que compete a discussão estabelecida por esse relatório, o que se observa ainda é um efeito de um fenômeno psicológico descrito como "atração por eventos mórbidos", por meio do qual indivíduos consomem informações e conteúdo acerca de mortes violentas e outros eventos perversos. As mortes das adolescentes retratadas por essa pesquisa foram em sua maioria divulgadas na internet e em programas de televisão, mesmo sem a autorização da família **Tabela 34**. Isso denuncia como a morte dessas adolescentes é encarada pela sociedade, após a sua morte, seu corpo e sua memória sofrem diversos golpes, que têm por objetivo esvaziar aquele corpo de humanidade (FOUCAULT, 2014).

Nesse processo é inegável a interação dos marcadores aqui destacados, visto que a morte de meninos e meninas não é abordada da mesma maneira, da mesma forma que a de brancos e não-brancos não é, muito menos a de ricos e pobres.

As interseções que compõe a posição-sujeito das adolescentes aqui retratadas colocam-nas na base de uma pirâmide de privilégios, aos quais elas não tiveram acesso em vida e ainda são excluídas após a morte.



RECOMENDAÇÕES

Para implementação das recomendações, no intuito de proteger a vida de adolescentes e jovens, é necessário a ampliação e execução da previsão orçamentária das políticas públicas dos municípios e estado, considerando as funções do executivo, legislativo e conselhos de defesa de direitos.

As instâncias devem considerar a superação das precárias condições de vida das adolescentes em termos estruturais no que concerne à moradia, saneamento, transporte, urbanização, lazer, mobilidade, direito à cidade, entre outros fatores.

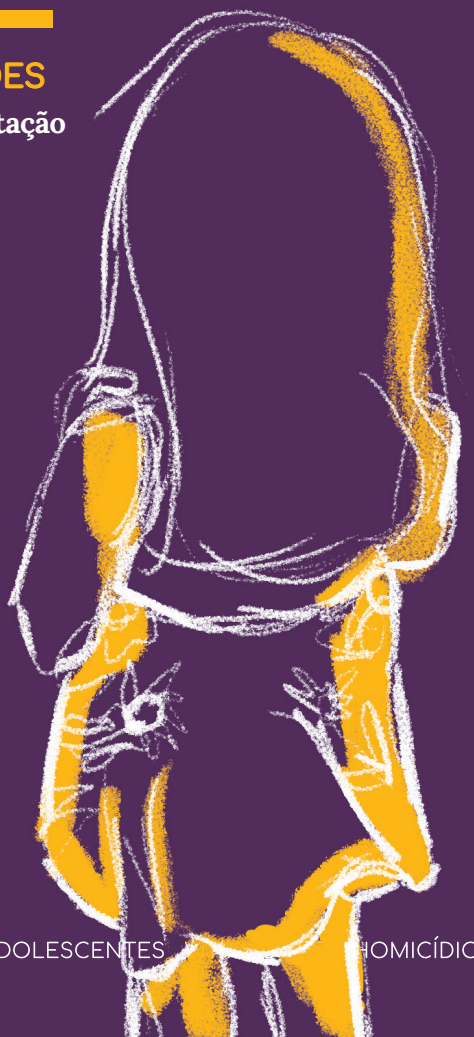
AÇÕES/RECOMENDAÇÕES

Será considerado na apresentação das recomendações:

62:
MENINAS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO

71:
MENINAS VIVAS

133:
TODAS AS PARTICIPANTES DA PESQUISA





EIXO 1:
PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

RESULTADO ESPERADO 1:

Prevenir violência contra adolescentes e jovens mulheres por meio do fortalecimento da rede de atendimento e proteção

VIRTUAL

EVIDÊNCIAS:

A Internet é um ambiente de risco para adolescentes. Do total de meninas vítimas de homicídio, 50% delas foram ameaçadas por redes sociais, de acordo com seus familiares; as ameaças à vida das adolescentes ocorrem tanto por WhatsApp quanto em páginas abertas no Facebook.

AÇÕES/RECOMENDAÇÕES:

- À Secretaria de Segurança Pública: implantar canais seguros por meio virtual e telefônico para a formulação de denúncias de violência de gênero com maior retaguarda as vítimas, preservando o anonimato;
- Ao Ministério Público: desenvolver programa de monitoramento e enfrentamento de ameaças e outras violações de direitos humanos com foco nas redes sociais, com pessoal e equipamentos especializados;
- À Secretaria de Segurança Pública e ao Ministério Público do Ceará: incidir nas mídias sociais para identificar e excluir páginas com ameaças a meninas e jovens;
- Às Secretarias municipais e estadual de educação: formular programas de educação nas escolas públicas para uso seguro da internet.

COMUNITÁRIO

EVIDÊNCIAS:

A violência contra as adolescentes também é frequente no ambiente comunitário e dos logradouros públicos. Das meninas vítimas de homicídio 42,62% eram impedidas de frequentar algum território, 35,06% tinham medo de ir a algum lugar e 24,14% tinham conflitos no bairro.

AÇÕES/RECOMENDAÇÕES:

- À Secretaria de Segurança Pública e ao Ceará Pacífico: universalizar estratégias de segurança comunitária em todo o estado para a circulação das adolescentes mulheres nos territórios, construída juntamente com as comunidades, levando em conta as peculiaridades de cada uma;
- À Secretaria Estadual de Cultura: promover alternativas culturais, submetidas as decisões das comunidades, que fortaleçam os vínculos e criem redes solidárias com as famílias de vítimas de homicídio;

- Ao poder executivo municipal: fortalecer, por meio de financiamento público e assistência técnica, as redes de artistas e ativistas comunitários para que desenvolvam ações de proteção agregando adolescentes provenientes de grupos armados;
- Às secretarias municipais de infraestrutura: iluminar, qualificar e sanear as áreas urbanas periféricas.

Familiar

Evidências:

A violência intrafamiliar está presente na vida das adolescentes de ambos os grupos. Em relação ao grupo de meninas vítimas, em casa, a violência mais comum é a violência física (44,07%), seguida de agressão psicológica (19,30%).
No grupo de meninas vivas, no ambiente doméstico, a violência mais comum também é a violência física (26,76%), seguida de agressão psicológica (23,94%).

Ações/Recomendações:

- Às Secretarias Municipais e Estadual de Educação: desenvolver ações de apoio, informação e orientação familiar nas escolas, por meio de palestras e rodas de conversas periódicas, incorporadas ao calendário escolar;
- Às Secretarias Municipais de Assistência Social: ampliar as equipes e o orçamento no âmbito da Assistência Social, por meio dos CRAS e CREAS para fortalecimento das ações do PAIF e PAEFI para ajuda, apoio e orientação psicossocial aos familiares;
- Às Secretarias Municipais de Assistência Social e Saúde: inserir o tema da prevenção de homicídios na adolescência nas ações de formação permanente e continuada dos profissionais de UBS, CRAS, CREAS, Centros POP e CAPS.
- À Secretaria Municipal de Saúde: ampliar as equipes e o orçamento dos CAPS para ajuda, apoio e orientação as familiares;
- Ao Poder Executivo Municipal: implantar novos Conselhos Tutelares e fortalecer, através da formação continuada os existentes, para mediação de conflitos intrafamiliares e aplicação de medidas de proteção.

Individual

Evidências:

Do grupo de adolescentes vítimas de homicídio, 88% já haviam sofrido algum tipo de violência, seja física, psicológica, moral, sexual, patrimonial ou institucional. Na maior parte dos casos não houve denúncia do agressor (66,67%), mesmo a adolescente conhecendo a lei Maria da Penha (69,44%). Nos casos em que houve busca as instituições, 37,50% buscaram instituições de segurança pública.

No tocante ao grupo de meninas vivas, na maior parte dos casos também não houve denúncia do agressor (83,33%), mesmo a adolescente conhecendo a lei Maria da Penha (100%). Nos casos em que houve busca as instituições 28,57% buscaram a segurança pública

Ações/Recomendações:

- Ao Governo do Estado: fortalecer e ampliar a equipe do GAVV (Grupo de Apoio a Vítimas de Violência) por meio da formação de agentes da segurança na perspectiva de gênero para que não revitimizem mulheres vítimas de violência doméstica;
- Ao Governo do Estado: financiar e ampliar o recurso estadual que garanta o pleno atendimento da Casa da Mulher Brasileira no atendimento às vítimas de violência doméstica e feminicídios;
- Ao Governo do Estado: garantir, por meio do pleno funcionamento dos programas de proteção e de outras estratégias, a segurança e a proteção das vítimas após denúncia; tendo em vista a demora na investigação e a punição dos responsáveis;
- Aos Conselhos Municipais e Estadual de Direitos de Crianças e Adolescentes: fomentar editais através dos recursos do Fundo da Infância e Adolescência que incorporem linhas de financiamento com enfoque em gênero e trabalho direto com grupos de meninas.



EIXO 2:
COMUNICAÇÃO E CULTURA

RESULTADO ESPERADO 2:

Possibilitar e fomentar o acesso à cultura e à comunicação crítica e democrática

AÇÕES/RECOMENDAÇÕES:

- **Às Secretarias Municipais e Estaduais de Educação: produzir materiais de comunicação e conteúdos virtuais interativos para autoproteção, com a participação de crianças e adolescentes, para o uso seguro das redes sociais e aplicativos de mensagens (cartilhas, vídeos, materiais audiovisuais, podcasts).**
- **Às Secretarias Municipais e Estaduais de Juventude: fomentar a publicação de editais que destinem recursos para atividades de jovens no campo da prevenção à violência;**
- **Às Secretarias Municipais e Estaduais de Cultura: fomentar a publicação de editais públicos para projetos culturais com adolescentes e jovens com linhas específicas que tematizem a questão de gênero e/ou que priorizem diretamente grupos/coletivos formados por meninas;**
- **À Secretaria de Cultura do Estado: promover apoio financeiro e dar visibilidade a coletivos juvenis femininos nas comunidades, por meio de mídias sociais e outros veículos de comunicação que promovam comunicação protetiva e não discriminatória;**
- **A sociedade civil organizada: fomentar e fortalecer jovens mulheres como agentes de transformação na perspectiva da prevenção a violência de gênero, reconhecendo a pedagogia, metodologias e saberes do território com linguagem acessível;**
- **Às Tvs e rádios públicas: destinar tempo para ações de prevenção à violência de gênero**



EIXO 3:
PROTEÇÃO À VIDA

RESULTADO ESPERADO 3:

Proteger à vida de adolescentes ameaçadas

EVIDÊNCIAS:

Não podemos desprezar as ameaças. Das adolescentes vítimas de homicídio, 56,86% sofreram ameaça antes do homicídio e 35,09% tinham medo de ir a algum lugar.

AÇÕES/RECOMENDAÇÕES:

- **Ao Governo do Estado: implementar e promover a interiorização de Delegacias de Defesa da Mulher, Delegacia de Combate a Exploração da Criança e Adolescente (DECECAS) e DCAS visando o fortalecimento da polícia investigativa, a partir dos casos de ameaças e CVLIs de adolescentes e jovens;**
- **Ao Governo do Estado: reforçar o sistema de proteção a pessoas ameaçadas (por meio dos programas de proteção - PPCAAM, PROVITA e PPDDH);**
- **Ao Governo do Estado: criar programas de proteção que promovam a convivência familiar e comunitária (Ex: Famílias acolhedoras/solidárias);**
- **À Defensoria e ao Ministério Público: implementar núcleos de mediação de conflitos nos territórios para resolução de casos de ameaça e violência contra a mulher;**
- **Ao Governo do Estado: implantar canais de denúncia (via telefone, Whatsapp), acessíveis em todo o Ceará, com estabelecimento de fluxo de proteção para adolescentes e mulheres vítimas de homicídio de violência das facções, incluindo a comunicação entre Conselhos Tutelares, CREAS e Delegacias;**
- **Às Delegacias de Defesa da Mulher: promover formação de escrivães e escrivãs para escuta e acolhida sensível as mulheres nas delegacias.**



EIXO 4:
ATENÇÃO À SAÚDE E AOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

RESULTADO ESPERADO 4:

Garantir atenção à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes e jovens

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

EVIDÊNCIAS:

A maioria das adolescentes vítimas de homicídio não frequentava ginecologista e tampouco utilizava métodos contraceptivos. No tocante ao grupo de meninas vítimas de homicídio 54,55% não iam ao ginecologista. Não faziam uso de métodos contraceptivos 57,41%, e entre aquelas que faziam, o método mais frequente, de acordo com os respondentes, era o anticoncepcional (f = 20). Adolescentes vítimas de homicídio que tinham filhos, 18,30% ficaram grávidas, em média, aos 15 anos de idade.

Em relação ao grupo de meninas vivas, a maior parte também não tinha acesso ao ginecologista (40,80%). Não fazia uso de algum método contraceptivo (80,88%), e entre aquelas que faziam, o método mais frequente, de acordo com os respondentes, era igualmente o anticoncepcional (f = 12). No grupo de meninas vivas, 17,70% das adolescentes que tinham filho, ficaram grávidas, em média, aos 15 anos de idade.

AÇÕES/RECOMENDAÇÕES:

- **Às Secretarias Municipais e Estaduais de Educação: efetivar políticas e programas para adolescentes meninas sobre saúde sexual e direitos reprodutivos em espaços de cultura e educação. A exemplo do laboratório do adolescente realizado no Cuca Barra;**
- **Às Secretarias Municipais e Estaduais de Educação: incluir nos eixos do programa de integração saúde-escola a educação em autoproteção para prevenção de abusos e assédios contra adolescentes;**
- **Às Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde: facilitar o acesso das adolescentes aos preservativos com programas de distribuição em espaços frequentados pelas adolescentes: escolas, equipamentos culturais, equipamentos de saúde e assistência.**



Gênero e Feminicídio

Evidências:

Indicar os dados sobre homofobia ou outras discriminações de gênero e sobre indicadores de feminicídios.

Ações/Recomendações:

- Às Secretarias Municipais e Estaduais de Educação: ampliar e fortalecer a formação de professores para trabalhar com as estudantes questões de gênero, antissexismo e discriminações contra LGBTs;
- Às Secretarias Municipais e Estaduais de Educação: incluir nos temas curriculares transversais a educação sexual com enfoque nas dúvidas e vivências das crianças e adolescentes;
- Às Secretarias Municipais e Estaduais de Educação: favorecer a criação de espaços alternativos à sala de aula para a discussão nas escolas sobre questões de gênero e de violência contra a mulher.



EIXO 5:
ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO ÀS FAMÍLIAS DAS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO

RESULTADO ESPERADO 5 :

Garantir assistência e proteção aos familiares de vítimas de homicídio, com atenção especial aos/as filhos/as das adolescentes

EVIDÊNCIAS:

No que se refere à rede institucional acessada pela adolescente e pelos familiares após o homicídio, em linhas gerais, a frequência de atendimento é baixa, ficando entre "nunca" e "raramente". No entanto, as instituições com maior média de contato é o CRAS (M = 1,90; DP = 0,99) e o Conselho Tutelar (M = 1,69; DP = 0,97).

Das adolescentes vítimas de homicídio, 18% tinham filhos/as.

AÇÕES/RECOMENDAÇÕES:

- **A Secretarias Municipais e estadual de Saúde: implementar programa/projeto de atenção psicossocial aos familiares das vítimas de homicídio, em especial aos órfãos das meninas assassinadas;**
- **Aos poderes legislativo, executivo e judiciário estadual e federal: garantir previdência aos órfãos da violência por meio da regulamentação de um benefício assistencial para os/as dependentes vulneráveis de vítimas de crimes dolosos;**
- **Aos poderes executivos municipais e estadual: promover formações para equipes profissionais da Rede de Proteção (Educação, Assistência Social, Saúde e Cultura) a partir da perspectiva interseccional de gênero, raça, classe e faixa etária para atendimento aos familiares;**
- **Aos poderes executivos municipais e estadual: realizar concursos públicos e construção de carreiras profissionais para trabalhadores das políticas sociais;**
- **Ao Governo do Estado: ampliar e fortalecer a rede de atenção às vítimas no estado do Ceará: CRAVV, Rede Acolhe e NUAV.**



EIXO 6:
PERMANÊNCIA NA ESCOLA E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

RESULTADO ESPERADO 6:

GARANTIR A PERMANÊNCIA DE MENINAS NA ESCOLA E A PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

EVIDÊNCIAS:

O acesso e permanência na escola ainda é um desafio na vida das meninas vulneráveis ao homicídio. No tocante a todas as participantes da pesquisa, a maior parte tinha somente o ensino fundamental (59,20%), metade estava fora da escola (50,40%), a maior parte estudava pela tarde (45,70%) ou manhã (28,30%), sendo a escola no bairro em que a adolescente residia (33,80%).

O que motivou as meninas vítimas de homicídio a abandonar a escola foi principalmente desinteresse (22,22%), seguido por uso de drogas (13,89%) e envolvimento com facção (11,11%), ao passo que o que motivou as meninas vivas a abandonarem a escola foi a gravidez (29,03%), o desinteresse (25,81%) e a mudança de endereço (9,86%).

A escola também aparece como um lugar de conflitos. 18,33% dos familiares das meninas assassinadas alegaram que a adolescente provocou agressão física, que 15,00% sofreram ameaça e 13,56% foram vítimas de bullying.

No grupo de meninas vivas, destaca-se que foram vítimas de bullying 30,99%, sofreram agressão física 21,13%, provocaram agressão física 18,31% e sofreram ameaça 14,29%.

AÇÕES/RECOMENDAÇÕES:

ESCOLA

- **Às Secretarias Municipais e Estadual de Educação: oportunizar as escolas o monitoramento das trajetórias escolares de meninas, especialmente nos bairros e distritos que registraram casos de violência doméstica e feminicídios;**
- **Às Secretarias Municipais e Estadual de Educação: elaborar projetos e programas para trabalhar competências socioemocionais de meninos e meninas nas escolas;**
- **Às Secretarias Municipais e Estadual de Educação: promover e implementar metodologias de mediação de conflitos e cultura de paz nas escolas;**
- **Às Secretarias Municipais e Estadual de Educação: formar professores e o núcleo gestor da escola para o trabalho com adolescentes na perspectiva de gênero, raça e classe buscando o fortalecimento da autoestima e o empoderamento de meninas;**
- **Às Secretarias Municipais e Estadual de Educação: garantir a existência e o devi-**

do funcionamento em todas as escolas das Comissões de Notificação e prevenção à violência doméstica contra criança e adolescente, garantindo a segurança dos profissionais e o sigilo das vítimas; conforme LEI N° 13.230, DE 27.06.2002.

- Às Secretarias Municipais e Estadual de Educação: estabelecer no projeto pedagógico escolar ações de incentivo à permanência e a busca ativa escolar;
- Às Secretarias Municipais e Estadual de Educação: sensibilizar, formar, acompanhar e avaliar por meio das CREDES as ações dirigidas as escolas.

Poder Público e Comunidade

- Ao poder executivo municipal: universalizar a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches e berçários de forma a atender as necessidades de crianças até 3 anos até o final da vigência do plano nacional e municipal de educação;
- Ao poder executivo municipal: implementar a lei 13.935/2019 que garante profissionais da Psicologia e do Serviço Social nas redes públicas de educação básica para acompanhamento das trajetórias escolares, de programas de incentivo a permanência na escola e atendimento psicossocial de estudantes vulneráveis à violência;
- Às universidades, à sociedade civil organizada e ao Poder Legislativo: monitorar a atualização da lei 13.230, de 27.06.2002 que prevê a criação das comissões de notificação de violência nas escolas;
- Aos poderes executivos estadual e municipais: destinar recurso financeiro a escolas que aderirem a programas de enfrentamento ao racismo, à violência de gênero e lgbtfobia que perdure no decorrer do ano letivo e não somente em datas específicas, com formação continuada das equipes;
- À sociedade civil organizada: incluir nos projetos pedagógicos escolares ações integradas e educação entre pares, por meio da arte e cultura nas comunidades, para fortalecimento das identidades juvenis;
- Às Universidades Estaduais e Federais: implementar projetos de ensino (PIBID), pesquisa e extensão que atuem nas escolas, promovendo ações preventivas da violência, bem como, formar profissionais sobre a diversidade de temas sobre as juventudes.



EIXO 7:
FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE E INSERÇÃO LABORAL

RESULTADO ESPERADO 7:

Oferecer formação profissionalizante e inserção laboral de adolescentes e jovens

EVIDÊNCIAS:

Em relação ao grupo de meninas vítimas de homicídio: 48,39% exerceram alguma atividade remunerada, sendo dessas apenas uma menina (3,3%) com carteira assinada. A atividade laboral começou, em média, aos 15 anos (Mín. = 11 anos; Máx. = 19 anos; DP = 1,92), e em 60% dos casos a adolescente contribuía com o sustento da família com essa renda.

Do total de meninas vivas, 27,14% exerceram alguma atividade remunerada, nenhuma dessas com carteira assinada. A atividade laboral começou, em média, aos 14 anos (Mín. = 11 anos; Máx. = 18 anos; DP = 1,68). Em 50% dos casos a adolescente contribuía com o sustento da família com essa renda.

As adolescentes tanto no grupo de meninas vítimas de homicídio como no grupo de meninas vivas exerciam atividades relacionadas ao cuidado de crianças e idosos, como também venda de lanches e roupas.

AÇÕES/RECOMENDAÇÕES:

- À Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado (STDS): implementar programas de incentivo a educação profissional para mulheres adolescentes e jovens;
- À Secretaria Estadual de Educação: ampliar as escolas profissionalizantes, considerando os interesses das adolescentes e jovens na oferta de cursos;
- Aos Governo Municipais e Estadual: fomentar editais que promovam a profissionalização para a inserção de jovens no mercado de trabalho;
- À Secretaria Estadual de Educação: diversificar os currículos da educação integral e profissionalizante a partir dos temas de interesse das adolescentes.

- **Ao Ministério Público do Trabalho: Intensificar a fiscalização em observância a Constituição, ao ECA e a Lei 10.097 de 19 de dezembro de 2000 – Lei do aprendiz - de forma a promover a regulamentação do trabalho de adolescentes e jovens e a prevenir situações de trabalho infantil;**
- **Aos Governos Estadual e Municipais, estabelecer parcerias com o sistema S para a inclusão de jovens dos territórios mais vulneráveis a homicídio, em cursos de formação profissional, disponibilizando bolsas de iniciação profissional;**
- **Às Secretarias Estadual e Municipais de Cultura: estabelecer parceria com iniciativa privada para a inclusão laboral de jovens por meio do desenvolvimento de escolas profissionalizantes, atentando-se as potencialidades da economia local.**





EIXO 8:
CIDADE, ESPORTE, LAZER E CULTURA

RESULTADO ESPERADO 8:

Garantir atividades de lazer, esporte e cultura nos bairros e distritos – em cidades do Interior – para meninas

EVIDÊNCIAS:

Em ambos os grupos, as adolescentes frequentam atividades de lazer de forma geral como idas a praia, festas, uso da internet, sair com os amigos, ouvir músicas e ir ao shopping. No entanto, em relação às atividades de lazer no bairro, em relação ao grupo de meninas vítimas de homicídio, as respostas mais frequentes foram "não possui" (22,54%), seguido de ida à "praça" (11,27%).

Por sua vez, em relação ao grupo de meninas vivas, uma frequência semelhante pode ser vista, pois a resposta mais frequente foi também "não possui" (30,99%), seguido da ida à "praça" (19,72%).

AÇÕES/RECOMENDAÇÕES:

- Às Secretarias Municipais e Estadual de Esporte: diversificar programas/projetos e equipamentos esportivos nas escolas e nos bairros, considerando as demandas dos adolescentes e jovens e dos territórios;
- Ao poder executivo municipal: fornecer passe-livre para estudantes nos fins de semana para acesso a diversos equipamentos de cultura e lazer na cidade.
- À Secretaria de Cultura do Estado: descentralizar as ações dos equipamentos em outras microáreas do território e garantir o equilíbrio de gênero na oferta de formações;
- Às Secretarias Estadual e Municipal de Cultura: garantir creches (atividade com crianças) para filhas/os de adolescentes participantes de cursos nos equipamentos culturais do estado e dos municípios para promover a participação e acesso de mulheres mães à cultura e arte;
- À Coordenadoria da Juventude da Prefeitura Municipal de Fortaleza; efetivar a ampliação de equipamentos de cultura, esporte e lazer nas comunidades, a exemplo dos CUCAs;
- Ao poder executivo municipal: desenvolver e ampliar estratégias e mecanismos de mobilidade urbana, de modo a possibilitar que adolescentes e jovens possam exercer o seu direito à cidade;
- À Secretaria de Cultura do Estado e dos Municípios: fomento e manutenção de bibliotecas comunitárias nos bairros da periferia e distritos.



EIXO 9:
MONITORAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E FEMINICÍDIO

RESULTADO ESPERADO 9:

Monitorar de forma permanente dados de violência doméstica, institucionais, políticas e outras mais que foram evidenciadas nesta pesquisa e homicídios de meninas

EVIDÊNCIAS:

O monitoramento de dados semestrais realizados por este comitê, permitiu analisar que na comparação entre os anos de 2017 e 2018, houve aumento de 42,50% na morte de pessoas do sexo feminino no Estado, na faixa etária de 10 a 19 anos, passando de 80 para 114. Se o ano de comparação for 2016, quando houve 27 assassinatos, a variação chega a 322%.

Tal análise foi considerada justificativa para o ingresso em campo na busca de evidências de processos de vulnerabilização que levaram ao aumento exponencial no número de assassinatos de meninas no estado do Ceará, na perspectiva de recomendar ações de políticas públicas.

AÇÕES/RECOMENDAÇÕES:

- **Ao Comitê pela prevenção e combate à violência: monitorar dados semestrais de feminicídio e outras violências sofridas por adolescentes mulheres;**
- **Às Universidades Públicas: fomentar oficinas de extração e análise de dados públicos sobre feminicídios e violências doméstica, institucionais, políticas e outras mais que foram evidenciadas nesta pesquisa, para controle social dos movimentos sociais, ONGs e lideranças comunitárias;**
- **Às Secretarias de Segurança Pública e de Saúde do estado: Estabelecer um fluxo de transferência de dados para o Comitê pela Prevenção e Combate à Violência para produção e análise de informações sobre violência doméstica e Feminicídio;**
- **Ao Conselho Estadual e conselhos municipais de defesa dos direitos de crianças e adolescentes: acompanhar os monitoramentos de dados de homicídios contra adolescentes, em especial aqueles baseados em violência de gênero e colocar nos seus planos de trabalho uma agenda de enfretamento aos homicídios na adolescência.**

NOTA METODOLÓGICA E O CAMPO DE PESQUISA



MÉTODO

A presente pesquisa apresenta um delineamento do tipo levantamento ou survey. Partindo do fato de que o ano de 2018 foi o mais violento para meninas e mulheres cearenses. Considerando os princípios e critérios que fundamentam as atividades de pesquisa do comitê, a população investigada neste estudo foram as famílias de meninas entre 10 e 19 anos, vítimas de homicídio no referido ano.

Porém, levando em conta experiências anteriores, as quais evidenciam as dificuldades em localizar as famílias, especialmente as que residem em cidades do interior do estado, bem como visando garantir uma maior exequibilidade, foram incluídos apenas os casos de cidades com mais de duas ocorrências. Dessa forma, dos 120 casos, distribuídos em 30 cidades, 98 foram considerados como sendo a base amostral desta investigação.

Além de entrevistar as famílias, a ida a campo teve um segundo intuito, a construção de uma outra fonte de informação que



permitisse a comparação dos dados, proporcionando elementos adicionais à investigação da vulnerabilidade à homicídios. Dessa forma, esta pesquisa conta com dois grupos, o primeiro é formado por familiares de meninas entre 10 e 19 anos, vítimas de homicídio, ao qual nos referiremos como grupo experimental ou grupo de meninas vítimas. Por sua vez, o segundo grupo é constituído por meninas, também entre 10 e 19 anos, em condições similares aquelas em que as meninas do grupo experimental viviam, nos referiremos a esse grupo como grupo controle ou grupo de meninas vivas.

A constituição do grupo controle aconteceu por meio de pareamento caso a caso, desse modo, após a aplicação de um questionário com determinada família, buscava-se uma menina com algumas características semelhantes àquela que foi vítima de homicídio. Essas características são aqui consideradas como variáveis controladas, sendo essas escolhidas com base em pesquisas anteriores, bem como com o intuito de evitar vieses, em particular aqueles relacionados a questões ligadas a vulnerabilidade social. As variáveis controladas foram:

Local de residência: a adolescente para ser incluída no grupo controle deveria, necessariamente, morar próximo à casa onde a adolescente vítima de homicídio residia. Com isso as variáveis socioeconômicas poderiam ser mais próximas;

Idade: a adolescente do grupo controle deveria ter a idade próxima a adolescente vítima de homicídio, sendo tolerada a diferença de um ano, para mais ou para menos;

Filhos: Caso a adolescente vítima tivesse filhos, a adolescente do grupo controle também deveria ter;

Abandono escolar: Nos casos em que a adolescente vítima estivesse fora da escola, a adolescente inclusa no grupo controle também deveria estar;

Participação em projetos sociais: Caso a adolescente tenha participado de projetos sociais em algum momento da vida a

22 ■ Local de residência: χ^2 (8) = 1,51; ρ = 0,92; Idade: t = 1,48; ρ = 0,14; Filhos: χ^2 (1) = 0,15; ρ = 0,90; Abandono escolar: χ^2 (1) = 2,74; ρ = 0,09; Participação em projetos sociais: χ^2 (7) = 9,31; ρ = 0,23.

adolescente para ser inclusa no grupo controle também deveria ter participado.

Testes estatísticos indicam que as variáveis não apresentam associação ou diferenças estatisticamente significativa em relação aos **grupos**[22] ▪ . Dessa forma, as diferenças e similaridades permitem compreender de modo mais preciso os mecanismos e processos relacionados vulnerabilização à homicídios. A escolha por esse método de construção do grupo controle, teve ainda o propósito de otimizar a ida a campo, principalmente nas cidades da região metropolitana e no interior, conferindo maior exequibilidade.

Em suma, esta pesquisa contou com a participação de 133 respondentes, divididos em dois grupos, meninas vítimas (experimental) e meninas vivas (controle), residentes de oito municípios do Ceará, são eles: Fortaleza, Maracanaú, Maranguape, Caucaia, Horizonte, Pacajus, Itarema e Sobral. Assim, conta-se com uma amostra não probabilística por conveniência.

O primeiro grupo é composto por 62 famílias, as quais representam 62,26% da base amostral, a um nível de confiança de 95% o erro amostral é 7,58%. Entre os respondentes, a maior parte era a mãe da adolescente (51,61%), seguido de irmã(ão) (12,16%), tia(o) (14,51%), entre outros, com média de idade de 46 anos (Mín. = 18 anos; Máx. = 72; DP = 13,00). Ao fim da pesquisa o grupo de meninas vivas contou com a participação de 71 adolescentes, com características similares ao grupo de meninas vítimas.

Apesar da técnica de pareamento para a composição do grupo controle, em alguns casos não foi possível a busca no território em que a adolescente residia por uma menina com características similares, principalmente por questões de segurança das pesquisadoras. Nesses casos optou-se por buscá-las em escolas e outras instituições nos territórios, processo que culminou em uma participação maior que a esperada. Diante disso, por uma questão ética optamos por considerar todos os questionários, ao passo que as nove participantes não implicam em um desbalanço entre os grupos.

Para o levantamento de informações em ambos os grupos, utilizou-se um questionário estruturado, contendo perguntas objetivas e subjetivas, em duas versões. A primeira continha 175 questões e era direcionado ao grupo de meninas vítimas, logo respondido pela família. As questões do primeiro instrumento foram agregadas em cinco blocos, a saber: (1) dados relativos à adolescente; (2) aspectos familiares; (3) homicídio; (4) contexto de risco; e (5) aspectos institucionais. O segundo instrumento era direcionado ao grupo de meninas vivas e continha 125 questões, agregadas em quatro





blocos, a saber: (1) dados relativos à adolescente; (2) aspectos familiares; (3) contexto de risco; e (4) aspectos institucionais. A principal diferença entre os instrumentos consiste na retirada do bloco relacionado ao homicídio.

A aplicação dos questionários ocorreu ente o dia primeiro de julho e 17 de outubro de 2019. As entrevistas foram conduzidas nas casas dos participantes, por duas pesquisadoras treinadas para tal finalidade, as quais, antes de se iniciar a aplicação do questionário, informava a respondente dos objetivos da pesquisa, bem como apresentavam o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Ademais, destacava-se que a participação na pesquisa era voluntária, que a respondente poderia se recusar a responder qualquer questão ou mesmo desistir do processo sem prejuízo algum, bem como a garantia de sigilo das informações.

Especificamente em relação ao grupo de meninas vivas, o processo aplicação do questionário tinha início pela apresentação dos objetivos da pesquisa às adolescentes e responsáveis, os quais entravam em contato com o TCLE, por meio do qual concordavam com a participação da adolescente na pesquisa. Após essa etapa a adolescente entrava em contato com o Termo de Assentimento, nesse momento era feita novamente a explicação da pesquisa, com ênfase na participação voluntária da pesquisa, no sigilo das informações, possibilidade de não responder alguma questão ou mesmo desistir durante o processo. Caso concordasse, o TA era assinado em duas visas, e dava-se início a aplicação.

A aplicação dos questionários aconteceu principalmente na casa das participantes, porém, como dito anteriormente, alguns foram aplicados em escolas e equipamentos da rede socioassistencial. Nesses casos, houve a autorização institucional para a aplicação do questionário, feita de forma verbal ou escrita. Não foi possível garantir a presença apenas da respondente em to-

dos os casos, em particular nos casos em que a aplicação ocorria na residência da participante, sendo a aplicação acompanhada por outros membros da família, aspecto que é mais bem descrito na análise dos processos subjacentes a realização desta pesquisa. No caso de aplicações conduzidas em outros locais, a respondente estava sozinha com as pesquisadoras.

O levantamento inicial dos endereços foi feito a partir dos dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Saúde do Ceará (SESA), confirmados pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS). O processo de localização das famílias no território foi mediado por serviços da rede socioassistencial, especialmente CRAS, CREAS e UBS, por meio do fornecimento de informações acerca do território e da família, e em diversos momentos chegando a destacar profissionais para acompanhar as pesquisadoras no campo.

Por se tratar de um tema de extrema complexidade e consequências, tanto psicológicas quanto sociais, a aplicação dos questionários reverberava no encaminhamento da família, quando esta demonstrava disposição e interesse, a equipamentos da rede socioassistencial, tanto voltados a atendimento básicos, como CRAS e UBS, bem como a serviços especializados ao atendimento de famílias com vítimas de homicídio, como a Rede Acolhe. Ademais, a segurança, tanto das respondentes quanto das pesquisadoras, foram prioridade no processo, quando as condições no território eram desfavoráveis para a abordagem ou prosseguimento da aplicação, as pesquisadoras agradeciam a participação e se retiravam. Protocolos de segurança internacionais foram seguidos, como mecanismos de comunicação e rastreio de localização durante a fase de campo. A todo momento as pesquisadoras estavam identificadas como ligadas a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, fornecendo o endereço e telefone do Comitê como referências em caso de dúvidas.

Apesar de não se configurar como pesquisa acadêmica, buscou-se seguir os pressupostos estabelecidos pela Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, que orienta a pesquisa em áreas relacionadas a ciências humanas. Além disso, visando garantir uma maior robustez ética, contou-se com a participação de um grupo composto por quatro pesquisadoras, doutoras e professoras de instituições públicas e privadas, ao qual nos referimos como consultoras. Essas acompanharam o processo de desenho e execução da pesquisa, visando garantir a qualidade dos aspectos éticos e técnicos da pesquisa.





Por fim, os dados quantitativos oriundos desse processo foram analisados por meio do SPSS (versão 21) sendo realizadas análises de frequência (tendência de centralidade e dispersão), testes de associação quiquadrado, além de teste t de Student. Por sua vez os dados qualitativos foram analisados por meio do IRAMUTEQ, sendo realizadas análises de similitude.

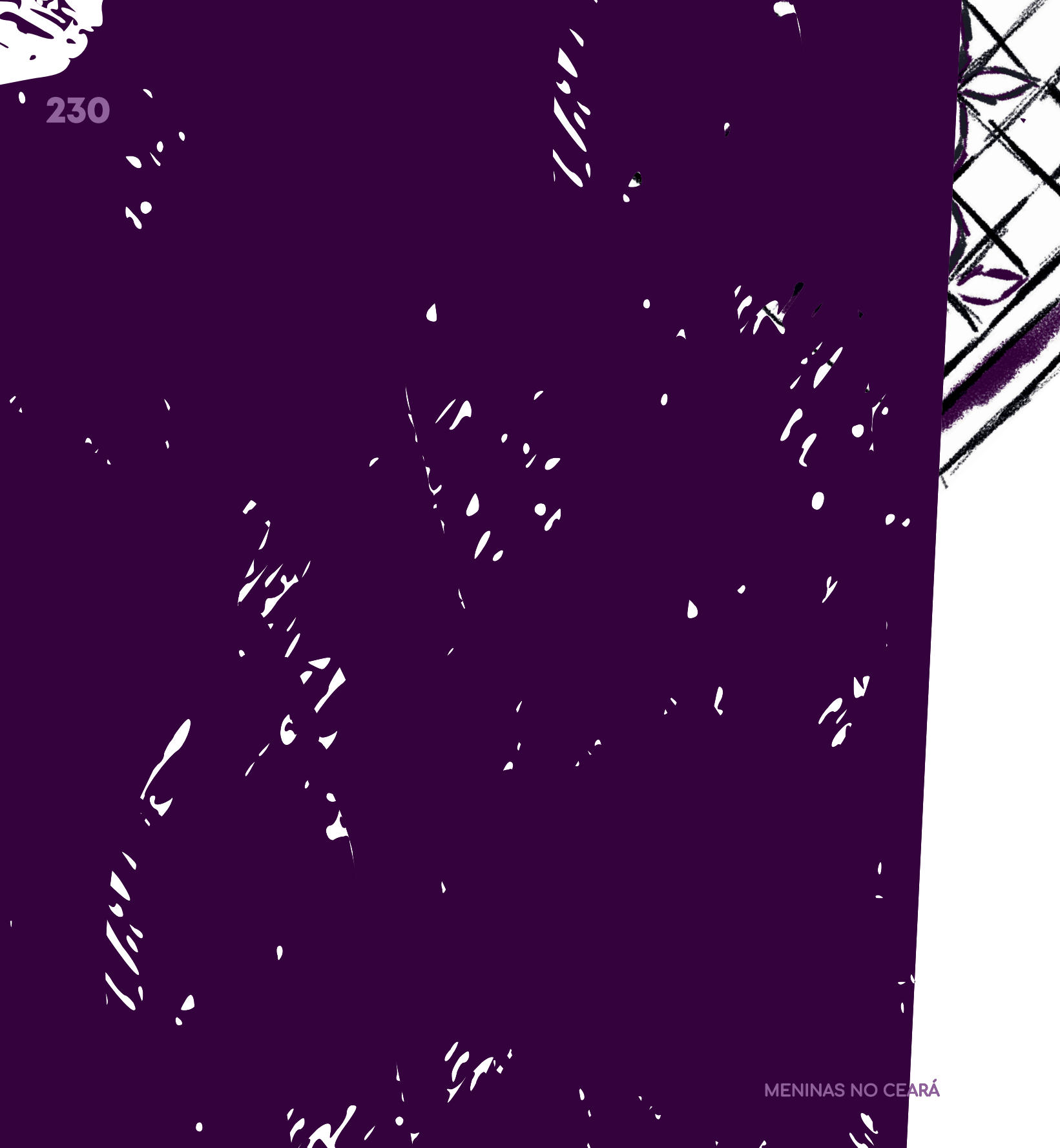
Como todo empreendimento científico, a presente pesquisa apresenta algumas limitações. Tento em vista o delineamento ex post facto dessa pesquisa, a alternativa viável para o levantamento de informações acerca dos aspectos psicossociais das adolescentes vítimas de homicídio foi a realização de entrevistas com os familiares. Por outro lado, para identificar possíveis fatores vulnerabilizantes ao homicídio é relevante a comparação com um grupo controle, optou-se então por entrevistar adolescentes vivas, residentes em contextos semelhantes às vítimas. Dessa forma, contar com duas fontes principais de informação, familiares da adolescente vítima de homicídio e meninas do grupo controle, implica na utilização de hetero e autorrelato. Essa limitação implica na compreensão dos dados de forma contextualizada, levando em consideração as fontes de informação, e o nível de precisão de cada uma. Porém, apesar disso, os resultados permitem identificar diferenças expressivas, além de possibilitar a inferência de alguns elementos vulnerabilizantes ao homicídio.

Uma outra possível limitação da pesquisa é em relação ao tamanho das amostras nos grupos. Apesar de esse ser um contingente relativamente pequeno quando se compara com outras pesquisas de levantamento, quando se observa as especificidades do objeto investigado, homicídio de meninas de uma determinada faixa etária, o tamanho populacional é, por si, relativamente reduzido. Além disso, ampliar o número de casos, incluindo anos anteriores, implica em baixa localização de famílias, tendo em vista os processos relacionados a dinâmica

familiar após o homicídio. Assim, ampliar o universo pesquisado poderia refletir numa amostra proporcionalmente menor, não resolvendo a limitação de maneira satisfatória.

Por fim, a abordagem não aleatória de participantes teve de ser escolhida, tendo em vista os processos vivenciados pela família, como mencionado anteriormente. O objetivo era um levantamento completo dos casos, ao passo que os não identificados podem ser compreendidos como morte amostral. O tamanho da amostra, bem como seu tipo, não permite a predição de eventos futuros, porém, descrevem de maneira satisfatória a realidade vivenciada pelas adolescentes cearenses, em consenso com os objetivos dessa pesquisa. Em empreitadas futuras sugere-se o acompanhamento longitudinal de adolescentes, bem como a ampliação da amostra.





FICHAS-SÍNTESE

MUNÍCIPIOS VISITADOS

Como dito anteriormente, a presente pesquisa visitou oito cidades e ouviu mais de 130 pessoas. Nesta seção serão apresentados aspectos relacionados a cada uma das cidades visitadas, com foco em aspectos relacionados a realização da pesquisa. Porém, antes de iniciar a contextualização do campo de pesquisa é valido observar a distribuição dos casos de homicídio de meninas nessas cidades. Na **Figura 1** é possível observar a distribuição dos casos para o estado e Fortaleza, ao passo que na **Figura 2** é possível observar a distribuição dos casos das cidades da região metropolitana e interior do estado. Em ambas Figuras é possível perceber que a partir do ano de 2010 o número de homicídio de meninas começa a subir, atingindo um primeiro pico no ano de 2014 e um segundo no ano de 2018. É sobre este pico que se debruça esta pesquisa, buscando compreender os elementos relacionados a esse aumento buscar sugerir ações focadas na redução do número de casos.

TABELA 37

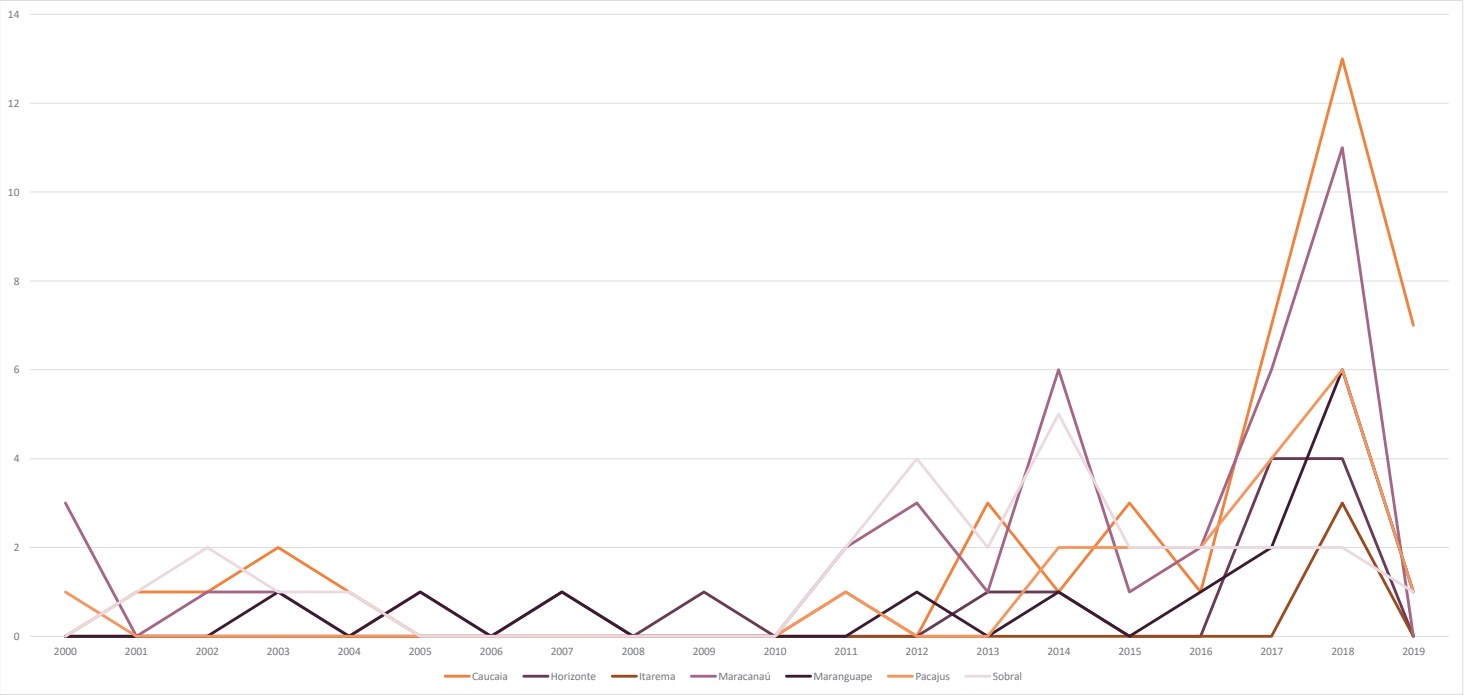
DISTRIBUIÇÃO DOS CASOS, FAMÍLIAS ENTREVISTADAS E CASOS CONTROLE APLICADOS

Cidade	Casos de homicídio	Famílias entrevistadas	Adolescentes do grupo controle entrevistadas
Fortaleza	53	35	44
Caucaia	13	4	4
Maracanaú	11	6	6
Maranguape	6	4	4
Pacajus	6	5	5
Horizonte	4	3	3
Itarema	3	3	3
Sobral	2	2	2

Dos 120 casos de homicídio de meninas registrados pela Secretaria Estadual de Saúde, 22 (18,33%) foram em cidades em que não houve outro caso registrados, ao passo que oito cidades concentram 98 casos (81,66%). Tendo em vista a dificuldade em localizar as famílias, como já expressado em publicações anteriores (CCPHA 2016), optamos por concentrar esforços nas cidades em que foram registrados pelo menos dois casos. Na **Tabela 37** é possível observar a distribuição de casos por cidade, bem como a quantidade de famílias e de adolescentes do grupo controle entrevistadas.

FIGURA 1

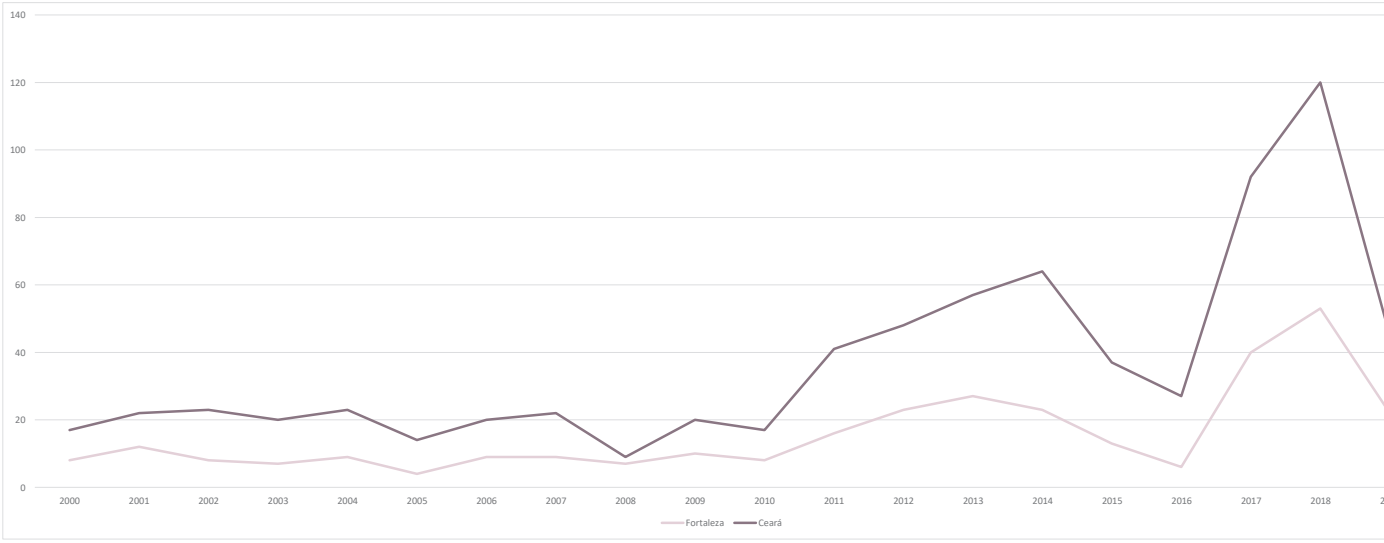
DISTRIBUIÇÃO DOS CASOS DE HOMICÍDIO DE MENINAS ENTRE 2000 A 2019, FORTALEZA E CEARÁ



Tendo em vista as diversas cidades visitadas, é fundamental para a compreensão dos resultados que serão apresentados contextualizar a leitura acerca da forma como chegamos a cada uma dessas famílias. Do mesmo modo, compreender os caminhos percorridos para encontrar as participantes permite que outras pesquisadoras possam replicá-los, adaptá-los e melhorá-los. Diante disso, será apresentado um panorama de alguns aspectos psicossociais da realidade dos municípios visitados, bem como as vias acessadas durante a fase de campo. A apresentação das cidades seguirá uma ordem decrescente em função da quantidade de casos de homicídio de meninas.

FIGURA 2

DISTRIBUIÇÃO DOS ANTECEDENTES E CONSEQUENTES DA AMEAÇA



FORTALEZA

IDHM#	53
População	**2.643.247**
Casos de homicídio de meninas	53
Famílias entrevistadas	**35**
Adolescentes do grupo controle entrevistadas	44
Taxa de homicídio de mulheres	**13,80**
Taxa de homicídio de meninas	27,51

Nota: # IDHM referente ao ano de 2010

A capital do Ceará é a quinta maior cidade do Brasil e está situada na região Nordeste. A "megalópole" que possui mais de 2,6 milhões habitantes e é um dos destinos turísticos mais procurado do país, destaca-se também no cenário nacional por apresentar elevadas estatísticas de violência contra jovens. Segundo dados do Sistema de Informação de Mortalidade da Secretaria de Saúde do Estado, 829 adolescentes foram mortos no Ceará em 2018, destes, 119 casos referem-se a jovens do sexo feminino. Em Fortaleza, esse número chega a 53.

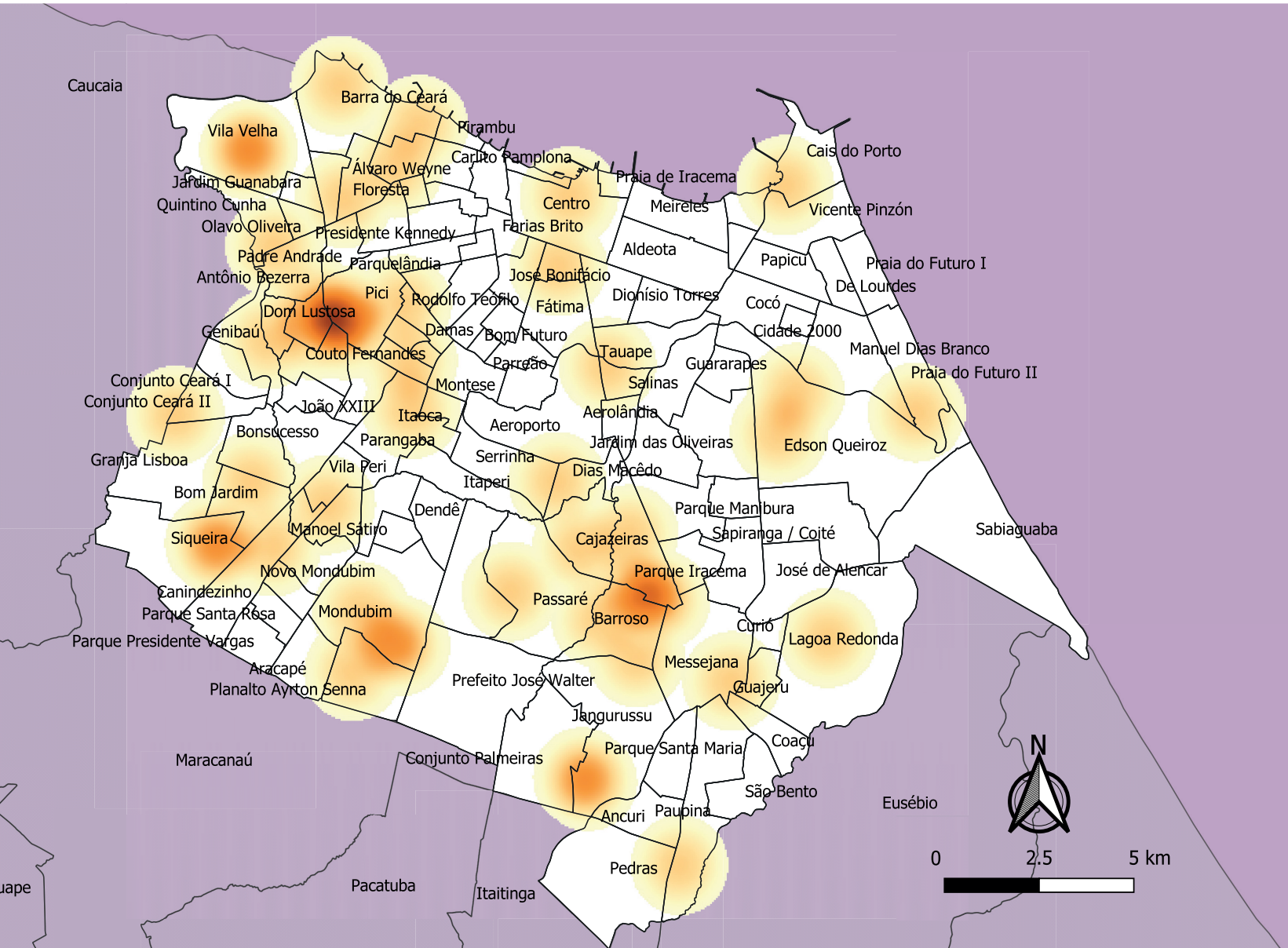
Administrativamente, a cidade de Fortaleza divide-se em sete Secretarias Executivas Regionais. Os serviços de assistência social, saúde, educação e infraestrutura dos bairros são descentralizados nestas regionais. E, como a cidade não é homogênea, estas regionais também revelaram suas especificidades ao longo da realização da pesquisa. Assim, para compreender quais as histórias de vida e trajetórias juvenis que estes números contam, a equipe se dividiu em duplas por regionais e percorreu territórios da cidade, conversando com familiares e pessoas próximas a vítimas, buscando situar o contextos dos bairros e as circunstâncias em que os homicídios ocorreram.

No âmbito do trabalho de campo, esquadrinhamos os territórios das Regionais, onde realizamos 35 entrevistas com famílias e 44 com jovens do grupo controle, visitando preferencialmente as escolas, os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) desses bairros, por entendermos que estes equipamentos estão mais próximos da população, em convívio quase diário, por conta dos serviços que oferecem de visitas domiciliares, atendimentos psicossociais, cadastros em programas de benefícios sociais e encaminhamentos diversos.

E, embora disponibilizem os mesmos préstimos, ao longo do trabalho de campo, percebemos que os referidos equipamentos tinham modos particulares de funcionar. Se em uma regional os técnicos eram solícitos e disponíveis, em outras as informações custavam a chegar e faltavam profissionais que pudessem nos ajudar. A estrutura física também era diversa. Visitamos locais cuja necessidade de reparos e manutenção era

FIGURA 3

MAPA DE CALOR DOS CASOS DE HOMICÍDIO DE MENINAS EM FUNÇÃO DA RESIDÊNCIA DA VÍTIMA



evidente e em outros o ambiente parecia ser melhor mantido.

Para além do contato via instituições, também recorremos a lideranças e movimentos de bairros. Esse apoio foi fundamental, pois as moradoras e moradores dos territórios foram muitas vezes mais ágeis e chegavam onde profissionais dos equipamentos muitas vezes não conseguiam chegar.

Tendo em vista o tamanho da cidade, bem como a quantidade de casos de homicídios registrados, realizou-se uma análise densidade de kernel buscando conhecer como se distribuem as mortes de meninas na cidade, o resultado pode ser visto na Figura 3. A uma primeira vista é possível observar a concentração dos casos, marcados por cores de tons mais escuros, nas periferias da cidade. Esses dados já apresentam pistas de quem são as meninas que foram mortas em Fortaleza, mulheres jovens, residentes em áreas marcadas pela pobreza e vulnerabilidade.

CAUCAIA

IDHM#	0,68
População	**363.982**
Casos de homicídio de meninas	13,00
Famílias entrevistadas	**4**
Adolescentes do grupo controle entrevistadas	4
Taxa de homicídio de mulheres	**23,65**
Taxa de homicídio de meninas	35,76

NOTA: # IDHM REFERENTE AO ANO DE 2010

As atividades de pesquisa no município de Caucaia foram marcadas por desafios. Tivemos dificuldades de acesso aos endereços, tanto por haver ruas com nomes iguais como pela grande extensão da cidade, o que tornava os endereços bastante distantes uns dos outros. O sentimento de insegurança se destacou de outros municípios, principalmente por esse aspecto ter sido muitas vezes trazido nas falas e recomendações de trabalhadores da rede socioassistencial da cidade quando íamos em busca de informações.

Do total de treze casos, aplicamos quatro, com seus respectivos controles. Mudança de domicílio, recusa e não localização de endereço foram os motivos da não aplicação dos outros sete. Em dois casos houve mudança de endereço para Fortaleza (Conjunto Ceará) e Maracanaú (Conjunto Timbó), o que possibilitou a aplicação dos questionários, não sendo, no entanto, contabilizados como casos de Fortaleza.

Para a identificação dos endereços das famílias, tivemos acesso aos dados do Cadastro Único, via Secretaria de Desenvolvimento Social e coordenação do CadÚnico. Porém, quatro casos não possuíam cadastro, quatro estavam com cadastros desatualizados e apenas cinco estavam com seus cadastros atualizados.

Para a aplicação dos casos controles a dificuldade de mobilizar meninas fora da escola foi maior. Os equipamentos sociais, como CRAS e Conselho Tutelar não possuíam informações fidedignas em relação à condição das adolescentes, no tocante à inserção escolar e outras situações. As escolas, por sua vez, não contribuíram com indicação de adolescentes no perfil exigido.

O CRAS sede forneceu o endereço de uma adolescente, cujo questionário controle foi aplicado. O Conselho Tutelar da Jurema indicou duas meninas, mas elas não estavam nos endereços no momento da visita. Assim, partimos para a articulação com o posto de saúde indígena Tapeba. A agente de saúde nos indicou duas adolescentes, que conseguimos aplicar o questionário e, já na aldeia, outra jovem no perfil foi identificada e o questionário aplicado.

MARACANAÚ

IDHM#	0,68
População	**226.128**
Casos de homicídio de meninas	11
Famílias entrevistadas	**6**
Adolescentes do grupo controle entrevistadas	6
Taxa de homicídio de mulheres	**20,63**
Taxa de homicídio de meninas	56,84

Nota: # IDHM referente ao ano de 2010

A pesquisa de campo realizada no município de Maracanaú, que fica a 27 km da capital de Fortaleza, durou aproximadamente duas semanas entre os meses de julho e agosto. Nesse período, fizemos um trabalho de localização dos doze endereços com apoio do CRAS Timbó, CRAS Piratininga, CRAS Mucanã e da Escola Pública Milton Dias, além das informações e orientações sobre os territórios e a dinâmica dos bairros.

No presente ano da pesquisa, foram divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública dados sobre o cenário de violência no Brasil, e Maracanaú ficou registrada como a cidade com maior índice de homicídios no país, teve uma taxa de 145,7 assassinatos para cada 100 mil habitantes em 2017.

Do total de 12 casos de homicídios de adolescentes que precisávamos visitar, a equipe de pesquisadoras e articulação comunitária conseguiu acessar e aplicar o questionário com 6 famílias das adolescentes. Os 4 casos que não tivemos acesso, foram por razões de endereço não identificado, mudança de endereço da família, e um caso onde a família não aceitou participar da pesquisa.

Nos percursos pelos bairros periféricos de Maracanaú percebemos a forte marcação de pichações das facções criminosas nos muros e em equipamentos sociais. Além disso, na maioria dos casos identificamos relatos de violência doméstica das mães, em relação aos seus companheiros e aos companheiros das suas filhas. A maioria das famílias das jovens vítimas de homicídio eram usuárias da Programa Bolsa Família, apontando para a situação de pobreza ou extrema pobreza que as famílias estão vivenciando.

Na busca das adolescentes que estavam nos perfis para aplicação do questionário controle, fizemos uma articulação com a Secretaria de Assistência Social da cidade, que primeiramente nos encaminhou para o abrigo Professor Elias Cavalcante, localizado no bairro Mucunã. Contamos também com a colaboração de uma agente comunitária de saúde do bairro Timbó, que repassou o contato de algumas adolescentes do bairro. Outra rede importante de apoio, foi a EEMT Carneiro de Mendonça, que através de uma professora, articulou a aplicação de alguns questionários controles.

MARANGUAPE

IDHM#	0,65
População	**127.098**
Casos de homicídio de meninas	6
Famílias entrevistadas	**4**
Adolescentes do grupo controle entrevistadas	4
Taxa de homicídio de mulheres	**17,42**
Taxa de homicídio de meninas	52,36

Nota: # IDHM referente ao ano de 2010

O município de Maranguape está localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, a uma distância de 27km da capital. A cidade possui 17 distritos. Apesar do perfil de cidade interiorana, apresentou altos índices de homicídios de jovens e adolescentes no ano de 2018 de acordo com os dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS).

Nossa pesquisa no município de Maranguape durou três dias, 29 e 30 de julho; e 02 de agosto. Nesses respectivos dias, localizamos os endereços dos seis casos das famílias que tiveram suas adolescentes vítimas de homicídio no ano de 2018. Foram aplicados cinco questionários com as mães das jovens, e tivemos um caso de desistência, pois a referida família não se encontrava em condições de dialogar sobre a adolescente.

Para realização deste trabalho tivemos o apoio fundamental de dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS): Parque Iracema e Novo Maranguape. Com o auxílio das técnicas e coordenadoras dos equipamentos conseguimos atualizar os endereços das famílias, além do suporte fornecido sobre o território do município, compreendendo a dinâmica das famílias, da cidade situada nesse cenário de conflitos e disputas retroalimentas pelas facções criminosas que atravessam as potencialidades desses territórios.

Diferentemente de Fortaleza, a mobilidade residencial das famílias em Maranguape é menos intensa, quando comparada com a capital, o que facilitou nossa busca pelos endereços, as famílias não haviam saído do endereço, após a fatalidade do homicídio das adolescentes, ou quando mudavam eram para locais próximos.

Maranguape tem uma articulação intersetorial com os equipamentos sociais, os profissionais realizam um trabalho de acompanhamento com as famílias, o que nos possibilitou o acesso até as adolescentes dentro dos perfis exigidos para a aplicação dos questionários controles. A rede pública de educação também foi importante aliado para nossa articulação na cidade, tivemos parceira com uma escola EEFM Caic Senador Carlos Jereissati, onde aplicamos os questionários com as jovens maiores de 18 anos (??), sob a supervisão do corpo gestor.

PACAJUS

IDHM#	0,65
População	**71.193**
Casos de homicídio de meninas	6
Famílias entrevistadas	**5**
Adolescentes do grupo controle entrevistadas	5
Taxa de homicídio de mulheres	**33,01**
Taxa de homicídio de meninas	84,35

Nota: # IDHM referente ao ano de 2010

Precisamos de dois dias para fecharmos as atividades de pesquisa no município de Pacajus, quais sejam: dia 31/07/2019 e 05/08/2019. Do total de seis casos, aplicamos cinco, com seus respectivos controles. Apenas um caso ficou sem aplicação, pois a família estava em viagem. Encontramos o endereço e checamos a informação com vizinhos.

Em Pacajus, a ferramenta do GPS não funcionava e só conseguimos encontrar os endereços por meio de informações de transeuntes ou apoio dos equipamentos sociais: CRAS Coaçu (Rua 23 de maio, nº 237, Coaçu, Pacajus/CE) e CRAS Josidith Pereira de Azevedo (CRAS Bangubraz, Rua Maria Anunciada Braz, nº 60, Banguê 1, Pacajus/CE).

No primeiro equipamento social, tivemos acesso aos endereços constantes no Cadastro Único (havendo apenas dois casos com cadastros atualizados) e no segundo, tivemos o auxílio do motorista Ruan e do educador social Mário na busca de endereços afetos à área de atuação do CRAS Bangubraz.

Dos cinco questionários aplicados, apenas uma adolescente estava fora da escola e uma havia concluído o ensino médio. As adolescentes/jovens não tinham filhos, não participavam de projetos sociais e residiam nos bairros Buriti, Banguê 1, Aldeia, Lagoa Seca e Centro.

Considerando tais informações, partimos em busca dos casos controles. A maior dificuldade foi localizar o controle do caso 143, pois a adolescente tinha apenas 14 anos e estava fora da escola. Nos equipamentos sociais não havia registro de acompanhamento de adolescentes na referida idade e fora da escola. Não obtivemos êxito na busca por adolescente fora da escola e o controle respeitou apenas a idade, o bairro, o fato de não ter filhos e de não participar de projeto social.

O controle do caso 139 foi aplicado na casa de uma adolescente, respeitando todos os requisitos.

Para os demais casos, optamos pela mobilização das adolescentes nas escolas do município e visitamos a EEF Vereador Joaquim Nogueira Lopes, no bairro Lagoa Seca, EEF Hermínia Mendonça, no bairro Aldeia, EEF Edith Braga, no bairro Banguê e EEM Padre Coreolano, no bairro Centro.

Nas duas primeiras escolas não havia alunas na faixa etária dos perfis que procurávamos. Na escola do bairro Banguê, não havia profissional da coordenação/direção para nos recepcionar. Assim, todos os controles foram aplicados com alunas da escola Padre Coreolano, respeitando a idade, bairros, o fato de não ter filhos e estar estudando. A questão de participação ou não em projeto social foi sendo observada no momento da aplicação, pois não é uma informação prévia disponível pela escola.

A diretora da escola Padre Coreolano, Sra. Flávia, afirmou que não poderia fornecer os endereços das alunas, mas que poderíamos aplicar os questionários com elas no momento da aula. Desta forma, aplicação dos questionários foi realizada pelas pesquisadoras em separado.

HORIZONTE

IDHM#	0,65
População	**66.114**
Casos de homicídio de meninas	4
Famílias entrevistadas	**3**
Adolescentes do grupo controle entrevistadas	3
Taxa de homicídio de mulheres	**24,01**
Taxa de homicídio de meninas	60,35

Nota: # IDHM referente ao ano de 2010

Fizemos a pesquisa em Horizonte nas duas primeiras semanas de Agosto. Como nas demais cidades, vários equipamentos sociais, em especial os da Assistência Social (Cras e Creas) nos ajudaram bastante. O Conselho Tutelar e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Felipe dos Santos também foram de fundamental importância para a localização das famílias das meninas vítimas, como também das meninas vivas.

Dos 4 casos de homicídio ocorridos na cidade, conseguimos entrevistar três famílias e seus respectivos casos controle (meninas vivas), graças a força tarefa e disponibilidade da rede socio-assistencial.

As casas das famílias das meninas vítimas demonstravam grande precariedade nos espaços para habitação. Um dos imóveis não tinha portão e a frente da casa tinha um aspecto de local abandonado. Conversamos com a avó na sala, um espaço pequeno, com poucos móveis. No segundo caso, vivemos uma situação semelhante em termos de moradia e a filha da adolescente vítima estava com a cabecinha raspada e cheia de pequenas feridas, contexto atribuído a um surto de piolho que teve na família. A criança se encontrava sozinha num arremedo de sofá (tábua bem dura coberta com um pano) escondendo debaixo de seu lençol três pequenos filhotes de gato. Muitas vezes as famílias não possuíam assentos para três pessoas ao mesmo tempo.

O terceiro caso entrevistado fugiu um pouco do cenário que vínhamos encontrando, pois a mãe da jovem foi militante do Movimento Sem Terra (MST) e tinha bastante consciência da situação social em que a filha estava envolta. Demostrou conhecer a dinâmica das facções ao dar sua opinião e ao narrar como foram as circunstâncias da morte de sua filha. Emitiu opiniões negativas sobre a polícia, pois teve experiências ruins com a corporação.

Das adolescentes dos casos controle, uma estava fora da escola e não participava de nenhum projeto social. A jovem relatou vinculação com práticas ilícitas e sobre seu possível envolvimento com facções - balançou a cabeça, dando a entender que sim. A segunda adoles-

cente entrevistada dos casos controles estava grávida e era mãe de um casal de gêmeos, morava no centro da cidade com os avós, numa casa próxima a da mãe, pois na residência da mesma não havia mais espaço para as crianças. A terceira jovem dos casos controle conversou conosco na calçada, foi contida nas suas respostas, demonstrava estar tímida. Contou que tem muitos conflitos por conta de sua orientação sexual, já que se relaciona com outras meninas e gosta de usar vestimentas masculinas. Está fora da escola, mas com interesse em voltar.

ITAREMA

IDHM#	0,60
População	**41.445**
Casos de homicídio de meninas	3
Famílias entrevistadas	**3**
Adolescentes do grupo controle entrevistadas	3
Taxa de homicídio de mulheres	**34,74**
Taxa de homicídio de meninas	67,81

Nota: # IDHM referente ao ano de 2010

Itarema é um município do interior do Ceará, localizada na região Norte do Estado. Situada à beira do rio Aracatiaçu, a cidade é bastante visitada por turistas que vão para as várias praias situadas próximas a este município.

No imaginário coletivo, a violência e os homicídios estão restritos aos grandes centros urbanos. Este pequeno município de pouco mais de quarenta e um mil habitantes de certa forma contrariou esta imagem e fez parte da amostra da pesquisa, pois foi uma das cidades que mais concentrou homicídios de jovens e adolescentes no ano de 2018, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS).

Em Itarema, haviam três casos de homicídio que deveríamos pesquisar junto as famílias e/ou responsáveis, a fim de compreender quais as circunstâncias das mortes das adolescentes. Um caso pertencia a sede do município e os outros dois na localidade de Almofala, região praiana e remanescente de ocupação indígena. Em dois dias de trabalho, conseguimos encontrar os endereços dos três casos, bem como aplicar os questionários do caso controle.

Antes de chegarmos em campo, contatamos os Centros de Referência em Assistência Social (Cras) daquela cidade e fomos prontamente atendidos. Na sede, os funcionários conheciam a família da jovem que buscávamos e nos ajudaram com a indicação do endereço e com informações complementares de como foi o homicídio etc. Foi também através destes funcionários que aplicamos o caso controle, inclusive com uma jovem que conviveu com a adolescente assassinada.

Em Almofala, fomos bem recebidos na sede do Cras, mas houve uma certa indisposição de nos acompanhar em campo. A justificativa que nos deram é que um dos endereços que deveríamos visitar estava em um território comandado por uma facção que não permitia a entrada de “qualquer um” e até de “locais” e em seguida nos relataram casos de moradores que foram impedidos de transitar por ali, descreveram ameaças etc. Tivemos certa dificuldade, mas com a experiência em encontrar endereços que fomos desenvolvendo ao longo trabalho de campo da pesquisa, as habilidades do articulador comunitário do Comitê e um pouco de sorte encontramos as famílias das jovens, pe-

dindo indicações, perguntando a quem encontrávamos etc.

A localidade situa-se na zona rural e os endereços eram mais difíceis de encontrar, pois não havia placas indicativas com nomes de ruas ou numeração nas casas. Uma particularidade de Almofala que somente tomamos conhecimento quando já estávamos em campo é que as pessoas são reconhecidas pelos seus apelidos e não pelos nomes que constam nos documentos oficiais. Essa informação-chave foi importante para encontrarmos as famílias.

SOBRAL

IDHM#	0,71
População	206.644
Casos de homicídio de meninas	2
Famílias entrevistadas	2
Adolescentes do grupo controle entrevistadas	2
Taxa de homicídio de mulheres	9,43
Taxa de homicídio de meninas	10,25

Nota: # IDHM referente ao ano de 2010

Conseguimos entrevistar os dois casos de adolescentes vítimas de homicídios em Sobral, como também os casos controles (meninas vivas). Devemos esse êxito ao importante trabalho desenvolvido pela Unidade de Gerenciamento de Projeto de Prevenção de Violências (UGP/PV), vinculada a secretaria de Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social, que atua desde 2017 por meio do observatório da Violência que, dentre outra ações, tem como objetivo estudar as mortes violentas no município, acompanhar as investigações e os processos de homicídios e coletar informações das secretarias de forma a manter uma atualização permanente do diagnóstico das violências e vulnerabilidades.

Desse modo, essa equipe já tinha os casos mapeados e os endereços das vítimas, como também indicações para os casos controles. Então em dois dias entrevistamos as duas famílias e as duas adolescentes. Os articuladores territoriais nos acompanharam em todas as visitas realizadas, as casas eram de fácil acesso.

No primeiro caso entrevistado das adolescentes vítimas, a menina estava regularmente matriculada, segundo a mãe, na escola falavam que ela "era muito pra frente", apresentava um bom desempenho escolar e era querida por amigos e professores. Sobre a possível causa do homicídio, a mãe relatou que a filha trocava algumas mensagens com a mulher responsável pelo seu assassinato. A menina parecia não expressar interesse em se relacionar com ela, e esse fato poderia ter motivado a morte da adolescente. A mãe a chamava de "sapatão".

No segundo caso, entrevistamos o tio da adolescente, ele atribui o assassinato da menina as más companhias e ao envolvimento com grupos criminosos. Sob as circunstâncias da morte, segundo ele, ameaçaram que iam matar a família do namorado dela se ele não a entregasse e então, o jovem diante das ameaças, armou uma emboscada para a menina. A adolescente morreu grávida de 4 meses. De forma geral, foi possível perceber pelo discurso do tio, que a adolescente teve uma vida atravessada por vários tipos de negligências, tanto por parte dos pais que não conseguiam suprir os cuidados necessários, como das instituições, que não funcionaram como rede de apoio a família.

Das adolescentes do grupo controle, entrevistamos primeiramente uma jo-

vem que estava regularmente matriculada na escola, mas confessa faltar muitas aulas, como várias outras adolescentes que entrevistamos, ela considera a escola desinteressante. A adolescente falou abertamente dos temas da sua vida na presença da sua mãe e irmã. A mãe dela mostrou força e engajamento na vida filha em vários momentos, relata inclusive ter negociado com a chefe do tráfico no território a vida da menina que havia sido decretada no Facebook. A mãe se comprometeu que a filha não iria acessar territórios proibidos.

O segundo caso controle foi bastante emblemático, a adolescente de 15 anos, estava fora da escola desde o nascimento do filho, que na ocasião estava com 2 anos. Ela contou com alegria que tinha um grupo de dança (funk e swingueira) com algumas amigas e disse "dançar é o que mais gosto de fazer, mas não posso porque moro aqui".

No que se refere a violência e atitudes consequentes, a adolescente foi ameaçada devido a uma foto que postou no facebook, segundo ela, fez o símbolo da facção rival ao seu território, porque estava sob efeito de álcool. Por conta disso, teve seus cabelos raspados e ficou impedida de frequentar muitos territórios na cidade como punição. Além da violência física, a adolescente compreende que sofreu violência psicológica e moral de membros dos grupos armados. Ela conta que passou quase um ano sem sair de casa e continua se deslocando muito pouco, tanto porque ficou com muita vergonha, como porque está com sua liberdade cerceada. "Eles me deram essa sentença e eu tenho que obedecer". Diante desses episódios de tortura, violência e ameaça, a adolescente entrou em depressão e tentou suicídio e o único suporte que afirma ter recebido foi de uma igreja. Ela considera que não ter sido morta foi um ato solidário da facção. Disse que deram uma chance e que ela está pagando por algo de errado que cometeu, por isso não pode denunciar.

É notória a sobreposição de violações de direitos que essa menina viveu ao longo da sua curta história de vida. No dia da entrevista ela tinha 15 anos de idade, mas começou a trabalhar ainda na infância, aos 11 anos. Aos treze anos foi mãe, com uma frágil rede de apoio familiar e institucional, sem segurança de moradia e exposta a diversos tipos de violência. Hoje ela tem sua liberdade cerceada e sua circulação restrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

PELO DIREITO À VIDA DAS MENINAS

Ouvir e respeitar a palavra e os silêncios de quem vivencia a dor da inversão do tempo, enterrar uma filha. Ver morrer uma menina, seja abruptamente ou lentamente, no dia a dia das negações de existência e das violações de direitos que asseguram-lhe a vida, é o que nunca se imagina passar ou se deseja para uma mãe. Quem presenciou a vida das meninas vitimadas pela morte violenta foram as mães, em sua maioria, assim como avós, irmãs, tias, primas, amigas, que aqui foram escutadas com empatia, cuidado e acolhimento por outras mulheres, pesquisadoras com mestrado e/ou doutorado e larga experiência em campo, que adentraram suas casas e encararam com sensibilidade os abismos de trajetórias interrompidas por perdas irreparáveis, cotidianas e tão naturalizadas.

A escuta de relatos, que são narrativas de dores, resiliências e resistências, marcou o início de um caminho que buscou respostas nos dados coletados, nas evidências de circunstâncias das mortes e na história de vida de cada menina cuja família foi encontrada, e que não termina com a publicação deste relatório. O material reunido aqui nasce de um coletivo de vozes e forças que se unem ultrapassando e criando pontes entre esses abismos sociais que vitimizam e invisibilizam meninas e mulheres nas periferias, na tentativa de se reduzirem as diferenças e se prevenir a violência brutal que corrói a vida de adolescentes e suas famílias. Diante das informações gerais apresentadas no relatório, é inegável também que as famílias estejam inseridas no contexto de vulnerabilidade social, da mesma forma, é

inegável que essas famílias desenvolveram mecanismos de enfrentamento, os quais, por conta da lógica capitalista, podem agravar essas vulnerabilidades, singularmente, para as adolescentes. Neste contexto, é fundamental o desenvolvimento de condições sociais para o rompimento do ciclo de vulnerabilidade, por meio de políticas efetivas, formatadas e executadas com objetivos delimitados e específicos para tal. A partir desse contexto, aproximamos o olhar para vivências específicas das meninas vítima. Os dados coletados apontam que as meninas são mortas por suas relações afetivas, seja de namoro, amizade ou vínculo familiar com pessoas de territórios rivais, mesmo que esses casos não sejam tipificados como feminicídios, mas sim como briga/conflito entre facções. A morte das meninas parece ser mais anunciada que aquelas observadas entre os meninos, o que dá margem à formação de um terror antes, durante e após o homicídio.

Nessa perspectiva, é importante nos perguntarmos quais papéis as meninas vêm assumindo na dinâmica das relações nas periferias? Como elas têm se desenvolvido? Quais suas perspectivas de futuro, desejos, vontades, angústias, sonhos e medos? O impacto do sexismo e da subordinação ganha novos contornos diante de fatores como pobreza econômica, discriminação étnico-racial e orientação sexual, fazendo com que mulheres oprimidas vivam em silêncio a condição de vítima.

As questões encontram ressonância no que observamos na dinâmica da humanidade hoje, quando se testemunha um momento de tenebrosas inovações na forma de vitimar os corpos femininos e feminizados, uma crueldade que se difunde e se expande sem contenção. A ocupação depredadora desses corpos se pratica como nunca até aqui e, nesta etapa apocalíptica da humanidade, espolia até deixar somente restos.

Apesar de todo o aparato jurídico que se conhece, desde as Conferências Mundiais sobre Direitos Humanos, Lei Maria da Penha 2006, e, mais recentemente a Lei do Feminicídio em 2015, para Segato (2012, p.108) “o feminicídio é um sintoma da barbárie do gênero moderno [...] ou do que já é chamado “genocídio de gênero”.

Entendemos a indiferença à violência contra meninas e mulheres em nossa sociedade como uma indiferença às profundas transformações sociais nas estruturas em que estamos assentadas, machismo, racismo e patriarcado. As mulheres colonizadas e não brancas foram desempoderadas e subordinadas pela estrutura capitalista e eurocêntrica, marcada pelo caráter heterossexual e patriarcal das relações sociais.

Na pesquisa, procuramos olhar para as construções de gênero a partir de uma perspectiva não-binária, buscando perceber os modos de vida diversos que as histórias dessas adolescentes nos mostraram. As elevadas taxas de letalidade feminina ao longo dos últimos anos nos mostram que a vida dessas adolescentes não é passível de luto, proteção e indignação. É como se importasse menos para a sociedade, de forma mais ampla, e para o poder público de forma específica, o qual não tem lançado esforços para qualificar as políticas de atendimento e, tampouco, tem dado resposta no que se refere às investigações dessas mortes no estado, como temos apontado em estudos e pesquisas recentes.

Então, diante desse cenário, perguntamos: quem tem direito à vida? Quem poderá ter a vida assegurada com dignidade, a partir do acesso à educação, alimentação, moradia, saúde, segurança, lazer? Carecemos de uma resposta que amplie o reconhecimento da humanidade para além do pacto cis-hetero-branco-patriarcal – onde quem tem essa humanidade reconhecida é o homem, branco, de classe média.

A raça, enquanto um marcador social da diferença, vai carregando uma íntima relação com a morte – pelo desejo de eliminação do Outro, esse outro que não sou eu, que eu não me identifico, não empatizo e que, portanto, é uma coisa que poderá não existir. Então, diante desse panorama, meninas negras fazem parte de um grupo humano cujos corpos podem ser vilipendiados, assassinados e criminalizados sem gerar luto e indignação. Paralelo a isso vemos os caminhos oferecidos as mulheres periféricas cada vez mais restritos.

Ademais, a prevenção é a chave para a redução do número de homicídio, principalmente nos casos em que a víti-

ma é adolescente. Acolher, identificar e encaminhar casos em que há tentativas anteriores, bem como ameaças, devem ser a principal ação desenvolvida por equipamentos de base territorial, entretanto, faz-se necessário uma retaguarda institucional, com equipamentos e profissionais adequados para esse atendimento. Dito de outro modo, é indispensável a criação, fortalecimento e expansão de ações, programas e equipamentos de atendimento a pessoas vulneráveis ao homicídio, para que os profissionais que atuam no território possam desempenhar suas atividades com a qualidade e destreza necessárias. Da mesma forma deve-se olhar aos sobreviventes, vítimas em segundo grau como família e amigos, os quais devem ser acolhidos não apenas em suas necessidades jurídicas, mas também nas demandas psicossociais.

Por fim, não podemos ser tímidas e econômicas nas propostas e melhorias de vida para as meninas, precisamos de programas e propostas ousadas, que pensem o direito à vida a partir da intersecção entre classe, raça e gênero – e então efetivarmos caminhos de reparação e justiça a essas histórias.

REFERÊNCIAS

■ AGIER, M. Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos. São Paulo. Ed. Terceiro Nome. 2011.

■ AZEREDO, V. G. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. Serv. Soc. Soc, n.103, pp.576-590. 2010.

■ BANDEIRA, L. Feminicídio a última etapa do ciclo de violência contra mulher. Brasília. 2013.

■ BARREIRA, C.; BATISTA, E. (Orgs.). (in)Segurança e sociedade: treze lições. Fortaleza, CE: Fundação Demócrito Rocha, 2011.

■ BARROS, J. P. P. et al. Pobreza, instituições e segurança: perspectivas de familiares de adolescentes assassinados no Ceará. Porto Alegre, RS: Psico, v. 51, n. 1, p. 1-13, jan-mar, 2020

■ BENICIO, L. F. de S. et al. Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE. Psicol. cienc. prof. [online] vol.38, pp.192-207, 2018.

■ BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (Orgs.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 25-58, 2009.

■ BEZERRA, L. M. P. S. Pobreza e lugar(es) nas margens urbanas: lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE. 2015.

■ BRECHT, B. Poemas 1913 – 1956. Seleção e tradução de Paulo César Souza. 5. ed. São Paulo: Ed 34, 2000.

■ BUTLER, J. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

■ Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEARÁ (CEDECA Ceará). Cartilha Participação Política de Crianças e Adolescentes. 2017. Disponível em: http://cedecaceara.org.br/site/wp-content/uploads/2019/02/Cartilha-direito-a-participa%C3%A7%C3%A3o.pdf

■ CERQUEIRA, D. et al. Nota técnica Nº 18: Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. Nº 18, Pensando o Direito; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Brasília, maio, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160510_notatecnica_diest_18.pdf

■ CURTY, L. et al. O papel das redes sociais no combate ao Feminicídio. Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online, v. 7, n. 1, mar. 2019.

■ DADOORIAN, D. Gravidez na Adolescência: um Novo Olhar. PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO, 21 (3),84-91. 2003.

■ DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

■ FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Salvador : EDUFBA, 2008.

■ FAVRET-SAADA, J. "Être Affecté". In: Gradhiva: Revue d'Histoire et d'Archives de l'Anthropologie, 8. pp. 3-9, 1990.

■ FERNANDEZ A. Femicidios: la ferocidad del patriarcado. Rev Nomadias 2012.

■ GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

■ GUIMARÃES, M. C. & PEDROZA, R. L. S. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. Psicologia & Sociedade, 27(2), 256-266, 2015.

■ HOOKS, B. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

■ HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

■ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Diferença do Rendimento do Trabalho de Mulheres e Homens nos Grupos Ocupacionais. 2018.

■ INSTITUTO OCA. Cuidando em Rede: saberes e práticas na atenção a famílias de vítimas de homicídios. 2019. Disponível em: https://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2019/09/OCA_publicacao.pdf

■ JESUS, J. de; CARVALHO, P. de.; DIOGO, R.; GRANJO, P. O que é racismo? Escolar Editora: Lisboa, 2014.

■ MACHADO, M. R. A. A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no Brasil. Brasília: Ministério da Justiça. 2015.

■ MARANHÃO, J. H.; COÊLHO, J. P. L.; LOPES, G. S.; COLAÇO, V. F. R; SANTOS, W. S. dos. Violência, risco e proteção em estudantes de escola pública. Fractal, Revista de Psicologia, Niterói, RJ, v. 26, n. 2, p. 429-444, 2014.

■ MBEMBE, A. Crítica da Razão Negra. Lisboa: Antígona, 2014.

■ MENEGHEL SN, HIRAKATA VN. Femicídios: assassinatos de mulheres no Brasil. Rev Saúde Pública, 2011.

■ MENEGHEL, S. Z.; PORTELLA, A. P. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 3077-3086, 2017.

■ MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco. 2010.

■ NOGUEIRA, C. Feminismo e 'Discurso' do Género na Psicologia Social. Psicologia e Sociedade, v. 13, pp. 107-128, 2001.

■ PAIVA, L. F. S. "AQUI NÃO TEM GANGUE, TEM FACÇÃO": as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. Cad. CRH [online] vol.32. 2019.

■ PASINATO, W. Diretrizes nacionais Feminicídio. Investigar, processar e julgar com a perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasília: ONU Mulheres, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

■ PRADO, D.; SANEMATSU, M.; WANG, L. Feminicídio: Invisibilidade Mata. Fundação Rosa Luxemburgo. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

■ RIBEIRO, D. de S. As meninas e a necropolítica no Ceará. Justificando: mentes inquietas pensam Direito. Publicado em 16 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.justificando.com/2019/01/16/as-meninas-e-a-necropolitica--no-ceara/>. Acessoem: 27 jan. 2019.

■ ROCHA, Z. Prefácio. In: GUERRA, A. G. O crime – realidade e desafio: abordagem psicodinâmica do homicídio. Recife: A. G. Guerra, 1990.

■ ROMIO, J. A. F. Feminicídios no Brasil: uma proposta de análise com dados do setor de saúde. 215 f. Tese (Doutorado) - Curso de Demografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

■ SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu, 2004.

■ SAGOT M. Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violência intrafamiliar en América Latina: estudios de caso de diez paises. San José: Organización Panamericana de la Salud; 2000.

■ SANTOS, D. K. (Orgs.). Intersecções em Psicologia Social: raça/etnia, gênero, sexualidades. Florianópolis: ABRAPSO, Vol. 7, 2015.

■ SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e sociedade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, Jul./Dez 1990.

■ SEGATO, L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. E-cadernos CES. Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical, n. 18, 2012.

■ SILVA, H. R. S. A situação etnográfica: andar e ver. Horizonte antropológico. vol.15, n.32, pp.171-188, 2009.

■ SILVEIRA, R. da S.; NARDI, H. C. Interseccionalidade e violência de gênero contra as mulheres: a questão étnico-racial. In: MARTINS, H. V.; GARCIA, M. R. V.; TORRES, M. A; SANTOS, D. K. (Orgs.). Intersecções em Psicologia Social: raça/etnia, gênero, sexualidades. Florianópolis: ABRAPSO, Vol. 7, 2015.

■ WACQUANT, L. Ressituando a gentrificação: a classe popular, a ciência e o Estado na pesquisa urbana recente. Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 58, p. 51-58, Jan./Abr. 2010.

ANEXOS

ANEXO 1

DISTRIBUIÇÃO DOS CASOS E TAXA DE HOMICÍDIO POR ANO (CEARÁ)

Ano	Casos de homicídios				Taxa de homicídio			
	Pop. Geral	Adolescentes	Meninos	Meninas	Pop. Geral	Adolescentes	Meninos	Meninas
2000	1281	202	185	17	17,24	28,39	21,82	2,02
2001	1275	192	170	22	16,89	32,01	19,96	2,61
2002	1442	201	178	23	18,84	36,20	20,85	2,73
2003	1565	209	189	20	20,17	41,59	22,09	2,37
2004	1572	221	198	23	19,71	29,06	22,77	2,68
2005	1475	241	227	14	18,22	44,97	26,02	1,63
2006	1651	279	259	20	20,09	39,41	29,61	2,33
2007	1840	325	303	22	22,48	20,86	35,20	2,60
2008	1974	343	334	9	23,36	20,17	38,04	1,05
2009	2052	365	345	20	24,01	50,31	39,33	2,33
2010	2434	447	430	17	28,80	72,42	50,20	2,03
2011	2749	546	505	41	32,23	96,13	59,16	4,92
2012	3709	877	829	48	43,10	171,37	97,51	5,79
2013	4357	1028	971	57	49,63	129,86	113,43	6,84
2014	4527	1093	1029	64	51,19	197,23	120,92	7,74
2015	4010	873	836	37	45,03	119,22	98,87	4,51
2016	3101	626	599	27	34,60	40,30	71,33	3,32
2017	5345	1156	1064	92	59,25	66,95	127,65	11,42
2018	4810	951	831	120	53,00	126,75	100,48	15,04
2019	2289	385	340	45	25,07	59,77	41,44	5,70

ANEXO 2

DISTRIBUIÇÃO DOS CASOS E TAXAS DE HOMICÍDIO DE MULHERES E MENINAS NO ANO DE 2018 EM FUNÇÃO DAS CIDADES

Cidade	Casos de Homicídio		Taxas de Homicídio	
	Mulheres	Meninas	Mulheres	Meninas
Abaiara	0	0	0,00	0,00
Acarape	0	0	0,00	0,00
Acaraú	3	0	9,73	0,00
Acopiara	2	0	7,43	0,00
Aiuaba	0	0	0,00	0,00
Alcântaras	0	0	0,00	0,00
Altaneira	0	0	0,00	0,00
Alto Santo	0	0	0,00	0,00
Amontada	0	0	0,00	0,00
Antonina do Norte	0	0	0,00	0,00
Apuiarés	1	1	13,67	68,64
Aquiraz	5	1	12,74	13,49
Aracati	2	0	5,34	0,00
Aracoiaba	0	0	0,00	0,00
Ararendá	0	0	0,00	0,00
Araripe	1	0	9,26	0,00
Aratuba	2	0	34,81	0,00
Arneiroz	1	0	25,55	0,00
Assaré	1	1	8,41	37,67
Aurora	0	0	0,00	0,00
Baixio	0	0	0,00	0,00
Banabuiú	0	0	0,00	0,00
Barbalha	1	0	3,23	0,00
Barreira	1	1	8,88	42,49
Barro	0	0	0,00	0,00
Barroquinha	1	1	13,41	63,61
Baturité	1	0	5,46	0,00
Beberibe	0	0	0,00	0,00

Cidade	Casos de Homicídio		Taxas de Homicídio	
	Mulheres	Meninas	Mulheres	Meninas
Bela Cruz	2	0	12,44	0,00
Boa Viagem	0	0	0,00	0,00
Brejo Santo	1	0	3,97	0,00
Camocim	0	0	0,00	0,00
Campos Sales	0	0	0,00	0,00
Canindé	3	0	7,55	0,00
Capistrano	0	0	0,00	0,00
Caridade	2	0	17,72	0,00
Cariré	2	0	21,13	0,00
Caririaçu	1	0	7,13	0,00
Cariús	1	0	10,62	0,00
Carnaubal	0	0	0,00	0,00
Cascavel	2	0	5,55	0,00
Catarina	0	0	0,00	0,00
Catunda	1	0	19,32	0,00
Caucaia	44	13	23,65	35,76
Cedro	2	0	15,62	0,00
Chaval	0	0	0,00	0,00
Choró	0	0	0,00	0,00
Chorozinho	2	0	20,98	0,00
Coreaú	2	0	17,19	0,00
Crateús	5	1	13,03	16,06
Crato	3	0	4,35	0,00
Croatá	0	0	0,00	0,00
Cruz	1	0	8,13	0,00
Deputado Irapuan Pinheiro	1	1	20,81	110,64
Ererê	0	0	0,00	0,00
Eusébio	2	1	7,53	21,07
Farias Brito	0	0	0,00	0,00
Forquilha	0	0	0,00	0,00
Fortaleza	194	53	13,80	27,51

Cidade	Casos de Homicídio		Taxas de Homicídio	
	Mulheres	Meninas	Mulheres	Meninas
Fortim	**0**	0	0,00	0,00
Frecheirinha	**0**	0	0,00	0,00
General Sampaio	**0**	0	0,00	0,00
Graça	**0**	0	0,00	0,00
Granja	1	0	3,71	0,00
Granjeiro	**0**	0	0,00	0,00
Groaíras	**0**	0	0,00	0,00
Guaiúba	3	0	22,72	0,00
Guaraciaba do Norte	**0**	0	0,00	0,00
Guaramiranga	**0**	0	0,00	0,00
Hidrolândia	**0**	0	0,00	0,00
Horizonte	8	4	24,01	60,35
Ibaretama	1	0	15,62	0,00
Ibiapina	**0**	0	0,00	0,00
Ibicuitinga	**0**	0	0,00	0,00
Icapuí	**0**	0	0,00	0,00
Icó	1	0	2,85	0,00
Iguatu	3	0	5,58	0,00
Independência	1	0	7,59	0,00
Ipaporanga	1	0	17,39	0,00
Ipaumirim	**0**	0	0,00	0,00
Ipu	1	0	4,74	0,00
Ipueiras	1	0	5,12	0,00
Iracema	**0**	0	0,00	0,00
Irauçuba	**0**	0	0,00	0,00
Itaiçaba	**0**	0	0,00	0,00
Itaitinga	3	0	15,68	0,00
Itapajé	1	1	3,78	17,92
Itapipoca	1	0	1,56	0,00
Itapiúna	1	0	10,05	0,00
Itarema	7	3	34,74	67,81
Itatira	**0**	0	0,00	0,00

Cidade	Casos de Homicídio		Taxas de Homicídio	
	Mulheres	Meninas	Mulheres	Meninas
Jaguaretama	0	0	0,00	0,00
Jaguaribara	1	0	17,89	0,00
Jaguaribe	1	0	5,59	0,00
Jaguaruana	0	0	0,00	0,00
Jardim	1	0	7,29	0,00
Jati	0	0	0,00	0,00
Jijoca de Jericoacoara	0	0	0,00	0,00
Juazeiro do Norte	6	0	4,20	0,00
Jucás	1	1	8,02	42,04
Lavras da Mangabeira	0	0	0,00	0,00
Limoeiro do Norte	1	0	3,29	0,00
Madalena	0	0	0,00	0,00
Maracanaú	24	11	20,63	56,84
Maranguape	11	6	17,42	52,36
Marco	2	0	15,07	0,00
Martinópole	0	0	0,00	0,00
Massapê	2	0	10,31	0,00
Mauriti	0	0	0,00	0,00
Meruoca	0	0	0,00	0,00
Milagres	0	0	0,00	0,00
Milhã	0	0	0,00	0,00
Miraíma	0	0	0,00	0,00
Missão Velha	0	0	0,00	0,00
Mombaça	0	0	0,00	0,00
Monsenhor Tabosa	0	0	0,00	0,00
Morada Nova	2	0	6,41	0,00
Moraújo	0	0	0,00	0,00
Morrinhos	1	0	8,98	0,00
Mucambo	0	0	0,00	0,00
Mulungu	3	0	47,29	0,00

Cidade	Casos de Homicídio		Taxas de Homicídio	
	Mulheres	Meninas	Mulheres	Meninas
Nova Olinda	0	0	0,00	0,00
Nova Russas	0	0	0,00	0,00
Novo Oriente	0	0	0,00	0,00
Ocara	0	0	0,00	0,00
Orós	0	0	0,00	0,00
Pacajus	12	6	33,01	84,35
Pacatuba	2	1	4,75	14,66
Pacoti	0	0	0,00	0,00
Pacujá	0	0	0,00	0,00
Palhano	0	0	0,00	0,00
Palmácia	0	0	0,00	0,00
Paracuru	1	1	5,87	30,76
Paraipaba	1	0	6,18	0,00
Parambu	3	0	18,55	0,00
Paramoti	0	0	0,00	0,00
Pedra Branca	2	0	9,18	0,00
Penaforte	0	0	0,00	0,00
Pentecoste	0	0	0,00	0,00
Pereiro	0	0	0,00	0,00
Pindoretama	0	0	0,00	0,00
Piquet Carneiro	0	0	0,00	0,00
Pires Ferreira	0	0	0,00	0,00
Poranga	0	0	0,00	0,00
Porteiras	1	0	13,01	0,00
Potengi	0	0	0,00	0,00
Potiretama	0	0	0,00	0,00
Quiterianópolis	3	1	27,95	51,31
Quixadá	5	1	11,37	11,71
Quixelô	0	0	0,00	0,00
Quixeramobim	8	1	19,97	12,66
Quixeré	0	0	0,00	0,00
Redenção	1	0	7,15	0,00

Cidade	Casos de Homicídio		Taxas de Homicídio	
	Mulheres	Meninas	Mulheres	Meninas
Reriutaba	0	0	0,00	0,00
Russas	1	0	2,56	0,00
Saboeiro	1	0	12,56	0,00
Salitre	0	0	0,00	0,00
Santana do Acaraú	0	0	0,00	0,00
Santana do Cariri	0	0	0,00	0,00
Santa Quitéria	3	0	13,72	0,00
São Benedito	3	1	12,58	20,20
São Gonçalo do Amarante	7	1	29,10	21,70
São João do Jaguaribe	0	0	0,00	0,00
São Luís do Curu	1	0	15,26	0,00
Senador Pompeu	1	0	7,42	0,00
Senador Sá	0	0	0,00	0,00
Sobral	10	2	9,43	10,25
Solonópole	0	0	0,00	0,00
Tabuleiro do Norte	1	0	6,31	0,00
Tamboril	1	1	7,63	38,97
Tarrafas	0	0	0,00	0,00
Tauá	5	0	16,71	0,00
Tejuçuoca	0	0	0,00	0,00
Tianguá	2	0	5,29	0,00
Trairi	2	1	7,40	17,20
Tururu	0	0	0,00	0,00
Ubajara	1	1	5,69	32,11
Umari	0	0	0,00	0,00
Umirim	1	1	10,38	48,26
Uruburetama	0	0	0,00	0,00
Uruoca	0	0	0,00	0,00
Varjota	2	1	21,62	51,69
Várzea Alegre	0	0	0,00	0,00
Viçosa do Ceará	0	0	0,00	0,00

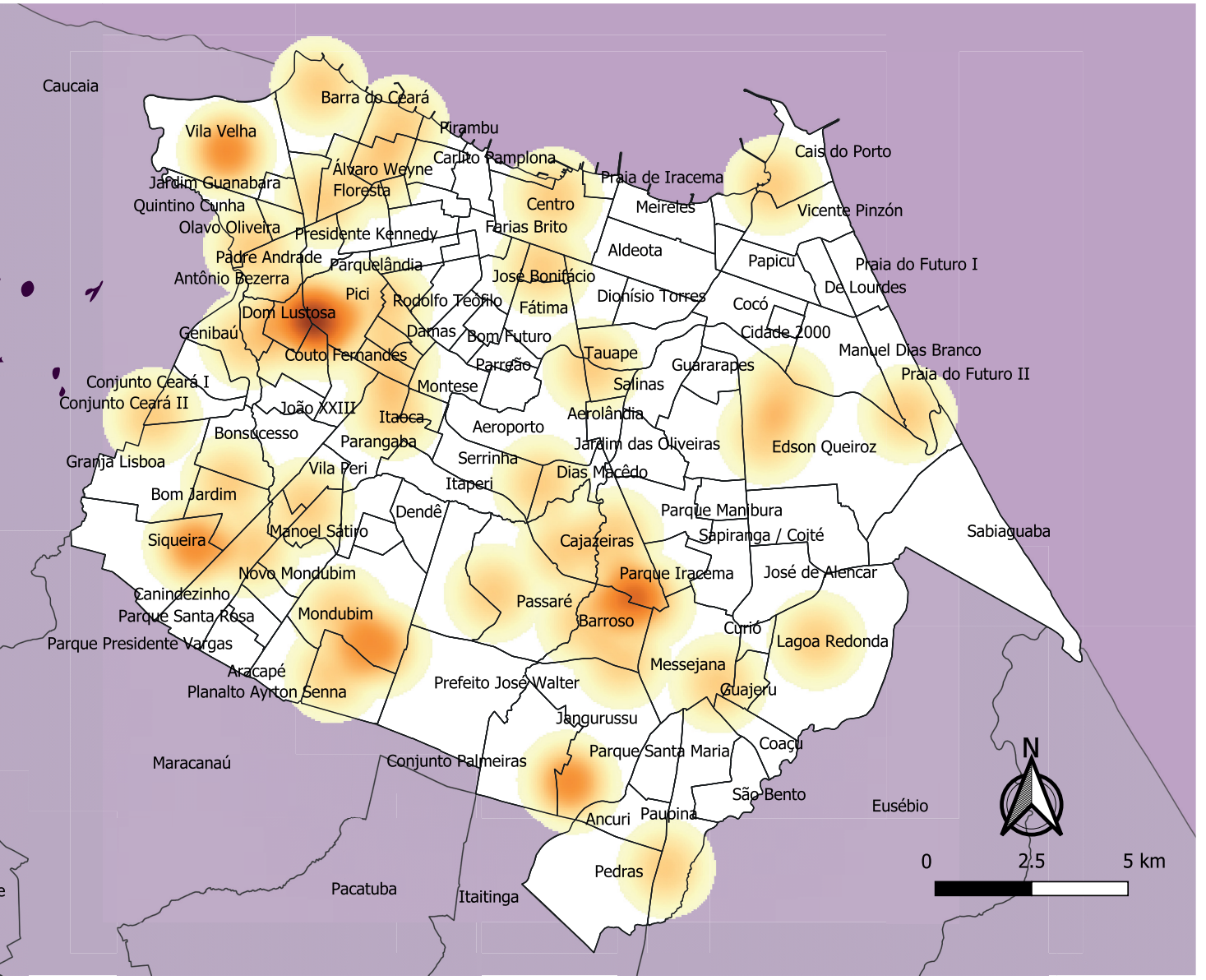
ANEXO 3

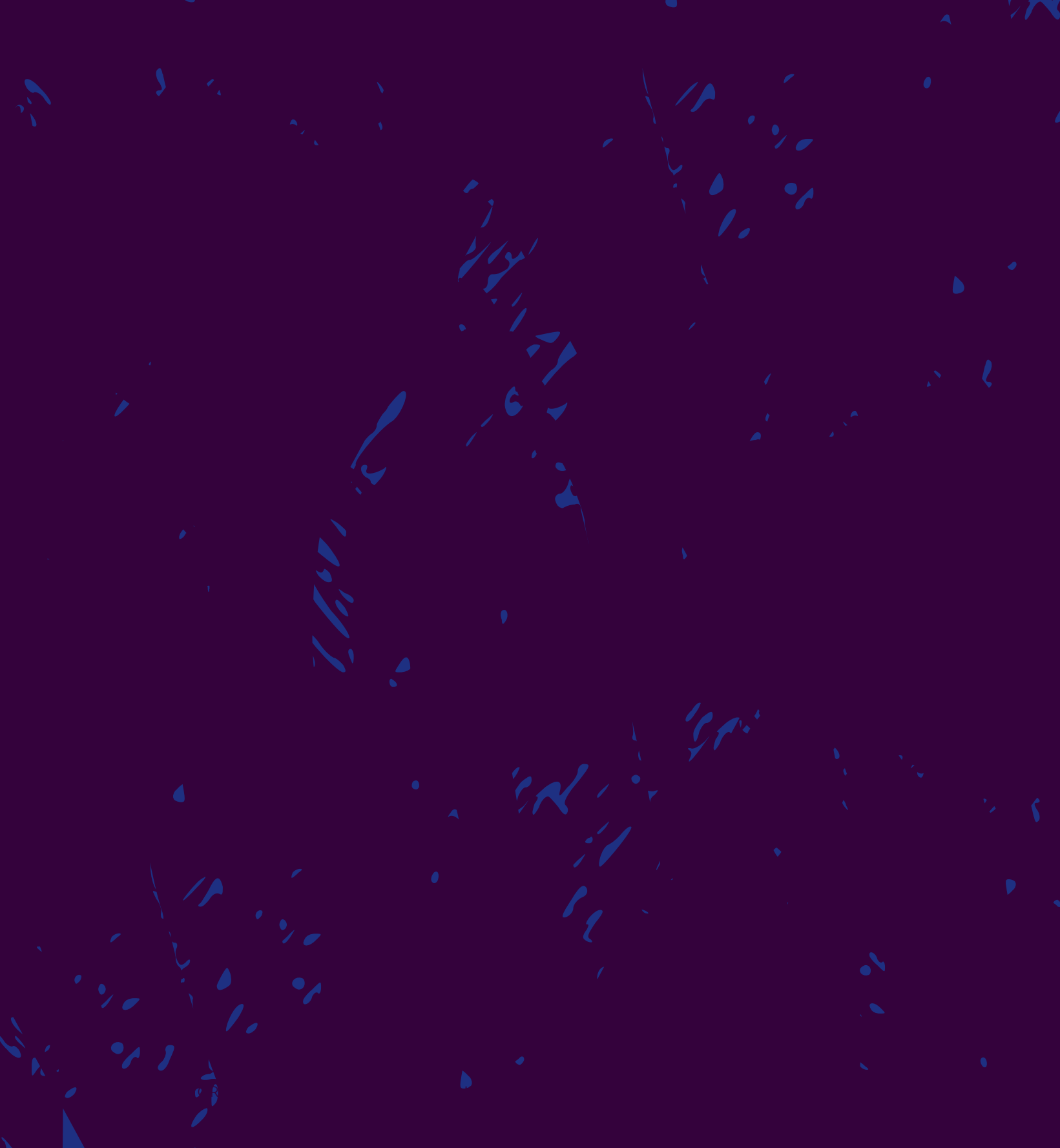
DISTRIBUIÇÃO DOS NÚMEROS DE CASOS DE HOMICÍDIO DE MENINAS POR ANO, EM FUNÇÃO DA CIDADE PESQUISADA

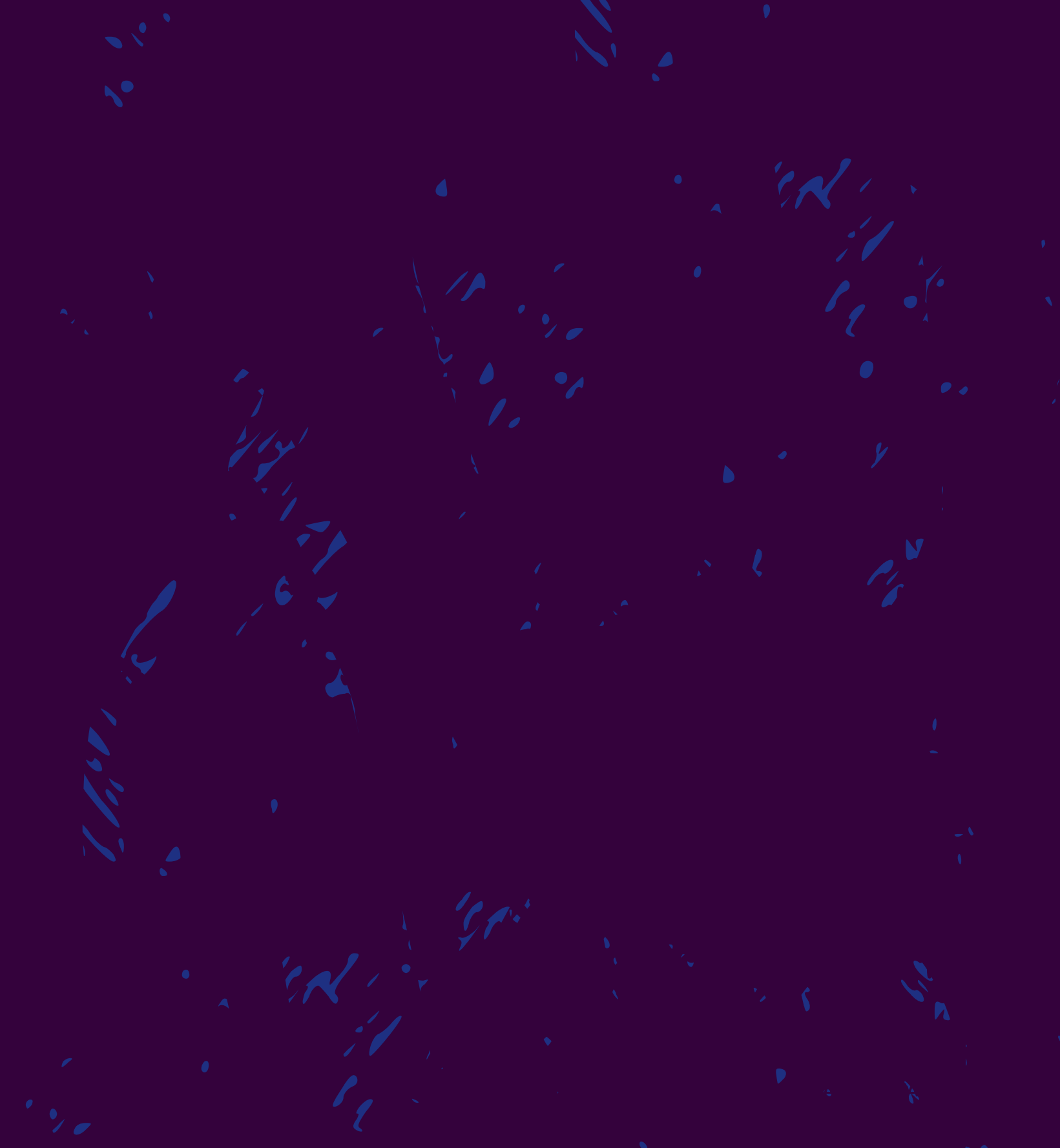
Ano	Fortaleza	Caucaia	Horizonte	Itarema	Maracanaú	Maranguape	Pacajus	Sobral	Ceará
2000	8	0	0	0	3	0	1	0	17
2001	12	1	0	0	0	0	0	1	22
2002	8	1	0	0	1	0	0	2	23
2003	7	2	0	0	1	1	0	1	20
2004	9	1	0	0	0	0	0	1	23
2005	4	0	0	0	1	1	0	0	14
2006	9	0	0	0	0	0	0	0	20
2007	9	0	1	0	0	1	0	0	22
2008	7	0	0	0	0	0	0	0	9
2009	10	0	1	0	0	0	0	0	20
2010	8	0	0	0	0	0	0	0	17
2011	16	1	0	0	2	0	1	2	41
2012	23	0	0	0	3	1	0	4	48
2013	27	3	1	0	1	0	0	2	57
2014	23	1	1	0	6	1	2	5	64
2015	13	3	0	0	1	0	2	2	37
2016	6	1	0	0	2	1	2	2	27
2017	40	7	4	0	6	2	4	2	92
2018	53	13	4	3	11	6	6	2	120

ANEXO 4

MAPA DE CALOR DE HOMICÍDIO DE MULHERES EM FORTALEZA, ANO 2018







Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

Mesa Diretora
2021-2022

Deputado Evandro Leitão
Presidente

Deputado Fernando Santana
1º Vice-Presidente

Deputado Danniel Oliveira
2º Vice-Presidente

Deputado Antônio Granja
1º Secretário

Deputado Audic Mota
2º Secretário

Deputada Érika Amorim
3ª Secretária

Deputado Apóstolo Luiz Henrique
4º Secretário

REALIZAÇÃO:

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará

APOIO:

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

unicef

FÓRUM DCA

CEDCA/CE
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará

